

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Rodrigo Acosta Pereira

**O GÊNERO *CARTA DE CONSELHOS* EM REVISTAS *ONLINE*:  
NA FRONTEIRA ENTRE O ENTRETENIMENTO E A  
AUTOAJUDA**

Florianópolis  
2012



Rodrigo Acosta Pereira

**O GÊNERO *CARTA DE CONSELHOS* EM REVISTAS *ONLINE*:  
NA FRONTEIRA ENTRE O ENTRETENIMENTO E A  
AUTOAJUDA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosângela Hammes Rodrigues

Florianópolis  
2012

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da Universidade Federal  
da Fronteira Sul

Acosta-Pereira, Rodrigo

O gênero carta de conselhos em revistas online [tese] :  
na fronteira entre o entretenimento e a autoajuda /  
Rodrigo Acosta-Pereira ; orientadora, Rosângela Hammes  
Rodrigues - Florianópolis, SC, 2012.

259 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de  
Pós-  
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Gênero carta de conselhos. 3.  
Cronotopo. 4. Dialogismo. 5. Círculo de Bakhtin. I.  
Rodrigues, Rosângela Hammes . II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística.  
III. Título.

Rodrigo Acosta Pereira

**O GÊNERO *CARTA DE CONSELHOS* EM REVISTAS *ONLINE*:  
NA FRONTEIRA ENTRE O ENTRETENIMENTO E A  
AUTOAJUDA**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, Área de Concentração Linguística Aplicada, e aprovada em sua fase final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, 6 de novembro de 2012.

---

Prof. Heronides Maurilio de Melo Moura, Dr.  
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Linguística

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Rosângela Hammes Rodrigues, Dra.  
Orientadora e presidente  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Profa. Maria da Penha Casado Alves, Dra.  
Membro externo  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

---

Prof. Valdir do Nascimento Flores, Dr.  
Membro externo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Profa. Nara Caetano Rodrigues, Dra.  
Membro interno  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Profa. Cristine Gorski Severo, Dra.  
Membro interno  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof. Marcos Antônio Rocha Baltar, Dr.  
Membro interno  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof. Sandro Braga, Dr.  
Suplente  
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

---

Profa. Terezinha Costa-Hubes, Dra.  
Suplente  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

A minha família, pela força e presença  
constantes, razão pela qual sigo  
sempre em frente.





## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq, pelo apoio financeiro nos dois primeiros semestres da pesquisa.

À Banca do Exame de Qualificação, Profa Maria da Penha Casado Alves e Prof. Marcos Baltar, pela leitura atenta, pelas sugestões e pelos direcionamentos.

À Profa Rosângela, pelo estímulo, pelo empenho e pela orientação, em todas as etapas de minha formação como professor-pesquisador. Valeu, profê!

À minha família, pelo carinho e presença constantes, em especial, minha mãe, que muitas vezes (muitas!) me ouviu por telefone.

Ao José, pela compreensão de todas as horas e pela presença a todo momento.

A minha colega e amiga Nívea, pela leitura do projeto de tese e pelas constantes conversas por e-mail.

As minhas amigas Ani, Patrícia, Salete, Letícia e Andrea pelo carinho constante, mesmo estando a quilômetros de distância.

A todos que possam ter contribuído direta ou indiretamente para o trabalho.



## RESUMO

Diversas pesquisas contemporâneas no campo da Linguística Aplicada têm procurado compreender a constituição e o funcionamento dos gêneros do discurso. Nesta tese apresentamos a análise do gênero do discurso *carta de conselhos*, publicado em revistas *online*. A pesquisa baseia-se nos estudos do Círculo de Bakhtin, e estudos contemporâneos da Análise Dialógica de Discurso, nos estudos sobre comunicação virtual e nos estudos sociológicos de Giddens. Os dados são formados por 30 (trinta) exemplares do gênero *carta de conselhos*, publicados nas revistas *online Claudia, Nova e Veja*, no período de 10 a 17 de março de 2010. Inicialmente, analisamos a dimensão social do gênero, focalizando sua esfera social e seu cronotopo. Observamos que, na contemporaneidade, o jornalismo de revista *online* tem se caracterizado como um jornalismo de revista especializado, seguindo caminhos discursivos múltiplos, dentre eles o do entretenimento e da autoajuda. Em relação ao grande cronotopo, pudemos compreender que a carta de conselhos se constitui nas condições sócio-históricas da modernidade tardia, um tempo-espço da angústia existencial, da cultura de riscos e da busca incessante por respostas para os problemas da vida social. Acerca do pequeno cronotopo do gênero *carta de conselhos*, a situação social de interação, constatamos que a posição de autoria é discursivamente construída por profissionais de diferentes esferas de atuação que assinam as cartas e que são denominados pelas revistas como conselheiros ou articulistas. Quanto ao interlocutor previsto, entendemos que é o leitor da revista, um sujeito interessado em saber sobre os problemas íntimos do outro e as soluções propostas para esses problemas (que inclusive podem se projetar como seus). Em um segundo momento, procuramos analisar a dimensão verbo-visual do gênero. Como resultados, observamos que o objeto do discurso do gênero *carta de conselhos* é o reclamante e seu dizer, ao passo que o projeto discursivo da carta é a evidenciação desse dizer do reclamante e a reação-resposta do conselheiro/articulista frente a esse dizer. Além disso, na análise das relações dialógicas, observamos que o conselheiro/articulista avalia o discurso do reclamante a partir de movimentos dialógicos convergentes e divergentes. Quanto às projeções de estilo, o autor do gênero *carta de conselhos* se utiliza de diversos recursos de estilo, como: verbos de introdução do discurso do outro, modalizadores, marcadores conversacionais, perguntas retóricas, marcadores avaliativos e verbos conjugados nas 1as pessoas do singular

e do plural, que estão a serviço da orientação apreciativa do conselheiro/articulista face aos problemas do reclamante. Em relação à intercalação da carta do reclamante, entendemos que ela se apresenta como um elemento composicional da carta de conselhos e se conjuga à reação-resposta do conselheiro/articulista como enunciado citado. A fotografia do conselheiro/articulista inserida na carta, por sua vez, também se apresenta como um elemento composicional do gênero e está a serviço da construção de elos pessoais, além de ratificar a postura de autor e o *ethos* do conselheiro/articulista. A partir desses resultados, interpretamos a carta de conselhos como um gênero híbrido perpassado pelos discursos do jornalismo de entretenimento e de autoajuda.

**Palavras-chave:** Gênero *carta de conselhos*. Revistas *online*. Cronotopo. Dialogismo. Círculo de Bakhtin.

## ABSTRACT

Various contemporary researches in the field of Applied Linguistics have sought to understand the workings and the constitution of discursive genres. In this dissertation we present the analysis of the discursive genre, advice letter, published in online magazines. The research is based on the studies of the Bakhtin Circle, and the contemporary work of Dialogic Discourse Analysis, with regard to studies in virtual communication, and on the sociological studies of Giddens. The data is composed of 30 (thirty) samples of advice letters, published in the online magazines, *Claudia*, *Nova*, and *Veja*, from March 10<sup>th</sup> to the 17<sup>th</sup>, 2010. Initially, we analyze the social dimension of the genre, focusing on the social sphere and its chronotope. We observe that contemporary journalism of online magazines has been characterized as specialized journalism, following multiple discursive paths, among them entertainment and self-help. In relation to the broad chronotope, we perceive that advice letters are constituted in the socio-historical conditions of late modernity, a space-time of existential anxiety, within the culture of risks and the incessant search for answers to problems of social life. With regard to the narrow chronotope of the genre advice letters, in the social situation of interaction, we found that the authorial position is discursively constructed by professionals of different spheres of performance that sign the letters, who are called advisors or articulators by the magazines. As for the prospective interlocutor, we understand him or her as the reader of the magazine, a subject interested in knowing about the intimate problems of others and the solutions proposed for these problems (that, in fact, may be projections of their own). Secondly, we seek to analyze the verbal-visual dimension of the genre. Analyzing the results, we observe that the object of the discourse of the genre advice letter is the advice-seeker and his speech, where the discursive project of the letter is the evidencing of this advice seeker's speech and the reaction-response of the advisor/articulator regarding this speech. Along with this, in the analysis of the dialogic relations, we observe that the advisor/articulator evaluates the discourse of the advice-seeker from the convergent and divergent dialogic moves. As for the projections of style, the author of the advice letter genre uses diverse style resources, such as: verbs of introduction or the other's discourse, modals, conversation markers, rhetorical questions, evaluation markers and verbs conjugated in the first person singular and plural, which are at the service of the appraising

orientation of the advisor/articulator facing the problems of the advice-seeker. In relation to the intercalation of the advice-seeker's letter, we understand that it is presented as a compositional element of the advice letter written by the advisor, and is conjugated to the reaction-response of the advisor/articulator as a 'quoted utterance'. The photography of the advisor/articulator inserted in the letter, on the other hand, is also presented as a compositional element of the genre and is at the service of the construction of the personal links, aside from ratifying the posture of the author and the ethos of the advisor/articulator. From these results, we interpret the advice letter as a hybrid, permeated by the discourse of entertainment and self-help journalism.

**Keywords:** Advice letter genre. Online magazine. Chronotope. Dialogism. Bakhtin Circle.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Os hiperlinks de acesso aos diversos assuntos na revista <i>Claudia</i> .....	73
Figura 2:	Os <i>hiperlinks</i> sobre os assuntos mais lidos e comentados da revista <i>Claudia</i> .....	74
Figura 3:	O <i>hiperlink</i> <i>Claudia Responde</i> .....	75
Figura 4:	Os <i>hiperlinks</i> para as mídias sociais e para assuntos diversificados na revista <i>Nova</i> . ....	77
Figura 5:	A “janela” de vídeo na página virtual da revista <i>Nova</i> . ....	78
Figura 6:	Os hiperlinks na coluna <i>Nova Responde</i> .....	79
Figura 7:	Alguns dos <i>hiperlinks</i> na revista <i>Veja</i> . ....	81
Figura 8:	Os <i>hiperlinks</i> para acessar a seção de <i>variedades</i> na revista <i>Veja</i> .....	82
Figura 9:	A <i>carta de conselhos</i> na revista <i>Claudia</i> .....	85
Figura 10:	A <i>carta de conselhos</i> na revista <i>Nova</i> . ....	87
Figura 11:	A <i>carta de conselhos</i> na revista <i>Veja</i> . ....	89
Figura 12:	Exemplares da revista <i>The Gentle’s Magazine</i> , datadas de 1759 e 1733, respectivamente. ....	98
Figura 13:	A 1ª página da revista <i>Variedades – Ensaios de Literatura</i> , datada de 1812. ....	99
Figura 14:	A 1ª página da revista <i>O Espelho Diamantino</i> , datada de 1827. ....	100
Figura 15:	As capas das revistas <i>Klaxon</i> e <i>Revista da Semana</i> .....	100
Figura 16:	A capa da revista <i>Cruzeiro</i> . ....	104
Figura 17:	A capa da revista <i>Manchete</i> .....	105
Figura 18:	A capa da revista <i>Realidade</i> . ....	105
Figura 19:	Primeira edição da revista <i>Veja</i> - 11 de Setembro de 1968.....	106
Figura 20:	A 1ª capa da revista <i>Claudia</i> , datada de 1961. ....	106
Figura 21:	A 1ª capa da revista <i>Nova</i> , datada de 1973. ....	107
Figura 22:	A multiplicidade semiótica na página da revista <i>Claudia online</i> .....	116
Figura 23:	A acessibilidade na página da revista <i>Nova online</i> . ....	119
Figura 24:	A interatividade na revista <i>Veja online</i> . ....	121
Figura 25:	As seções da revista <i>Claudia online</i> .....	143
Figura 26:	A seção <i>Claudia Responde</i> .....	144
Figura 27:	A fotografia do conselheiro/articulista intercalada na carta de conselhos da revista <i>Veja online</i> . ....	231

Figura 28:	A fotografia do conselheiro/articulista intercalada na carta de conselhos da revista <i>Claudia online</i> . ....	232
Figura 29:	A fotografia do conselheiro/articulista intercalada na carta de conselhos da revista <i>Nova online</i> . ....	233
Figura 30:	Revista <i>Claudia online</i> . Página inicial no dia 27/09/2012. ....	238
Figura 31:	A revista na busca de prescrição de normas. ....	239
Figura 32:	A página inicial da revista <i>Nova online</i> em 27/09/12. ....	241
Figura 33:	Destaque para a seção Nova Responde na página inicial da revista <i>Nova online</i> . ....	242



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Gêneros primários e secundários com base em Bakhtin (2003[1979]).	38
Tabela 2:	Incidência de publicação de cartas de conselhos nas revistas pesquisadas.	145
Tabela 3:	Os profissionais que assumem a autoria de conselheiro/articulista no gênero <i>carta de conselhos</i> .	148
Tabela 4:	Informações acerca do perfil do público-leitor da revistas <i>online Claudia, Nova e Veja</i> , conforme dados em suas páginas virtuais.	153
Tabela 5:	Objeto do discurso das cartas de conselhos analisadas.	170
Tabela 6:	Verbos de introdução do discurso do outro na carta de conselhos.	209
Tabela 7:	Posições enunciativas de onde ascendem os discursos outros no discurso do conselheiro/articulista.	210
Tabela 8:	As posições enunciativas e os verbos de introdução do discurso de outrem.	210
Tabela 9:	A modalização, com base em Castilho e Castilho (1993), Koch (2004) e Nascimento (2009).	213



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
 <b>CAPÍTULO 1:</b>		
<b>2</b>	<b>A CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA LINGUAGEM DO CÍRCULO DE BAKHTIN.....</b>	<b>26</b>
2.1	OS ENUNCIADOS .....	26
2.2	OS GÊNEROS DO DISCURSO .....	35
2.3	AS RELAÇÕES DIALÓGICAS .....	49
2.4	A IDEOLOGIA .....	53
2.5	A VALORAÇÃO .....	60
 <b>CAPÍTULO 2:</b>		
<b>3</b>	<b>PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>66</b>
3.1	A POSTURA DIALÓGICA FRENTE AOS DADOS.....	67
3.2	OS DADOS DA PESQUISA: DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE.....	70
3.3	OS DADOS DA PESQUISA: DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE.....	83
 <b>CAPÍTULO 3:</b>		
<b>4</b>	<b>A DIMENSÃO SOCIAL DO GÊNERO CARTA DE CONSELHOS .....</b>	<b>92</b>
4.1	A ESFERA SOCIAL DO JORNALISMO.....	92
4.1.1	O jornalismo de revista .....	97
4.1.2	A internet.....	109
4.1.3	O jornalismo de revista <i>online</i> .....	114
4.2	O CRONOTOPO DA CARTA DE CONSELHOS .....	124
4.2.1	O cronotopo na perspectiva do Círculo de Bakhtin.....	124
4.2.2	As condições sócio-históricas da carta de conselhos: o tempo-espço da modernidade tardia.....	130

4.2.3	O lugar de ancoragem da carta de conselhos na revista e sua periodicidade.....	141
4.2.4	A posição de autor .....	146
4.2.5	O interlocutor previsto.....	152

#### **CAPÍTULO 4:**

5	<b>A DIMENSÃO VERBO-VISUAL DO GÊNERO CARTA DE CONSELHOS.....</b>	<b>157</b>
5.1	O CONTEÚDO TEMÁTICO: OBJETO DO DISCURSO, FINALIDADE DISCURSIVA E RELAÇÕES DIALÓGICAS .....	157
5.1.1	O objeto do discurso e o projeto discursivo.....	157
5.1.2	O enquadramento da carta do reclamante e a reação-resposta do conselheiro/articulista .....	173
5.1.3	O enquadramento de discursos outros no enunciado do conselheiro/articulista: os já-ditos e os pré-figurados .....	193
5.1.4	Movimentos dialógicos de avaliação do conselheiro/articulista em relação ao discurso do reclamante .....	200
5.2	AS PROJEÇÕES ESTILÍSTICO-COMPOSICIONAIS .....	208
5.2.1	Projeções de estilo.....	208
5.2.2	O papel da fotografia do conselheiro/articulista .....	229
5.3	NAS FRONTEIRAS DO JORNALISMO ESPECIALIZADO: ENTRE O DISCURSO DO ENTRETENIMENTO E O DISCURSO DA AUTOAJUDA .....	235

6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>247</b>
---	-----------------------------------	------------

	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>251</b>
--	--------------------------	------------

# 1 INTRODUÇÃO

Os gêneros do discurso/textuais<sup>1</sup> tem sido objeto de pesquisa na Linguística Aplicada e na Linguística (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2009; KARWOSKI, GAYDECZKA, BRITO, 2005; MARCUSCHI, 2002; 2005; 2007; 2008; MEURER, BONINI; MOTTA-ROTH, 2005), seja no âmbito da análise dos gêneros (ACOSTA-PEREIRA, 2008; RODRIGUES, 2001; SILVA, 2007; 2009), seja na perspectiva de sua elaboração didática para o ensino e aprendizagem de línguas (CRISTÓVÃO, 2001; 2006; MACHADO, 2005; ROJO, 2002; 2005; SCHNEUWLY; DOLZ, 2004; SIGNORINI, 2006; 2008; RODRIGUES, 2008).

Além dos variados caminhos metodológicos de investigação e suas finalidades (como visto, análise de gêneros e ensino e aprendizagem de línguas), os estudos atuais se desenvolvem a partir de diferentes correntes teóricas. Atualmente, nos campos citados, podemos observar percursos teórico-metodológicos sociossemióticos (MEURER, 2005; 2007; HEBERLE, 2005; MOTTA-ROTH, 2005; 2006); sociorretóricos (BHATIA, 2009; BAZERMAN, 2005, 2006, 2007; HEIMAS; BIASI-RODRIGUES, 2005); interacionista-sociodiscursivos (CRISTÓVÃO, 2001; 2006; MACHADO, 2005; ROJO, 2002; 2005; SCHNEUWLY; DOLZ, 2004); semiodiscursivos (CHARAUDEAU, 2004; MAINGUENEAU, 2008); linguístico-textuais de base sociocognitiva (KOCH, 2004; 2005; KOCH; CUNHA-LIMA, 2004; MARCUSCHI, 2008); antropológicos (HANKS, 2008) e dialógicos (ACOSTA-PEREIRA, 2008; RODRIGUES, 2001; 2005; ROJO, 2005; 2007; SILVA, 2007; 2009; PRIOR, 2007), por exemplo.

Outro percurso científico atual na área da Linguística Aplicada tem sido inter-relacionar os estudos de gêneros do discurso/textuais com os estudos de letramento (BALTAR, 2006; 2010; BARTON, 1994; GEE, 2004; KLEIMAN, 2001; STREET, 1984). Pesquisas nessa perspectiva objetivam compreender como os gêneros medeiam as práticas de leitura e de escrita sócio-histórico-culturalmente situadas, não apenas significando essas práticas, como também entendendo a mediação que os gêneros promovem, tendo a escrita como meio

---

<sup>1</sup> Ver observação de Rojo (2005) sobre a questão de as expressões *gêneros do discurso* e *gêneros textuais* remeterem a projetos epistemológicos distintos de estudo dos gêneros.

semiótico e simbólico para tal (BAYNHAM, 1995; JOHNS, 2006; KLEIMAN, 2001; OLIVEIRA & KLEIMAN, 2008; TINOCO, 2008).

Nesse contexto, dentre os vários caminhos possíveis no campo da Linguística Aplicada, o **objetivo** desta pesquisa é realizar uma análise descritivo-interpretativa do gênero *carta de conselhos*, do jornalismo de revista *online*. Para tanto, tomamos como **base teórica** os escritos do Círculo de Bakhtin<sup>2</sup> (BAKHTIN/MEDVEDEV<sup>3</sup>, 1986[1928]; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]; BAKHTIN, 1998[1975]; 2003[1979]; 2004[1924]; 2008a[1963]; 2008b[1965]; 2010[1920/1924]), assim como os estudos contemporâneos na área da Análise Dialógica de Discurso (ACOSTA-PEREIRA, 2008; 2010; BRAIT, 2002; 2005; 2006; 2007; FARACO, 2009; PONZIO, 2009; PRIOR, 2007; RODRIGUES, 2001; 2004; 2005; 2007; ROJO, 2005; 2006; 2007; SOBRAL, 2006; 2007; SILVA, 2007; 2009), procurando compreender como esse gênero se constitui e funciona no jornalismo de revista *online*.

Além disso, a fim de entender o funcionamento desse gênero no campo das atividades humanas, buscamos apoio nos estudos sobre o jornalismo de revista *online* (SCALZO, 2003; VILAS BOAS, 1996) e nos estudos sociológicos de Giddens (1991; 1993; 1997; 2002; 2010) sobre a transformação da confiança e da intimidade nas práticas sociais contemporâneas.

Dessa forma, ratificamos que procuramos estudar, nesta pesquisa, o “uso da linguagem e do discurso” (ROJO, 2006, p. 258) e inserirmos no campo das pesquisas de Linguística Aplicada (LA) contemporâneas que visam à “transdisciplinaridade como a leveza de pensamento necessária para compreender, interpretar e interferir nas realidades complexas representadas pelas práticas sociais situadas” (ROJO, 2006, p. 259).

Além disso, compartilhamos com Moita Lopes (2006) o reconhecimento da necessidade de repensarmos outros modos e caminhos de teorizar e fazer a LA, procurando encontrar respostas

---

<sup>2</sup> “Círculo de Bakhtin é a denominação atribuída pelos pesquisadores ao grupo de intelectuais russos que se reunia regularmente no período de 1919 a 1974, dentre os quais fizeram parte Bakhtin, Voloshinov e Medvedev. Bakhtin faleceu em 1975, Voloshinov na década de 1920 e Medvedev, aproximadamente, na década de 1940.” (RODRIGUES, 2005, p. 152).

<sup>3</sup> Apresentaremos as obras conforme são apresentadas nas edições usadas nesta tese. Dessa forma, apresentaremos, quando for o caso, os dois autores, além das datas da 1ª publicação e da edição atual que usamos nesta pesquisa.

acerca dos contextos múltiplos da vida social: o espaço e o tempo onde as pessoas vivem e agem, as mudanças relacionadas à vida sociocultural, política e histórica, assim como as diversas faces de mediação da linguagem nesses contextos. Dessa forma, a LA contemporânea tem buscado tecer elos epistemológicos com outras áreas do conhecimento, principalmente com as do campo das ciências sociais e humanas (como propomos nesta pesquisa). Moita Lopes (2006) entende que LA precisa pensar novas rotas a partir de teorias outras que possam nos levar a responder (ou a tentar responder) questionamentos sobre as diversas mudanças contemporâneas que vivemos. Como esclarece o autor,

Atravessar fronteiras no campo do conhecimento, assim como na vida, é expor-se a riscos. Mas um desafio que se deve encarar com humildade e com a alegria de quem quer entender o outro em sua perspectiva. [...] Ele pode ser aquele que vai nos fazer refletir, pensar de outra forma ou ver o mundo com um outro olhar. (MOITA LOPES, 2009, p. 22).

Nessa perspectiva, **o interesse pela investigação** do gênero *carta de conselhos* surgiu, porque acreditamos que esse gênero se apresenta como um dos diversos gêneros que se constitui a partir das condições sócio-históricas do tempo-espaço da modernidade tardia, um cronotopo de angústia existencial e de busca incessante por respostas para os problemas da vida social. Ao passo que homens e mulheres, à procura de direcionamentos, sugestões e conselhos, enviam seus problemas, anseios e preocupações de ordem íntima para obter resposta por meio da publicação de cartas de conselhos em revistas *online*, torna-se interessante procurar entender o paradoxo que se instaura nesse gênero: a confrontação de perspectivas semântico-axiológicas entre o discurso privado e o discurso público.

Dessa forma, acreditamos que a pesquisa apresenta-se relevante, pois colabora para a consolidação de estudos in/transdisciplinares (MOITA LOPES, 2006) sobre gêneros do discurso e contribui para a solidez do campo de estudos sócio-históricos e dialógicos de pesquisas em Linguística Aplicada.

Quanto à **organização da tese**, após a presente seção de **introdução**, no **capítulo 1** apresentamos as diretrizes teóricas do nosso estudo, contemplando os princípios gerais sobre os quais se constrói a teoria do Círculo de Bakhtin e que foram relevantes para a nossa

pesquisa. Para tal, abordamos os conceitos de enunciado, gêneros do discurso, dialogismo, ideologia e valoração. Outros conceitos da arquitetônica bakhtiniana são discutidos na análise dos dados.

No **capítulo 2**, por sua vez, apresentamos as diretrizes metodológicas do estudo e os dados da pesquisa: o universo e o objeto de análise. Optamos por esses conceitos, frente a todo o trabalho do Círculo, por acreditarmos que estes possam estar diretamente ligados à análise de nosso objeto de estudo. Contudo, salientamos que outros conceitos da arquitetônica bakhtiniana também são apresentados, consubstanciando a análise dos dados. Além disso, ratificamos que nosso caminho de apresentação da obra do Círculo, por meio dos conceitos selecionados, se constitui da leitura das obras do Círculo, como também, por alguns momentos, das obras de seus interlocutores contemporâneos. Acreditamos no diálogo profícuo entre o Círculo e os estudiosos bakhtinianos da contemporaneidade.

No **capítulo 3** apresentamos a análise da dimensão social do gênero *carta de conselhos*. Para tal, inicialmente abordamos a esfera do jornalismo especificamente do jornalismo de revista *online*, procurando compreender o funcionamento do gênero na sua esfera da atividade humana. Na sequência, apresentamos a análise do cronotopo da carta de conselhos, com vistas a entender as condições sócio-históricas de constituição desse gênero, assim como a situação de interação imediata da carta, a autoria e o interlocutor previstos.

No **capítulo 4** apresentamos a análise da dimensão verbo-visual do gênero *carta de conselhos*. Nesse capítulo abordamos o conteúdo temático do gênero, o estilo e a composição. Como resultado da análise, procuramos conceituar o gênero *carta de conselhos* como um gênero híbrido que se situa na fronteira entre o discurso do entretenimento e da autoajuda. Ao fim, enunciamos nossas **considerações finais** da pesquisa.





## CAPÍTULO 1

---

### 2 A CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA LINGUAGEM DO CÍRCULO DE BAKHTIN

Neste capítulo, primeiramente apresentamos os conceitos de enunciado, como unidade de comunicação discursiva, e de gêneros do discurso, como enunciados relativamente estáveis, ambos integrados à situação de interação e às esferas sociais das atividades humanas. Em seguida, apresentamos nossa discussão sobre as relações dialógicas, entendendo-as como relações de sentido axiologicamente construídas, seja no interior de enunciados, seja entre enunciados, na colisão de diferentes posições apreciativas.

Finalizamos o capítulo com discussões referentes à ideologia e à valoração, visando ao entendimento do conceito de ideologia em Bakhtin, bem como sua relação com o conceito de valoração e como esses dois conceitos se relacionam com o enunciado e os gêneros.

Neste capítulo, portanto, apresentamos as bases teóricas que fundamentam nossa pesquisa, construídas à luz dos escritos do Círculo de Bakhtin e de pesquisas dos seus interlocutores contemporâneos.

#### 2.1 OS ENUNCIADOS

A discussão inicial acerca do enunciado é apresentada pelo Círculo no texto *O discurso na vida e o discurso na arte*, escrito em 1926. Bakhtin/Volochínov, ao refletirem sobre o discurso na vida e na arte, defendem o caráter social da arte, não abordado pelo método formal, que estudava apenas a forma material da obra. O método sociológico, que Bakhtin/Volochínov discutem nesse texto, apresenta-se como alternativa ao método estritamente formalista de análise das obras. Como explica o autor:

Os métodos que ignoram a essência social da arte tentam encontrar sua natureza e distinguir características apenas na organização do artefato são obrigados realmente a projetar a interrelação social do criador e do contemplador em vários aspectos do material e em vários procedimentos

para estruturar o material. [...] A comunicação estética, fixada numa obra de arte é, como já dissemos, inteiramente única e irredutível a outros tipos de comunicação ideológica. [...]. **O que caracteriza a comunicação estética é o fato de que ela é totalmente absorvida na criação de uma obra de arte, e nas suas contínuas recriações por meio da co-criação dos contempladores, e não requer nenhum outro tipo de objetivação.** Mas, desnecessário dizer, esta forma única de comunicação não existe **isoladamente**; ela participa do fluxo unitário da vida social, ela reflete a base econômica comum, e ela se envolve em interação e troca com outras formas de comunicação. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1926, p. 4, grifos do autor).

A partir disso, para demonstrar as limitações do método formal para o estudo da arte (em geral), Bakhtin/Volochínov (1926) apresenta uma análise dos enunciados da vida cotidiana, entendendo que, “na vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação.” (p.4). Sob essa perspectiva, os autores propõem que o enunciado não reflete passivamente (como um espelho) a situação extraverbal, está longe de ser sua causa externa, pois “[...] conclui determinada situação” (RODRIGUES, 2005, p. 161, grifos da autora). É no extraverbal, compreendido como a dimensão social, que o caráter social do enunciado se constitui e se confirma.

Assim, em termos bakhtinianos, qualquer **enunciado é sempre determinado pelas condições reais da situação extraverbal**, isto é, antes de tudo pela situação social imediata e, em sua totalidade, pela situação sócio-histórica ampla. A partir disso, o enunciado é concebido como produto da interação de dois ou mais indivíduos socialmente constituídos, que, em uma dada situação de interlocução, interagem por meio da linguagem. Segundo Bakhtin/Volochínov (1926, p. 10),

O enunciado concreto (e não abstração linguística) nasce, vive e morre no processo de interação social entre os participantes da enunciação. Sua forma e significado são determinados basicamente pela forma e caráter desta interação.

É sob essa perspectiva que Bakhtin (2003[1979]) e Bakhtin (Volochninov) (2006[1929]) afirmam que o enunciado orienta-se essencialmente em função do seu auditório, ou seja, todo enunciado, além de se constituir a partir de enunciados já-ditos, dirige-se a um interlocutor, e é este, por sua vez, que determina seus (do enunciado) limites. Por essa razão, Bakhtin (2003[1979]) entende que o enunciado é inteiramente determinado pelas relações sociais. O autor, a esse respeito, explica que “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 117). Como ele nos esclarece,

A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que se está submetido o locutor. (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 118).

Em outras palavras, o enunciado é o território comum entre locutor e interlocutor. Assim explica o autor:

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia em mim numa extremidade, na outra se apóia sobre meu interlocutor. A palavra é um território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 117).

Assim sendo, para Bakhtin, o enunciado não poderá ser explicado desconsiderando-se a situação social imediata e ampla, à medida que “a comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 128). Entendemos, assim, que o enunciado é compreendido sempre sob o ponto de vista social, histórico e cultural, que “inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos

nele envolvidos” (BRAIT; MELO, 2007, p. 65). Como esclarece Bakhtin (2004[1924], p. 78) sobre “o clima social complexo e singular” a partir do qual se constroem os enunciados,

Nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: **é produto da interação entre falantes** e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu. [...] Todo produto da linguagem do homem, da simples enunciação vital a uma complexa obra literária, em todos os momentos essenciais é determinado não pela vivência subjetiva do falante, mas pela situação social em que soa essa enunciação. A linguagem e suas formas são produto de um longo convívio social de um determinado grupo de linguagem. [...] A palavra é uma espécie de **cenário** daquele convívio mais íntimo em cujo processo ela nasceu, e esse convívio, por sua vez, é um momento do convívio mais amplo do grupo social a que pertence o falante. (BAKHTIN, 2004[1924], p. 79, grifos do autor).

Dessa forma, os enunciados são as unidades da comunicação discursiva que possibilitam e significam nossas práticas interativas. Para Bakhtin (2003[1979]; 2004[1924]), os enunciados apresentam particularidades que os distinguem das unidades convencionais da língua – as palavras e as orações –, por exemplo. Segundo o autor, as orações são unidades formais da língua, ao passo que os enunciados são unidades da comunicação discursiva; as orações são repetíveis, isto é, podem coincidir como formas idênticas no sistema da língua, diferentemente dos enunciados que, por sua própria natureza, são irrepetíveis, à medida que “dois enunciados verbalmente idênticos nunca significam a mesma coisa [...] o contexto nunca é o mesmo.” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 142). Além das questões supracitadas, Bakhtin apresenta como **características distintivas dos enunciados**: (a) a alternância de sujeitos do discurso; (b) a conclusividade (o *dixi* conclusivo do falante) e (c) a expressividade (posição axiológica).

Quanto à alternância dos sujeitos do discurso, Bakhtin (2003[1979]) entende que todo enunciado apresenta um princípio e um fim absolutos: “antes do seu início, os enunciados do outro; depois do

seu término, os enunciados responsivos de outros” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 275). Assim, numa determinada situação de interação, o falante finaliza seu enunciado para passar a palavra do outro ou apresentar sua compreensão responsiva. “O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro [...]” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 275).

Em outras palavras, podemos compreender que as fronteiras de cada enunciado se delimitam pela alternância dos sujeitos discursivos. Rodrigues (2001), ao delinear explicações sobre as particularidades dos enunciados, esclarece que

A alternância dos falantes, numa situação específica, dentro de seus propósitos discursivos, constitui-se pelo fato de que o falante conclui o que objetiva dizer (*dixi* conclusivo), termina o seu enunciado, e assim, cede a palavra ao outro, o interlocutor (imediatamente ou não), para dar lugar a sua compreensão ativa, a sua postura de resposta. A troca de sujeitos discursivos emoldura o enunciado, estabelece suas fronteiras e cria sua corporeidade específica em relação aos outros enunciados vinculados a ele (RODRIGUES, 2001, p. 30).

Além disso, como bem lembra a autora, a particularidade da alternância dos sujeitos do discurso pode adotar formas múltiplas, em decorrência das condições de comunicação e das funções ideológicas da linguagem. Segundo Rodrigues (2001), essa particularidade é mais evidente no diálogo, no qual as réplicas, mesmo relacionadas entre si, estão separadas pela alternância dos sujeitos discursivos. Sob essa perspectiva, podemos afirmar que a alternância é a primeira particularidade do enunciado, o que o distingue, como já visto, das unidades formais da língua, à medida que a oração não se delimita por essa alternância, nem demanda uma resposta do outro (a reação-resposta de outrem). “A oração é uma ideia, um tópico relativamente concluído, que se relaciona imediatamente com outras ideias de um mesmo falante dentro da totalidade de seu enunciado. Assim, [a oração] não entra em contato com a situação extraverbal.” (RODRIGUES, 2001, p. 31).

Em síntese, a alternância dos sujeitos do discurso é o que determina os limites do enunciado, o seu princípio (antes dele, os já-ditos) e o seu fim (depois dele, a reação-responsiva de outrem). Com

isso, nas variadas situações de interação, a alternância dos falantes delimita as fronteiras dos enunciados, desde uma simples saudação em uma interação face a face (por exemplo, “oi”), até as formas mais complexas de comunicação cultural (por exemplo, um romance).

Quanto à conclusibilidade, esta significa o princípio e o término do enunciado, seus limites precisos, vistos a partir do interior do enunciado. Para Bakhtin (2003[1979], p. 274-275), a conclusibilidade está relacionada ao enunciado como unidade, isto é, como uma unidade real da comunicação determinada precisamente pela alternância dos sujeitos do discurso envolvidos na interlocução. Dessa forma, “o discurso está sempre fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 274). Em outras palavras, a conclusibilidade está vinculada à alternância dos sujeitos do discurso e à possibilidade de resposta do interlocutor. Bakhtin (2003[1979]) inda esclarece que

A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) **tudo** o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições. (BAKHTIN, (2003[1979], p. 280-281, grifos nossos).

A conclusibilidade é assegurada por três elementos intimamente ligados ao todo do enunciado: (a) a exauribilidade semântico-objetual do tema; (b) a intenção discursiva de discurso ou a vontade discursiva do falante, à medida que este, para Bakhtin, “determina o todo do enunciado, o seu volume e suas fronteiras” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 281); e (c) as formas relativamente estáveis dos gêneros dos enunciados.

Em relação à exauribilidade semântico-objetual do objeto do discurso do enunciado, o autor explica que o objeto, como objeto do mundo, é inexaurível, “mas ao se tornar tema do enunciado [...] ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições [...], já no âmbito de uma idéia definida do autor.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 281). Como afirma Rodrigues (2001)

A possibilidade de “esgotar” o sentido do objeto é muito diferente nas diversas esferas da comunicação discursiva. Ela pode ser quase completa nas esferas da vida cotidiana, em certas

esferas oficiais [...]. A possibilidade mais intensa de tratamento exaustivo do tema observa-se nos enunciados cujos gêneros se apresentam mais estabilizados e padronizados em um grau máximo, onde o momento criativo quase não se encontra presente. (RODRIGUES, 2001, p. 38, grifos da autora).

Segundo Bakhtin (2003[1979]), o tratamento exaustivo do objeto do discurso do enunciado diz respeito ao aspecto de conclusibilidade que lhe assegura o caráter de um todo concluso de sentido; é o esgotamento do sentido do objeto do discurso numa dada situação social de interação.

Intimamente ligado ao conteúdo semântico-objetual do enunciado, Bakhtin (2003[1979]) nos apresenta discussões sobre a vontade discursiva do sujeito. Segundo o autor, a vontade discursiva determina o todo do enunciado, seu volume e, por conseguinte, suas fronteiras. “Imaginamos o que o falante quer dizer, e com essa idéia verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 281). Além disso, a vontade discursiva do falante determina não apenas a própria escolha do objeto, como também a escolha do gênero na qual será construído o enunciado.

A vontade discursiva é o momento subjetivo do enunciado (RODRIGUES, 2001). Essa particularidade determina, à luz da situação de interação e dos enunciados já-ditos, a escolha do objeto do discurso, os limites e a capacidade de tratar exaustivamente o sentido do objeto. “Por isso, forma uma unidade indissolúvel com o sentido do objeto, limitando-o e vinculando-o a uma situação concreta e única da comunicação discursiva [...]” (RODRIGUES, 2001, p. 38).

Acerca dos gêneros do discurso como um dos elementos de acabamento do enunciado, Bakhtin (2003[1979], p. 282) observa que a vontade discursiva do falante se realiza, antes de tudo, “na escolha de um certo gênero de discurso.” Esse elemento da conclusibilidade ocorre nos campos da comunicação discursiva, seja em função de aspectos de ordem semântico-objetual, da situação concreta de enunciação, seja em função da composição dos interlocutores. Podemos entender, assim, que falamos apenas através de determinados enunciados relativamente estáveis, isto é, “formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 282), o que Bakhtin compreende como os gêneros do discurso. Com isso, podemos dizer que são os



gêneros que organizam nosso discurso e permitem a comunicação discursiva. De acordo com Bakhtin (2003[1979, p. 283), “se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez a cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível.”

Em outras palavras, a vontade discursiva do sujeito determina também a forma típica do enunciado, a particularidade mais importante, de acordo com Bakhtin (2003[1979]). Conforme pontua Rodrigues (2001), é o gênero do discurso que orienta o falante no processo discursivo e seu interlocutor na interpretação do acabamento do enunciado. Segundo a autora,

[...] É a noção acerca da forma do enunciado total, isto é, de um determinado gênero do discurso, que baliza o falante no processo discursivo. Na construção do discurso, já lhe antecede a totalidade do seu enunciado tanto na forma de uma intenção discursiva individual como na forma de um gênero específico, no qual se verterá o enunciado [...] (RODRIGUES, 2001, p. 39-40).

A expressividade diz respeito à construção axiológica do enunciado. São construções de determinados índices sociais de valor, que os sujeitos, em situações de interlocução, integram em seu enunciado, construindo determinados sentidos. Tais sentidos não seguem determinações de cunho sistêmico ou natural, isto é, significações abstraídas de valor sócio-histórico-cultural, pois são valores consubstanciados pelas diversas relações dialógicas pelas quais e nas quais o enunciado se constitui. A expressividade é uma construção social e histórica, portanto cronotópica. A todo enunciado, situado no tempo e no espaço, é conferido valores particulares. A expressividade testemunha a singularidade do enunciado e sua relação com os valores construídos. “O tom emotivo-volitivo abre o conteúdo potencial [...], liga-o a um ser-evento unificado e singular.” (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 108). Dessa forma, nossos enunciados são sempre posições expressivas investidas de valores, que são índices sociais de valor, e que só se tornam efetivamente significativos em dada situação particular de interação. Segundo o autor,

Um enunciado isolado e concreto sempre é dado num contexto cultural e semântico-axiológico [...]; apenas nesses contextos o enunciado isolado

é vivo e compreensível: ele é verdadeiro ou falso, belo ou disforme, sincero ou malicioso, franco, cínico, autoritário e assim por diante. Não há enunciados neutros, nem pode haver; mas a lingüística vê neles somente **o fenômeno da língua, relaciona-os apenas com a unidade da língua**, mas não com a unidade de conceito, de prática de vida, da história, do caráter de um indivíduo, etc. (BAKHTIN, 1998[1975], p.46, grifos do autor).

Além disso, é a relação expressiva do falante com seu objeto discursivo que determina as escolhas dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. Segundo Bakhtin (2003[1979], p. 289), “nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo tem significado vário e grau vário de força, mas ele existe em toda parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível.” Em outras palavras, a propriedade de ser expressivo está em todos os enunciados e, por isso, não podemos ter enunciados neutros. Todo enunciado é, acima de tudo, uma orientação valorativa (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929]).

Rodrigues (2001, p. 32) explica que a expressividade é uma característica própria de todo enunciado e, dessa forma, não pode ser considerada uma particularidade das unidades convencionais da língua (das orações ou das palavras). A partir disso, podemos entender que a expressividade não é inerente à palavra ou à oração, mas apenas se realiza (se manifesta) nas situações de interação, onde a oração se transforma em enunciados concretos e a palavra em elemento do enunciado. Por essa razão, conforme Bakhtin (Volochínov) (2006[1929], p. 137) explica, “toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo [...]”. Em suma, podemos entender que a expressividade estabelece um elo entre o enunciado e a situação de interação. E isso porque todo enunciado é expressivo, ou seja, marca uma atitude de valor do sujeito com a situação de interação.

Nesta seção, discutimos o conceito de enunciado e suas particularidades constitutivas. Ratificamos que, na sequência, alguns aspectos constitutivos do enunciado serão retomados e desdobrados, seja ainda neste capítulo de revisão de literatura, seja nos capítulos de análise dos dados. Direccionamos, neste momento, nossa discussão para o conceito de gênero do discurso.

## 2.2 OS GÊNEROS DO DISCURSO

Como discutido anteriormente, um dos fatores do acabamento dos enunciados é o **gênero do discurso do enunciado**. É o gênero que orienta o falante no processo discursivo e o interlocutor no “cálculo” do acabamento do enunciado. Assim, para Bakhtin (2003[1979]), por mais diferentes que sejam os enunciados, estes, como unidades de comunicação discursiva, possuem características comuns, que os determinam e lhes dão acabamento, dentre essas, as formas típicas de gênero.

Os gêneros do discurso, dessa forma, em relação ao falante, podem ser considerados como um *modelo* relativamente estável para a construção da totalidade discursiva, o enunciado; por outro lado, em relação ao interlocutor, os gêneros funcionam como um horizonte de expectativas (RODRIGUES, 2001), sinalizando ao interlocutor sua extensão, sua composição, assim como a posição valorativa expressa no enunciado. Ao se relacionar com o discurso alheio, “o ouvinte (leitor), desde o início, infere o gênero no qual o enunciado se encontra moldado e, dessa forma, as propriedades genéricas em questão já se constituem em índices indispensáveis à compreensão (interpretação) do enunciado.” (RODRIGUES, 2001, p. 40).

Além disso, a construção do enunciado não é resultado da livre escolha das formas da língua. Apesar da vontade do falante, os enunciados possuem formas típicas para a construção da totalidade discursiva. Como explica Rodrigues (2001),

Para além das formas da língua nacional (léxico e gramática), são necessárias para a interação verbal, as formas do discurso, isto é, os gêneros, que o organizam em determinada forma estilística e composicional. As unidades dos dois domínios (da língua e do discurso) são necessárias para a intercompreensão, embora os gêneros, em comparação com as unidades da língua, sejam diferentes no que se refere a sua estabilidade e normatividade. Eles são mais flexíveis e combináveis, mais sensíveis e ágeis às mudanças [...]. (RODRIGUES, 2001, p. 40).

A autora também nos esclarece que os gêneros do discurso não são criados pelos falantes, mas lhe são dados historicamente. O uso de

um determinado gênero está associado a sua esfera de atividades humana historicamente constituída e com finalidades discursivas específicas.

Com isso, consoante à compreensão dos gêneros do discurso como enunciados típicos que relativamente se estabilizam nas diversas situações sociais de interação, Bakhtin (2003[1979]) propõe as **esferas sociais** como princípio organizador dos gêneros, isto é, as esferas tipificam as situações de interação, estabilizam relativamente os enunciados que nelas circulam, originando gêneros do discurso particulares dessas esferas. Concordamos com Rodrigues (2001, p. 70) ao afirmar que “cada esfera conhece e aplica os seus próprios gêneros”, posto que as características particulares da constituição e do funcionamento dos gêneros do discurso estão vinculadas às especificidades das esferas sociais nas quais estes funcionam, circulam e se organizam. Com isso, percebemos que cada esfera organiza suas formas típicas de comunicação social, à medida que

As relações de produção e a estrutura sociopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre os indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. [...] Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social. (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 43).

Cada esfera apresenta uma orientação social determinada para a realidade, para objetos discursivos próprios e funções ideológicas específicas. Os gêneros do discurso, por conseguinte, não são indiferentes às especificidades de sua esfera. Assim, podemos compreender que os gêneros se constituem a partir de situações da vida social relativamente estáveis, ou seja, imersos nas esferas sociais que, por sua vez, comportam diversos intercâmbios comunicativos. Além disso, em função da complexidade de cada esfera social, a diversidade e a fluidez dos gêneros são infinitas, como afirma Bakhtin (2003[1979], p. 262): “[...] são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade

humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, [este] cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.”

Com isso, como já dito, podemos entender que são os gêneros que organizam o nosso discurso e permitem a comunicação discursiva, pois, segundo Bakhtin (2003[1979], p. 283),

Os gêneros do discurso **organizam nosso discurso** quase da mesma forma que organizam as formas gramaticais. Nós aprendemos a moldar nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume [...] uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação de conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo de fala. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 283, grifos nossos).

Partindo dessa explicação do conceito de gêneros do discurso e da sua relação com as interações, os enunciados e as esferas da atividade humana, é possível direcionarmos-nos às discussões de Bakhtin sobre a noção de **gêneros primários** e **secundários**. Cabe primeiramente ressaltar que o autor não tem a preocupação de estudar os gêneros a partir de classificações, no entanto, o autor enriquece a discussão sobre gêneros quando apresenta delineamentos sobre o que sejam os gêneros primários e os secundários. O autor explica que os gêneros primários são aqueles produzidos e significados (que circulam e são compreendidos) em esferas sociais da vida cotidiana que, por conseguinte, se constituem pelas ideologias do cotidiano. Os gêneros secundários, por sua vez, se constituem nas esferas complexas e, portanto, pelas ideologias sistematizadas e formalizadas, que são diferentes das ideologias do cotidiano (embora ambas estejam sempre em relação dialética).

Poderíamos assim entendê-los:

---

Gêneros Primários

---

Gêneros Secundários

---

<i>Características relativamente estáveis</i> (BAKHTIN, 2003, p. 263)	<i>Características relativamente estáveis</i> (BAKHTIN, 2003, p. 263)
-Esferas sociais não-formalizadas e não-especializadas;	-Esferas sociais formalizadas ou especializadas;
-São gêneros simples: carta pessoal, bilhete, conversa ao telefone com amigos ou familiares, etc;	-São complexos: romance, drama, os gêneros da pesquisa científica, gêneros jornalísticos;
- Gêneros orais ou escritos;	-Surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente mais desenvolvido e organizado;
-Os gêneros primários que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios para se tornarem parte de um enunciado de gênero secundário;	-Gêneros orais e escritos;
- Surgem das condições sociais de comunicação do dia-a-dia;	-No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários;
	-Saturados por ideologias sistematizadas;
	- Surgem de condições sociais de comunicação especializada;

**Tabela 1:** Gêneros primários e secundários com base em Bakhtin (2003[1979]).

Por ideologias do cotidiano<sup>4</sup>, Bakhtin (Volochínov) (2006[1929], p. 123) compreende as formas de consciência social, os modos de ver e conceber a realidade centradas e, por sua vez, orientadas para as práticas de interação da vida cotidiana. Por momentos, o autor compara as ideologias do cotidiano com o termo marxista “psicologia social”, afirmando que elas “constituem o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 123).

Por ideologias sistematizadas, Bakhtin (Volochínov) (2006[1929], p. 123) entende os sistemas ideológicos sistematizados da moral, da ciência, da arte, dentre outros. As ideologias sistematizadas se

<sup>4</sup> Ver seção 2.4 sobre ideologia.

cristalizam a partir das ideologias do cotidiano, exercendo sobre estas uma forte influência, dando-lhes o tom. De acordo com o autor, “os produtos ideológicos constituídos conservam constantemente o elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano, alimentam-se de sua seiva [...]”. Em outras palavras, de um lado, a ideologia sistematizada age sobre a ideologia do cotidiano, de outro, a ideologia sistematizada, ao estabelecer contatos com a ideologia do cotidiano, impregna-se dela, alimenta-se de sua seiva<sup>5</sup>. Bakhtin (Volochínov) (2006[1929]) acrescenta que

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato com os sistemas ideológicos são substanciais e têm caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas. São capazes de repercutir as mudanças da infraestrutura socioeconômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 125).

Dessa forma, a partir de um princípio sócio-histórico e ideológico, os gêneros primários se constituem na comunicação discursiva imediata. Os gêneros secundários surgem nas condições da comunicação cultural mais complexa, mais desenvolvida e organizada. Em outras palavras, como dito anteriormente, os gêneros primários estão ligados às condições e formas de comunicação social determinadas por ideologias do cotidiano e, os gêneros secundários, por sua vez, por ideologias especializadas/sistematizadas.

---

<sup>5</sup> Miotello (2007, p. 174) apresenta o seguinte exemplo acerca da interrelação entre ideologias do cotidiano e sistematizadas: “Como exemplo do que aqui se está discutindo, penso na luta ideológica que vem se dando na sociedade brasileira para estabilizar o sentido de “casamento”. Basta olhar para as múltiplas composições familiares, para os vários tipos de casamentos, para as discussões sem fim em torno do “casamento de pessoas do mesmo sexo” para entender que estamos diante de uma luta declarada de sentidos; a ideologia oficial buscando construir um sentido relativamente estável para “casamento” (união entre duas pessoas de sexo diferente), enquanto os estratos inferiores da ideologia produzem uma multidão de sentidos e de realidades.”

Como visto, para Bakhtin (2003[1979]), a diferença entre gêneros primários e secundários é também importante para entendermos a natureza dos enunciados e a complexa relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia. Bakhtin (2003[1979]) pontua, acerca dessa questão, que,

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades do gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional (BAKHTIN, 2003[1979], p. 265).

Bakhtin (2003[1979]), a esse respeito, afirma que os gêneros do discurso refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera social por meio da relativa regularidade do objeto temático, como também através do estilo e da construção composicional. Para o autor, essas três instâncias, em contínua relação, “estão indissolivelmente ligadas no todo do enunciado e são igualmente determinadas pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 262). Assim, podemos entender como cada campo ou esfera social elabora e significa seus enunciados relativamente estabilizados, os gêneros do discurso.

Como explica Rodrigues (2001), todos os enunciados, vistos sob a ótica do acontecimento, são únicos; entretanto, enquanto elos da comunicação discursiva, estes se inscrevem dentro de uma formulação genérica específica e partilham de características comuns aos outros enunciados daquela situação social de interação. Assim, “os elementos de cada enunciado estão vinculados necessariamente à totalidade do enunciado e do gênero, do qual o enunciado é um representante concreto.” (RODRIGUES, 2001, p. 43). Dessa forma, entendemos que **as três dimensões constitutivas dos gêneros** - o tema, o estilo e a composição - são complementares entre si e se constituem relativas às especificidades provenientes de cada esfera. São esses fatores



(elementos) que conferem aos gêneros do discurso o seu caráter relativamente estável.

Uma das dimensões do gênero do discurso, como visto, é o conteúdo temático. Todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo, sua unidade de sentido e uma orientação ideológica específica. “Se na realidade o objeto é inesgotável, quando se converte em tema do enunciado, adquire um sentido particular, [...] nos limites da intenção (vontade, propósito discursivo) do autor.” (RODRIGUES, 2001, p. 43). Esse processo Bakhtin (2003[1979]) denomina de esgotamento do sentido do objeto, como já discutido neste presente estudo (Cf. seção 2.1).

A partir disso, podemos entender que, para Bakhtin (2003[1979]), todo gênero do discurso tem um conteúdo temático específico, um objeto do discurso e o sentido determinado para com ele e os próprios gêneros. Em outras palavras, o tema do enunciado é diferente, à medida que se diversificam as situações de interação. À luz da teoria bakhtiniana, Fiorin (2006, p. 62) esclarece que o tema, “[...] não é o assunto específico de um texto, mas é o domínio de sentido de que se ocupa o gênero.

Além disso, para Bakhtin (2003[1979]), o conteúdo temático não corresponde especificamente ao significado de um determinado conteúdo ou assunto, isto é, à materialização linguística do conteúdo e não se esgota enquanto assunto ou objeto de discussão do gênero do discurso. O autor ainda explica que o tema atua nos gêneros a fim de situá-los nas situações interativas, representando diferentes formas de conceber e compreender a realidade. Grillo (2006), a esse respeito, explica que,

O tema do gênero refere-se ao modo de relação do enunciado com o objeto de sentido; é de natureza semântica; caracteriza-se por atribuir uma apreensão delimitadora do objeto de sentido e por compor-se de uma expressão valorativa, [...] (GRILLO, 2006, p.146)

Conforme explica Grillo (2006), assim, podemos entender que o conteúdo temático do gênero do discurso trabalha em dois planos: o da representação e o da refração da realidade. Dito de outro modo, os gêneros do discurso apresentam sempre uma dupla orientação na/para a realidade: o conteúdo temático não é apenas representação, mas também refração das possibilidades de constituição do conteúdo temático do

gênero. Os gêneros orientam-se na/para a vida, refletindo e refratando determinados aspectos da realidade. Desse modo, o conteúdo temático diz respeito à maneira como o gênero seleciona elementos da realidade e como os trata na constituição de seu conteúdo temático. Em termos gerais, o tema dos gêneros desempenha papel fundamental na apreensão do real e na sua consequente representação/refração. Morson; Emerson (2008, p. 293) explicam que

Cada gênero é adaptado para conceitualizar alguns aspectos da realidade melhor do que outros. É por isso, com efeito, que as pessoas e as culturas precisam apreender continuamente novos gêneros, à medida que se expande o âmbito de sua experiência.

Caretta (2011), a esse respeito, explica que o tema é um dos elementos constitutivos dos gêneros que regulariza socialmente o sistema de recursos e modos de tratar a realidade, à medida que “os gêneros desempenham papel importantíssimo na apreensão do real, pois através deles, o homem organiza, compreende e comenta o seu mundo.” (CARETTA, 2011, p. 24).

Intimamente ligado ao conteúdo temático está o estilo, que diz respeito à seleção típica dos recursos léxicais, fraseológicos e gramaticais da língua. A existência de estilo implica sempre a existência de um gênero, isto é, “todo estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados [...]” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 265). Podemos compreender que o estilo é indissociável a unidade de sentido e de composição.

Como já vimos, Bakhtin (2003[1979]) ressalta que cada esfera tem seus gêneros, que se relacionam com determinadas situações sociais de interação e que a cada gênero corresponde um estilo próprio, isto é, “em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos.” (p. 266). Ao considerar que cada gênero tem um estilo, o autor aponta para a existência não somente do estilo individual do falante, mas considera também o estilo próprio dos gêneros do discurso. Ainda, sendo o estilo, em confluência com o conteúdo temático e a composição, um elemento integrante do gênero, muitas vezes o estilo individual não se sobrepõe ao estilo genérico, o que leva o autor a considerar o estilo individual um epifenômeno.

O estilo, portanto, diz respeito às possibilidades de utilização de recursos linguísticos. Um gênero determinado corresponde a um estilo determinado. Como bem lembra-nos Brait (2006), ao explicar a concepção bakhtiniana de estilo, “o estilo tem a ver com o gênero, o que implica coerções linguísticas, enunciativas e discursivas, próprias da atividade em que se insere.” (p. 94-95). Compreendido dessa maneira, enquanto o tema determina a seleção dos aspectos da realidade com os quais e a partir dos quais o gênero opera, o estilo, por sua vez, determina os usos dos recursos linguísticos e enunciativos possíveis e específicos para representar e refratar essa realidade no gênero.

Outra dimensão constitutiva é a composição do gênero. Para Bakhtin (2003[1979]; 2008a[1963]), são os procedimentos de disposição, orquestração e acabamento do enunciado. Além disso, a composição leva em consideração a mobilização dos participantes da comunicação discursiva.

Essa dimensão não se confunde com formas estruturais rígidas, mas como uma dimensão fluida e dinâmica, passível de mudanças. “Na produção do enunciado, é a noção acerca da forma do enunciado total, isto é, de um gênero do discurso específico, que coloca o discurso em determinadas formas composicionais e estilísticas.” (RODRIGUES, 2001, p. 44).

Com isso, podemos entender que a construção composicional de um gênero é responsável pela organização material do enunciado. Contudo, apesar de determinar a forma do enunciado, a composicionalidade não pode apenas ser compreendida por essa característica, à medida que o gênero não pode ser reduzido a sua unidade formal. De acordo com Bakhtin (2003[1979]), a forma composicional está ligada a uma “forma padrão relativamente estável de estruturação de um todo” (p. 301) e ainda pode ser considerado o elemento mais característico do gênero.

Portanto, na perspectiva bakhtiniana, entendemos os gêneros como tipos temáticos, estilísticos e composicionais dos enunciados que se constituem a partir de situações sociais de interação típicas relativamente estáveis. Como esclarece Fiorin (2006), “o gênero estabelece, pois, uma interconexão da linguagem com a vida social. A linguagem penetra na vida por meio de enunciados concretos e, ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida se introduz na linguagem.” (p. 61). Entendemos os gêneros sempre vinculados a um determinado campo de atividade humana, refletindo e/ou refratando suas condições específicas e suas finalidades. Os gêneros são meios de apreender e compreender a realidade.

Além das discussões expostas, procuramos também entender o processo de **formação dos gêneros**. Bakhtin (2008a[1963]), ao tratar, da história dos gêneros, especificamente dos gêneros literários, afirma que, por sua natureza intrínseca, os gêneros do discurso refletem as tendências mais perenes da evolução histórica; o gênero conserva sempre os elementos “imorredouros da *archaica*”<sup>6</sup>. (BAKHTIN, 2008a[1963], p. 121). Assim, todo gênero, mesmo no processo de atualização e de renovação, conserva as suas particularidades características de tempos anteriores.

Contudo, como afirma Bakhtin (2008a[1963]), a *archaica* só se conserva no gênero em função de sua permanente renovação, à medida que, para o autor, “o gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo.” (BAKHTIN, 2008a[1963], p. 121). O gênero renasce e se renova em cada nova etapa histórico-cultural, e é nesse processo de renascimento e renovação que consiste a vida do gênero.

Por essa razão, Bakhtin insiste que a própria *archaica* que se conserva no gênero não é morta, mas precisamente viva, e por razão de sua vivacidade que o gênero é capaz de renovar-se. Para o autor, “o gênero vive do presente, mas sempre recorda o seu passado, o seu começo.” (BAKHTIN, 2008a[1963], p. 121). Todo gênero do discurso possui uma lógica concreta orgânica, determinada criativamente a partir de protótipos ou fragmentos do gênero. Assim, cada variedade de gênero, ou cada “novo” gênero sempre generaliza essa lógica concreta de algum modo, contribuindo para a sua renovação.

Outra discussão pertinente acerca da formação dos gêneros está no que Bakhtin (Volochínov) (2006[1929]) afirma ser a relação entre a palavra e as transformações sociais. Como observa o autor, a palavra é tecida a partir de uma interrelação de fios ideológicos, servindo de trama para todas as relações sociais em quaisquer que sejam os domínios. Com isso, a palavra apresenta-se como um indicador das diversas transformações sociais.

É, portanto, claro que a palavra será sempre o **indicador** mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistema ideológicos estruturados e bem-formados.

---

<sup>6</sup> O termo, em Bakhtin (2008a[1963]), apresenta o sentido de traços característicos e distintos de tempos anteriores.

(BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 42, grifos do autor).

Assim, para o autor, a palavra constitui o meio pelo qual se engendram diversas e contínuas acumulações de mudanças sociais que ainda, por sua vez, não tiveram seu tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, uma forma ideológica nova e acabada. “A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 42). Ao relacionarmos essa questão com a formação dos gêneros, podemos entender que “novos” gêneros nascem como resultado de mudanças sociais, a partir do advento de novas práticas sociais e, por conseguinte, de novas práticas de uso da linguagem.

Para Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]), as relações de produção e a estrutura social determinam os contatos verbais possíveis, todas as formas e os meios de comunicação verbal, e destas formas e tipos de comunicação verbal derivam os diversos modos de discurso, isto é, formas de interação verbal ou gêneros do discurso.

Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]) afirma, sob essa perspectiva, que essas formas de interação verbal, sensíveis a todas as transformações sociais, acham-se estreitamente vinculadas às condições da situação de interlocução dada e reagem sensivelmente a todas as flutuações da atmosfera social. Com isso, os gêneros “novos” que se formam são resultados da renovação de gêneros da tradição, como produtos de “novas” formas de interação social.

Outra questão que poderíamos relacionar com a emergência de “novos gêneros” é a discussão de Bakhtin sobre o processo de transmutação, mais especificamente sobre a relação constitutiva entre gêneros primários e secundários (questão já discutida no início desta seção). Bakhtin (2003[1979]) afirma que a diversidade dos gêneros do discurso é infinitamente rica, posto que são inesgotáveis as possibilidades multiformes da atividade humana. Além disso, para o autor, essa riqueza e extrema heterogeneidade é consequência de que cada campo de atividade humana constrói e tipifica seu repertório de gêneros, que pode crescer e se diferenciar, à medida que se complexifica esse determinado campo.

Bakhtin (2003[1979], p. 263) entende que, no processo de formação dos gêneros, os secundários, aqueles que surgem de situações sociais em esferas ideologicamente sistematizadas, constituem-se a partir da reelaboração de diversos gêneros primários, que se constroem nas condições de comunicação mais imediata. Além disso, como já dito,

para o autor, há uma relação orgânica entre esferas e gêneros dos gêneros, posto que uma determinada função (científica, oficial, ou cotidiana, por exemplo) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo (esfera), geram gêneros específicos, isto é, determinados enunciados típicos relativamente estáveis.

Assim sendo, entendemos que na formação dos gêneros: os gêneros emergentes apenas refletem, de forma mais direta, a ideia bakhtiniana de que os enunciados e seus tipos são, de fato, “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 268). Por isso, segundo autor, nenhum fenômeno lingüístico considerado “novo” pode integrar o sistema da língua sem ter perpassado pelo complexo caminho da elaboração de gêneros e estilos.

Entendemos que os gêneros são modos específicos de conceber a realidade, assim, com novas práticas sociais, novos gêneros emergem. Bakhtin (2008a[1963]) compreende que os gêneros são como formas de conceitualizar certos aspectos da vida e, com efeito, as pessoas, nas diversas práticas culturalmente situadas, precisam reconhecer os novos gêneros à medida que novas práticas sociais expandem o âmbito de suas experiências.

O autor explica que, em função de cada gênero do discurso ser capaz de controlar certos aspectos definidos da realidade (BAKHTIN, 2003[1979]), cada gênero possui princípios definidos de seleção e de adaptação aos aspectos da vida. Bakhtin (1998[1975], p. 134) afirma, dessa forma, que os gêneros apreendem, por assim dizer, os “aspectos anedóticos da vida”, captando aspectos e fenômenos sociais, procurando conceitualizar as mais diversas relações sociais da vida. É partindo dessa ideia que, para o autor, decorre a emergência de novos gêneros.

A emergência de novos gêneros, para Bakhtin (1998[1975]) não deve ser entendida como resultado de processos restritamente mecânicos ou apenas da renovação de dispositivos estruturais formalizados. Novos gêneros refletem mudanças da nova vida social, e tais mudanças levam a novas práticas, novos contextos, novas necessidades e novas relações interativas. Bakhtin assim esclarece essa questão à luz do gênero romance,

Cada gênero só é capaz de controlar certos aspectos definidos da realidade. [...] Para criar um romance é mister aprender a ver a vida em termos de história novelística, é necessário ver as relações

mais amplas e mais profundas da vida em larga escala. Há uma diferença abissal entre a capacidade de captar a unidade isolada de uma situação fortuita e a capacidade de compreender a unidade e a lógica interior de toda uma época. (BAKHTIN, 1998[1975], p. 131-135)

Assim, os gêneros por refletirem e significarem as mudanças sociais, levam as pessoas a entender e a ver aspectos da realidade de novas maneiras, à medida que o gênero “avalia a realidade e a realidade clarifica o gênero.” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 136). Todo gênero responde às necessidades sociais e às experiências sociais.

Bakhtin entende que, em uma visão oposta a sua, para os formalistas, por exemplo, a criatividade resultaria simplesmente da recombinação de elementos já prontos, isto é, os formalistas tendiam a compreender que um novo gênero surge de gêneros disponíveis a partir da remodelação ou reagrupamento de elementos já dados. Como explica o autor, para os formalistas, “tudo é dado ao artista, restando-lhe apenas combinar de maneira nova o material já pronto.” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 146). Entretanto, em termos bakhtinianos, a verdadeira visão de historicidade dos gêneros discutiria, de fato, não a reconfiguração de modelos já dados, mas a interação de experiências humanas historicamente construídas como formas de conceitualizar a realidade em gêneros. Essa crítica de Bakhtin aos formalistas reforça a ideia já discutida dos gêneros do discurso como correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem.

Como explicam Morson e Emerson (2008), o formalismo, especialmente em seu início, acabava por ignorar que a experiência social e as práticas reais, conduziam à emergência de novos gêneros. Os formalistas não entendiam que novos gêneros resultariam de novas visões do mundo e de novas possibilidades de interação, acrescentamos. Os autores esclarecem que, na verdade, não havia nenhuma percepção real da história como embasamento para o modelo formalista. Não havia menções às experiências sociais. Para os formalistas, a história é sempre um presente permanente, uma contemporaneidade permanente. Em oposição, argumentam os autores, Bakhtin identifica os gêneros do discurso como um órgão-chave da memória e um importante veículo social da historicidade (MORSON; EMERSON, 2008, p. 296). Os autores ainda reiteram que

Novos gêneros refletem mudanças na vida social real. Tais mudanças levam a novas visões da experiência e a diferentes gêneros de discurso [...]. Os gêneros, uma vez surgidos, podem ensinar as pessoas a ver aspectos da realidade de maneira nova [...]. (MORSON; EMERSON, 2008, p. 294).

Com isso, podemos entender que, em termos bakhtinianos, um novo gênero acaba por enriquecer o repertório social de visões de mundo, à medida que se constitui como verdadeira forma de pensamento. Os gêneros transmitem certa visão de mundo, isto é, experienciamos o mundo por meio dos gêneros. Com isso, compreendemos que os gêneros, ao longo de sua historicidade, constituem-se como formas de ver e interpretar aspectos particulares do mundo.

Com base em Bakhtin, afirmamos que cada gênero implica um conjunto de valores, uma forma específica de pensar sobre nossas experiências, ou seja, todo gênero traz em si uma apreciação da realidade. Como já afirmamos, os gêneros são, portanto, um vínculo entre a história da sociedade e a história da língua da sociedade. Os gêneros, por assim dizer, acumulam experiências e para compreendê-los é preciso desenvolver uma reflexão apurada e flexível sobre as diferentes mudanças sobrevindas da vida em sociedade.

Em termos gerais, portanto, entendemos que os gêneros possibilitam e medeiam as interações e, logo, a produção de enunciados, pois, como visto, um dos fatores determinantes para a constituição do acabamento dos enunciados é a forma de gênero. Um determinado gênero do discurso se constitui para o falante como um “modelo” para a construção da totalidade discursiva e, para o interlocutor, por sua vez, como um horizonte de expectativas. Rodrigues (2001, p. 40) explica que, ao se relacionar com o “discurso alheio, o ouvinte (o leitor), desde o início, infere o gênero no qual o enunciado se encontra moldado e, dessa forma, as propriedades genéricas em questão já se constituem em índices indispensáveis à compreensão (interpretação) do enunciado.”

Após a discussão sobre o conceito de gêneros do discurso na perspectiva bakhtiniana, direcionamo-nos para a seção que aborda o estudo sobre as relações dialógicas.



## 2.3 AS RELAÇÕES DIALÓGICAS

A elaboração da noção de relações dialógicas, nos escritos do Círculo de Bakhtin, é delineada explicitamente desde a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929]), na qual a questão da interação verbal é apresentada como centro na constituição das relações intersubjetivas, possibilitando a construção de sentido e de valores nessas relações e o diálogo em seu sentido mais amplo (BRAIT, 2006). Nessa mesma obra, Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]) procura, dentre outros aspectos, discutir a relação entre sujeitos do discurso – a alteridade – tida como o princípio estruturador das relações dialógicas. Amorim (2004) explica que a alteridade marca as fronteiras do enunciado, permitindo, por conseguinte, a passagem da palavra ao outro. É esse acabamento, segundo a autora, que permite a resposta de outrem.

Brait (2006[1929], p. 28-29) explica que a presença do outro é uma das questões fundacionais no estudo das relações dialógicas, “interferindo nas noções de sujeito, de autoria, de texto e de discurso.” Da mesma forma, Geraldi (2005) ressalta que o processo social de produção da linguagem é sempre um processo que demanda alteridade. “E essas “alteridades” não são sujeitos ou individualidades soltas no mundo, mas [...] se constroem nos usos da linguagem [...] historicamente mutáveis. (GERALDI, 2005, p. 78, grifos do autor).

Com isso, podemos entender que é na alteridade que os indivíduos se constituem, em relações sócio-historicamente situadas. Constituímo-nos e nos transformamos sempre em relação ao/com o outro. Nessa direção, “dialogia e alteridade definem o ser humano, uma vez que é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam a outrem” (BARROS, 2001, p. 30). Entretanto, mesmo tendo em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* uma discussão inicial, são nos capítulos “O discurso em Dostoiévski” e “O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas” que, de fato, encontramos as primeiras definições explícitas do **conceito de relações dialógicas**. Para Bakhtin:

As relações dialógicas são de índole específica: não podem ser reduzidas a relações meramente lógicas (ainda que dialéticas) nem meramente linguísticas (sintático-composicionais). Elas só são possíveis entre enunciados integrais de

diferentes sujeitos do discurso [...]. Onde não há palavra, não há linguagem e não pode haver relações dialógicas; estas não podem existir entre objetos ou entre grandezas lógicas (conceitos, juízos, etc.). As relações dialógicas pressupõem linguagem, no entanto, elas não existem no sistema da língua [...]. As relações dialógicas são relações (semânticas) entre toda a espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido [...] acabam em relação dialógica. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 323)

A partir disso, Bakhtin (2003[1979]) entende que as relações dialógicas, diferem radicalmente de todas as relações linguísticas entre elementos seja do sistema da língua, seja dos enunciados isolados. Bakhtin (2008a[1963]) pontua que as relações dialógicas são, de fato, essencialmente extralinguísticas, e com isso não devem ser separadas do campo do discurso. O autor explica que os enunciados nascem do ponto de contato com a realidade concreta e nas condições de uma situação de interação verbal real. Assim, as relações dialógicas que se constroem entre os enunciados se constituem sob as mesmas condições. O autor assim esclarece,

Na linguagem, enquanto objeto da linguística, não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas: estas são impossíveis entre os elementos da língua [...] ou entre os elementos do texto num enfoque rigorosamente linguístico deste [...]. Assim, as relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. (BAKHTIN, 2008a[1963], p. 208-209).

Como podemos ver, para o autor, as relações dialógicas só ocorrem no campo da vida da linguagem, no campo do discurso. Bakhtin (2008a[1963]) ainda pontua que toda a vida da linguagem, seja qual for sua esfera de uso (cotidiana, artística, científica, etc) está impregnada de relações dialógicas. E como pertencentes ao campo do discurso, as relações dialógicas são apenas possíveis entre enunciações integrais ou tomados como tais pelos interlocutores.

Assim, podemos compreender que, em termos bakhtinianos, os elementos da língua dentro do seu próprio sistema ou na estruturação interna de um dado texto não podem entrar em relações dialógicas. Contudo, visões de mundo, pontos de vista, vozes sociais, dialetos, estilos de linguagem podem entrar efetivamente em relações dialógicas, desde que materializados nos enunciados. Para o autor, a relação com o sentido e com sua compreensão é sempre dialógica. Portanto, além de serem relações extralinguísticas, as relações dialógicas são relações de sentido entre enunciados.

Além disso, em relação às relações dialógicas e à alteridade, podemos entender que **cada enunciado é pleno de ressonâncias e ecos de outros enunciados, de enunciados do outro**. Para Bakhtin (2003[1979]), os enunciados não são indiferentes uns com os outros, mas se conhecem e se atravessam mutuamente; e é justamente esse atravessamento de reflexos mútuos que determina seu caráter. O autor afirma que o enunciado, dialogicamente constituído e orientado, deve ser concebido como uma resposta aos enunciados precedentes, os já-ditos, e aos subseqüentes, os pré-figurados, à medida que o enunciado entra em confronto de valores, ideias, posições com outros enunciados, rejeitando-os, confirmando-os, completando-os, baseando-se neles, subentendendo-os como conhecidos, de certo modo os levando em conta. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 297).

Em outras palavras, todos os enunciados são plenos de palavras dos outros, em diferentes graus de assimilação, de alteridade, de aperceptibilidade e de relevância. “Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 295). Por essa razão, o enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem considerá-las, é impossível entendê-lo.

Os enunciados não são indiferentes entre si, pois uns conhecem os outros, se relacionam com os outros, se constituem em relação aos outros de forma dialógica. Em realidade, segundo o autor, todo enunciado sempre responde de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam. Além disso, essa relação dialógica é sempre definida pela identidade do campo sociodiscursivo. Em outras palavras, “cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 297).

A partir disso, entendemos que os enunciados podem ser considerados como respostas aos enunciados precedentes de um determinada esfera social. Para o autor, devemos entender que o

enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto. Como consequência, torna-se impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Bakhtin (2003[1979], p. 297) ainda explica que essa reação-resposta em face dos enunciados de outrem pode ser construída/constituída por diferentes formas.

Bakhtin (1998[1975]; 2003[1979]; 2008a[1963]) nos lembra que as relações de sentido são possíveis não apenas entre enunciados integrais, como dito acima, mas também (a) em qualquer parte significativa do enunciado; (b) entre estilos de língua, dialetos sociais e (c) “no enunciado como um todo, em relação as suas partes separadas e em relação a uma só palavra em seu interior” (FARACO, 2009, p. 67), desde que tomados como pontos de vista sobre o mundo, representando enunciados integrais. O autor assim esclarece essa questão:

[...] cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsiva a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva. Essas reações têm diferentes formas: os enunciados dos outros podem ser introduzidos diretamente no contexto do enunciado; podem ser introduzidas somente palavras isoladas ou orações que, neste caso, figurem como representantes de enunciados plenos e, além disso, enunciados plenos e palavras isoladas podem conservar a sua expressão alheia, mas não podem ser reacentuados (em termos de ironia, de indignação, reverência, etc.); os enunciados dos outros podem ser recontados com um variado grau de reassimilação [...] O enunciado é pleno de **tonalidades dialógicas** e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 299, grifos do autor).

Quanto às relações dialógicas com qualquer parte significativa do enunciado, podemos entender que estas podem consubstanciar no interior do enunciado, mesmo no interior de uma determinada palavra, desde que possamos compreender a relação de sentido, de projeções axiológicas, de colisão de vozes que saturam essa palavra ou parte do enunciado, que criam limites internos no enunciado, destacando as vozes, ou seja, o discurso do autor do enunciado e o discurso do enunciado citado/relatado/mencionado.

Por outro lado, como mencionado anteriormente, as relações dialógicas são também possíveis entre dialetos sociais e estilos da língua, desde que possamos encontrar nessas relações efeitos semânticos, como “cosmovisões de linguagem de certo tipo” (FARACO, 2009, p. 67). Por fim, as relações dialógicas são também possíveis entre partes do enunciado ou no enunciado como um todo. Bakhtin (2008a[1963]) ainda ressalta que em uma abordagem ampla das relações dialógicas, poderíamos afirmar que estas “são possíveis também entre outros fenômenos conscientizados desde que estes estejam expressos numa matéria signíca.” (p. 211).

Em conclusão, as relações dialógicas são relações discursivas de sentido, isto é, relações que fazem parte da natureza da vida concreta da linguagem. Em outras palavras, como o dialogismo é um fenômeno do discurso, este não pode ocorrer entre estruturas da língua, mas somente entre enunciados concretos. Direccionamo-nos, neste momento, após as discussões sobre as relações dialógicas, para as seções de estudo sobre a ideologia e a valoração.

## 2.4 A IDEOLOGIA

Bakhtin (1998[1975]; 2003[1979]; (VOLOCHÍNOV) 2006[1929]) entende que há uma relação intrínseca entre ideologia e linguagem; a ideologia se materializa na linguagem, **toda ideologia é semioticamente construída**. “Em outros termos, tudo o que é ideológico é um signo. **Sem signos não existe ideologia**.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 31). Dessa forma, o signo é sempre ideológico e construídos histórico-culturalmente nas diferentes situações e relações sociais.

O signo ideológico é um fenômeno extralinguístico, e só pode aparecer em terreno do interindividual. Como afirma Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]), o lugar verdadeiro do ideológico é o material social de signos criados nas relações entre os homens.

A especificidade do signo ideológico reside no fato de que ele se constitui entre sujeitos, tecido em suas diferentes relações interpessoais. “A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. [...] É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 36). Com isso, para Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929], p. 46), “não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que

adquiriu um valor social.” Além disso, para o autor, tudo o que é ideológico possui valor semiótico.

O aspecto semiótico de todo fenômeno ideológico e da mediação nas diversas situações de interação social se constroem efetivamente no uso da linguagem. Nesse uso, Bakhtin entende a palavra como signo privilegiado. Para o autor, a palavra não é apenas um fenômeno ideológico por excelência (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929]), como também “é o modo mais puro e sensível de relação social.” (p. 36). Para o autor, “[...] a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica já deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 36).

Além disso, Bakhtin ressalta, a esse respeito, que a palavra não é apenas o signo mais puro, mas também um signo neutro. O autor nos esclarece que, no domínio da ideologia, cada campo tem seu próprio material ideológico, formulando signos que lhe são próprios e que não são aplicáveis a outros domínios. Assim, o signo é criado por um domínio ideológico preciso, “a palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 37).

Como já dito, para Bakhtin, o material privilegiado da comunicação é a palavra, porém é preciso entender que a palavra penetra em todas as relações interindividuais e, dessa forma, deve ser entendida à luz das diferentes possibilidades e orientações ideológicas possíveis. As palavras podem estar centradas sobre a vida cotidiana e, por conseguinte, às ideologias do cotidiano, ou sobre os sistemas formalizados, e, dessa vez, ligadas aos sistemas ideológicos constituídos.

Como já discutido no presente estudo, as ideologias centradas sobre a vida cotidiana correspondem às atividades não fixadas em sistemas. Estas estão em contato direto com as ideologias formalizadas, porém são mais móveis e sensíveis, indicando e repercutindo as diferentes mudanças sociais de forma mais rápida do que as ideologias de sistemas constituídos.

Os sistemas ideológicos constituídos, por sua vez, como a ciência, a arte, a religião, o jornalismo, são produtos do desenvolvimento social e econômico da sociedade e se cristalizam a partir da ideologia do cotidiano e em retorno “[...] dão normalmente o tom a essa ideologia.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p.

123). Além disso, ratificamos que Bakhtin explica que esses dois grandes sistemas ideológicos se inter-relacionam no seu terreno comum:

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 119).

Assim, entendemos que para Bakhtin (Volochninov) (2006[1929], p. 36), “a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais”, ou seja, as leis que governam o real são as leis da comunicação semiótica constituídas por valores sociais, históricos, culturais, e é nisto, segundo o autor, que consiste a natureza dos signos ideológicos. É sob essa perspectiva que discutimos as postulações bakhtinianas sobre **a refração** como processo necessariamente ideológico e constitutivo do signo. Numa realidade historicamente constituída, os signos, para Bakhtin (Volochninov) (2006[1929]), refletem e refratam o real a partir de projeções sociais contrastantes e valorativamente construídas nas relações de classe. A refração, portanto, no âmbito do signo ideológico, implica no confronto de forças (centrípetas e centrífugas) que se entrecruzam na construção das diferentes relações interpessoais (e nos valores e posições legitimadas para os sujeitos) e nos sentido diversos no uso da linguagem. Como afirma Bakhtin (Volochninov) (2006[1929]),

Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade [...]. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 35).

Em outras palavras, toda palavra é constituída por ideologias que não apenas refletem aspectos do real, como também refratam esses aspectos. Para Bakhtin (2008a[1963]), a refração é uma prática dialogicamente orientada, posto que, ao ser refratada, a palavra se

constrói num espaço repleto de acentos<sup>7</sup> outros, como se fossem peças constituintes da construção de seu sentido, “é como se dessa palavra inserida do outro se desprendessem círculos, abrindo sulcos sobre ela” (BAKHTIN, 2008a[1963], p. 239). A refração passa a ser compreendida como a confluência entre acentos de valor diversos. Assim esclarece o autor,

A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou. [...] Que discurso domina numa determinada época e numa determinada corrente, quais as formas de refração da palavra que existem, **o que serve de meio de refração?** Todas essas questões são de importância primordial para o estudo do discurso [...]. (BAKHTIN, 2008a[1963], p. 233, grifos do autor).

Entendemos que a refração ideológica é uma isonomia de valores coexistentes, à medida que “interpretar o mundo implica em pensar todos os seus conteúdos como simultâneos e atinar-lhes as inter-relações em um corte temporal” (BAKHTIN, 2008a[1963], p. 31). Dessa forma, como já dito, segundo o autor, onde se encontra o signo, encontra-se o ideológico; cada signo ideológico não apenas apresenta-se como um reflexo do real, mas também um fragmento desse real. Segundo Bakhtin,

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito a critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 32).

---

<sup>7</sup> O conceito de acento de valor será discutido na próxima seção.



Assim, compreendemos que os signos só podem existir nas relações sociais. No entanto, como visto, os signos não existem apenas como uma parte de uma realidade, eles também refletem e refratam uma outra. No dizer de Ponzio (2009), o signo, ao mesmo tempo em que representa a realidade, também a refrata, acrescentando-lhes índices de valor.

Como pontua Miotello (2007), **a perspectiva de trabalho do Círculo de Bakhtin sobre o conceito de ideologia** procura se distanciar de uma compreensão subjetiva ou internalizada (aquela que entende a ideologia como uma idéia presa à mente humana, vivendo na consciência individual do homem) ou de uma corrente idealista-psicologizada (ideologia como ideia já dada ao homem). Como esclarece Bakhtin (Volochínov) (2006[1929]):

A filosofia idealista e a visão psicologista da cultura situam a ideologia na consciência. Afirmam que a ideologia é um fato de consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão. O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que **a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos.**

[...]

A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela refletem sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem. (BAKHTIN

(VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 33; 35-36. grifos do autor).

Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]) busca entender a ideologia na concretude dos acontecimentos (e não numa perspectiva idealista), isto é, materializada enunciativamente (posto que toda ideologia é semiotizada). Como afirma Miotello (2007, p. 168), “Bakhtin vai construir o conceito [de ideologia] no movimento, sempre se dando entre a instabilidade e a estabilidade e não na estabilização [...]”.

A ideia de consciência como produto ideológico é também discutida por Bakhtin em *O Freudismo* (2004[1924]). Bakhtin explica, por exemplo, que a relação entre o médico e seu paciente não se constitui como uma relação entre forças psíquicas, mas como resultado de forças ideológicas (a autoridade do médico *versus* as experiências emocionais do paciente). Na mesma obra, Bakhtin (2004[1924], p. 87), assim sintetiza a relação entre psiquismo e ideologia:

Em realidade, entre o conteúdo do psiquismo individual e a ideologia enformada não há uma fronteira em termos de princípio. Em todo caso, o conteúdo do psiquismo individual não é nada mais compreensível nem mais claro que o conteúdo da criação cultural e por isso não lhe pode servir como explicação. Uma vivência individual conscientizada já é ideológica; por tal razão, do ponto de vista científico, ela não é, de maneira alguma, um dado primário e indecomponível; é já uma determinada elaboração ideológica do ser. (BAKHTIN, 2004[1924], p. 87).

O que podemos perceber é que há uma resistência em se tratar a ideologia como mascaramento ou ocultamento do real, assim como algo dado ou recortado do real, pois Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]) trata a ideologia a partir de uma posição, de uma projeção construída a partir das interpretações da realidade social. É a expressão de uma tomada de decisão, situada axiologicamente. Assim, é nesse jogo de estabilidades e instabilidades, que a ideologia se constrói entrelaçadas em nossas relações sociais, em nossa compreensão do mundo e, por conseguinte, significando nossas interações.

Ponzio (2009) assim nos esclarece:

O termo “ideologia” que Bakhtin usa não se identifica completamente com “falsa consciência”, com “pensamento distorcido”, falso. Não se trata exatamente, de mistificação nem de automistificação ou falsificação socialmente determinada. O significado de ideologia para Bakhtin é, portanto, diferente do significado que esse termo adquire em Marx e Engels em seus escritos juvenis [...], nos quais o termo “ideologia” identifica-se com ou aproxima-se de “falsa consciência, certamente não no sentido de que possa servir como definição de ideologia burguesa e ao seu valor com relação ao conhecimento objetivo. (PONZIO, 2009, p. 114, grifos do autor).

A partir das discussões acima, podemos entender que a ideologia é um conceito central na obra do Círculo e que não corresponde a um produto de ordem internalizada, subjetiva, mas constitui-se na vida social, sendo a própria condição de existência da consciência e da linguagem. Faraco (2006) nos apresenta uma síntese geral da concepção de ideologia para os estudos do Círculo, afirmando que,

[...] a palavra **ideologia** é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do “espírito” humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura **imaterial** ou produção **espiritual** (talvez como herança de um pensamento idealista); e, igualmente, de formas da consciência social (num vocabulário de sabor mais materialista). **Ideologia** é o nome que o Círculo costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar uma certa terminologia marxista). (FARACO, 2006, p. 46, grifos do autor)

Em conclusão, entendemos que a ideologia e sua expressão semiótica compreende o conjunto de reflexos e de interpretações da realidade, isto é, os diferentes modos de conceber e compreender o real, mediados por signos, “[...] à medida que a realidade determina o signo e o signo reflete e refrata a realidade em transformação.” (BAKHTIN

(VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 42). A ideologia para Bakhtin (Volochninov) (2006[1929]) é dialógica; semiotizada e perpassa todas as situações de interação social, posto que tudo o que é ideológico é semioticamente construído.

Os signos só emergem do processo de interação entre uma consciência individual e outra, isto é, nas relações intersubjetivas. E a própria consciência individual está repleta de signos. “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 33-34). Após a discussão sobre ideologia, direcionemos nosso estudo para a valoração, mais especificamente, para o tom emotivo-volitivo que se constrói em qualquer ato humano.

## 2.5 A VALORAÇÃO

Bakhtin (2010[1920/1924]) afirma que todos **os atos do sujeito estão sempre sendo atravessados por tons emotivo-volitivos**. Para o autor, todo sujeito sempre enuncia atitudes avaliativa sobre si e sobre o outro. Pelo simples fato de agir, enquanto sujeito único e singular, este entra em relações volitivas com o mundo.

A esse respeito, Bakhtin (2010[1920/1924]) afirma que, ao separarmos abstratamente o conteúdo da experiência do seu real evento de vivência, o conteúdo se apresenta absolutamente indiferente a respeito do valor atribuído no ato experienciado. Contudo, para tornar-se realmente realizado e experienciado, o conteúdo, incorporado ao ser historicamente instituído, precisa ser atravessado por entoações emotivo-volitivas. Para o autor, “o verdadeiro pensamento que age é pensamento emotivo-volitivo, é pensamento que entoa e tal entoação penetra de maneira essencial em todos os momentos conteudísticos do pensamento.” (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 87).

Assim, o sistema de valoração (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 87) dá o caráter do evento. O tom emotivo-volitivo que envolve o conteúdo inteiro do sentido é o mesmo que o relaciona com o existir do evento singular. Entendemos que o sistema de valoração do sujeito, em sua eventicidade singular, deve ser uma posição construída nos limites do seu existir.

A ligação entre o conteúdo dos atos vivenciados e seu tom emotivo-volitivo não são de ordem causal, mas entrelaçados na trama

histórica das experiências únicas do sujeito. Dessa forma, dentre outras possíveis relações entre o conteúdo da experiência e a sua valoração, para Bakhtin (2010[1920/1924], p. 88), “um pensamento pode ser entrelaçado na trama da minha viva consciência real emotivo-volitiva por razões completamente estranhas, que não tenham nenhuma relação necessária com o aspecto de conteúdo-sentido do pensamento dado.” Com isso, compreendemos que um tom emotivo-volitivo não se refere estritamente ao conteúdo como tal, mas na sua correlação entre o sujeito e a eventicidade do seu ato.

Além disso, a projeção de valor que abarca e perpassa todo existir-evento singular não é uma reação inata ao ser ou uma reação psíquica passiva, mas uma orientação moralmente validada e responsavelmente ativa. Com isso, as projeções valorativas são movimentos de uma consciência responsavelmente consciente, que “transforma uma possibilidade na realidade de um ato realizado, de um ato de pensamento, de sentimento, de desejo, etc.” (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 91). Segundo Bakhtin (2010[1920/1924]), com o tom emotivo-volitivo, todo sujeito indica exatamente o momento do seu ser ativo na experiência vivida, isto é, o sujeito age e constrói valores para esse agir no evento. Bakhtin (2010[1920/1924]) denomina esse estágio de caráter volitivo-realizador, à medida que o sujeito experiência seu ato e atribui-lhe um caráter valorativo-sensorial (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 91). Assim, o autor nos esclarece,

O momento de atuação do pensamento, do sentimento, da palavra, de uma ação, é precisamente uma disposição minha ativamente responsável – emotivo-volitiva em relação à situação na sua totalidade, no contexto de minha vida real, unitária e singular. (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 91-92).

Nesse sentido, Bakhtin (2010[1920/1924]) afirma que viver significa posicionar-se em relação a valores. O conteúdo da experiência direta de sua vivência real ao tornar-se realmente realizado e, por conseguinte, incorporado ao ser histórico do conhecimento precisa entrar em uma ligação direta com a valoração, posto que, “somente como valor efetivo ele é por mim experimentado (pensado), isto é, somente posso pensá-lo em tom emotivo-volitivo.” (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 87). Assim, explica Bakhtin que

Esse conteúdo não cai, de fato, na minha cabeça por acaso, como um meteoro de outro mundo, ficando fechado e impenetrável, sem infiltrar-se no tecido único do meu vivo pensar-experimentar emotivo-volitivo como seu momento essencial. Nenhum conteúdo seria realizado, nenhum pensamento seria realmente pensado, se não se estabelecesse um vínculo essencial entre o conteúdo e o seu tom emotivo-volitivo, isto é, o seu valor realmente afirmado por aquele que pensa. **Viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva.** (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 87, grifos nossos).

Para o autor, o ato é sempre um ato emotivo-volitivo, pois os atos são atravessados por entoações que penetram em todos os seus momentos conteudísticos. O tom emotivo-volitivo abarca todo o conteúdo do ato e o relaciona com o existir-evento singular, isto é, todo ato, em sua singularidade, é orientado por tons emotivo-volitivos. “A experiência real de um vivido possível é precisamente a sua inserção, a sua colocação em comunhão com o existir-evento singular.” (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 87). Para Bakhtin (2010[1920/1924]), o tom emotivo-volitivo interrompe a autossuficiência do conteúdo do ato, incorporando-o no evento singular e único. Com isso, o tom emotivo-volitivo “não é uma construção mecânica ou abstrata. Com o tom emotivo-volitivo indicamos exatamente o momento do meu ser ativo na experiência vivida, o vivenciar da experiência como minha.” (BAKHTIN, 2010[1920/1924], p. 91).

Em adição à discussão do existir único e seu tom emotivo-volitivo, Bakhtin discute a **relação entre valoração e ideologia**. Como já dito na seção anterior, Bakhtin (Volochínov) (2006[1929], p. 45) afirma que todo signo ideológico é marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado. Os signos são determinados pelas formas de interação social; seu conteúdo é determinado tanto pelas condições sociais de interação quanto pelos índices sociais de valor. Para Bakhtin (Volochínov) (2006[1929]), em cada etapa de desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos determinados que acabam recebendo valores particulares. Cada objeto, para que receba valores, e, por conseguinte, desencadeie uma

reação semiótico-ideológica, é indispensável que esteja ligado às condições socioeconômicas do referido grupo.

Assim, podemos entender que todos os índices sociais de valor são ideologicamente construídos, mesmo que enunciado por indivíduos em seus atos singulares e únicos, pois constituem projeções de valor com pretensões ao consenso social, “e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 46). Dessa forma, para o autor, todo signo ideológico possui sempre um índice social de valor.

Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]) ressalta que todos os índices sociais de valor dos signos ideológicos chegam de forma semelhante à consciência individual. Na consciência, esses índices se tornam individuais, mas a fonte de sua projeção se encontra, contrariamente, no horizonte social. Assim, para o autor, o índice de valor é de natureza interindividual, ou seja, fundado no mundo exterior, no qual os atos se orientam no participar singular e na relação com o outro (BAKHTIN, 2010[1920/1924]).

Com isso, uma vez estabelecida a relação constitutiva entre ideologia e signo/linguagem (Cf. seção anterior), observamos a questão da **dimensão valorativa dos enunciados e da sua materialização na entonação**. Os enunciados, que materializam os discursos, apresentam sempre uma dimensão axiológica e expressam um posicionamento social. Desse modo, qualquer enunciado é, “na concepção do Círculo, sempre ideológico – para eles, não existe enunciado não-ideológico. E ideológico em dois sentidos: qualquer enunciado se dá numa esfera de uma das ideologias [...] e expressa sempre uma posição avaliativa [...]” (FARACO, 2006, p. 46-47).

O que o Círculo procura esclarecer é que o enunciado é concebido não apenas como uma unidade de comunicação, mas como uma unidade de sentido axiologicamente constituída na situação interativa. Além disso, Bakhtin (2003[1979]) explica que o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo elemento semântico-objetal e por seu tom expressivo (cf seção 2.2), isto é, “[...] pela relação valorativa do falante com o elemento semântico-objetal do enunciado.” (p. 296). Assim, para o autor, todo enunciado possui uma orientação valorativa, um determinado acento apreciativo. A valoração, portanto, juntamente com as demais instâncias da situação extraverbal, possibilita a compreensão dos juízos de valor que organizam as ações de um dado grupo social.

Segundo Rodrigues (2001), esse vínculo entre o enunciado e a situação social concretiza-se pela entonação. “Através dela, o discurso

se orienta para fora dos seus limites verbais e entra em contato com a vida sócio-ideológica. Ela se situa na fronteira da vida social e da parte verbal do enunciado, marcando a atitude valorativa [...]. Pela entonação o falante se engaja socialmente e toma posição ativa em relação a certos valores.” (RODRIGUES, 2001, p. 27). Por essa razão, para Bakhtin,

Um enunciado isolado e concreto sempre é dado num contexto cultural e **semântico-axiológico** (científico, artístico, político, etc.) ou no contexto de uma situação isolada da vida privada; apenas nesses contextos o enunciado isolado é vivo e compreensível. (BAKHTIN, 1998[1975], p. 46, grifos nossos).

A partir disso, podemos entender que os juízos de valor têm na entonação a sua expressão mais pura, que se situa nos limites entre o plano verbal e o extraverbal. Rodrigues (2001) explica que o fato da situação social determinar o enunciado não deve conduzir à compreensão de que os enunciados refletem passivamente a situação de interação. O enunciado conclui uma situação social, representando sua solução valorativa.

Com isso, podemos entender que a entonação não apenas estabelece um vínculo entre o enunciado e seu contexto, mas situa o enunciado nos limites entre o verbal e o extraverbal. A entonação, como expressão da atitude valorativa do sujeito é, portanto, uma propriedade constitutiva do enunciado. Assim, a entonação pode ser entendida como a materialização da avaliação social.

Em conclusão, a valoração é definida como uma ligação constitutiva entre o enunciado e sua situação de interação, e também como a valoração social da própria situação, responsável pelo sentido do enunciado. Portanto, a valoração “[...] está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; [...] ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único.” (BAKHTIN, 1926, p. 09).

Assim, após a apresentação de nosso referencial teórico, passamos à apresentação dos pressupostos teórico-metodológicos que subsidiam nossa pesquisa e à apresentação dos dados da pesquisa.





## CAPÍTULO 2

---

### 3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Ao percorrermos o conjunto de textos das obras de Bakhtin e do Círculo não encontramos, em nenhum dos textos, uma sistematização de um *método científico* propriamente dito, com parâmetros e categorias de análise estabelecidos *a priori* para serem seguidos durante a pesquisa. Para Faraco (2009), o pesquisador da obra do Círculo depara-se com grandes diretrizes que podem ser seguidas para a construção de um entendimento mais amplo das realidades em estudo. Dessa forma, concordamos com Amorim (2004) e Faraco (2009), que afirmam que as investigações bakhtinianas identificam-se com uma tradição hermenêutica dos estudos humanos, uma tradição que compreende que o *fazer ciência* em Ciências Humanas se concretiza por gestos interpretativos, por uma contínua construção de sentidos e não por caminhos objetivo-matemáticos, percurso essencialmente positivista. Em termos de filosofia da ciência, “podemos dizer, então, que Bakhtin se vinculava a um pensamento que costuma operar sobre o pressuposto de uma distinção de fundo entre as ciências naturais e as ciências humanas.” (FARACO, 2009, p. 41).

Além disso, para Amorim (2004), Brait (2006) e Faraco (2009), um dos indicadores mais óbvios da ausência de um projeto metodológico de pesquisa fixo e construído de antemão está no fluxo terminológico que Bakhtin apresenta ao longo de seu conjunto de textos e em suas análises, como em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin e o Círculo não procuram apresentar categorias definidas à luz da “objetividade calculável” (FARACO, 2009, p. 40), mas rotas interpretativas preliminares, sugestivas e provisórias. É nessa perspectiva que procuramos compreender os pressupostos bakhtinianos para os estudos da linguagem, mais especificamente, para o caminho a percorrer nesta pesquisa.

À luz dessa perspectiva, no presente capítulo descrevemos as etapas de realização deste estudo. Essa descrição inclui a apresentação das etapas metodológicas de análise da linguagem propostas por Bakhtin (Volochnikov) (2006[1929]) e a delimitação do universo e do objeto de análise. Assim sendo, este capítulo está organizado em três seções. Na

seção 3.1, apresentamos as considerações metodológicas de análise dialógica. Na seção 3.2, por sua vez, apresentamos os critérios observados para delimitar o universo de análise dos dados da pesquisa. Por fim, na seção 3.3, descrevemos os critérios adotados para selecionar nosso objeto de estudo, o gênero *carta de conselhos*.

### 3.1 A POSTURA DIALÓGICA FRENTE AOS DADOS

*Em Problemas da Poética de Dostoiévski*, ao explicar a constitutividade das relações dialógicas, Bakhtin (2008a[1929], p. 183) discute a necessidade de uma nova área de estudo, ainda não constituída à época, “Essas relações [dialógicas] se situam no campo do discurso, pois ele [o discurso] é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela metalingüística, que ultrapassa os limites da lingüística e possui objeto autônomo e metas próprias.” Assim, Bakhtin defende o estabelecimento de um novo conjunto de disciplinas, que ele denomina de Metalingüística ou Translingüística. A Lingüística da época, ao trabalhar com dados acabados e por ignorar a situação social, não abordava a totalidade do fenômeno lingüístico materializado no enunciado. Nessa orientação, nosso estudo baseia-se no método sociológico de estudo da linguagem do Círculo de Bakhtin, bem como retoma considerações, dentro dessa mesma perspectiva epistemológica, propostas por Rodrigues (2001) para o estudo dos gêneros do discurso a partir das suas dimensões social e verbal. Bakhtin (Volochínov) (2006[1929], p. 128-129), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, apresenta as etapas metodológicas para o estudo da língua, ou outros aspectos da comunicação discursiva – como os gêneros do discurso – à luz de um percurso sócio-histórico. São elas:

1. As formas da língua e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala [gêneros do discurso] isolados, e, ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala [os gêneros do discurso] na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal;

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. Bakhtin (Volochínov) (2006[1929], p. 128-129).

Nesse panorama de pesquisa de cunho sociológico, Rodrigues (2001) apresenta a proposta de **análise dos gêneros do discurso a partir de suas dimensões social e verbal (ou dimensão semiótica)**. Com etapas e dimensões inter-relacionadas, a autora propõe que investiguemos a dimensão social do gênero, compreendendo, por exemplo, sua [do gênero] esfera social de produção, distribuição e circulação (no caso dos gêneros jornalísticos); sua situação social de interação, constituída pela confluência entre os horizontes temporal, espacial, temático e axiológico; sua concepção de autoria e de interlocutor, entre outros aspectos constituintes e funcionais da construção social do gênero em estudo. Quanto à análise da dimensão verbal, Rodrigues (2001) pontua que estudemos seu conteúdo temático; seu estilo e suas projeções dialógico-estilístico-composicionais; sua arquitetônica; entre outras instâncias enunciativo-discursivas, sempre analisadas na sua interrelação com a dimensão social. Rojo (2005) também apresenta algumas considerações sobre o estudo dos gêneros do discurso, explicando que,

[...] a ordem metodológica de análise que vai da situação social ou de enunciação para o gênero/enunciado/texto e, só então, para suas formas linguísticas relevantes [...]. Ao chegarmos nesse último nível de análise, vale a interpretação linguística habitual, isto é, as teorias e análises linguísticas disponíveis, desde que seguida a ordem metodológica que privilegia as instâncias sociais [...]. Dito de outra maneira, aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros do discurso partirão sempre de uma análise em detalhes dos aspectos sócio-históricos da situação de enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua apreciação valorativa sobre seus interlocutores e temas discursivos –, e, a partir desta análise, buscarão marcas linguísticas (formas do texto/ enunciado/ língua – composição e estilo) que refletem no enunciado/texto, esses aspectos da situação. (ROJO, 2005, p. 199).

Outro esclarecimento de Rojo (2005) está acerca da ordem metodológica para o estudo da língua apresentada por Bakhtin (2006[1929]), supracitada no início desta seção. Segundo a autora, é possível se utilizar de teorias de análise linguística disponíveis<sup>8</sup> para desenvolvimento das etapas propostas por Bakhtin, desde que sigamos **a ordem metodológica do social sobre o linguístico**: “[...] as teorias textuais, assim como quaisquer outras, podem ser, no método bakhtiniano, instrumentos de um nível inferior de análise, desde que subordinadas [...] aos níveis superiores” (ROJO, 2005, p. 199).

Em consonância com a discussão de Rojo (2005), Brait (2006) explica que a metodologia proposta por Bakhtin para o estudo da linguagem, embora se apresente como uma abordagem diferenciada, não exclui a Linguística, pelo contrário, Bakhtin (2008a[1963]) entende que devem completar-se, mas não fundir-se. Dessa forma, como ratifica a autora, metodologicamente estaremos, em termos bakhtinianos, ultrapassando a materialidade linguística, procurando desvendar a articulação constitutiva que há entre o interno e o externo na linguagem. “O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralinguístico aí incluído.” (BRAIT, 2006, p. 13).

Além disso, cabe ressaltar que, no caminho metodológico bakhtiniano, não há categorias de análise *a priori* aplicáveis de forma sistemática a textos, discursos, gêneros, com a finalidade de construir uma análise acerca do uso situado da língua. Em Bakhtin, há, na verdade, uma arquitetônica das diferentes formas de conceber o enfrentamento dialógico da linguagem, que se constituem de movimentos teórico-metodológicos multifacetados. De fato, cabe ao pesquisador desbravar esse caminho, construindo, por conseguinte, uma postura dialógica diante de seu objeto discursivo. “A pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem [...]” (BRAIT, 2006, p. 29).

Assim, nossa pesquisa, entende, como Bakhtin (2003[1979]) explicitamente pontua, que o estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros do discurso é de importância fundamental para superar os estudos simplificados da vida do discurso, do fluxo discursivo da

---

<sup>8</sup> Rojo (2005) está se referindo ao terceiro passo proposto por Bakhtin (2006[1929], p. 128-129): “exame das formas da língua em sua interpretação linguística habitual.”

comunicação. É somente o estudo do enunciado como unidade real de comunicação discursiva, por exemplo, que nos permite compreender de modo claro a natureza das unidades da língua e seu emprego na forma de enunciados concretos. Assim sendo, esta pesquisa busca compreender as regularidades enunciativo-discursivas que se realizam na constituição e no funcionamento do gênero *carta de conselhos* em revistas *online*, objetivando entender a relativa estabilidade do gênero, mas entendendo, sobretudo, que “estas [as regularidades] serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica” (ROJO, 2005, p. 199). Em outras palavras, procuramos analisar o gênero *carta de conselhos* a partir dos textos que o materializam, vistos e analisados como enunciados sócio-historicamente situados.

### 3.2 OS DADOS DA PESQUISA: DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE

Explicitamos nesta seção, as características das revistas *online* que compõem os dados do presente estudo. Para tanto, retomamos pesquisas sobre as revistas selecionadas (AUGUSTI, 2005; SILVA, 2007; SCALZO, 2003; VILAS BOAS, 1996), assim como as informações institucionais descritas nas páginas virtuais das revistas<sup>9</sup>. Buscamos também diferentes pesquisas sobre jornalismo digital, hipermídia e gêneros digitais (ARAÚJO, 2005; FERRARI, 2007; 2008; GALLI, 2005; XAVIER, 2005) para complementação das discussões.

Na etapa de **delimitação do universo de análise**, selecionamos as revistas a serem estudadas, a saber, as revistas *Cláudia*, *Nova* e *Veja* nas suas versões digitais. Em outras palavras, essa etapa corresponde à circunscrição do universo a partir do qual os exemplares de textos que constituem os dados foram selecionados.

Os fatores norteadores da escolha das revistas digitais foram os seguintes:

---

<sup>9</sup> Durante o percurso de busca de referencial teórico, constatamos a dificuldade de encontrar pesquisas científicas sobre as revistas selecionadas. Haja vista essa dificuldade, consultamos também os *sites* institucionais das referidas revistas, como uma forma complementar para a pesquisa.

- (a) *políticas de publicação*: embora pertencentes à mesma editora (Editora Abril), as revistas selecionada possuem duas políticas de publicação diferentes (*Veja* versus *Claudia* e *Nova*). Buscamos selecionar revistas com, pelo menos, dois perfis, como, por exemplo, a revista *Veja*, que trata de assuntos diversos, tais como política, economia, educação, entretenimento, dentre outros, e as revistas *Claudia* e *Nova*, com perfil mais direcionado para assuntos da ordem do pessoal, como relacionamentos, família, filhos, casa, etc.
- (b) *presença de seção específica de publicação do gênero em estudo*: as revistas *Claudia*, *Nova* e *Veja*, versões *online*, apresentam uma seção específica de publicação de cartas de conselhos;
- (c) *acesso gratuito aos conteúdos dos sites*: as revistas em estudo, embora com seções com acesso restrito para assinantes, apresentam certas seções gratuitas, dentre elas as que publicam as cartas de conselhos;
- (d) *freqüência na atualização das cartas*: as revistas apresentam uma atualização diária na publicação de cartas de conselhos.

Partindo desses critérios de seleção, a seguir apresentamos os dados sobre as revistas *online* selecionadas<sup>10</sup>.

A revista *Claudia* é caracterizada por sua editora como sendo uma revista destinada ao público feminino. Analisando sua página virtual, podemos observar que a revista aborda assuntos do dia-a-dia da mulher, tais como: relacionamentos, família, carreira, moda, beleza, saúde, além de temas atuais, enunciados por meio de diferentes gêneros, como: notícia, reportagem, editorial, carta do leitor, e, dentre outros, carta de conselhos. Segundo consta na sua página digital, a revista *Claudia* foi criada em 1961.

Além disso, de acordo com pesquisas de Moraes, Procópio e Silva (2006), a revista *Claudia* tem como público-alvo mulheres entre 25 a 45 anos, das classes A, B e C, que trabalham fora e possuem uma vida familiar ativa. A revista é composta pelas editorias: Emoção & Espiritualidade; Moda; Casa; Comida & Consumo; Atualidades & Gente; Família & Filhos; Beleza & Saúde; Amor & Sexo; Carreira &

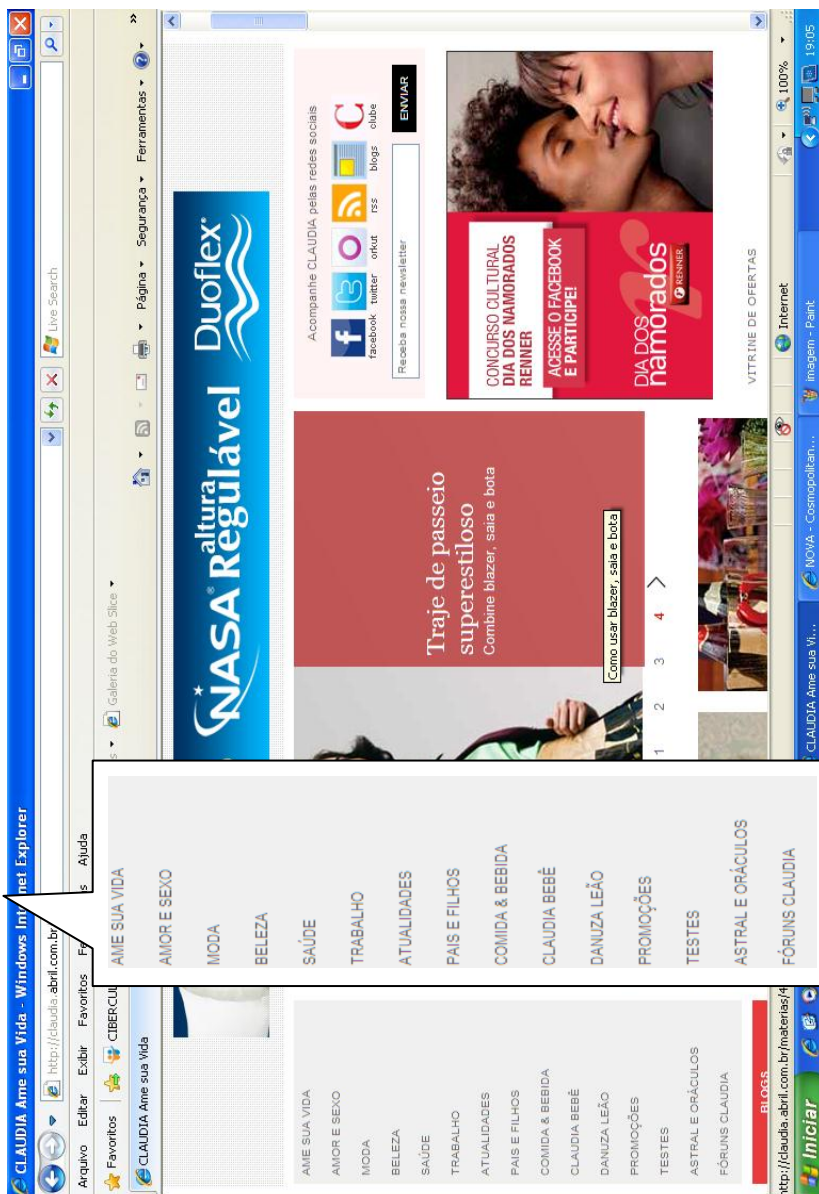
---

<sup>10</sup> A ordem de apresentação segue parâmetros de ordenação alfabética.

Dinheiro; Sempre em Claudia; e Claudia Responde. Os autores ainda afirmam que “a revista *Claudia* [...] relaciona a mulher à esfera pública e se dirige a uma mulher moderna, mas [...] continua reforçando idéias e valores tradicionais no que diz respeito à sexualidade e à representação de gênero [social].” (MORAIS, PROCÓPIO e SILVA, 2006, p. 5-6). Quanto aos assuntos mais abordados na revista, com base em dados da pesquisa dos autores citados, observa-se a frequência de temas sobre moda e beleza como os mais recorrentes.

Quanto ao *design* da revista virtual, sua logomarca apresenta-se à esquerda da página, em caixa alta e, ao seu lado, uma caixa de texto para que o leitor possa acessar outras informações, de forma efetivamente rápida, que estão disponíveis em outras “janelas” da página. Abaixo da logomarca, existem diversos *hiperlinks* que o leitor pode acessar, levando-o a diferentes hipertextos acerca dos mais variados assuntos, dentre eles: amor, sexo, moda, família, trabalho e saúde. Esses *hiperlinks* estão dispostos em uma coluna na parte esquerda da página eletrônica, como mostramos a seguir.

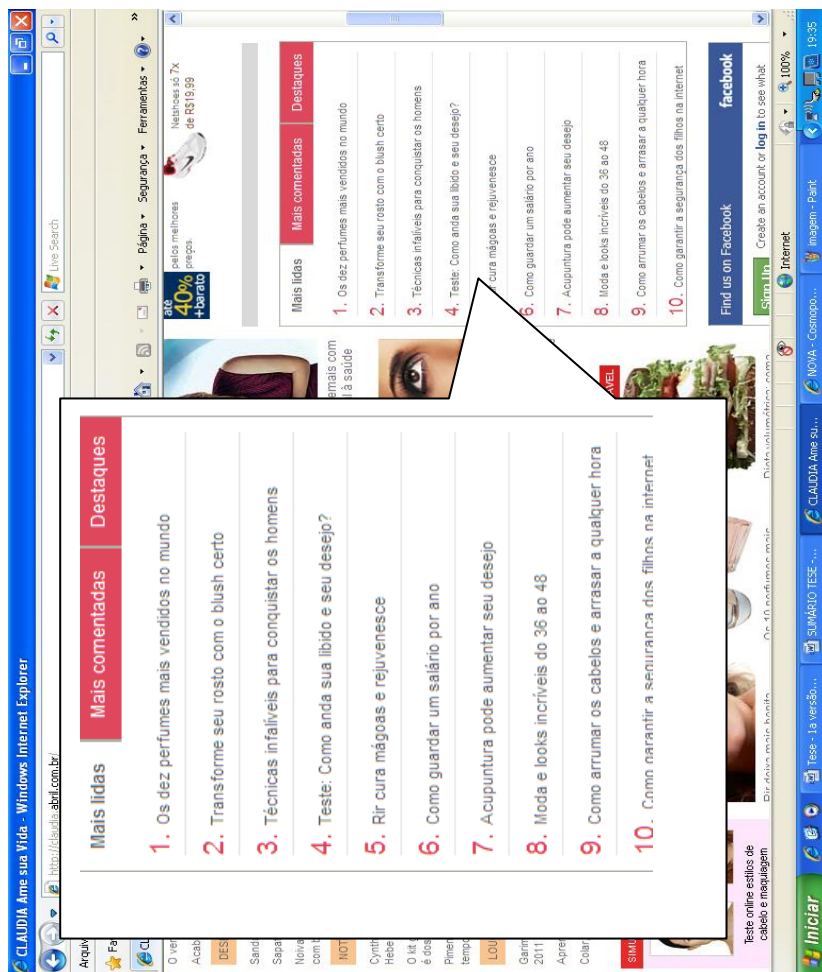




**Figura 1:** Os hiperlinks de acesso aos diversos assuntos na revista *Claudia*.

**Fonte:** <<http://claudia.abril.com.br/>>. Acesso: 25 maio 2011.

A revista também disponibiliza em sua “janela” inicial *hiperlinks* que dão acesso às redes sociais, como o *Orkut*, o *Facebook* e o *Twitter*. Há também a possibilidade de o leitor comprar diversos produtos *online*, com a disposição de *hiperlinks* com acesso a lojas virtuais. Logo abaixo das ofertas virtuais, no lado direito da página da revista, encontram-se as notícias, as reportagens, as entrevistas e os artigos (dentre outros textos) mais lidos e mais comentados da revista.



**Figura 2:** Os *hiperlinks* sobre os assuntos mais lidos e comentados da revista *Claudia*.

**Fonte:** <http://claudia.abril.com.br/>. Acesso: 25 maio 2011.

Ao final do *site* da revista, encontram-se os *hyperlinks* para as várias seções e colunas da revista. Dentre eles, encontra-se o *hyperlink* *Claudia Responde*, que leva o leitor às colunas onde se encontram as *cartas de conselhos*, objeto de nossa investigação. Há cinco seções de publicação das *cartas de conselhos*: *Lei e Você*, *Pergunte ao Psicólogo*, *Perguntas sobre cabelo*, *O que eu faço agora* e *Manual do Imposto de Renda*. A seguir, apresentamos a parte inferior do *site* da revista *Claudia* onde são dispostos os vários *hyperlinks* que levam o leitor às variadas seções e colunas da revista. Identificamos o *hyperlink* que conduz o leitor às *cartas de conselho*.

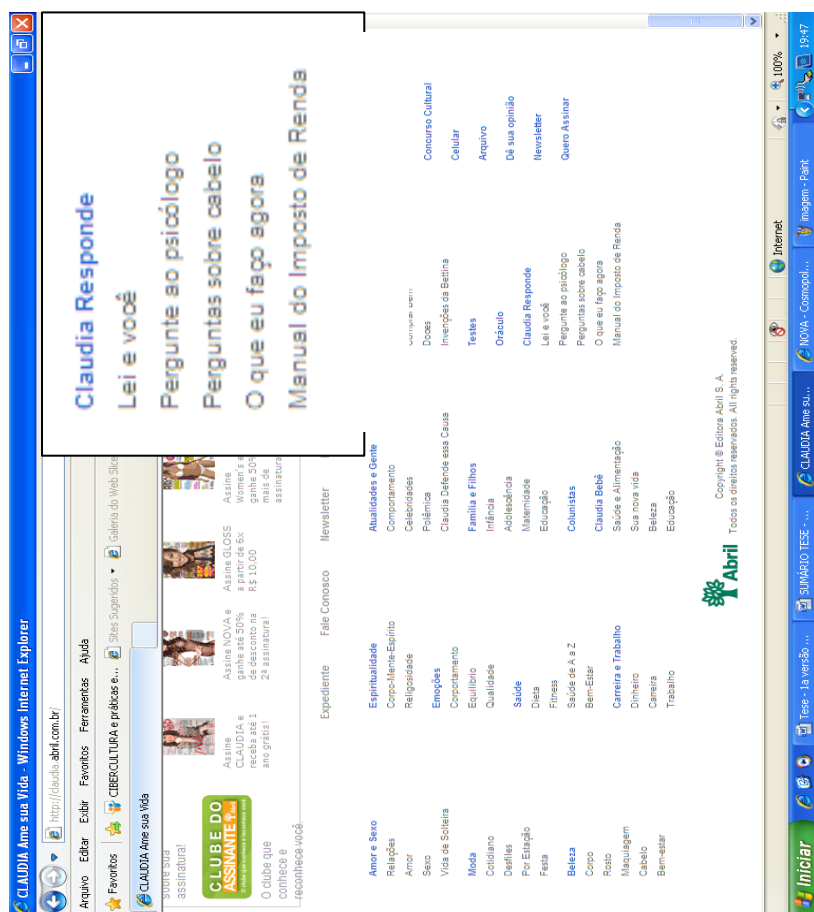


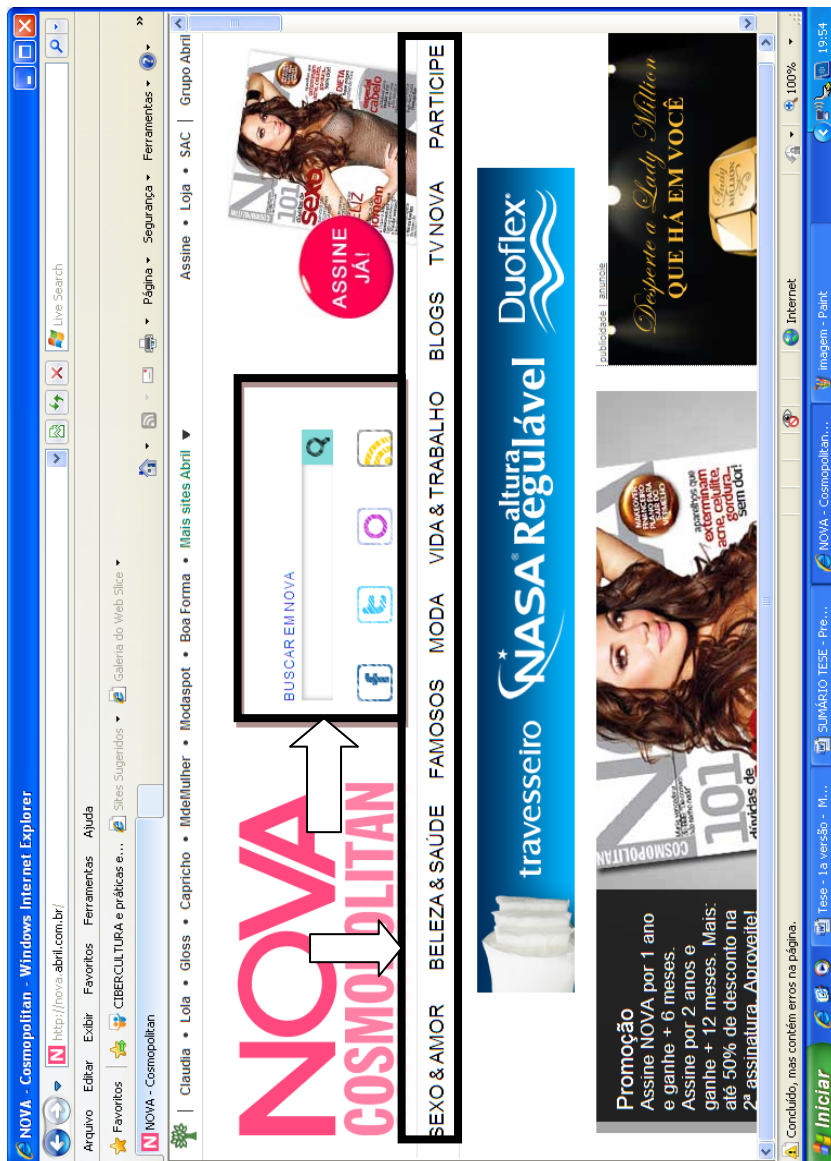
Figura 3: O *hyperlink* *Claudia Responde*

Fonte: <<http://claudia.abril.com.br/>>. Acesso: 25 maio 2011.

A revista *Nova* é integrante da rede internacional *Cosmopolitan*. A *Cosmopolitan* é uma rede de revistas femininas publicadas desde 1886, na Rússia, pela empresa de editoração *Independent Media Sanoma Magazines* (Joint-venture *Independent Media Sanoma Magazines-Shueisha*). Hoje, a *Cosmopolitan* tem 55 edições diferentes no mundo. A versão brasileira dessa revista é a *Nova*, publicada desde 1973.

A edição impressa é lançada no Brasil desde 1973, com um conteúdo editorial composto pelos seguintes temas: amor, sexo, vida, trabalho, famosos da TV, beleza, saúde, moda e estilo. Para a editora Abril, o perfil da leitora da *Nova* é o de uma mulher jovem, que trabalha fora e tem entre 18 a 49 anos, pertencente às classes A, B e com uma menor porcentagem à classe C. Como já dito, a revista aborda assuntos do dia-a-dia da mulher, como: relacionamentos, família, carreira, moda, beleza, saúde, além de temas atuais enunciados por meio de diferentes gêneros, tais como: notícia, reportagem, editorial, carta do leitor, e, dentre outros, carta de conselhos.

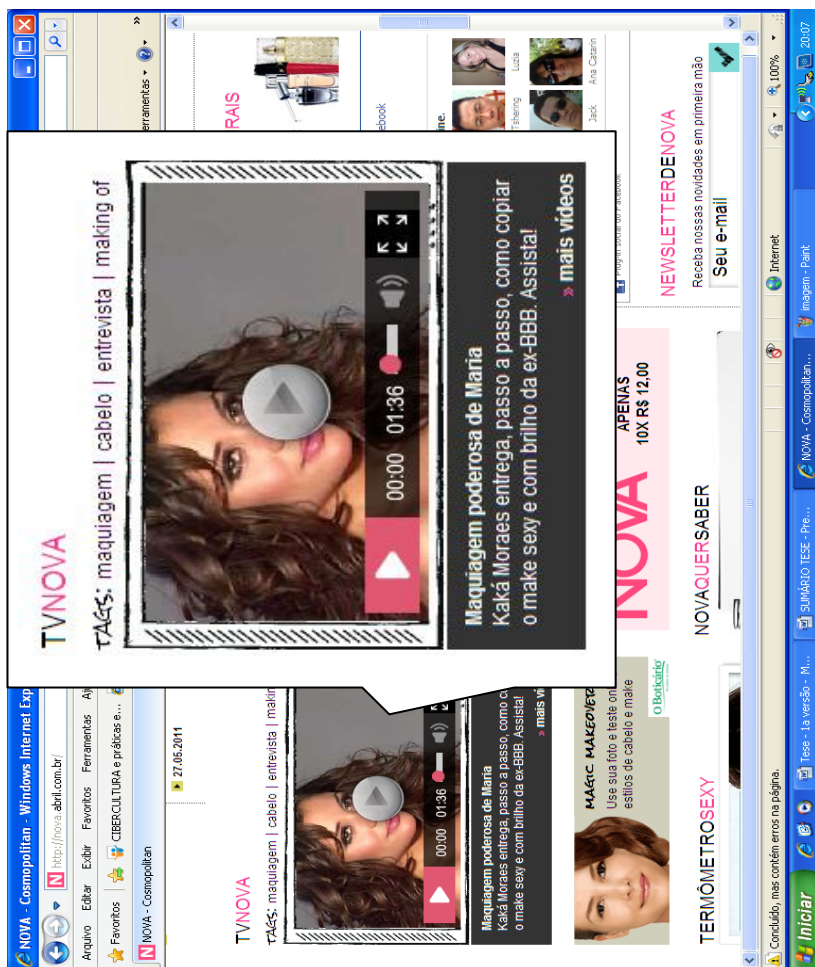
Quanto ao *design* da revista virtual, a sua logomarca apresenta-se à esquerda da página, em caixa alta e, ao seu lado, os ícones visuais dos logotipos das mídias sociais que o leitor pode acessar. Abaixo da logomarca, constam diversos *hiperlinks* que o leitor pode clicar, levando-o a outros *hiperlinks* acerca dos mais variados assuntos, dentre eles: amor, sexo, moda, família, trabalho e saúde. Esses *hiperlinks* estão dispostos em uma coluna no sentido horizontal, como mostramos a seguir.



**Figura 4:** Os hiperlinks para as mídias sociais e para assuntos diversificados na revista Nova.

**Fonte:** <http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>. Acesso: 25 maio 2011.

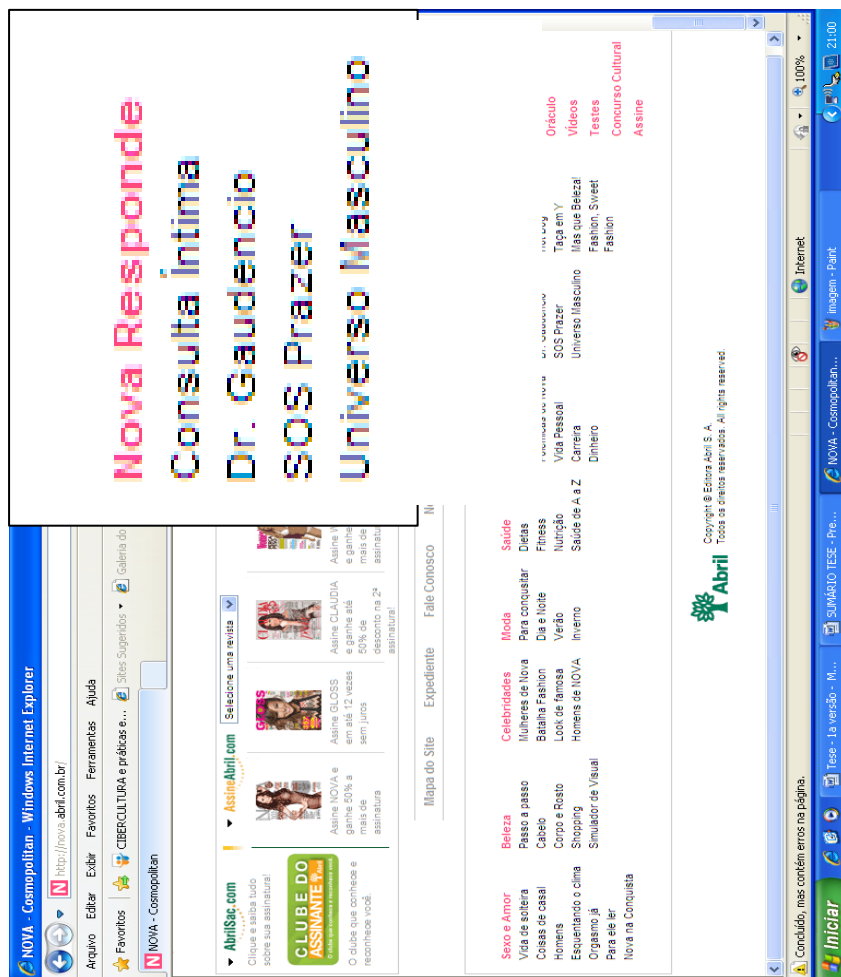
A revista *Nova* apresenta, assim como a revista *Claudia*, hiperlinks para compras virtuais e para as redes sociais. Contudo, diferentemente da *Claudia*, a revista *Nova* também dispõe em sua página de testes comportamentais, enquetes e uma “janela” para assistir a vídeos sobre a realização das fotografias da personalidade artística que tem sua foto como imagem central na página virtual da revista. Abaixo apresentamos a “janela” de vídeo que a revista *Nova* traz em sua página virtual.



**Figura 5:** A “janela” de vídeo na página virtual da revista *Nova*.

**Fonte:** <<http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>>. Acesso: 25 maio 2011.

Na parte inferior da página virtual da revista, encontram-se os *hiperlinks* que levam o leitor a acessar a diferentes seções e colunas da revista, assim como se dispõem os *hiperlinks* na revista *Claudia*. Dentre esses *hiperlinks*, encontra-se o *Nova Responde* que conduz o leitor a acessar as diferentes seções nas quais as cartas de conselhos são publicadas: *Consulta Íntima*, *Dr. Gaudêncio*; *SOS Prazer*, *Universo Masculino*.



**Figura 6:** Os hiperlinks na coluna Nova Responde.

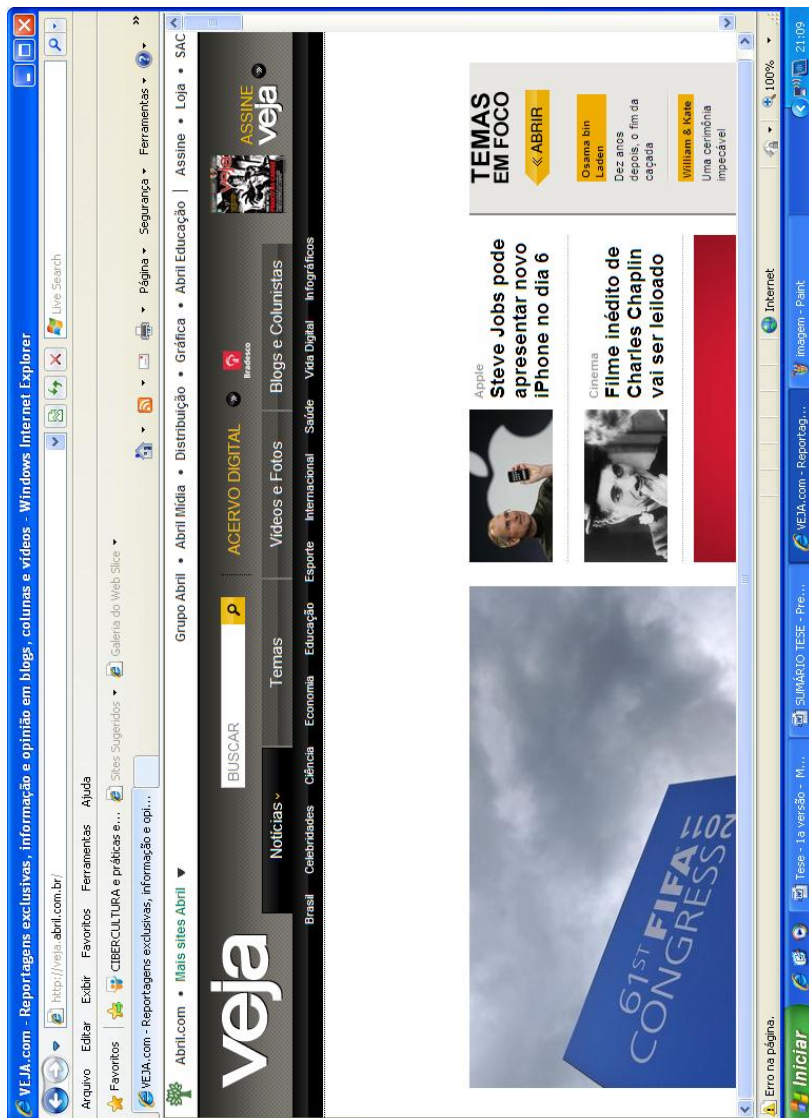
**Fonte:** <http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>. Acesso: 25 maio 2011.

A revista *Veja*, diferentemente das revistas *Claudia* e *Nova*, não é uma revista direcionada especificamente ao público feminino. É uma revista semanal, criada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. É considerada a revista de maior circulação no Brasil, segundo dados apresentados em sua página virtual.

Segundo dados de Silva (2007; 2009), o perfil dos leitores dessa revista é de pessoas de ambos os sexos, entre 20 a 50 anos, pertencentes, em sua maioria, às classes A e B, com uma menor porcentagem à classe C. A maioria dos leitores são do sexo feminino (53%), que são mulheres que trabalham fora, e que tem, em média, 1 filho. Além disso, a revista *Veja* é a mais “antiga” dentre as revistas pesquisadas, com cerca de 40 anos de existência (a partir da versão impressa). A revista trata de assuntos gerais da sociedade brasileira e do mundo, como política, economia, cultura e comportamento. Já tecnologia, ecologia e religião por vezes também são temas (assuntos) abordados.

Quanto ao *design* da página virtual da revista *Veja*, também há a logomarca no lado esquerdo da página. Ao seu lado direito, há *hiperlinks* para acesso a diferentes assuntos da revista: celebridades, ciência, economia, educação, esportes, dentre outros. Esses *hiperlinks* vêm acompanhados de outros dispostos em caixa alta, indicando caminhos diferentes para o leitor escolher: notícias, vídeos, fotos, *blogs* e colunistas, como demonstramos abaixo:



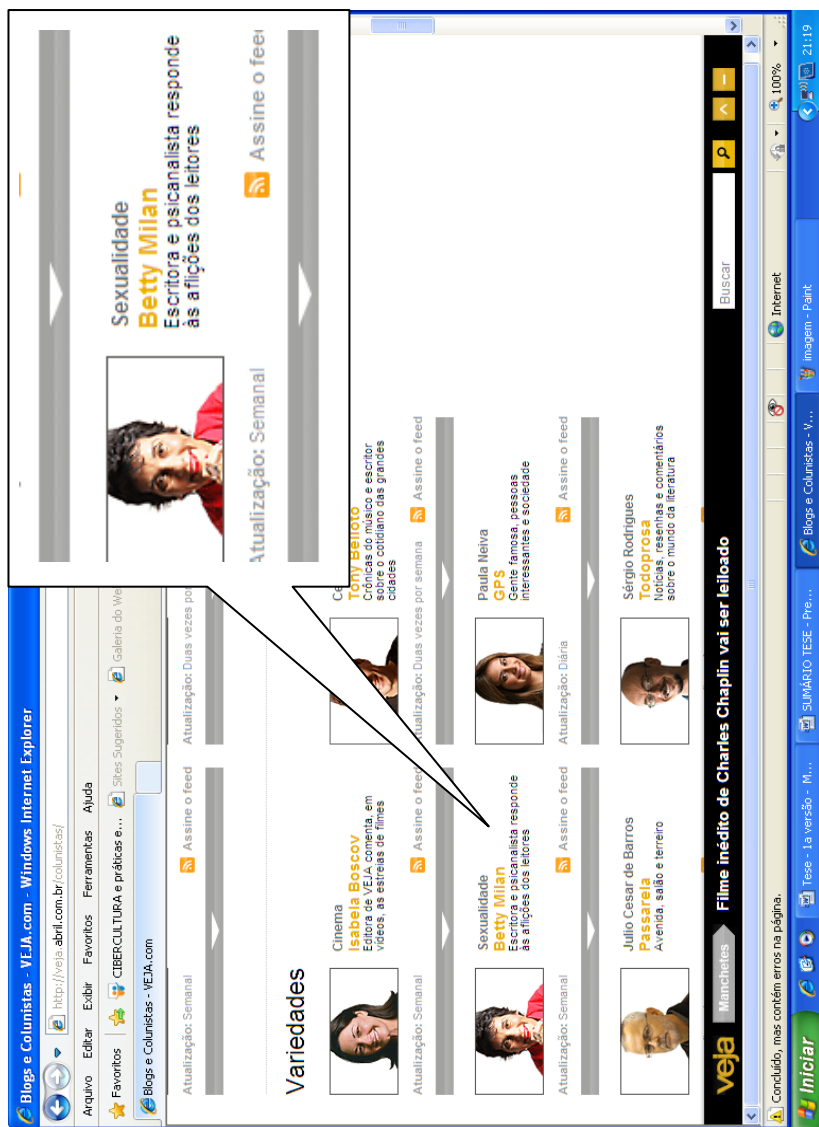


**Figura 7:** Alguns dos hiperlinks na revista *Veja*.

**Fonte:** <http://veja.abril.com.br/>. Acesso: 25 maio 2011.

Ao clicarmos no hiperlink *Blogs e colunistas*, são dispostos hiperlinks para escolhermos o articulista do texto que desejamos ler. Cada articulista é apresentado no *site* a partir das temáticas de que trata:

economia, política, saúde, trabalho, por exemplo. É justamente nesse *hiperlink* que o leitor poderá acessar a coluna de Betty Milan e, por conseguinte, acessar as *cartas de conselhos* publicadas pela autora.



**Figura 8:** Os *hiperlinks* para acessar a seção de *variedades* na revista *Veja*.  
**Fonte:** <http://veja.abril.com.br/>. Acesso: 25 maio 2011.

Nesta seção objetivamos apresentar as características de cada uma das revistas quanto a sua editora, os assuntos veiculados, o público-leitor, o *design* das páginas e o caminho a ser percorrido pelo leitor para o acesso às *cartas de conselhos*. Compreendemos que tais características levam-nos a entender o funcionamento das revistas no jornalismo *online*. Não encerramos nossa discussão nesta seção, posto que retomamos a questão sobre o jornalismo de revista *online* no capítulo analítico acerca da dimensão social do gênero *carta de conselhos*. Neste momento, direcionamos nosso estudo para a apresentação do nosso objeto de estudo, a carta de conselhos.

### 3.3 OS DADOS DA PESQUISA: DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

Dentre os diversos gêneros do discurso que circulam nas revistas em ambiente digital, selecionamos as cartas de conselhos como objeto de estudo. O estudo das regularidades enunciativo-discursivas desse gênero será apresentado nos capítulos de análise, sendo que aqui apenas apresentamos as cartas como forma de contextualizarmos nosso objeto de pesquisa. Portanto, nesta seção, o objetivo é apresentar os critérios de seleção das cartas de conselhos e o local de apresentação das cartas dentro das revistas.

Para nossa análise, selecionamos trinta (30) textos do gênero *carta de conselhos*, sendo dez (10) exemplares de cada uma das três revistas. Para identificação e referência ao longo deste trabalho, os textos receberam um código, o qual é composto por uma sigla e um número. As siglas CRC, CRN e CRV foram utilizadas para identificar as cartas das revistas *Claudia*, *Nova* e *Veja*, respectivamente, e o número para identificar o texto que está sendo analisado. Por exemplo, CRC#01 significa carta da revista *Claudia* número 01. Além disso, apresentamos a carta intercalada do reclamante com fonte em negrito e o restante da carta de conselhos com fonte sem destaque, na mesma forma como as revistas publicam as cartas de conselhos.

No processo de **escolha e seleção das cartas que fizeram parte de nossos dados**, optamos por aquelas que apresentassem temáticas diversas, isto é, buscamos cartas de conselhos que tratassem de assuntos diferentes, como família, sexo, relações pessoais, relações profissionais, saúde, profissão, alimentação, moda, dentre outros, procurando uma heterogeneidade de conteúdos. Essa opção por selecionar um conjunto

de dados que apresentasse diferenças temáticas justifica-se por acreditarmos que, dessa heterogeneidade, poderíamos desenvolver um estudo mais amplo do gênero *carta de conselhos*, viabilizando seu estudo de suas a partir de textos de linhas editoriais diferenciadas e de assuntos diversificados.

Em relação às cartas publicadas na revista *Claudia*, podemos observar que elas são veiculadas na coluna denominada *Claudia Responde*. Essa coluna é assinada por diferentes especialistas nas diversas áreas da vida pessoal e profissional do público-leitor, como: saúde, família, sexo, alimentação, financeiro, currículo, dentre outros assuntos.

Além disso, as cartas são apresentadas sempre com a imagem do conselheiro, como uma forma de identificação e credibilidade da autoria frente às informações e possíveis soluções aos problemas apresentados nas cartas (Cf. capítulo 4). Para navegar até a coluna onde as cartas podem ser visualizadas pelos leitores, o caminho segue o seguinte percurso hipertextual: (1) entrar no *site* da revista: <<http://claudia.abril.com.br/>>, (2) clicar no hiperlink *Claudia responde*: <<http://claudia.abril.com.br/claudiaresponde>> e (3) clicar no *menu* para selecionar o assunto que o leitor deseja ler nas cartas. Para consultar as cartas sobre outros assuntos, o leitor deve seguir o mesmo percurso de navegação.

**Pergunte ao Psicólogo - CLAUDIA - Windows Internet Explorer**

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

http://claudia.abril.com.br/voce-em-claudia/pergunte-ao-psicologo/assuntos/sexo

CIBERCULTURA e práticas e... Sites Sugeridos Galeria da Web Slice

Pergunte ao Psicólogo - CLAUDIA

BELEZA

SAÚDE

COMIDA & BEBIDA

FÓRUMS CLAUDIA

TRABALHO

ATUALIDADES

CAUSAS FEMININAS

PAIS E FILHOS

DANUZA LEÃO

CLAUDIA BEBÊ

Calendário Lunar

21 de 41 Agora à sua está no signo de Sagitário Intensifique as atividades físicas. > saiba mais

TESTES

ASTRAL E ORÁCULOS

CLAUDIA RESPONDE

CLUBE DA LEITORA

BLOGS

PROMOÇÕES

## VOCÊ EM CLAUDIA: PERGUNTE AO PSICÓLOGO

### Sexo

Ruy Fernando Barboza responde suas dúvidas sobre relacionamentos.

#### Só consigo ter orgasmo quando meu marido diz o nome de outra no meu ouvido e me sinto mal com isso. É normal?

Sua casada há oito anos e só consigo atingir o orgasmo se meu marido chamar o nome de outras mulheres no meu ouvido. Fico superexcitada, mas depois me sinto mal. Não entendo minha atitude e tenho medo, porque sei que ele já me traiu.

Fica mal porque um lado seu faz com que sinta culpa. Diz que há algo anormal com você. Mas não há nada de errado. Você apenas está fantasiando com seu marido - ou seja, não estão fazendo mal a ninguém, já que ambos sentem prazer com a brincadeira. Analise melhor os preconceitos e as proibições que datam da infância, segundo as quais as meninas só podem fazer o que é "certo". Lembre-se de tudo o que lhe foi dito em relação ao sexo. Já não se lembra que não se pode fazer sexo sem o consentimento do outro? Não se lembra que não se pode fazer sexo sem o consentimento do outro? Não se lembra que não se pode fazer sexo sem o consentimento do outro? Não se lembra que não se pode fazer sexo sem o consentimento do outro?

enfrenta o "perigo". Aos poucos, esses significados por trás do seu sentimento irão mudar, e você poderá viver seu prazer de forma mais livre e tranquila, fortalecendo sua relação com seu marido e perdendo o medo de ser traída de novo.

comente 5 comentários indique para um amigo

**Fatou me sentindo feia, indecelada e nonda. Como faço para ela**

Passarela.com.br Bota Colúrio Only, só 10x de R\$27,00

Lancôme Hypnôse Precious Cell por R\$155

Milano Ankle Boots sem Juros!

Óleo de Cártamo Quêime a gordura do Cártamo R\$59

Privalia Bolsas com até 70% OFF!

Univisaoshop Lançamento Normail Beep 10 x R\$ 39,90

Qualicorp até

Fascar Online

Sanatên de

Plano de

Internet

Microsoft PowerPoint ...

Meus documentos

1 item(ns) restante(s) Aguardando http://claudia.abril.com.br/voce-em-claudia/pergunte-ao-psico

Pergunte ao Psicólogo - drig...

(940 não lidos)

21:44

Figura 9: A carta de conselhos na revista Claudia.

Fonte: <http://claudia.abril.com.br/>. Acesso: 30 maio 2011.

Já na revista *Nova*, o gênero carta de conselhos é veiculado em uma das colunas da revista denominada *Nova Responde*. Podemos identificar dois signos visuais junto às cartas: um sinal de interrogação, que sinaliza para o leitor a pergunta (o problema) enviada pelo leitor, e um ponto de exclamação, que, por sua vez, identifica a resposta à pergunta. Além disso, assim como na revista *Claudia*, na revista *Nova* as cartas são dispostas na página da coluna *Você em Claudia* juntamente com outros textos, construindo redes dialógicas entre cartas de conselhos e propagandas, anúncios, entrevistas, dentre outros textos de outros gêneros.

A imagem do conselheiro/articulista é apresentada junto à carta para construção de efeitos de credibilidade do autor ou validação das informações que estão sendo apresentadas (como veremos na seção 5.2.2). Para navegar até as cartas, o percurso hipertextual é: (1) entrar no site da revista: <<http://nova.abril.com.br/>> (2) clicar no *hiperlink Nova Responde*: <<http://nova.abril.com.br/nova-responde/>> e (3) clicar numa das seções como, por exemplo, a seção *SOS*: <<http://nova.abril.com.br/nova-responde/sos-prazer/>>.

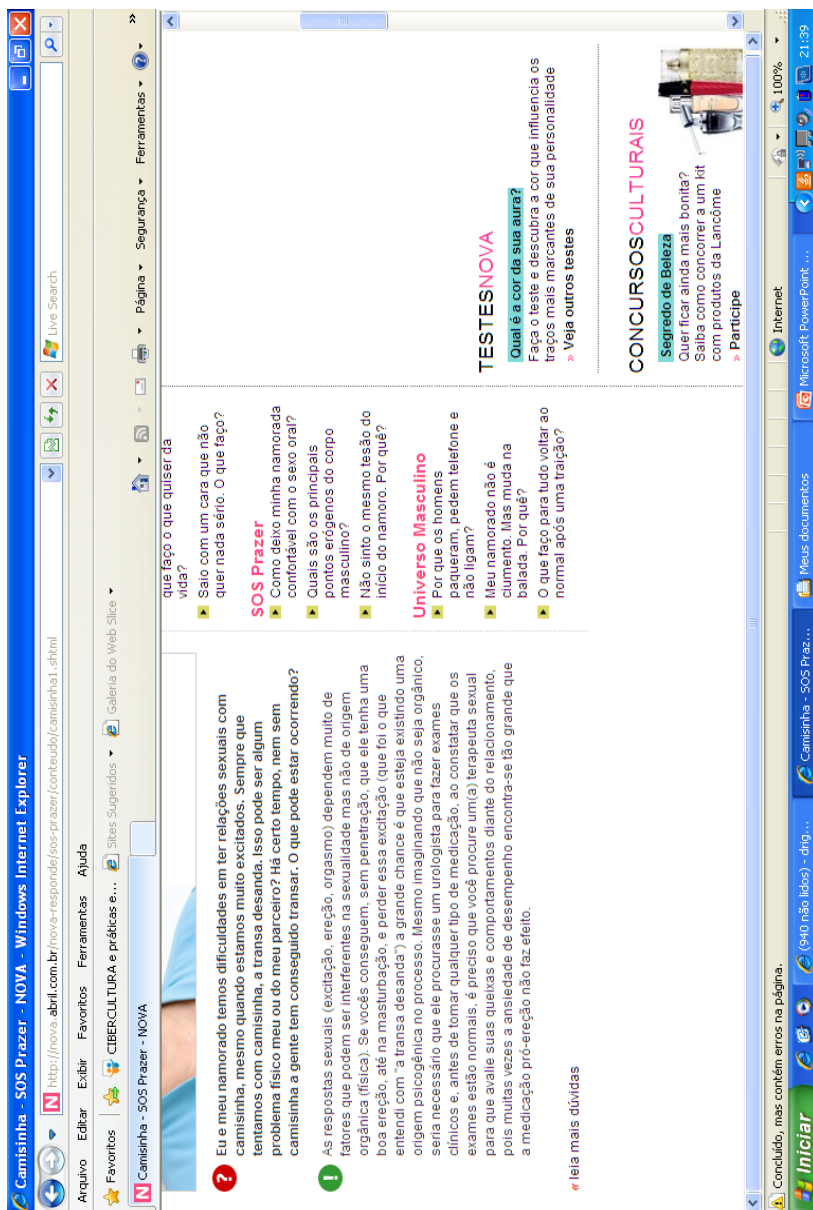


Figura 10: A carta de conselhos na revista Nova.

Fonte: <http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>. Acesso: 30 maio 2011.

Por sua vez, a carta de conselhos na revista *Veja* aparece como sendo um dos gêneros pertencentes à seção dos colunistas da revista. Assim, na coluna denominada *Variedades*, o leitor pode encontrar gêneros variados, tais como artigo assinado, editorial, carta do editor, ensaio, e a carta de conselhos. Como nas demais revistas analisadas, na revista *Veja*, as cartas aparecem em relações dialógicas com textos de outros gêneros também enquadrados na página virtual da seção em questão: são propagandas, anúncios, comentários, etc..

A imagem do conselheiro/articulista que responde ao reclamante é apresentada junto às cartas, assim como nas revistas anteriormente supracitadas. Para navegar até a coluna onde as cartas podem ser visualizadas pelos leitores, o caminho segue o seguinte percurso hipertextual: (1) entrar no *site* da revista: <<http://veja.abril.com.br>> (2) clicar no hiperlink *Blogs* e *Colunistas*: <<http://veja.abril.com.br/colunistas/>> e (3) clicar no hiperlink *Variedades* e escolher qual carta se deseja ler: <<http://veja.abril.com.br/blog/consultorio-sentimental/>>



**Consultório Sentimental - Betty Milan - VEJA.com - Windows Internet Explorer**

http://veja.abril.com.br/blog/consultorio-sentimental/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favorites CIBERCULTURA e práticas e... Sites Sugeridos Galeria do Web Slice

Consultório Sentimental - Betty Milan - VEJA.com

**Eu tinha uma amiga de muitos anos. Passamos por afastamentos e aproximações, compartilhamos alegrias e tristezas. Há alguns meses, interessei-me por um rapaz, um conhecido nosso, e comecei um relacionamento. Ela me deu força. Já me sentia apaixonada quando o namoro, de repente, acabou. Logo em seguida, comecei a achar que havia algo entre a amiga e ele. Perguntei, e ele negou veementemente. Mesmo assim, a desconfinança aumentou. Contratei um detetive, e a suspeita foi confirmada. Nunca vou me esquecer da sensação que tive ao ver aquelas fotos. Foi um misto de decepção, mágoa e raiva. Meu primeiro impeto foi contar para todos, para o marido dela, porém eu me contive. Sei que sentimentos de vingança não fazem bem, só que o desejo de magoa-la grita forte. O que fazer?**

Amiga ela não é, fez pouco de você, ela é perversa, porque só o prazer a interessa. Quanto ao rapaz, não tem mais caráter do que a dita amiga. Foi infiel e desleal, mentiu. Você tem de se perguntar por que caiu na esparrela. Por que se tornou amiga de uma pessoa que um dia seria capaz de fazer o que fez. Talvez por ter confundido amizade e cumplicidade. Não são a mesma coisa. O fato de compartilhar alegrias e tristezas não é suficiente para caracterizar a amizade. Além de ser desinteressada, esta implica o desejo de contatar o amigo, e esse desejo prima sobre todos os outros. Também por isso, a amizade não é datada. Não é de ontem, de hoje ou de amanhã, ela é de sempre.

Esqueça os dois e dedique-se a você. Tire uma lição do que aconteceu e não dê ouvidos ao desejo de vingança, ou melhor, descubra sua origem para não se entregar a ele. Depois de ter contratado um detetive, procure um psicanalista e saia da bolha do ódio em que você se consome sozinha. Quanto antes, melhor.

O mais é deixar o tempo agir: ele cura todas as mágoas, ensinando a se resignar com a perda. A vida é feita de altos e baixos. Ou, como diz Chico Buarque, numa de suas canções, um dia chove e no outro bate sol.

Por Betty Milan

**veja** Manchetes Palocci cita Malan, mas é clone de Dirceu

Condição

Internet

Microsoft PowerPoint ...

21:35

**Pergunte à Betty Milan**

As questões selecionadas serão respondidas de forma anônima neste espaço.  
(betmilian@uol.com.br)

**Categorias**

Análise Arquivo  
Casamento Infância  
Liberdade Relacionamentos  
Sexo

**Últimos posts**

Traição

Buscar

100%

Figura 11: A carta de conselhos na revista Veja.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/>. Acesso: 30 maio 2011.

Apresentamos, até o momento, a trajetória percorrida na geração dos dados, além da própria apresentação destes, a partir de um recorte do universo, a revista, e do objeto de pesquisa, a carta de conselhos. Cabe, nesse momento, destacarmos alguns aspectos pertinentes em relação à apresentação dos dados.

Primeiramente, destacamos que o gênero *carta de conselhos*, durante o período de geração dos dados, março de 2011, somente foi publicado na versão *online* das revistas *Claudia*, *Nova* e *Veja*. Entretanto, as revistas *Claudia* e *Nova*, versões impressas, atualmente começaram a publicar o gênero *carta de conselhos* em seções específicas das revistas. A revista *Veja*, por sua vez, continua sem publicar a *carta de conselhos* em sua versão impressa.

Além disso, a revista *Claudia online* é, dentre as três em análise, a única a apresentar em determinadas cartas de conselhos duas respostas diferentes para a mesma carta de pedido de ajuda.

Finalizando, após termos apresentado os dados, nos capítulos seguintes registramos os resultados da análise.



## CAPÍTULO 3

---

### 4 A DIMENSÃO SOCIAL DO GÊNERO *CARTA DE CONSELHOS*

Neste capítulo, analisamos a esfera social na qual o gênero *carta de conselho* se constitui e funciona, bem como a interação social que esse gênero medeia. Para tanto, essa discussão está organizada em duas subseções: (a) a esfera social do jornalismo e (b) o cronotopo do gênero *carta de conselhos*.

Em relação à esfera social do jornalismo, apresentamos o percurso histórico de consolidação do jornalismo, a sua natureza constitutiva, as mudanças estruturais na esfera pública para sua emergência social, além de discussões específicas sobre o jornalismo de entretenimento e do espetáculo. Para essa discussão, retomamos estudos de Katz (1993), Pena (2007), Ponte (2004) e Traquina (2005), além de outros pesquisadores que estudam o discurso das mídias. Entendemos que esse diálogo contribui para nossa procura pela compreensão da esfera jornalística na atualidade.

Para o estudo do cronotopo do gênero *carta de conselhos*, retomamos os escritos de Bakhtin e do Círculo acerca das relações espaço-temporais e os gêneros do discurso. Entendido como a porta de entrada para o estudo do gênero, por Bakhtin, o cronotopo nos possibilita compreender a situação imediata de interação do gênero em questão e relação com a situação mais ampla. No estudo do cronotopo, não estamos nos limitando a descrever as dimensões do espaço e do tempo dos eventos, mas, na verdade, estamos percorrendo caminhos que nos apresentam explicações diversas sobre a relação entre as pessoas e suas práticas discursivas no tempo e no espaço, como lembram Morson e Emerson (2008) e Amorim (2006).

#### 4.1 A ESFERA SOCIAL DO JORNALISMO

Iniciamos nossa discussão sobre as particularidades da esfera social do jornalismo, retomando os estudos de Traquina (2005) e Pena (2007) acerca do **percurso histórico de consolidação do jornalismo**. Para os autores há três vertentes fundamentais de desenvolvimento do jornalismo, tal como explica Traquina (2005, p. 33):

Uma visão mais global da história do jornalismo na democracia aponta para três vertentes: 1) a sua expansão, que começou no século XIX com a expansão da imprensa, e explodiu no século XX com a expansão de novos meios de comunicação social, como rádio e a televisão, e abre novas fronteiras com o jornalismo *online*; 2) a sua comercialização que teve verdadeiramente início no século XIX com a emergência de uma nova mercadoria, a informação, ou melhor, dito, a notícia; 3) concomitantemente, o pólo econômico do campo jornalístico está em face da emergência do pólo intelectual com a profissionalização dos jornalistas e uma conseqüente definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia. (TRAQUINA, 2005, p. 33).

A comercialização do jornalismo e a profissionalização de seus trabalhadores acabam, por assim dizer, marcando a emergência de um novo paradigma para o jornalismo, o *mass media*. Como observa Traquina (2005), é durante o século XIX que se verifica o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. Como afirma o autor, a expansão dos jornais no século XIX permitiu o crescimento na contratação de profissionais que se dedicavam integralmente à profissão, influenciando a sedimentação de um novo objetivo para o jornalismo: publicar informações e não apenas propaganda. Portanto, a prática jornalística como atividade remunerada está ligada ao desenvolvimento da *mass media*.

Além disso, segundo Pena (2007), vários são os fatores que potencializaram o desenvolvimento acelerado da *mass media*, tornando o século XIX conhecido como a “época de ouro” da imprensa: a reconfiguração do sistema econômico; os diversos avanços tecnológicos; a constante ressignificação das práticas sociais (novas necessidades sociais); e a mudança no sistema político (liberdade de pensamento e democracia). Traquina (2005) observa que fatores sócio-político-econômicos são norteadores das mudanças centrais no jornalismo, na medida em que certo tipo de imprensa só pode emergir num certo estágio da sociedade. “O desenvolvimento da imprensa está relacionado com a industrialização da sociedade e com o desenvolvimento duma nova forma de financiamento, a publicidade.”

(TRAQUINA, 2005, p. 36). Essa questão resulta na transformação do jornalismo em negócio, e na sua conseqüente independência econômica, como explica O’Boyle (1968 *apud* TRAQUINA, 2005).

Só uma sociedade economicamente avançada podia produzir uma imprensa que se autofinanciasse completamente a partir das vendas a um público-leitor de massas e de anúncios pagos. Sem tal base econômica, a imprensa ou não subsistia ou tinha que se apoiar em subsídios políticos. [...] Da mesma forma, o jornalismo como ocupação integral e com um grau mínimo de estatuto social, só poderia aparecer quando a imprensa se transformasse numa empresa de negócios lucrativos. (O’BOYLE, 1968, p. 290-291 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 36).

Juntamente com a *expansão de publicações de publicidade*, houve grandes *avanços tecnológicos* que permitiram o desenvolvimento da imprensa: o domínio da técnica tipográfica, a melhoria na reprodução de imagens (por exemplo, a fotogravura (1851) e a heliogravura (1905), e a invenção da máquina fotográfica. Além disso, observa Traquina (2005), os avanços na rapidez da transmissão das informações, como o telégrafo em 1844 e o telégrafo por cabo em 1866, acabam se construindo como o início de uma nova era do jornalismo, cada vez mais ligado à atualidade. “A identificação do jornalismo com a atualidade seria irrepreensivelmente atingida e a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias [...]” (TRAQUINA, 2005, p. 38) tornar-se-ia o eixo central da identidade jornalística.

Além dessas questões, Pena (2007) pontua que outros dois processos influenciaram o desenvolvimento do jornalismo na sociedade: a *democratização da escolarização* e a *aceleração da urbanização*. Em relação ao primeiro, é no século XIX<sup>11</sup> que a escolarização de massa, com a construção de escolas públicas e a contratação de profissionais do ensino, permitiu que um número cada vez maior de pessoas aprendesse a ler e a escrever e, portanto, tornarem-se leitores dos jornais. De acordo com Traquina (2005, p. 39), “na França a taxa de analfabetismo era na ordem de 22% em 1872, 8,5% em 1892 e 4% na véspera da I Guerra Mundial.” Dessa forma, a escolarização permitiu já no final do século XIX, a circulação de enormes tiragens de jornais.

---

<sup>11</sup> O autor se refere à Europa.

A urbanização segue o mesmo resultado. A acelerada urbanização intensificou, como pontua Traquina (2005), o crescimento de futuras metrópoles, como o desenvolvimento das cidades de Londres, Paris e Nova Iorque. “Cidades como estas crescem durante o século XIX e oferecem público fácil de atingir com o novo produto de consumo – o jornal.” (TRAQUINA, 2005, p. 40). Assim, podemos compreender que a nova lucratividade do capitalismo, a nova maquinaria, como também os novos e ansiosos leitores alimentavam a expansão do jornalismo.

A partir desse breve percurso histórico, direcionamos-nos para o estudo das **peculiaridades do jornalismo na contemporaneidade**, tais como: sua natureza, as transformações do seu espaço público de circulação, a sua busca incessante pela novidade e atualidade e suas atuais reconfigurações para um novo tipo de jornalismo especializado, o jornalismo de entretenimento.

Segundo Pena (2007), a *natureza do jornalismo* está ligada à natureza da comunicação. Segundo o autor, para conhecer, é preciso transpor limites; é preciso que os relatos reportem informações a membros diversos da comunidade que, de certa forma, buscam segurança, credibilidade e relevância nessas informações. Dessa forma, a natureza do jornalismo, para o autor, não poderia estar desvinculada da natureza da comunicação.

Partindo dessas discussões, podemos compreender que, a partir da emergência da indústria do livro, nasce a imprensa, ocupando o *espaço público* que, por sua vez, acaba por passar por uma série de transformações, como explicam Mello (2003), Pena (2007) e Quintero (1996). Para os autores, a imprensa assumiu a privilegiada condição de palco para o contemporâneo debate público, à medida que muitos dos assuntos apresentados publicamente pelas diversas mídias podem sofrer diversas adaptações para se tornarem de interesse coletivo.

Outro aspecto que os autores retomam para a discussão sobre as transformações do espaço público está na mútua penetrabilidade entre o próprio espaço público e o espaço privado. Essa questão relaciona-se diretamente à compreensão da grande circulação do gênero *carta de conselhos* em revistas *online*. As cartas de conselhos são exemplos claros de como o jornalismo tende a veicular, no espaço público, discursos do campo pessoal, privado. Mira (2001) ao discutir a invasão da privacidade pela mídia, explicitamente demonstra como a penetração na intimidade pela imprensa é cada vez maior na contemporaneidade, especialmente por meio de mídias como TV e revistas, pelo acesso facilitado da população a esses veículos de informação, em especial das classes populares. Um aspecto relevante é que podemos relacionar essa

discussão das transformações do espaço privado no espaço público da imprensa com as reflexões de Giddens (1991; 2002) acerca da privacidade e da confiança no outro e em sistemas abstratos (Cf. capítulos 3 e 4).

Essa discussão sobre as mudanças no espaço público leva-nos às reflexões de Charaudeau (2006), Mello (2003) e Pena (2007) sobre a busca pela *novidade* e pela *atualidade no jornalismo*. Para Charaudeau (2006), a busca por informações atuais para posterior relato nas mais diversas mídias é uma das práticas centrais do jornalismo contemporâneo. Pena (2007), a esse respeito, afirma que a universalidade de temas e a publicidade, juntamente com a periodicidade e a atualidade, atuam como características centrais dos jornais modernos. Além disso, o autor ressalta que a atualidade e a novidade são conceitos essencialmente ligados à temporalidade, mas naturalmente diferentes.

Para o autor, ao se mostrar algo apontado como novo, ainda que o tema seja repetitivo, é poder separar a atualidade da novidade, ou seja, “[...] o velho pode ser atual e vice-versa. A temporalidade não se refere ao fato, mas à forma como é transmitido, ou melhor, mediado. É o instante da mediação que realmente conta.” (PENA, 2007, p. 39). Em outras palavras, “a novidade nem sempre é atual e a atualidade nem sempre é nova.” (PENA, 2007, p. 39).

Com isso, ao pensar a relação entre atualidade e novidade no jornalismo contemporâneo, é preciso entender que a atualidade é diferente da novidade, à medida que ambas são resultantes de âmbitos qualitativos essencialmente distintos. Como reitera Pena (2007), o que conta, de fato, para entender a relação entre a atualidade e a novidade, é o instante da mediação. Dessa relação entre a busca da atualidade e da novidade, o jornalismo tem procurado relatar os fatos da vida, ou como coloca Pena (2007), no palco do jornalismo contemporâneo, o espetáculo é a vida. Nasce, assim, um novo tipo de jornalismo especializado, o *jornalismo de entretenimento* e sua *espetacularização da vida*.

Pena (2007) retoma os estudos de Gabler (1999) para discutir que essa tendência atual em converter a realidade em encenação é justificável no jornalismo contemporâneo, à medida que as práticas de jornalismo atuais têm tendido a disputar com a própria dramaticidade da vida. Segundo os autores, na busca por entretenimento, a vida passa a ser o roteiro de longas dramatizações do real. “Não se trata apenas de olhar pelo buraco da fechadura, mas de estar do outro lado da porta. Não



se trata apenas de ver o filme, mas de ser o próprio filme. A vida é o veículo.” (PENA, 2007, p. 88).

Segundo Pena (2007), diversos autores, dentre eles Gabler (1999), têm admitido que vivemos no mundo da pós-realidade. Os aspectos da vida tornam-se os aspectos factuais a serem relatados, informados e opinados nas mais diversas mídias. Aspectos antes considerados extremamente pessoais e íntimos passam a ser publicados em espaços sociais coletivos. As mídias transformam-se em palcos, e a vida e seus acontecimentos, nos diversos atos dessa prática de espetacularização. “A espetacularização da vida toma o lugar das tradicionais formas de entretenimento.

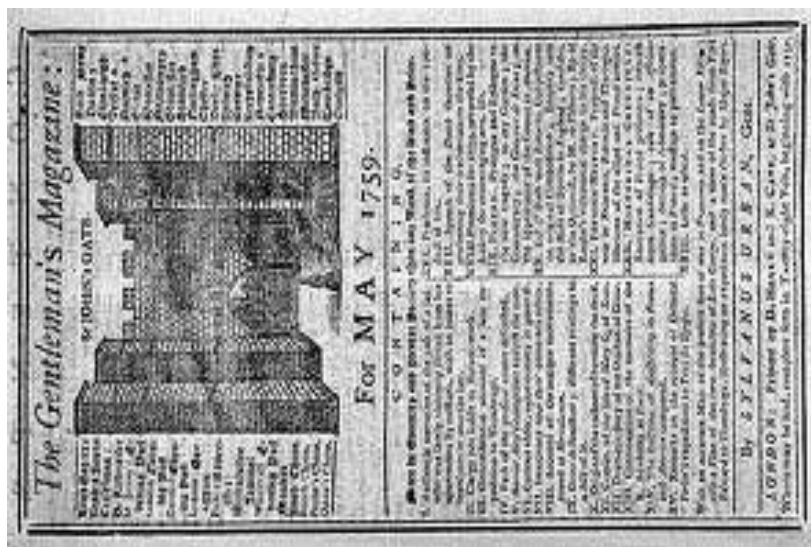
Cada acontecimento em torno de um indivíduo é superdimensionado, transformado em capítulo e consumido como um filme.” (PENA, 2007, p. 88). Há o que Pena (2007) e Gabler (1999) chamam de supervalorização dos acontecimentos individuais, da vida do outro, dos acontecimentos que se desenrolam com o outro, de fato. É como se a informação estivesse sido transformada em mercadoria, como observa Marcondes (1988).

Nosso objetivo nesta seção sedimenta-se na busca pela compreensão de questões centrais da constitutividade e do funcionamento da esfera do jornalismo na contemporaneidade e sua relação com a circulação do gênero *carta de conselhos*. Em outras palavras, objetivamos nessa seção entender como as questões aqui discutidas estão intimamente relacionadas com a funcionalidade desse gênero na esfera do jornalismo contemporâneo. Contudo, para tanto, teremos que entender, de forma específica, as peculiaridades do jornalismo de revista, em especial, do jornalismo de revista *online*, modalidade na qual o gênero *carta de conselhos* é produzido e recebido.

#### 4.1.1 O jornalismo de revista

Segundo Scalzo (2003), a primeira revista publicada foi a alemã *Edificantes Discussões Mensais*, datada de 1663. Era, segundo a autora, extremamente semelhante a um livro, porém, em função de sua organização ser composta de vários artigos sobre um único tema – a teologia – e por ser voltada para um público específico, acabou sendo denominada na época por revista. Além disso, de acordo com a autora, essa primeira revista inspirou diversas publicações pelo mundo, com as primeiras revistas na França em 1665, na Itália em 1668 e na Inglaterra

em 1680. Entretanto, é em Londres, em 1731, que é publicada a primeira revista que mais se assemelha com as revistas que atualmente circulam em nossa sociedade, a *The Gentleman's Magazine*.



**Figura 12:** Exemplos da revista *The Gentle's Magazine*, datadas de 1759 e 1733, respectivamente.

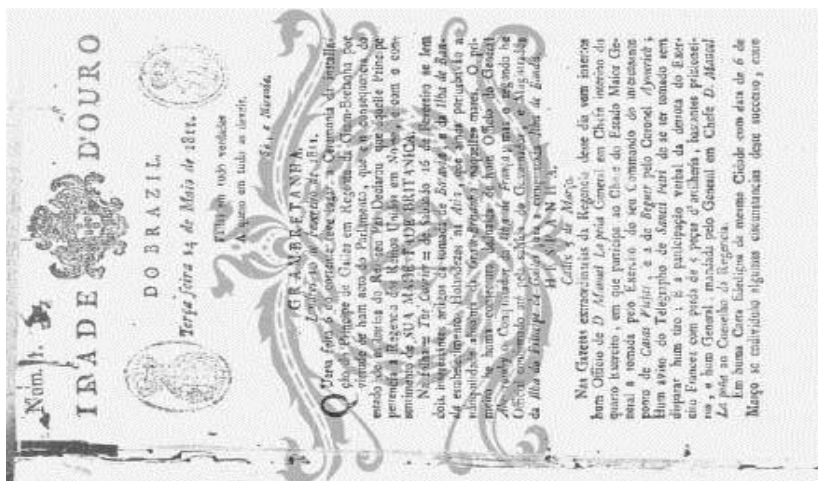
**Fonte:** <<http://www.awesomestories.com/assets/the-gentlemans-magazine>>.

Acesso: 20 mar. 2012.

Com base nessas constatações de Scalzo (2003), delineamos, a seguir, **um estudo da evolução das revistas no Brasil**, para, em seção posterior, discutirmos a emergência das revistas *online*. Primeiramente, relembramos, como observam Traquina (2005) e Scalzo (2003), que o desenvolvimento da imprensa confunde-se com o desenvolvimento sócio-econômico de um país.

De acordo com Scalzo (2003), em função da relação imprensa – economia, as revistas chegaram ao Brasil, em meados do século XIX, juntamente com a corte portuguesa, “quer dizer, chegaram junto com o assunto de que iriam tratar e com os meios para serem feitas. Antes disso, proibida por Portugal, não havia imprensa no Brasil.” (SCALZO, 2003, p. 27). Segundo a autora, a primeira revista surgiu no Brasil, especificamente em Salvador (BA), em 1812, com o nome de *As Variedades* ou de *Ensaios de Literatura* (Cf. figura 13).

Semelhante às de sua época, ainda apresentava organização e estilo de livro. Já em 1813, surgiu *O Patriota*, no Rio de Janeiro, a segunda revista publicada no Brasil. Em 1827, temos no Brasil a primeira segmentação por tema, sendo publicada a revista *O Propagador das Ciências Médicas*, integrada ao órgão da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, que é considerada a primeira revista brasileira especializada.



**Figura 13:** A 1ª página da revista *Variedades – Ensaios de Literatura*, datada de 1812.

**Fonte:** <<http://saofrancisconoticias.com.br/?p=196>. Acesso: 20 ago. 2012.

Scalzo (2003) relembra que é nesse mesmo ano que se publica a pioneira revista direcionada ao público feminino, a *Espelho diamantino* (Cf. figura 14), que trazia assuntos como: política, artes, literatura (até com trechos de romances estrangeiros), moda e música. Contudo, como observa Scalzo (2003), todas essas publicações acabaram por apresentar uma breve circulação, resultado da falta de assinantes e de recursos.

A vida das revistas iniciou sua reviravolta com a revista *Museu Universal*, datada de 1837, que buscou refletir sobre as exposições europeias que dominavam o século XIX, “[...] com textos leves e acessíveis, a publicação foi feita para uma parcela da população recém-alfabetizada, a quem se queria oferecer cultura e entretenimento.” (SCALZO, 2003, p. 28). Além das inovações do momento, a revista era ilustrada.

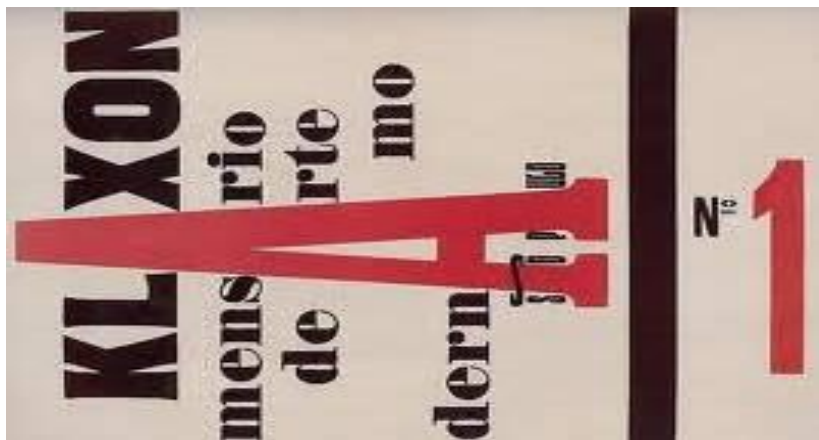


**Figura 14:** A 1ª página da revista *O Espelho Diamantino*, datada de 1827.

**Fonte:** <<http://www.google.com.br/imgres?q=revista+o+espelho+diamantino&hl=pt->>. Acesso: 20 ago. 2012.

Mas é com a publicação da revista *A Marmota na Corte*, datada de 1849 que se iniciou a era de revistas de variedades no país. Scalzo (2003) retoma que, no início do século XIX, ocorreram diversas transformações científicas e tecnológicas que vão refletir diretamente nas ideias e na remodelação das cidades. Nessa época, segundo pontua a autora, as publicações dividiram-se entre as revistas de variedades e as

revistas de cultura. Há, nessa época, por exemplo, a publicação da revista *Klaxon* (Cf. figura 15), que divulgava os ideais da estética modernista de 1922. Já a *Revista da Semana* (Cf. figura 15), especializada na reconstituição de crimes, será, nessa época, a pioneira em trazer fotografias.



**Figura 15:** As capas das revistas *Klaxon* e *Revista da Semana*.

**Fonte:** <<http://cultura-causaoperariaonline.blogspot.com.br/2012/06/klaxon-primeira-revista-do-modernismo.html>>. Acesso: 20/08/2012.

É nesse ínterim temporal, entre o final do século XIX e início do século XX, que, conforme propõe Scalzo (2003), surgiu uma nova tipologia de revista: as revistas galantes. São as revistas direcionadas ao público masculino e que editam notas políticas, piadas, contos picantes, caricaturas e fotos eróticas. Revistas como a *Rio Nu* e *A Maçã* inauguram na sociedade brasileira essa tendência de publicação de revistas. A autora afirma que nessa época surgem também revistas sobre automóveis como a *Revista de Automóveis*, datada de 1911, e a primeira revista sobre aviões, a *Aerófilo*, datada de 1915.

Partindo desse percurso histórico, passamos, neste momento, a discutir as peculiaridades do jornalismo de revista, procurando entender a sua diferença do jornalismo de jornal e sua inserção no mercado jornalístico. Em outras palavras, procuramos entender o jornalismo de revista como uma conjunção entre o jornalismo informativo e o jornalismo de entretenimento, à medida que concordamos com Scalzo (2003, p. 13), quando a autora afirma que, “estudando a história das revistas, o que se nota em primeiro lugar, não é uma vocação noticiosa do meio, mas sim a afirmação de dois caminhos bem evidentes: o da educação e do entretenimento.” Em outras palavras,

Enquanto os jornais nascem com a marca explícita da política, do engajamento claramente definido, as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento dos assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. **Revista une e funde entretenimento.** (SCALZO, 2003, p. 14, grifos nossos).

Para a autora, enquanto o jornal ocupa o espaço público, do cidadão em potencial, sem a procura por especificidades no auditório, a revista, por sua vez, procura engajar-se no *espaço privado*, íntimo, na casa do seu leitor específico. Por essa razão, há uma constante segmentação no ramo das revistas: revistas de sala, de banheiro, de quarto, de família, da mulher solteira, da mulher profissional, do homem gay, do homem heterossexual, da mulher gay, da mulher heterossexual, etc.

Como afirma Scalzo (2003), enquanto o jornalismo de jornal<sup>12</sup> está preocupado com notícias factuais, as revistas, em sua maioria, estão preocupadas em auxiliar os leitores em sua vida prática. Sobre essa questão, a autora discute que, não obstante, nos últimos anos, os jornais têm buscado assemelhar-se às revistas, seja nos temas, nos *designs*, seja na atual divisão dos jornais em cadernos. Contudo, segundo a autora, os jornais não obtiveram sucesso na empreitada. A segmentação por assunto nos jornais não deu certo, à medida que estes não souberam adequar a linguagem e o estilo a públicos específicos.

Diferentemente dos jornais, as revistas tem a *segmentação* como sua essência. A revista, de fato, conhece cada leitor, sabe para quem está especificamente se dirigindo. Por exemplo, são os casos das revistas dirigidas ao público feminino e as dirigidas particularmente ao público masculino. Conforme Scalzo (2003) propõe, as revistas femininas, por exemplo, existem desde que surgiram as primeiras revistas no país. Primeiramente, trazendo as notícias sobre novidades da moda européia, dicas e conselhos de culinária. Eram publicações direcionadas ao mundo particular das mulheres da época. Na década de 1950, surgem as revistas de fotonovela e em 1959 surge a primeira revista de moda no Brasil, a *Manequim*, publicação que trazia moldes de roupas para se fazer em casa. Em 1961 surge a revista *Claudia* (Cf. figura 20) e em 1973 a revista *Nova* (Cf. figura 21), tal como já discutido<sup>13</sup>.

Quanto às revistas direcionadas ao público masculino, Scalzo (2003) afirma que elas faziam o maior sucesso no início do século XX, contudo desaparecem nos anos 30 em função da censura e da moral conservadora da época. É na década de 1960 que estas ressurgem, a partir da publicação de *Fairplay*, e logo depois a publicação, em 1969, da revista *Ele e Ela*. Nasce na mesma época *Status*, em 1974, e *Homem*, em 1975, que depois passará a se chamar *Playboy*. A revista *Placar* é lançada em 1970.

No que diz respeito às demais segmentações de revistas, podemos datar de 1928 o lançamento de um dos maiores fenômenos editoriais brasileiro, a revista *O Cruzeiro* (Cf. figura 16). Segundo Scalzo (2003), a revista *O Cruzeiro* estabelece uma linguagem inovadora no jornalismo de revista no Brasil, por meio da publicação de grandes reportagens de especial atenção ao fotojornalismo. Em 1952 surge a revista *Manchete*

---

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, os estudos de Rodrigues (2001) e de Acosta-Pereira (2008).

<sup>13</sup> Estamos nos referindo ao capítulo 3, especificamente à seção sobre o universo de análise.

(Cf. figura 17), que traz colunas de cronistas como Rubem Braga e Paulo Mendes campos.

Além dessas, surge em 1966 a revista *Realidade* (Cf. figura 18), que, de acordo com Scalzo (2003), estaria focada no jornalismo investigativo e policial. É nesse contexto que nasce em 1968 a revista *Veja* (Cf. figura 19), nos moldes da revista *Time*. A revista *Veja* é hoje considerada a 4ª revista de informação mais vendida no mundo.



**Figura 16:** A capa da revista *Cruzeiro*.

**Fonte:** <<http://www.google.com.br/imgres?q=revista+realidade&um=1&hl=pt->>. Acesso: 20 ago. 2012.



**Fonte:** <<http://www.google.com.br/imgres?q=revista+manchete&um=1&hl=pt->>. Acesso 20 ago. 2012.



Fonte: <<http://www.google.com.br/imgres?q=revista+realidade&um=1&hl=pt->>. Acesso 20 ago. 2012.



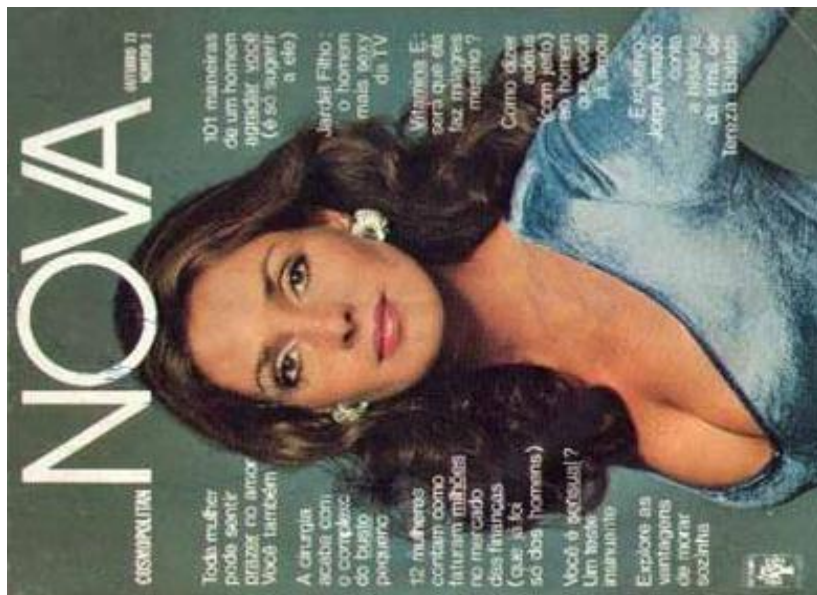
**Figura 19:** Primeira edição da revista Veja - 11 de Setembro de 1968.

**Fonte:** < <http://elefantedowns.blogspot.com.br/2010/08/veja-o-grande-duelo-no-mundo-comunista.html>>. Acesso: 20 ago. 2012.



**Figura 20:** A 1ª capa da revista Claudia, datada de 1961.

**Fonte:** <<http://www.wavefestival.com.br/home/midia/noticias/2011/09/27/Revista-Claudia-celebra-50-anos.html>>. Acesso: 20 ago. 2012.



**Figura 21:** A 1ª capa da revista Nova, datada de 1973.

**Fonte:** < <http://www.justlia.com.br/2011/02/as-primeiras-capas-das-revistas/> >.  
Acesso: 20 ago. 2012.

Dessa forma, entendemos que o jornalismo de revista, diferentemente do jornalismo de jornal, procura chegar ao leitor com intimidade, isto é, procura conhecê-lo para atingi-lo. Como esclarecem Scalzo (2003) e Vilas Boas (1996), as revistas possuem várias *formas de procurar conhecer seus leitores*. Seja a partir de pesquisas quanti ou qualitativas, cartas, *e-mails*, ou por outros meios de contato do leitor, uma vez que todas as revistas apresentam um serviço sistematizado de atendimento ao leitor, possibilitando um espaço de conversa entre o público e a revista. Scalzo (2003) assim exemplifica essa questão da relação entre as revistas e o público-leitor:

O leitor sente tanta afinidade com sua revista predileta que é comum ocorrer o que certa vez aconteceu na *Playboy*: um garoto de dez anos ligou para o atendimento ao leitor, pedindo para chamarem rápido ao telefone a atriz Luiza Thomé – estrela da capa da edição daquele mês [...]. Enquanto isso, a *Capricho*, por exemplo, recebe

em média quatro mil contatos por mês [...].  
(SCALZO, 2003, p. 38).

Outra característica particular da revista é que Scalzo (2003) pontua é o seu *formato*. A revista é fácil de carregar, guardar e colecionar. Segundo a autora, o formato mais comum é de 20,2 a 26,6cm, tamanhos das revistas *Veja* e *Time*, por exemplo. Outro aspecto é sua *periodicidade*. A periodicidade das revistas as diferencia de outras modalidades de jornalismo. Com uma periodicidade geralmente semanal, as revistas trazem reportagens e entrevistas que se diferenciam dos jornais diários.

Além disso, para diferenciar o jornalismo de revista do jornalismo de jornal, Vilas Boas (1996) enumera algumas particularidades do jornalismo de revista: seu repertório linguístico, seu processo interpretativo e sua busca por sensacionalismo sem data. Em relação ao *repertório linguístico*, para Vilas Boas (1996), o estilo gráfico das revistas requer um repertório linguístico habitual, um estilo formal-coloquial e o uso de expressões populares. Para o autor, “enquanto o jornal diário usa em seu proveito a tradição, as revistas preocupam-se com sua contemporaneidade e atualidade na linguagem.” (VILAS BOAS, 1996, p. 72).

Quanto ao *processo interpretativo dos fatos*, para Vilas Boas (1996), pode haver duas modalidades de jornalismo: o extensivo e o intensivo. O primeiro apresenta-se predominantemente informativo, enquanto o segundo caracteriza-se essencialmente por ser reflexivo. Para o autor, as revistas concentram-se no processo intensivo de interpretação, à medida que “os temas e as matérias são selecionados e as informações transmitidas do modo mais completo possível, em profundidade.” (VILAS BOAS, 1996, p. 77).

A procura por um *sensacionalismo* sem data diz respeito à busca da redação por detalhamentos para aperfeiçoar a apresentação dos fatos. Em outras palavras, na revista o leitor poderá, diferentemente dos jornais, sentir e vivenciar a “explosão dos fatos”, à medida que a revista procura, de todas as formas, responder aos porquês dos fatos. Nos jornais diários, há uma construção estilística e composicional que objetiva apagar ambigüidades e polissemias.

Nas revistas, ao contrário, “o texto precisa ter ecos e ressonâncias. Por isso, a construção das frases é mais complexa. Isto pode fazer com que cada frase se torne um campo minado” para os efeitos do sensacionalismo (VILAS BOAS, 1996, p. 81). Segundo o autor, os modelos de textos das revistas brasileiras como *Veja* e *IstoÉ*

seguem parâmetros norte-americanos como as revistas *Time* e *Newsweek*. Com isso, podemos entender que o jornalismo de revistas e o jornalismo de jornal são essencialmente diferentes. O percurso histórico de consolidação, a periodicidade, a segmentação do público-leitor, o repertório linguístico, dentre outros aspectos enfocados demonstram isso. A partir disso, direcionamos nossa discussão para o estudo da internet para depois determo-nos no jornalismo de revista *online*.

#### 4.1.2 A internet

Antes de começar a discussão sobre a internet e sua relação com as revistas *online*, cabem alguns esclarecimentos. Primeiramente, não procuramos apresentar um estudo extensivo sobre a internet e suas potencialidades atuais. O que, de fato, objetivamos, é apresentar estudos prévios sobre o assunto (BOLTER, 1991; CASTELLS, 1999; FERRARI, 2007; 2008; LÉVY, 2007a; 2007b; MARCUSCHI; XAVIER, 2004; REIS, 2010) de forma que possamos entender sua importância e relevância para nosso objeto de investigação.

Outra questão diz respeito aos termos *ciberespaço* e *cibercultura*. Em nosso estudo, compreendemos que

O *ciberespaço* é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também do universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam nesse universo. Quanto à [...] *cibercultura*, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento, e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 2007b, p. 17, grifos nossos).

Assim sendo, nesta seção, discutimos o ciberespaço em termos de virtualização, hipertextualidade e interações *online*, direcionando as discussões sobre o jornalismo *online* para a próxima seção, na qual abordamos especificamente o advento do jornalismo de revista *online*. Embora sabendo da interrelação constitutiva entre as temáticas, optamos

por, didaticamente, apresentar a discussão em seções distintas, objetivando delinear especificidades de cada tópico abordado.

Como afirma Ferrari (2008), para que possamos compreender a evolução da interação *online* no jornalismo é preciso voltar **à história da internet e a criação de seu ambiente gráfico na WWW**. Segundo dados pontuados nos estudos de Castells (1999) e Lévy (2007a; 2007b), em 2003 a Internet chegava com mais de duzentos milhões de usuários conectados pelo mundo. De acordo com Ferrari (2007; 2008), só no Brasil, em 2006 chegávamos a 42,3 milhões de usuários.

A internet surge em 1969, quando a ARPA – Agência de Pesquisa e Projetos Avançados-, uma organização do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, cria a Arpanet, uma espécie de rede nacional de computadores, que servia para assegurar a comunicação emergencial, no caso de tentativa de ataques bélicos nos EUA por outro país. De acordo com Castells (1999) e Ferrari (2008), depois de inúmeros testes para verificar o funcionamento do Arpanet entre diversos estados dos EUA, o Departamento de Defesa ganha, em 1975, o controle total da rede de conexões da Arpanet. Desde então o intercâmbio de dados desenvolveu-se e, entre os novos usuários, encontravam-se pesquisadores universitários norte-americanos com pesquisas nas áreas de segurança e defesa, que, ao usar de forma contínua, essa nova forma de interação, acabaram contribuindo para a propulsão da rede.

Como lembra Ferrari (2008), embora houvesse já um uso contínuo da Arpanet por parte de pesquisadores, seu uso ainda, por muitas vezes, restringia-se ao serviço militar. Com isso, novas redes começaram a surgir. Ferrari (2008, p. 15) cita a Binet (*Because it's time to work*) e a rede CSNET (*Computer Science Network*), que passaram a oferecer acesso para outras instituições de ensino superior e centros de pesquisa avançados dentro dos EUA.

A década de 1980, por sua vez, é marcada pelo surgimento da NSFNET (*National Science Foundation*) que traz uma contribuição significativa para a expansão da Internet, desenvolvendo uma rede de conexão entre pesquisadores de todo os EUA. A NSFNET expandiu-se e, em 1990, eram cerca de oitenta países conectados.

O cenário da década de 1990 era de muitos computadores interligados, mas ainda a conectividade apresentava-se restrita em centros acadêmicos de pesquisa. Embora tenha sido em 1980 que Tim Berners Lee tenha criado a *World Wide Web* (WWW), foi apenas a partir de 1993 que pesquisas avançadas tornaram possível que, já em 1996, existissem cerca de 56 milhões de usuários no mundo. Como

aponta Ferrari (2008, p. 17), nesta época, 95 bilhões de mensagens eletrônicas foram enviadas nos EUA, em comparação aos 83 bilhões de cartas impressas postadas nos correios. Ainda nessa época, o número de computadores conectados ao redor do mundo que, em 1993 chegava a 1,7 milhões, em 1997, alcançava a marca de 20 milhões.

O século XXI, por sua vez, é marcado pelo advento de diversas tecnologias de comunicação e informação: *Ipod*, *Ipad*, *MP3*, *smartphones*, *notebooks*, *netbooks*, dentre outras tecnologias dando suporte a diversos softwares, que além de gerenciam informações, viabilizam as várias possibilidades de comunicação interpessoal. Atualmente, a Internet passa a ser um espaço de trabalho, de estudo, como, demasiadamente, espaço de construção e reconstrução de relações sociais. Esse dado pode ser comprovado quando listamos as inúmeras possibilidades de conectividade às redes sociais, como *Orkut*, *Facebook*, *Twiter*, dentre outras ferramentas digitais de construção de perfis pessoais que cada vez estão mais presentes no ciberespaço.

Para Castells (1999) e Lévy (2007b), estamos distribuídos fora do corpo e submersos às possibilidades de navegação na rede, isto é, a própria existência do digital modifica nossas práticas sociais e discursivas, levando-nos do *hibridismo* (sermos diferentes enquanto seres humanos) ao *cibridismo* (estarmos (des)ligados ao ambiente, em termos *on* e *off*). Em outras palavras, a internet tem possibilitado a construção de formas múltiplas de comunicação e de gestão de informações, potencializando nossas práticas sociais no meio digital e aumentando nosso tempo frente ao computador.

Compartilhamos com Castells (1999) e Lévy (2007a) a concepção de que o movimento intenso da **virtualização** tem afetado atualmente não apenas a informação e a comunicação, mas, sobretudo, os sujeitos, a economia e o exercício da inteligência. Como observa Lévy (2007a, p. 11), a virtualização atinge a própria concepção do *nós*, à medida que crescem consideravelmente comunidades sociais, empresas virtuais, ultrapassando amplamente a dimensão única da informação.

Para Lévy (2007a), a virtualização pode ser concebida como um movimento inverso ao da atualização. Segundo o autor, a atualização consiste em toda criação, ou invenção de uma determinada forma a partir de uma confluência entre forças e finalidades; já a virtualização apresenta-se como uma passagem do atual para o virtual. Em outras palavras, para o autor, virtualizar é desterritorializar, isto é, desprender modalidades temporais e espaciais, além de reprojeter situações de interação. Nesse processo descontínuo de reprojeter espaços e desterritorializar dimensões espaço-temporais, o sujeito encontra-se em

contínuas reconstruções de redes de comunicação. É sob essa perspectiva, que, ao virtualizar as situações de interação, virtualiza-se o material pelo qual as interações são mediadas – a linguagem.

Em outras palavras, podemos entender que a virtualização não é uma *desrealização* (a transformação da realidade), mas um *deslocamento* do centro de gravidade do objeto ontológico. Assim, “virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mudar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular.” (LÉVY, 2007a, p. 18). Virtualizar é, para o autor, o estado de êxodo, de desprendimento do aqui e do agora, é desterritorializar versões, objetos, entidades. Em termos gerais, a virtualização, de acordo com Lévy (2007a; 2007b) corresponde ao processo de desterritorialização do centro de gravidade de uma entidade, reprojetoando-a e desprendendo-a do “estar presente”, movendo-a, portanto, ao êxodo.

Como explica o autor, a virtualização pressupõe a “não-presença” e o êxodo, em termos de espaço e tempo. Isso não significa que não haja situacionalidade na existência virtual da entidade, mas que esta vive em lugar e tempo de referência virtual. Lévy (2007a, p. 20-21) entende que a virtualização “reinventa uma cultura nômade, não por uma volta ao paleolítico nem às antigas civilizações de pastores, mas fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se reconfiguram com um mínimo de inércia.” Esse é o próprio processo de desterritorialização. Assim esclarece o autor:

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. É verdade que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde. No entanto, a virtualização lhes fez tomar a tangente. Recortam o espaço-tempo clássico apenas aqui e ali, escapando a seus lugares comuns ‘realistas’ [...]. (LÉVY, 2007a, p. 21, grifos do autor).



Assim, podemos compreender que a virtualização interrompe a ideia da narrativa clássica de tempo e espaço, pois, como bem pontua Lévy (2007a; 2007b), a unidade de espaço é substituída pela sincronização; a unidade de tempo, por sua vez, é substituída pela conectividade. A conectividade tem sido amplamente discutida por diversos pesquisadores de áreas como informática, comunicação social e linguística aplicada. Entretanto, conforme explica Castells (1999), os pesquisadores parecem não conceber claramente o significado desse conceito. Assim sendo, o autor entende conectividade como a capacidade de um meio de comunicação permitir que o usuário exerça uma influência no conteúdo da comunicação.

Conforme propõe Lévy (2007a, p. 126), “[...] a Internet é um dos mais fantásticos exemplos de construção cooperativa internacional [...]”. O autor define “o ciberespaço como prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária, como horizonte de mundo virtual vivo, heterogêneo e intotalizável no qual cada ser humano pode participar e contribuir”. Para o autor, a efetivação da conectividade depende da maneira como recursos do texto eletrônico e da internet são empregados pelos usuários em determinada situação.

Além disso, Lévy (2007a; 2007b) entende que a conectividade permite a pluralidade de tempos e de espaços, isto é, a conectividade permite que cada sujeito em espaços diversos e tempos distintos possa acessar informações e estabelecer relações de formas plurais: os limites não são mais dados, os lugares e os tempos acabam por se misturarem. As fronteiras nítidas de espaços outros de gestão de informações e de relações interpessoais dão lugar à *fractalização* de espaços. Esse processo que a conectividade impulsiona e que a virtualização intensifica, para Lévy (2007a, p. 24), denomina-se *efeito moebius*: a permeabilidade entre as dimensões do privado e do público (Cf. capítulos 3 e 4), do subjetivo ao objetivo, da territorialização à desterritorialização.

O *efeito moebius* reforça nossa tese de que os lugares e os tempos, no ciberespaço, se interpenetram. Essa heterogeneidade constrói um certo acolhimento da alteridade (LÉVY, 2007a, p. 25), à medida que sujeitos constroem relações de pertencimento em espaço de indistinção ativa, participando, por conseguinte, de reversões entre exterioridade e interioridade. Para Lévy (2007b), as relações e os espaços só têm limites claros no real, isto é, a virtualização e a conectividade provocam deslocamentos espaço-temporais, reconstruindo projeções do corpo, da economia e do texto.

A *virtualização do corpo* diz respeito à noção de telepresença. Diferentemente da simples projeção de imagem do corpo, a telepresença permite a projeção de ações e de relações intersubjetivas a partir da conexão de redes virtuais, como explica Lévy (2007a, p. 28), uma vez que “um grande número de pessoas compartilham os mesmos enormes braços virtuais e desterritorializados.” A telepresença permite essa presença virtual.

Por sua vez, a *virtualização da economia* diz respeito ao advento de meios de comunicação e informação que possibilitam a criação de espaços e redes virtuais de operacionalização econômica. A economia contemporânea tem sido caracterizada como a economia da virtualização ou da desterritorialização, como explica Lévy (2007a; 2007b). A virtualização tem impulsionado o grande volume de negócios mundial (principalmente, nas áreas de turismo e serviços de transporte) e tem contribuído diretamente para o fortalecimento do comércio e das indústrias de fabricação de automóveis.

Já em relação à *virtualização do texto*, entendemos que as diferentes formas de gestão da informação e das relações de comunicação no ciberespaço têm sido possíveis a partir da funcionalidade dos hipertextos. Os hipertextos são os desencadeadores da dessincronização e da deslinearidade dos processos de leitura no ambiente digital. Com os hipertextos, os sujeitos usuários exploram as possíveis potencialidades do ciberespaço e as diversas redes de relação entre as informações, *sites* e janelas. O hipertexto é uma matriz de textos potenciais, e o computador, antes de tudo, é o operador dessa potencialização. O leitor estabelece relações diversas com os hipertextos; um *continuum* variado de redes com outros textos virtualmente se constrói por trás de cada hipertexto, gerando processos desterritoriais de leitura que, é marca da hipertextualidade.

#### 4.1.3 O jornalismo de revista *online*

No final do século XX, como apresentado na seção anterior, entra em cena a internet, modificando nossas práticas discursivas e, por conseguinte, nossas atividades sociais. A maximização das redes de comunicação viabilizou o avanço de nossas possibilidades de interação, sem tempo e espaços definidos, e com a autonomia do usuário, como observa Lage (2006, p. 44), “a internet transforma cada usuário em

gerador potencial de informações, descentralizando, em tese, os sistemas de comunicação.”

Ferrari (2008) afirma que o **jornalismo online** não compreende a transposição de conteúdo do jornalismo impresso para a Web, mas todas as produções que nascem e que são publicadas diretamente na própria Web. A autora ainda ressalta que os veículos denominados *online* devem apresentar todos os departamentos de uma redação diretamente ligados às produções que serão publicadas no ciberespaço. Pena (2007), a esse respeito, afirma que a teoria do jornalismo ainda encontra dificuldades para definir o jornalismo digital ou jornalismo *online*. Como observa o autor, a confusão conceitual para classificar essa prática envolve termos como webjornalismo, ciberjornalismo, jornalismo digital e jornalismo *online*, por exemplo.

Pena (2007) apresenta a seguinte definição de jornalismo *online*:

**Jornalismo digital**<sup>14</sup>, então, pode ser precariamente definido como a disponibilização de informações jornalísticas em ambiente virtual, o ciberespaço, organizadas de forma hipertextual com potencial multimidiático e interativo. (PENA, 2007, p. 176, grifos nossos).

Assim, com base em Pena (2007), podemos entender, como já discutido por Ferrari (2008), que o jornalismo *online* se diferencia da simples transposição de material impresso para o ciberespaço. Pena (2007) pontua que, após a metade da década de 1990, com o advento da internet, muitos profissionais e empresas jornalísticas migraram para o trabalho *online*, redimensionando a viabilidade comercial do jornalismo *online*. Para o autor, o ambiente virtual acaba por modificar vários aspectos no jornalismo, influenciando todos os diversos veículos midiáticos e as diferentes publicações. Segundo Pena (2007), há uma descentralização das informações a partir da emergência de portais, *websites*, *blogs*.

Outra questão acerca do jornalismo *online*, de forma geral, é a compreensão do que seja a **hipermídia**. Para Ferrari (2008), desde 1980, vivenciamos o advento da multimídia, tecnologia que corresponde ao entrecruzamento de semioses como som, imagem, movimento, e que se marcou, especialmente, com o surgimento dos CD-ROMs.

---

<sup>14</sup> Tomamos, em nosso estudo, as expressões “jornalismo digital” e “jornalismo *online*” como sinônimas.

Contudo, com a emergência da internet, cria-se a hipermídia, “tecnologia que proporciona ao leitor a possibilidade de ler um aplicativo na ordem que desejar, já que engloba hipertextos e recursos multimídia.” (FERRARI, 2008, p. 43). Para Santos (2002), a hipermídia se caracteriza no jornalismo *online* por quatro pilares constitutivos: (a) a multiplicidade, (b) a acessibilidade; (c) a conectividade e (d) a interatividade, o que relacionamos com as características das revistas *online*. Apresentamos as particularidades da hipermídia com base em Santos (2002) e, de forma a ilustrar cada explicação, recorreremos à exposição das páginas das revistas *online* selecionadas nesta tese, apontando especificamente cada caracterização.

Por *multiplicidade* compreendemos a capacidade que a hipermídia possui de se utilizar da linguagem em suas múltiplas manifestações semióticas (sons, textos verbais, imagens) convertida em sinais digitais. Apesar de a televisão, o cinema e o teatro já permitirem a transmissão desses dados, “o que torna essa tecnologia [hipermídia] diferente é o fato de que esses dados, por serem digitais, são baseados em um código comum, podendo ser convertidos uns nos outros e remodelados de infinitas formas” (SANTOS, 2002, p. 7). Como pontua Bressani (2007, p. 152), nas revistas *online*, não há uma construção de significados apenas por um único meio semiótico, pois “lidamos com sistemas hipermodais que permitam a navegação por informações distribuídas de maneira multilinear e que envolvem várias modalidades integradas de linguagem além da verbal.”

O leitor das revistas *online* procura percorrer caminhos diversos possibilitados pelos *hyperlinks* e pelas diversas modalidades semióticas viabilizados pela hipermídia: “o usuário espera percorrer caminhos e executar ações – entrar, clicar, comprar e não apenas ler ou ver imagens como em textos impressos (BRESSANI, 2007). Essa prática cria outro papel de leitor, diferente do leitor usual dos textos impressos. Segundo Bressani (2007, p. 153), “o ambiente digital oferece informações que são topologicamente distribuídas em arquiteturas que podem inclusive simular ambientes físicos em que há a ilusão de circulação espacial.” Ao acessarmos as revistas *online*, como a *Claudia*, a *Nova* e a *Veja*, deparamo-nos com diversas modalidades semióticas, como textos verbais, vídeos, imagens, músicas, dentre outras, como demonstrado na seção acerca do universo dos dados.

A *multiplicidade* na revista *Claudia* se constrói, dentre outras regularidades estilístico-composicionais, por meio de fotografias e imagens audiovisuais que se relacionam dialogicamente na janela inicial da revista.

A *multiplicidade* semiótica se materializa na multimodalidade discursiva da revista.

**Figura 22:** A multiplicidade semiótica na página da revista Claudia online.

**Fonte:** <http://claudia.abril.com.br/>. Acesso: 05 jun. 2011.

A *acessibilidade* diz respeito aos diferentes processos de distribuição das informações ao longo das janelas virtuais possíveis nas revistas. “A hipermídia ampliou as opções de acesso ao conhecimento, bem como permitiu a correlação de dados de locais e qualidades diferentes, gerando um tipo diferente de acesso comunicacional” (SANTOS, 2002, p. 8). Como destacam Ferrari (2007), Lévy (2007a; 2007b) e Santos (2002), a acessibilidade permite, ao invés de receber conteúdos preparados por terceiros, apresentados em horários e formatos padronizados e estáticos, que o usuário passe a construir seu próprio percurso e conteúdo a partir do uso dos *hiperlinks*.

Diferentemente das revistas impressas, as revistas *online* permitem que o leitor acesse diferentes caminhos, de forma aleatória, chegando a diferentes seções que a revista traz e criando seu próprio percurso de construção de sentido, a partir do acesso a *hiperlinks* diversos. O leitor pode acessar uma entrevista, por exemplo, que pode levar a outros textos (hipertextos) sobre os dados pessoais do entrevistado, ou outros textos já publicados na revista sobre o entrevistado, assim como outros textos relacionados à temática tratada na entrevista, percurso diferente da leitura da revista impressa. Para Bressani (2007), a noção de escolha de *hiperlinks* a serem acessados é fundamental para entendermos a produção de sentido nas revistas.

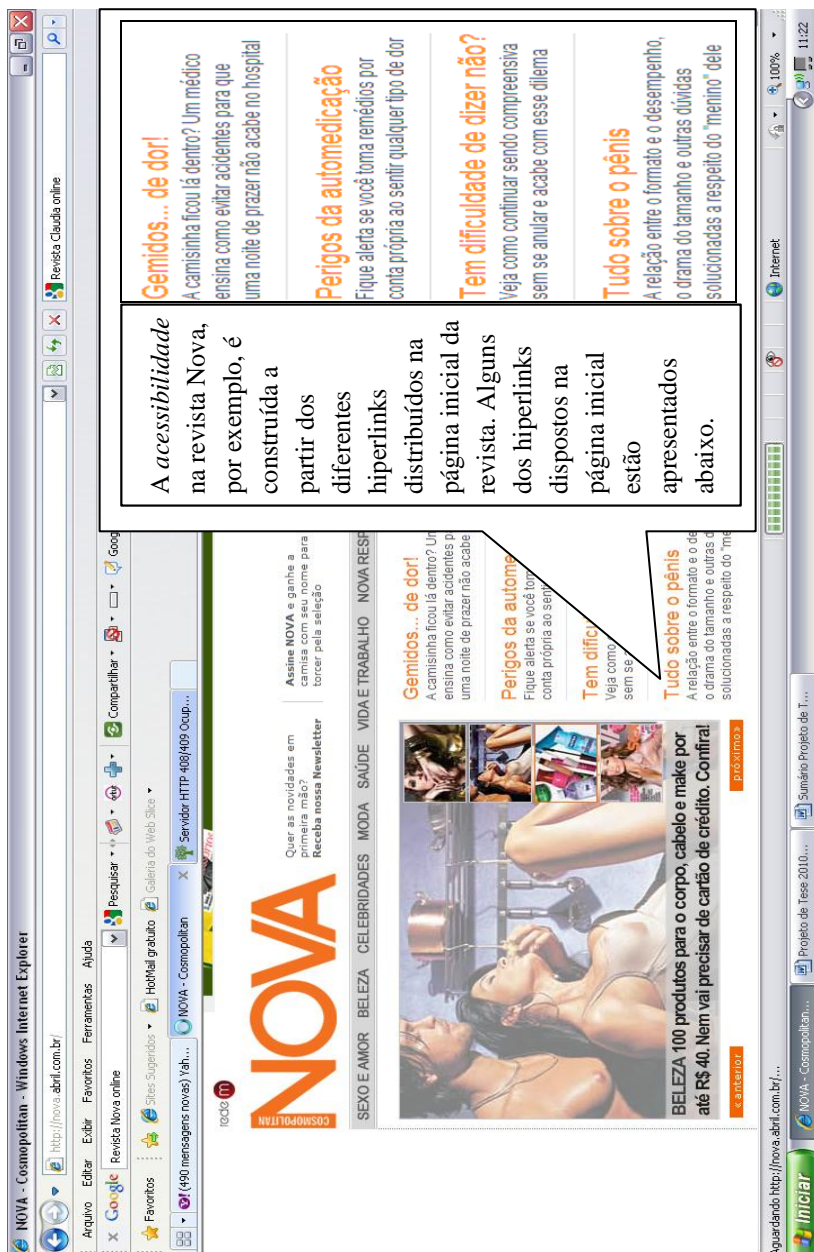


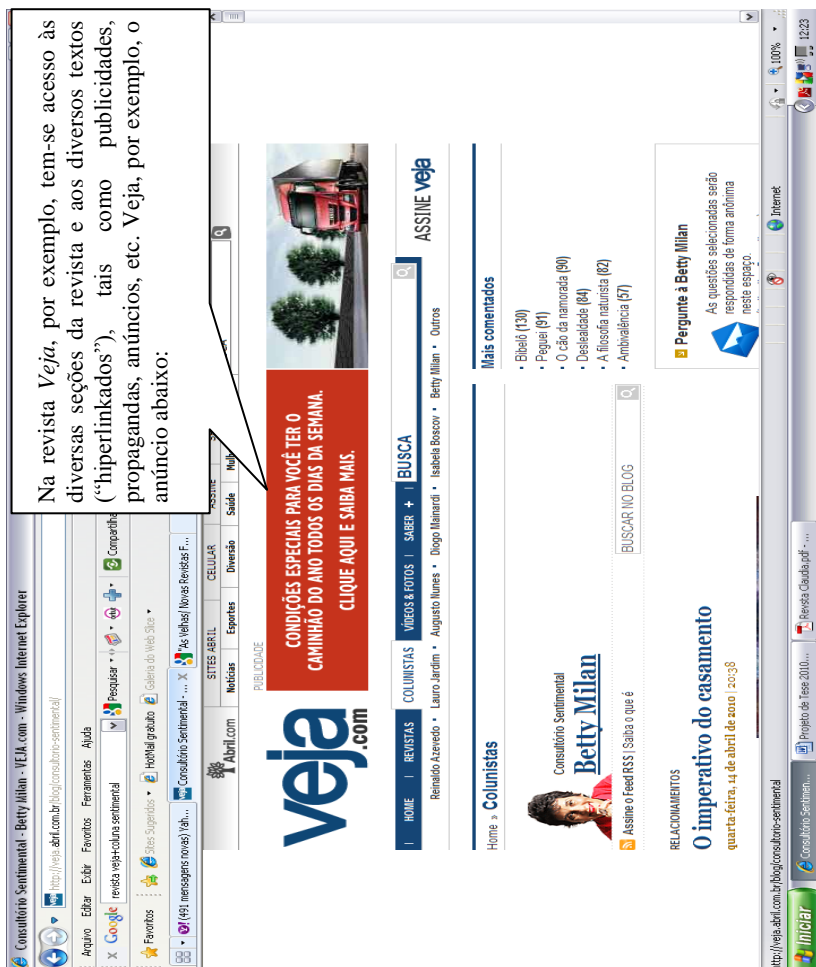
Figura 23: A acessibilidade na página da revista Nova online.

Fonte: <http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>. Acesso: 05 jun. 2011.

Em relação à *conectividade*, reenunciamos a explicação de Santos (2002, p. 8), que afirma que “fisicamente, caracteriza-se pela ligação de diversos computadores (os usuários através deles) de forma a permitir interações entre grupos e pessoas isoladas.” Em outras palavras, a conectividade trata da interligação entre diversos módulos e sistemas de informação que se projeta sob a ótica de quem a constrói e a partir daquele que a usa.

A *interatividade*, por sua vez, “refere-se ao caráter aberto dos sistemas hipermidiáticos, onde o usuário pode interferir nos documentos, registrar opiniões, que, em alguns casos (por exemplo, grupos de discussão), ganham o caráter de informação” (SANTOS, 2002, p. 8). A interatividade busca socializar a construção e o consumo de informações e conhecimento. Como esclarece Lévy (2007b), a interatividade permite o deslocamento do “depois” para o “agora”.





**Figura 24:** A interatividade na revista *Veja* online.

**Fonte:** <http://veja.abril.com.br/>. Acesso: 05 jun. 2011.

Podemos compreender que a hipermídia caracteriza-se por ser não-linear, isto é, há uma espécie de correlação entre as informações construídas e apresentadas prontas para o leitor e as informações que o leitor, por sua vez, tem a possibilidade de construir ao longo de sua navegação na Web. Como pontua Ferrari (2007, p. 82-83, grifos da autora), “O processo atual pode ser definido como uma ‘mutação tecnológica’, em que vivemos a maturação tecnológica do avanço científico e, com ela, acabamos *hibridizando* em cascata a telefonia, a

televisão, a computação móvel e, por fim, a hipermídia. [...]” Em outras palavras, os leitores podem experimentar vídeos, áudios, protagonizando sua própria trajetória.

Para Vilas Boas (1996), as revistas em ambiente virtual, em função da fácil e ágil acessibilidade, acabam por preencher os espaços de leitura deixados pelas mídias impressas, televisivas ou radiofônicas. Além disso, para o autor, outro fator que as diferencia das mídias impressas é seu texto, em função de que, com mais tempo para extrapolações analíticas dos fatos, as revistas *online* acabam por produzir textos mais criativos, multissemióticos, utilizando os diferentes recursos geralmente incompatíveis com a produção da mídia impressa. Como destaca o autor,

As revistas, nas diferentes mídias, exigem de seus profissionais textos elegantes e sedutores. Considerados os valores ideológicos do veículo, não há regras muito rígidas. [...] *O estilo magazine*, por sua vez, também guarda suas especificidades, na medida em que pratica um jornalismo de maior profundidade. Mais interpretativo e documental que o jornal, o rádio e a TV; e não tão avançado e histórico quanto o livro-reportagem. (VILAS BOAS, 1996, p. 9, grifos do autor).

Outra questão é a *periodicidade*. A maioria dos jornais circula diariamente, as revistas impressas semanal e mensalmente, e as revistas *online* estão sempre “online”, isto é, suas notícias, reportagens, entrevistas, dentre outros textos de outros gêneros, são publicados em diferentes horários do dia. Ao acessar as revistas em suas páginas virtuais, o leitor pode ter acesso a diferentes textos em diferentes horários do dia: uma notícia que é publicada às 14h, por exemplo, pode não ser a mesma às 14h 20min. A efemeridade do texto é uma particularidade nas revistas *online*. Essa efemeridade é marcada pela virtualização, mais especificamente materializada pelo hipertexto.

Além das questões previamente analisadas, Vilas Boas (1996) aponta outras **peculiaridades do jornalismo de revista** que, a nosso ver, cabem ao impresso e ao **online**: a tonalidade, o detalhismo, a angulação, o ponto de vista e a ordem. Em relação à *tonalidade* (o tom no sentido bakhtiniano do termo), o autor afirma que essa peculiaridade é o que mais diferencia o jornalismo de jornal do jornalismo de revista. Nos jornais, a tonalidade segue os supostos efeitos rígidos de

objetividade e isenção, contrária à tonalidade das revistas que podem, por sua vez, seguir tonalidades outras, como humor, tragédia, drama, tensão. Para Vilas Boas (1996), a tonalidade, nas revistas, é uma escolha prévia de linguagem.

O *detalhismo*, segundo Vilas Boas (1996), diz respeito à extensiva interpretação dos fatos a serem reportados. Diferentemente do jornal, as revistas procuram detalhar fatos, acontecimentos, uma visão detalhada do acontecimento ou como observa Vilas Boas (1996, p. 14), “uma visão detalhada do contexto, a narrativa instigante e atraente, que faça o leitor ‘mergulhar’ na história. Ou que, em outras palavras, o faça ver imagens em forma de texto.” O detalhismo, dessa forma, procura analisar os fatos de forma reflexiva, procurando refletir sobre o acontecimento. “A revista não apenas revê ou desdobra o que já foi lido na semana. Procura também rever o que já foi visto na semana.” (VILAS BOAS, 1996, p. 15).

Para o autor, a *angulação* corresponde à determinação do tempo e do espaço da matéria a ser redigida, isto é, os fatores agregados ao acontecimento que deu origem à matéria. “A análise e a interpretação do fato não podem prescindir do tempo e do espaço. [...] Depure e compreenda os fatos. A narrativa de um texto de revista é também um documento histórico.” (VILAS BOAS, 1996, p. 15). Com isso, o desenvolvimento do texto nas revistas necessita da angulação espaço-temporal para que o acontecimento seja reportado de forma contextual e localizada. No jornalismo de revista *online*, a angulação pode corresponder aos diversos acontecimentos do dia, que podem ser reportados na página virtual, diferentemente do jornalismo de jornal e de revista impressos, que procuram um fato do dia e que se estendem até mesmo por acontecimentos da semana, respectivamente.

O *ponto de vista*, segundo Vilas Boas (1996), não pode ser confundido com a apresentação de qualquer tipo de opinião. O ponto de vista pode ser definido, conforme propõe o autor, como um propósito de interpretar os desdobramentos do fato a ser reportado. É a noção analisada, transformada e ressignificada dos desdobramentos do fato, como explica o autor: “qualquer assunto demanda uma angulação [...]. Já o ponto de vista é um propósito, não necessariamente explícito de se chegar a algum lugar, de propor alguma coisa para o leitor.” (VILAS BOAS, 1996, p. 21).

Quanto à *ordem*, esta evidencia as características intemporais do texto de revista, como explica Vilas Boas (1996). Pode ser definida como o projeto de texto. “É jornalismo do que passou, mas não exatamente do que passou ontem. A revista normalmente mistura fatos

do passado com fatos ainda em evidência no jornalismo diário.” (VILAS BOAS, 1996, p. 22). Assim, a ordem corresponde à construção do caminho a ser percorrido para a construção do texto a ser publicado: no jornalismo de revista *online*, a ordem extrapola a ordenação tradicional dos fatos do jornalismo impresso, à medida que se pode dar ênfases e levar o leitor a acessar diversos *hiperlinks* para certos caminhos que poderiam ser considerados pormenores pelo jornalismo impresso.

Discutidas as questões sobre jornalismo, jornalismo de revista e jornalismo de revista *online*, direcionamos nossa discussão para o cronotopo do gênero *carta de conselhos*. Com o estudo do cronotopo de modo geral e o estudo do cronotopo da *carta de conselhos*, procuramos compreender como o cronotopo, segundo Bakhtin (1998[1975]; 2008b[1965]), apresenta-se como a porta de entrada da análise e do estudo dos gêneros, além de buscarmos entender, de modo específico, as relações espaço-temporais e os participantes da interação do gênero *carta de conselhos*.

## 4.2 O CRONOTOPO DA CARTA DE CONSELHOS

Até este momento, realizamos uma caracterização mais ampla da dimensão social do gênero *carta de conselhos*, a partir do estudo da sua esfera de atividade. Daqui por diante, apresentamos uma discussão mais focal sobre a situação social de interação da carta de conselhos. Para tal, iniciamos a apresentação com a abordagem do conceito de cronotopo e a análise do cronotopo da carta de conselhos, articulado com sua esfera de atividade e visto à luz da modernidade tardia. Em seguida, apresentamos o estudo do cronotopo do gênero *carta de conselhos* em articulação com a situação social de interação imediata e os participantes da interação.

### 4.2.1 O cronotopo na perspectiva do Círculo de Bakhtin

A noção de cronotopo é apresentada por Bakhtin principalmente em dois textos, “O cronotopo em Rabelais” (1998[1975]) e “O tempo e o espaço nas obras de Goethe” (2003[1979]). De acordo com Bakhtin (1998[1975]; 2003[1979]), o **cronotopo é a porta de entrada para o estudo dos gêneros**, uma vez que ele funciona como o **centro de organização dos acontecimentos espaço-temporais**. Rodrigues (2001;

2005), a esse respeito, afirma que cada gênero do discurso situa-se em um determinado cronotopo, pois o gênero engendra-se em determinado horizonte espacial, temporal, temático e valorativo (axiológico, apreciativo, avaliativo); possui recortes ideológicos específicos e apresenta posições de autoria e de destinatários próprios. Entendemos, dessa forma, que cada gênero possui uma orientação espaço-temporal diferente, um cronotopo particular, à medida que cada um é determinado por condições sociais específicas. A esse respeito, Bakhtin (2003[1979]), ao retomar suas considerações sobre o tempo e o espaço em Rebelais e Goethe, pontua que

A capacidade de ver o tempo, de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os **indícios do curso do tempo** em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e idéias humanas (até conceitos abstratos). (BAKHTIN, 2003[1979], p. 225, grifos do autor).

Ao elaborar suas considerações sobre o cronotopo nas obras de Rebelais e Goethe, Bakhtin (1998[1975]; 2003[1979]) busca entender os possíveis entrelaçamentos entre indícios culturais e históricos que se pautam sob o âmbito da cronotopia. Bakhtin objetiva compreender como o cronotopo reflete e refrata organizações, instituições, esferas, nações e grupos sociais.

Amorim (2007), a respeito do conceito de cronotopo em Bakhtin, explica que essa concepção se refere ao equilíbrio que se instaura entre os horizontes espacial e temporal. Segundo a autora, Bakhtin ressignifica o conceito de cronotopo da Matemática e da Teoria da Relatividade de Einstein, pretendendo delinear como se articula no discurso a indissolubilidade entre o espaço e o tempo. Contudo, lembra a autora que o conceito de cronotopo na perspectiva dialógica não procura compreender o funcionamento estrutural dos corpos, como na Física de Einstein, mas nas relações que os sujeitos possam potencialmente construir e significar uns com os outros no tempo e no espaço. Para Machado (2010, p. 204), Bakhtin “apresenta uma alternativa de compreensão do movimento fora do domínio da mecânica e dentro do contexto das respostas humanas.” Como explica a autora,

Para Bakhtin, ser humano é significar, produzir sentidos na interação. Diferentemente das coisas posicionadas e justapostas mecanicamente, o homem ocupa um lugar único na existência que só pode ser singularizado e definido distintivamente em relação ao outro com o qual interage dialogicamente. (MACHADO, 2010, p. 207).

A autora ainda nos explica que o contínuo espaço-tempo está intimamente relacionado com a noção de homem, enquanto ser de um tempo, de um espaço, de uma cultura e de uma história, isto é, um homem que vive no e durante o tempo. De acordo com a autora, na perspectiva dialógica, o tempo se projeta no espaço e “só é apreendido tão-somente nas temporalidades representativas da cultura.” (MACHADO, 2010, p. 208). Como explana Machado (2010, p. 211), Bakhtin procurou entender “o tempo em diferentes perspectivas, de modo a apreender como se manifestam as simultaneidades, como o tempo se constitui no espaço, como se desenvolve, como se transforma e, ao fazê-lo, movimentava todo o sistema cultural.” Assim, podemos entender que cronotopo é

[...] uma metáfora conceitual que sustenta o edifício teórico de Bakhtin e que contribui para a compreensão das transformações do espaço-tempo não apenas no âmbito da semiose verbal. Cronotopo se firmou como uma categoria que define não apenas o continuum espaço-tempo, mas a semiose de diferentes sistemas de signos que enfrentam a difícil tarefa de representar a continuidade da experiência por meio de signos discretos da cultura. Da semiose verbal de onde emerge, o cronotopo orienta a compreensão da comunicação na cultura de sistemas audiovisuais, audiotáteis e dos sistemas virtuais que constroem as relações de espaço-tempo em composições arquitetônicas imprevisíveis, desafiando todo nosso conhecimento sobre as condições da própria natureza humana. **O cronotopo é uma forma de compreensão da experiência.** (MACHADO, 2010, p. 212, grifos nossos).

Inicialmente, no gênero *romance*, Bakhtin aborda o cronotopo da aventura, da praça pública, da estrada, do corpo e do encontro. Especificamente no que diz respeito ao cronotopo da aventura, Bakhtin examina a obra de Rabelais, onde procura compreender as diversas relações espaço-temporais que ali se configuram. Para o autor, trata-se da ligação do homem e de todas as suas ações e peripécias com o mundo no contínuo do tempo e do espaço.

Em Rabelais, longe do caráter ingênuo e próximo da polêmica e do realismo grotesco<sup>15</sup>, o estudo do cronotopo conduz Bakhtin (1998[1975]; 2008b[1965]) a repensar o mundo espaço-temporal dos elementos que se entrelaçam no romance a partir de novas amplidões: “a recriação de um mundo espaço-temporal adequado, um cronotopo novo para um homem novo, harmonioso, inteiro, e de novas formas para as relações humanas.” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 283). Como resultado, Bakhtin observa que, em Rabelais, a nova forma de cronotopo, e, portanto, uma nova forma de comunicação, produz novas formas de linguagem: novos gêneros, novos sentidos, novos usos, novos conteúdos e novas relações sociais adquiriam caráter fantástico, mágico e, ao mesmo tempo, grosseiro e carnavalesco<sup>16</sup>.

Com relação específica ao tempo em Rabelais, Bakhtin (2008b[1965]) entende que há duas dimensões: (i) o período inicial ou arcaico do grotesco, no qual Rabelais trabalha com imagens ainda primitivas dos movimentos naturais do ciclo vital (a sucessão de estações, a sementeira, a concepção e a morte). Nessa construção cronotópica, a noção de tempo é a noção do tempo cíclico da vida natural (biológica); e (ii) o período social e histórico do grotesco, no qual, Rabelais abarca os fenômenos sociais e históricos do tempo, isto é, as imagens primitivas convertem-se na estética da vida social cotidiana.

---

<sup>15</sup> “Denominamos convencionalmente ‘realismo grotesco’ ao tipo específico de imagens da cultura cômica popular em todas as suas manifestações.” (BAKHTIN, 2008b[1965], p. 27).

<sup>16</sup> “Damos ao termo ‘carnavalesco’ uma acepção muito ampla. Enquanto fenômeno perfeitamente determinado, o carnaval [...] revela-nos o elemento mais antigo da festa popular e pode-se afirmar sem risco de erro que é o fragmento mais bem conservado desse mundo tão imenso quanto rico [de Rabelais]. Isso autoriza-nos a utilizar o adjetivo “carnavalesco” numa acepção ampliada, designando não apenas as formas do carnaval no sentido estrito e preciso do termo, mas ainda toda a vida rica e variada da festa popular no decurso dos séculos e durante a Renascença [...]” (BAKHTIN, 2008b[1965], p. 189-190).

Quanto às projeções de espaço, Bakhtin (1998[1975]; 2008b[1965]) afirma que a construção espacial de Rabelais é essencialmente ligada à praça pública da cidade, às feiras populares, à praça do carnaval do fim da Idade Média e do Renascimento. Rabelais conserva com vitalidade o espaço do grotesco, do fantástico e do riso. Assim, “cada imagem [em Rabelais] [...] reflete a concepção única do mundo que se cria nas contradições, embora exista isoladamente.” (BAKHTIN, 2008b[1965], p. 128).

Dessa construção do espaço e do tempo, podemos entender que as festas populares, em Rabelais, se configuram como um jogo livre, alegre e de transformações, à medida que no atravessamento do tempo e do espaço “é o próprio *tempo* que é seu herói e autor, o tempo que destrona, ridiculariza e dá morte a todo o velho mundo (o velho poder, a velha verdade), para ao mesmo tempo dar à luz ao novo.” (BAKHTIN, 2008b[1965], p. 180, grifos do autor.). Para Bakhtin, essa concepção de tempo não é um pensamento abstrato de Rabelais, mas vem diretamente ligada ao sistema tradicional de imagens das festas populares.

Em síntese, podemos afirmar que as imagens do grotesco, do riso e do carnavalesco que perpassam o cronotopo das obras de Rabelais apresentam, de certa forma, a amplitude da realidade e da contemporaneidade de seu tempo e de seu espaço. As imagens espaço-temporais rabelaisianas se constroem sob a égide dos lugares familiares, conhecidos e experienciados do autor. Como destaca Bakhtin (2008b[1965], p. 392), “nesse mundo imediato [de Rabelais], tudo é individual e único, histórico. [...] É característico observar que, mesmo nas comparações e confrontações, Rabelais esforça-se sempre por citar objetos e fatos individuais, únicos na história.” Rabelais tende para a construção de objetos pessoalmente vividos e historicamente singulares, imagens do seu tempo.

A esse respeito, Machado (2010, p. 221) nos lembra que, ainda que o objeto de estudo seja o romance de Rabelais, “aquilo que Bakhtin conceitua como cronotopo de aventura [...] torna-se um modelo para se pensar as formas arquitetônicas em sua formulação espaço-temporal fora do mundo da narrativa verbal.” E ainda reitera:

Pode-se afirmar sem risco de generalização que onde houver projeção de tempo no espaço (em jogos? filmes? rituais? pintura? grafismos? cidades? música? dança? canção?) haverá a possibilidade de compreender o tempo como dimensão do espaço gerador, portanto, de



manifestações cronotópicas. [...] Afinal, ainda é a imagem do homem, de sua linguagem e de suas relações ambientais que jogam com os dados da existência ética e estética no universo. Este é um problema do grande tempo da cultura. (MACHADO, 2010, p. 221).

A partir disso, podemos observar como o mundo, sob os olhares rabelaisianos, adquire um novo sentido e uma nova realidade. Em outras palavras, com Rabelais, “o homem se exterioriza e se esclarece inteiramente pela palavra em todas as manifestações da sua existência.” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 305). Com isso, os fundamentos do tempo e do espaço, em Rabelais, aparecem delineados nas imagens e nos temas do real em um novo cronotopo.

O cronotopo é, portanto, responsável pela imagem-demonstração dos acontecimentos: o espaço, o tempo, os participantes, a situação imediata, a situação ampla, graças “justamente à condensação e concretizações espaciais dos índices de tempo em regiões definidas do espaço.” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 355). O cronotopo, de fato, realiza as indicações precisas sobre o lugar e o tempo históricos da realização do gênero.

Entendemos, a partir disso, que o cronotopo em cada gênero nos apresenta uma imagem de homem, isto é, uma determinada visão da história, da cultura, das pessoas, das experiências e da realidade. Como já visto (Cf. seção 2.2), os gêneros do discurso são conceptualizações da realidade, isto é, os gêneros “[...] são modos específicos de visualizar uma dada parte da realidade situada no tempo-espaço” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 290). Como afirmam Bakhtin/Medvedev (1985[1928], p. 134),

[...] nós pensamos e conceituamos em enunciados, e os enunciados, em última análise, são formulados, não de acordo com princípios sintáticos, mas segundo princípios genéricos. Dir-se-ia [portanto] que a consciência humana possui uma série de gêneros interiores para ver e conceitualizar a realidade. [...] À medida que aprendemos novos gêneros, aprendemos a ver diferentemente e expandimos nosso repertório de visão [...] novos aspectos da realidade visível.

Assim, podemos entender que as experiências humanas são situadas no tempo-espaço e, dessa forma, as pessoas necessitam aprender continuamente novos gêneros, à medida que o âmbito espaço-temporal das suas experiências culturais se expande. Além disso, como já visto, cada gênero é *adaptado* para conceptualizar alguns aspectos da realidade, isto é, “[...] cada gênero só é capaz de controlar certos aspectos definidos das experiências. Cada gênero possui princípios definidos de seleção [...] e um escopo e profundidade de penetração definidos no tempo-espaço” (BAKHTIN/MEDVEDEV, 1985[1928], p. 131). Ainda, podemos entender que o cronotopo se caracteriza como o tempo-espaço das atividades humanas, o *campo* para a representabilidade das experiências sociais. “É como se cada gênero possuísse um ‘campo’ específico que determinasse os ‘parâmetros’ dos eventos [...]. Estudar o campo é estudar o cronotopo.” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 387). É nesse sentido que Rodrigues (2001) afirma que cada gênero do discurso se assenta em um dado cronotopo, que pode ser relacionado com a situação social de interação de cada gênero.

A partir disso, podemos afirmar que a carta de conselhos funciona no campo cronotópico da contemporaneidade, no tempo-espaço da modernidade tardia. É essa percepção do tempo e do espaço e, por conseguinte, de uma “imagem de homem” que vamos discutir na próxima seção, isto é, vamos procurar responder: por que surge o gênero *carta de conselhos* nesse tempo-espaço contemporâneo? Que imagem de homem o gênero *carta de conselhos*, constituído no grande cronotopo da modernidade tardia, constroi?

#### 4.2.2 As condições sócio-históricas da carta de conselhos: o tempo-espaço da modernidade tardia

À luz da compreensão do cronotopo como a imagem-demonstração dos acontecimentos no tempo e espaço discursivos, podemos entender a carta de conselhos como um gênero que nasce na dimensão tempo-espacial das **condições da modernidade tardia**<sup>17</sup>. Giddens (2002) explica que, nos últimos anos do século XX, diversos

---

<sup>17</sup> Giddens (2002) também chama de “alta modernidade”. Entendemos a modernidade tardia como “a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização de traços básicos da modernidade” (GIDDENS, 2002, p. 221).

acontecimentos de importância social, histórica, política e econômica transformaram o cenário da vida humana. A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e as tecnologias cristalizaram historicamente diferentes relações sociais.

Giddens (1991; 1993; 2002) entende que o dinamismo da modernidade tardia, principalmente causado pela revolução nas tecnologias de informação e de comunicação, acabou por separar as dimensões de tempo e espaço da sua combinação estável que permitia certo controle das ações humanas. Essa separação provocou de imediato um desencaixe social e uma reordenação das relações sociais e das instituições. Segundo o autor,

As instituições da modernidade tardia diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global. No entanto, essas não são apenas transformações em extensão: a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional, mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e, portanto, com o eu. (GIDDENS, 2002, p. 9).

Giddens (2002, p. 10) explica que a modernidade tardia é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados a mecanismos de desencaixe, “mecanismos que deslocam as relações sociais de seus lugares específicos [...]”

Ao analisarmos a situação de interação do gênero *carta de conselhos*, podemos entender que o desencaixe de tempo e de espaço relativamente estabilizou um novo cronotopo, uma outra relação social, a exposição de assuntos íntimo-pessoais ou de interesse privado no âmbito do espaço público, deslocando essa situação interativa de seu campo tradicional (as relações familiares, as relações de amizade e as relações íntimo-pessoais) para as interações mediadas pelo jornalismo, mais especificamente, pelas revistas virtuais. Segundo Giddens, o desencaixe nas relações sociais tradicionais “radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da modernidade e atua na

transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana.” (GIDDENS, 2002, p. 10). Ainda Giddens explica que esse desencaixe e a consequente ressignificação das relações e instituições sociais são reforçados por diferentes características estruturantes da modernidade tardia: a ordem pós-tradicional, o tempo-espaço da reflexividade existencial e a cultura do risco.

Giddens sustenta que a modernidade tardia como uma ordem social pós-tradicional não significa que as certezas dos hábitos tradicionais tenham sido substituídas pela veracidade da razão, mas que se constitui em um tempo-espaço estabelecido pela dúvida (um novo cronotopo). A dúvida é característica da modernidade tardia, à medida que “permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo.” (GIDDENS, 2002, p. 10).

Na modernidade tardia, todo conhecimento se regulariza na forma de hipóteses e afirmações que podem ser verdadeiras, mas que estão, por princípio, em constante revisão. A carta de conselhos é exemplo dessa constatação, uma vez que sujeitos com diversas dúvidas em relação aos seus anseios e desejos pessoais não encontram respostas sozinhos, por isso procuram por “fontes de autoridade” (GIDDENS, 2002, p. 11), e que são autorias constituídas no âmbito do jornalismo de revista *online*. Nesta busca por múltiplas fontes de explicação (os conselheiros/articulistas, como explicaremos a seguir) para suas constantes dúvidas, os sujeitos procuram por espaços de proteção e confiança, “casulos protetores” (GIDDENS, 2002, p. 11), deslocados/desencaixados de seus entornos familiares ou intimo-pessoais.

**Ex.: 01 - *Namorei um rapaz dominado pela mãe. Chegamos a ponto de ela voltar tarde para casa só para ele tomar conta do irmão caçula e não sair comigo! Quando reclamei dela, ele terminou. Como lidar com alguém que não enxerga?***<sup>18</sup> *Não queira se impor sobre o vínculo. Você vai perder. Freud já explicou tudo sobre isso. É o elo mais duradouro que trazemos na alma. É possível, porém, minimizar os poderes do vínculo, mas nunca batendo de frente. Seja ardilosa. Se com a mãe prevalece a prisão, ofereça um pouco de liberdade. Tenho certeza de que o prato que você lhe*

---

<sup>18</sup> Como já dito, a carta intercalada do reclamanate na carta de conselhos é marcada com grito.

*estenderá é bem mais saboroso. Mas não se engane: o trabalho será grande! (CRC#07).*

Na carta acima, a dúvida da reclamante<sup>19</sup> é sobre o comportamento de seu ex-namorado. A reclamante envia sua carta à revista procurando por respostas confiáveis, que possam ajudá-la na conduta com seu ex-parceiro. O conselheiro/articulista<sup>20</sup>, autorizado pela instância jornalística a responder, apresenta seu conselho à reclamante, procurando “saciar” a dúvida reportada. A partir disso, percebemos que a dúvida funciona como um “fio condutor” na carta de conselhos, isto é, o aconselhamento dado é realizado a partir da apreciação da dúvida recebida.

Como afirma Giddens (2002), a modernidade tardia é o tempo-espaço da dúvida, da incerteza e, por consequência, da procura por respostas e soluções para as indagações pessoais. Nas cartas analisadas, as dúvidas dos reclamantes giram sempre em torno de seus próprios atos e de suas reações em relação aos atos dos outros, geralmente seus parceiros (namorado(a), marido/mulher). Podemos entender que essa questão corrobora a afirmação de Giddens de que a modernidade tardia é também o tempo-espaço da reflexividade existencial.

Giddens explica que a reflexividade do eu, em consonância com a influência dos sistemas institucionais, afeta diretamente o sujeito e suas relações com o mundo social. Segundo o autor, em termos gerais, essa reflexividade se conjuga à ansiedade do existir ou à falta de sentido pessoal, isto é, a “[...] uma sensação de que a vida não tem nada a oferecer [...]” (GIDDENS, 2002, p. 16).

Para Giddens, a modernidade tardia propicia “[...] um mergulho na ansiedade que as convenções comuns da vida cotidiana mantêm sob controle com sucesso.” (GIDDENS, 2002, p. 40), isto é, as conturbações da vida social contemporânea têm contribuído para o surgimento de perguntas sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre o mundo. Giddens (2002) entende que são questões de um tempo-espaço de procura por explicações de ordem existencial. De acordo com o autor, a modernidade tardia é um tempo no qual os sujeitos começam a repensar sobre “as convenções interacionais que observam” (p. 41), à procura de redefinições para suas próprias condutas.

---

<sup>19</sup> Denominação nesta pesquisa dada ao sujeito que envia a carta com pedidos de ajuda à revista.

<sup>20</sup> Denominação dada pela revistas ao sujeito autor da carta de conselhos.

Na carta de conselhos é comum os sujeitos apresentarem seus problemas na forma de autorreflexão. Há nas cartas dos reclamantes publicadas nas cartas de conselhos frequentemente questões de avaliação de suas próprias condutas, principalmente relativas aos relacionamentos conjugais, extraconjugais e profissionais (Cf. Seção 5.1). Vejamos:

**Ex. 02 -** *Estou namorando um homem recém-separado. Sei que ele gosta de mim, mas tenho que aturar muitas coisas do falido casamento, como uma caneca cafona com a foto do casal. Ele não está pronto para outra ou só é preguiçoso? Comprar uma casa já usada é sempre um problema, pois trará detalhes do antigo morador. O importante é você ir fazendo a reforma aos poucos. A arquiteta é você, e o talento para realizar a melhoria não virá de outro lugar. Meu pai era construtor e dizia sempre que é melhor construir que reformar. Mas nada impede que a reforma valha a pena. Uma coisa é certa: vai dar trabalho. Aos poucos e com jeito você vai fazendo as suas mudanças. Se o pedreiro for preguiçoso, dê uma acelerada no andamento. A arquiteta pode exigir. (CRC#06)*

**Ex.: 03 -** *Pintou um clima entre mim e o meu chefe. Já nos beijamos. Ele é lindo, tem muita pegada, mas é casado. Não quero nada com ele, apenas adoro me sentir desejada. No entanto, não quero que o homem me procure só por sexo, gostaria também de um pouco de cumplicidade. É possível? Mesmo ele dando sinais de que só quer transar? Existe chance de ele se apaixonar por mim? Seja sincera consigo mesma: qual a sua intenção ao sair com esse homem? Você diz não querer nada com ele. No entanto, torce para que o moço se apaixone... Seu chefe é casado e dá sinais de que só quer transar. Não ignore esses sinais. Ele pode muito bem querer apenas uma aventura. Você talvez queira romance e, então, corre o risco de terminar desiludida. Acontece que, de acordo com o psiquiatra e colunista de NOVA Paulo Gaudencio, só se desilude quem um dia se iludiu, concorda? Você, que está procurando romance, torce para que seu chefe queira o mesmo. O cara, que quer apenas sexo, pensa que você deseja uma transa e nada mais. Muita calma nessa hora. (CRN#06)*

**Ex.: 04 -** *Escrevo para dividir a minha dúvida sentimental. Para que você me ajude a tomar decisões e, quem sabe, ajude outros cujos casos sejam parecidos com o meu. Há mais de um ano, tenho uma grande amizade com um colega de trabalho, que me estendeu a mão quando fiquei muito mal por ter terminado a relação com meu ex-namorado. Embora eu seja discreto quanto ao fato de ser gay, me senti à vontade para compartilhar a minha dor com o colega. Ele não tem preconceito e me deu força nos momentos difíceis. Sou muito grato. Só que agora eu o desejo e fico imaginando mil estratégias para conquistá-lo. Sempre desisto porque ele é hetero, noivo inclusive. Estou entre “a cruz e a espada”. Um lado meu quer seduzi-lo, um outro teme estragar a relação de amizade. Me apaixonei pelo amigo. O que fazer? Tentar arrumar um novo namorado logo ou investir nele? Sei que esta seria a opção mais difícil e escrevi com o coração pulsando a mil. A relação entre amigos não envolve sexualidade e o seu sentimento não é o do amor verdadeiro. Porque, neste sentimento, o respeito pela liberdade do outro é fundamental e a liberdade envolve a vocação sexual da pessoa. Se o homem a quem você é tão grato é hétero e quer se casar, insistir na paixão é contrariar a vocação dele. A cada estratégia que você imagina, você o desrespeita. Sei bem que qualquer um pode se surpreender desejando um outro cujo sexo não é aquele para o qual pende habitualmente. Também sei que a sedução pode ser uma forma de violência, mas o que caracteriza a relação entre os verdadeiros amantes é a delicadeza. Você que sabe da gratidão é um homem delicado. Entendo que o seu coração pulsasse quando me escreveu, porque o ato de transgredir pode ser excitante. Só que isso não justifica ir em frente, fazer o possível e o impossível para seduzir quem não tem preconceito contra a homossexualidade, mas tem preferência por um parceiro de outro sexo. Melhor não correr o risco de atolar num beco sem saída. Sei de uma mulher que transou com outra pela internet imaginando que se tratasse de um homem. Ao descobrir que havia transado com pessoa do mesmo sexo, ficou frustradíssima, teve muito ódio e rompeu. Viver não é fácil e se torna mais difícil quando a contenção é impossível. (CRV#06)*

Com base nas cartas dos reclamantes reenunciadas nos exemplos acima, podemos entender que, na procura por respostas aos seus anseios existenciais, eles estão, de fato, visando à resposta do outro, à apreciação do outro, como se este se constituísse como “referenciais de existência” (GIDDENS, 2002, p. 41). Giddens explica que, na procura por referências no outro, o sujeito está, de fato, procurando por orientações que, em termos gerais, possam servir como “respostas confiáveis e inquestionáveis” (GIDDENS, 2002, p. 41). Em síntese, compreendemos que, na procura por respostas, em um cronotopo de “ansiedade existencial”, o sujeito reclamante, a partir do olhar exotópico do outro, segue orientações, conselhos e direcionamentos, como se “ajustando” aos parâmetros que o outro lhe apresenta, à medida que “[...] a confiança e a ‘coragem de ser’ se ligam de maneira decisiva à apreciação do outro.” (GIDDENS, 2002, p. 41, grifos do autor).

Na carta CRC#06, a reclamante explica que está namorando um homem recém-separado e sua preocupação está em saber se, de fato, ele já está preparado para outro relacionamento. A reclamante procura pela resposta do outro, isto é, por um conselho para saber como agir. É como se ela não conseguisse “seguir” sem o “olhar apreciativo do outro”. O mesmo acontece nas cartas CRN#06 e CRV#06. Na primeira carta, a reclamante explica que está iniciando uma relação com seu chefe, mas precisa de respostas a suas indagações: “[...] *gostaria também de um pouco de cumplicidade. É possível? Mesmo ele dando sinais de que só quer transar? Existe chance de ele se apaixonar por mim?*” Já na carta CRV#06, por sua vez, o reclamante também se apaixona por seu colega de trabalho, mas a problema gira em torno da diferença de orientação sexual.

Sobre a busca do “olhar apreciativo do outro”, Bakhtin (2003[1979]) explica que ao contemplar o outro, os horizontes concretos vivenciáveis não coincidem, isto é,

Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos. Assumindo a devida posição, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas para eliminá-la inteiramente urge fundir-se em todo único e tornar-se uma só pessoa. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 21).

Levando em consideração a relação entre reclamante e conselheiro/articulista na carta de conselhos, podemos entender que o



conselheiro/articulista contempla o outro sob um determinado excedente de visão, isto é, este procura entender o reclamante a partir de seu lugar no mundo, de sua posição singular, de seu lugar definido a partir do qual emite suas apreciações. Com isso, essa constitutividade exotópica entre o reclamante e o conselheiro/articulista determina os julgamentos que o conselheiro/articulista faz do reclamante e ratifica a ideia de Giddens (2002) sobre a procura por “referências de existência”.

Para Bakhtin (2003[1979]), o sujeito sempre responde axiologicamente (Cf. seção 2.5) a cada manifestação daqueles que o rodeiam. Assim, quando o conselheiro/articulista está aconselhando o reclamante, não está lhe “oferencendo” respostas de natureza dispersa/espontânea, mas um conselho que traduz a posição emotivo-volitiva que assume face ao reclamante.

Bakhtin assim esclarece sobre a posição emotivo-volitiva em relação ao outro:

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. [...] Esse *excedente* de minha visão, do meu conhecimento, de minha posse – *excedente* sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstitutibilidade de meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 21-22, grifos do autor).

A resposta do conselheiro/articulista é condicionada pelo seu excedente de visão em relação ao reclamante, isto é, pelo olhar que o conselheiro/articulista pode dar para o problema do reclamante que é, efetivamente, inacessível ao próprio reclamante. É um olhar que só acontece em relação ao sujeito que aconselha para o sujeito que procura por conselhos. O olhar do conselheiro/articulista para o reclamante é a apreciação daquele para aquilo que este não pode apreciar. O reclamante não vivencia a plenitude de seu anseio, de seu problema ou de sua angústia, ele só vivencia parcialmente e apenas em um discurso interior, como “uma linguagem de auto-sensações internas” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 24). Na busca por aconselhar, o conselheiro/articulista busca entender o problema do outro e, a partir desse olhar, motiva-se

para a ajuda, mas, ao final, retorna a sua posição autoral, retorna a si mesmo, ao seu lugar de apreciação. Bakhtin explica que “se não houvesse esse retorno, ocorreria o fenômeno patológico do vivenciamento do sofrimento alheio como o meu próprio sofrimento, da contaminação pelo sofrimento alheio.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 24). E o autor ainda completa:

Quando me compenetro dos sofrimentos do outro, eu os vivencio precisamente como sofrimentos *dele*, na categoria do *outro*, e minha reação a ele não é um grito de dor e sim uma palavra de consolo e um ato de ajuda. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 24, grifos do autor).

Entendemos que o conselheiro/articulista, ao responder aos reclamantes, acaba que procurando, a partir do seu excedente de visão, compreender o problema dos outros, procurando vê-los como um outro os veria, mas retornando a sua posição de sujeito singular para responder aos problemas enviados. Assim, a resposta do conselheiro/articulista funciona como “[...] uma resposta confiável à ansiedade existencial do outro” (GIDDENS, 2002, p. 42), isto é, como um conselho “incontestável” para saber como namorar um homem recém-separado (CRC#06), ter um relacionamento sexual com o chefe (CRN#06) ou para saber como lidar com o anseio de ser homossexual e se apaixonar pelo colega de trabalho heterossexual (CRV#06). Em termos gerais, o conselheiro/articulista aprecia, isto é, lança seu olhar para “os momentos da existência axiológica do outro.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 93).

Além disso, Giddens (2002) explica que a modernidade tardia um tempo e um espaço da cultura do risco. O autor esclarece que não significa entendermos que a vida social contemporânea é inerentemente mais arriscada que antes, mas sim no sentido de que “a modernidade tardia reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores.” (GIDDENS, 2002, p. 11). Segundo Giddens, a mídia impressa e eletrônica desempenha um papel central nessa disseminação dos riscos.

Giddens explica que as experiências pessoais mediadas pelos veículos de comunicação têm influenciado diretamente nas relações sociais contemporâneas. Se levarmos em consideração a carta de conselhos, vemos explicitamente como as pessoas se deslocam de

relações sociais do campo íntimo-particular (mais seguras), para relações público-institucionais, expondo seus problemas em espaços institucionalizados (mais arriscados). O autor reitera que, com o advento da comunicação de massa, particularmente a comunicação eletrônica, a interpenetração de desenhos os deslocamentos temporais-espaciais e interpessoais tornam-se cada vez mais comuns, como, por exemplo, expor informações pessoais em espaço público.

Baseados em Giddens, podemos entender que a situação de interação (entendida como o cronotopo do gênero em estudo) mediada pelas cartas de conselhos pode ser compreendida como “um campo de riscos” (GIDDENS, 2002, p. 13), onde as experiências pessoais são expostas sem qualquer segurança ou controle pessoal, mas apenas “[...] filtradas por sistemas abstratos institucionalizados [...]” (GIDDENS, 2002, p. 12), as revistas *online*.

As pessoas expõem, por meio das cartas de conselhos, diferentes situações íntimo-pessoais (Cf. Seção 5.1), como: relações com colegas de trabalho, relações extraconjugais, problemas com as atitudes dos parceiros, problemas financeiros, etc. Há uma despreocupação com o “abrir-se para o outro”, como se não houvesse medo e nem pudor em falar sobre seus problemas mais íntimos e pessoais, como por exemplo, na carta CRV#04, na qual a reclamante “desabafa” sobre a concepção de sexo que a família instituiu durante sua infância e adolescência, além do estupro que sofreu aos 16 anos.

**Ex.: 05 -** *Fui criada ouvindo pai, mãe e tia dizerem que sexo era a parte mais suja do ser humano. Além de ser constantemente vigiada, só tive contato com o sexo masculino aos 15 anos, no colégio misto. Não namorei por medo de engravidar. Meu pai era machista e violento. Ameaçava me matar se eu engravidasse. Tomei horror a crianças. Ele me dizia que eu era responsável pela união da família dele e da minha mãe. Mas aos 16 anos, fui estuprada por um pai de santo, que teoricamente conseguiria resolver os problemas da família, e tomei horror aos homens. Aos 36 tive pela primeira vez uma relação sexual com meu primeiro namorado, que era tão incapaz de me dar carinho quanto meu pai e minha mãe. Sexo sem carinho eu não quero. Dá pra entender? Hoje, canto os homens e tento esquecer o carinho mas, na hora H, minha vagina se fecha. Será que me tornei frígida ou tenho que fazer uma cirurgia para resolver esse problema? Será que devo contratar um garoto de programa? E o medo?*

*Tornei-me médica para ver o corpo, o sexo e as pessoas de forma racional. Cuido da genitália masculina. Tenho poder sobre o pênis, mas prazer com ele eu não tenho, pois não consigo confiar no seu dono. Você escreve que “sexo sem carinho eu não quero”. E você me pergunta: “Dá pra entender?”. Eu entendi. Mas parece que não é o seu caso. Você não só teve um primeiro namorado incapaz de te dar carinho como também transa hoje com homens de quem você só se aproxima pelo sexo. Ou seja, faz o contrário do que quer, está em permanente contradição com você mesma e a vagina contraída é a expressão disso. Você diz “vem” para o outro se aproximar e não ter como chegar verdadeiramente. Sua conduta é sádica porque foi isso que você aprendeu com a sua família, que não teve por você o menor respeito. Emporcalhou o sexo com o discurso: “É a parte mais suja do ser humano” e a maternidade com a ameaça de morte. Óbvio que a solução não está na cirurgia e tampouco no garoto de programa. Ela está no discurso que você poderá reinventar se fizer análise. Por outro lado, você precisa se perguntar o que significa para você cuidar da genitália masculina. O médico em princípio não tem poder sobre qualquer parte do corpo do doente. O único poder que ele tem é o de curar, se isso lhe for dado (CRV#04).*

Como podemos observar, temos na carta CRV#04 a exposição pessoal da reclamante em relação às orientações da família quanto ao sexo. Segundo a reclamante, a família sempre impôs a ideia de aberração e de “sujeira” em relação ao sexo, fazendo com que ela tivesse pouco conhecimento e esclarecimentos sobre o assunto. Aos 15 anos, teve sua primeira relação sexual com um colega da escola e, aos 16, sofreu estupro. É somente aos 36 anos que, de fato, se relaciona sexualmente com um namorado. A carta CRV#04 é um exemplo de como as pessoas, por meio da carta de conselhos, se expõem sem qualquer “vigilância autoavaliativa” (GIDDENS, 2002), isto é, não há mais um “controle pessoal”, tudo pode ser dizível e autorizado a ser dito. E as revistas, como podemos ver na carta CRV#04, autorizam e publicizam essa “superexposição ariscada”.

Essa autorização acontece porque, na contemporaneidade, o jornalismo tem legitimado espaços para esse tipo de publicação. O jornalismo não é mais entendido restritamente como uma forma de comunicação social cuja principal e única função é a de informar sobre

fatos, acontecimentos ou questões públicas socialmente relevantes, como afirma Sousa (2005), um jornalismo informativo. O jornalismo, na atualidade, desloca-se do paradigma da transmissão de informações e se estabiliza no que Marques de Melo (2003, p. 17) denomina de “jornalismo social”, isto é, “[...] um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades [...] em função de interesses e expectativas do momento (universos culturais ou ideológicos).”

O jornalismo de revista, na publicação de cartas de conselhos, se orienta na realidade contemporânea engendrada no horizonte axiológico das condições sociais e históricas da modernidade tardia: um tempo-espaço de dúvidas, de anseios e de riscos. Como podemos observar, a carta de conselho surge em um tempo-espaço pós-tradicional de superexposição pessoal, de interesse pela vida do outro e de busca por “casulos protetores”. Novos tempos e novas experiências; um novo cronotopo para um novo homem: ansioso, apreensivo, inquieto, preocupado, egocêntrico, intrigado, desvelado (o reclamante) e que concebe o outro como “referencial de existência” (o conselheiro/articulista).

Em síntese, o estudo das condições sócio-históricas do gênero *carta de conselhos* pôde revelar como se constitui a relação entre o reclamante e o conselheiro/articulista mediada por esse gênero. Por meio da análise da dimensão tempo-espaço da modernidade tardia investigamos a diversidade de maneiras pelas quais se pode entender as relações das pessoas com seu mundo social. Buscamos, em outras palavras, compreender o porquê de algumas pessoas recorrem ao gênero *carta de conselhos* e qual a imagem de homem que esse gênero oferece, nesse tempo-espaço contemporâneo.

Após a discussão sobre as condições sócio-históricas de constituição do gênero carta de conselhos, direcionamo-nos para o estudo de sua ancoragem na revista, sua periodicidade e sua situação social de interação imediata.

#### **4.2.3 O lugar de ancoragem da carta de conselhos na revista e sua periodicidade**

Em relação ao espaço discursivo no âmbito material das revistas, a carta de conselhos é publicada em seções específicas. Na revista *Claudia online*, a carta de conselhos é publicada na seção *Claudia*

*Responde*. Na revista *Nova online*, a carta é publicada na seção *Nova Responde*. Já a revista *Veja online* publica a carta em uma única seção, nomeada como *Consultório Sentimental*.

Como explica Rodrigues (2001), a seleção, a divisão do universo temático, as denominações do lugar discursivo do gênero no jornal, no nosso caso nas revistas *online*, são essencialmente processos de natureza interpretativa e valorativa. Ao retomarmos as seções nas quais as cartas são publicadas, verificamos que o lugar legitimado para esse gênero nas revistas *online*, é, de fato, seções que buscam apresentar “respostas”, seja qual for o problema, a questão ou a dúvida do reclamante. Nesse sentido, a divisão da revista em seções, já se caracteriza como um trabalho de constituição desse gênero, valorado pela esfera do jornalismo de revista *online*.

Há nas revistas, assim como nos jornais, espaços específicos para determinados gêneros, privilegiando alguns ou conferindo menor destaque a outros. Nas revistas analisadas, como já demonstrado no capítulo de metodologia, as seções nas quais o gênero *carta de conselhos* é publicado são de fácil acesso e visibilidade. Os *hiperlinks* de acesso às cartas são dispostos ao final da página inicial das revistas, como demonstrado na seção 3.3. Reproduzimos novamente, para visualização, o acesso às seções das cartas de conselhos publicadas na revista *Claudia*, como um exemplo. Como podemos observar, há no final da página inicial da revista vários *hiperlinks* de acesso às várias seções da revista, dentre elas o hiperlink *Nova Responde*, que conduz o leitor à seção das cartas de conselhos publicadas na revista.

<b>Sexo e Amor</b>	<b>Beleza</b>	<b>Celebridades</b>	<b>Moda</b>	<b>Saúde</b>	<b>Vida e Trabalho</b>	<b>Nova Responde</b>	<b>Blogs</b>	<b>Arquivo</b>
Vida de solteira	Passo a passo	Mulheres de Nova	Para conquistar	Dietas	Depoimentos	Consulta íntima	Comer, Amar & Viajar	Clube da Lei
Coisas de casal	Cabelo	Batalha Fashion	Dia e Noite	Fitness	Polêmicas de Nova	Dr. Gaudêncio	Hot Dog	Oráculo
Homens	Corpo e Rosto	Look de famosa	Verão	Nutrição	Vida Pessoal	SOS Prazer	Taça em Y	Vídeos
Esquentando o clima	Shopping	Homens de NOVA	Inverno	Saúde de A a Z	Carreira	Universo Masculino	Mas que Beleza!	Testes
Orgasmo já	Simulador de Visual				Dinheiro		Fashion, Sweet	Concurso Cu
Para ele ler							Fashion	Assine
Nova na Conquista								

**Figura 25:** As seções da revista *Claudia online*.

**Fonte:** <<http://claudia.abril.com.br/>>. Acesso: 05 jun. 2011.

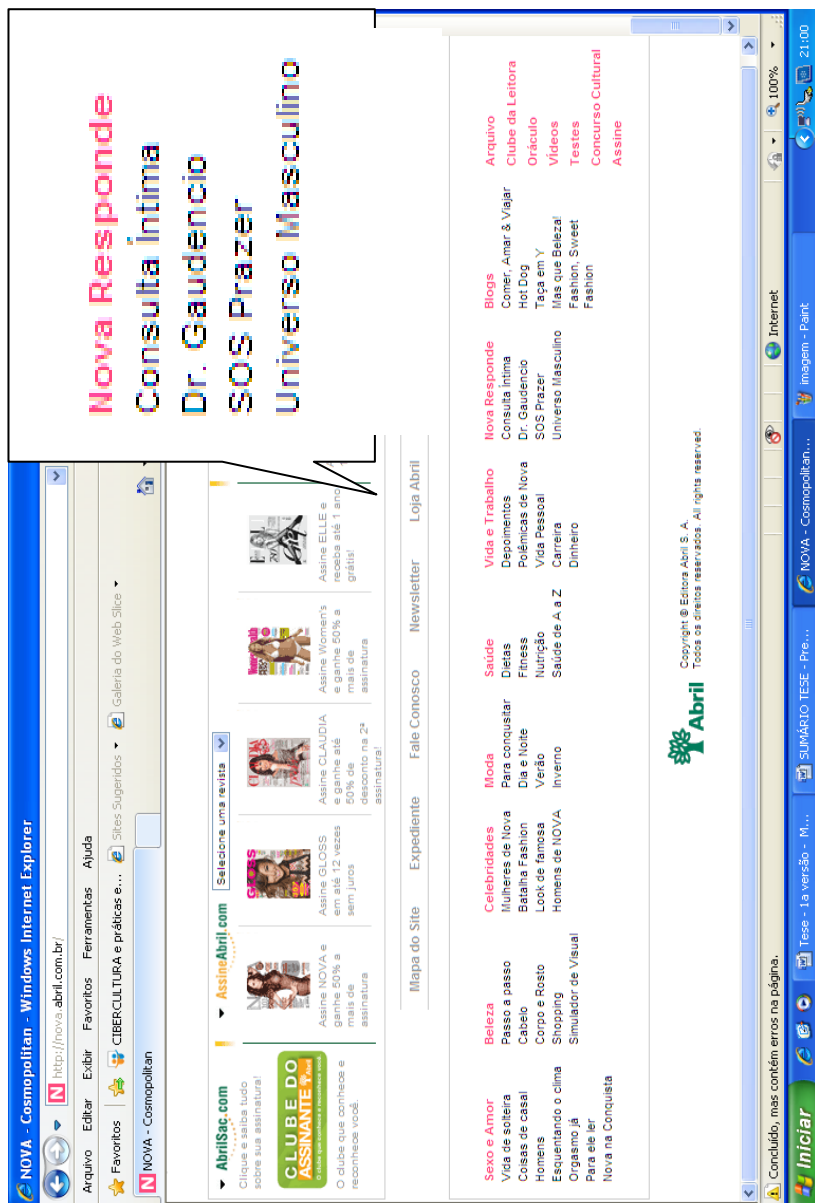


Figura 26: A seção *Claudia Responde*.

Fonte: <http://claudia.abril.com.br/>. Acesso: 05 jun. 2011.



Quanto à questão da periodicidade, a carta de conselhos apresenta-se como um gênero de curta temporalidade, à medida que as cartas permanecem *online* por apenas um dia e, além disso, em determinados períodos do dia, os diversos textos da revista são, de certa forma, multiplicados, isto é, as cartas que são publicadas num determinado horário são somadas a outras no horário seguinte. A esse respeito, verificamos, ao acompanhar durante sete (7) dias a circulação das cartas nas revistas, as seguintes particularidades quanto à incidência quantitativa diária de cartas de conselhos publicadas nas revistas *Claudia online*, *Nova online* e *Veja online*.

<i>Revistas</i>	<i>1º dia</i>	<i>2º dia</i>	<i>3º dia</i>	<i>4º dia</i>	<i>5º dia</i>	<i>6º dia</i>	<i>7º dia</i>
Claudia	10	10	11	10	12	12	12
Nova	10	10	10	10	10	14	14
Veja	11	11	12	12	12	13	13

**Tabela 2:** Incidência de publicação de cartas de conselhos nas revistas pesquisadas

A incidência quantitativa diária levou em consideração o total de cartas de conselhos, sem considerar as diferentes seções temáticas (subseções que apenas se encontram nas revistas *Claudia online* e *Nova online*), nem os diferentes horários de “postagem” de novas cartas nas revistas (o que demandaria um percurso exaustivo de acompanhamento contínuo das revistas durante um total aproximado de 168 horas).

Com base na análise desses dados, podemos compreender que a periodicidade da carta de conselhos é diária, ou seja, a sua temporalidade limita-se ao período de 24 horas, à medida que, mesmo com a “postagem” de novas cartas, as anteriores permanecem durante todo o dia, juntamente com as novas. A incidência diária segue uma relativa estabilidade, posto serem publicados em média de 10 a 14 textos do gênero nas revistas analisadas, o que nos leva a concluir que não há uma circulação desigual do gênero nas três revistas. A revista *Claudia* publicou de 10 a 12 cartas durante a semana de acompanhamento, enquanto que a revista *Nova* publicou de 10 a 14 cartas e a revista *Veja*, de 11 a 13 cartas.

Em termos gerais, nessa seção procuramos compreender o lugar de ancoragem da carta de conselhos nas revistas *online*, assim como o tempo de circulação das cartas, isto é, sua periodicidade. Observamos que o gênero *carta de conselhos* é veiculado em seções específicas, nas

três revistas, e segue uma periodicidade de 10 a 14 cartas publicadas por dia. Assim, sendo, constatamos que esse gênero apresenta grande incidência de publicação nas três revistas: *Claudia*, *Nova* e *Veja*.

#### 4.2.4 A posição de autor

De acordo com Bakhtin (2003[1979]), todo enunciado tem um autor, isto é, uma posição de autoria. E mais, a posição discursiva de autoria do enunciado depende do seu gênero, ou seja, cada gênero possui uma concepção específica de autor. Assim sendo, não pode haver discurso separado do falante, de sua situação, de sua relação com o ouvinte e do gênero do discurso, pois “a forma de autoria depende [também] do gênero do enunciado [...]. Quem fala e a quem se fala. Tudo isso determina o gênero, o tom e o estilo.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 389-390).

Podemos assim compreender que especificidades da comunicação discursiva carregam consigo determinações das diversas formas de posicionamento autoral. Em relação à **autoria do gênero carta de conselhos, consideramos que o autor do gênero é o conselheiro/articulista**, pois entendemos que é ele quem dá o acabamento ao gênero. Nas revistas selecionadas, as cartas de conselhos são escritas por profissionais considerados conselheiros ou articulistas, que buscam responder às perguntas de diferentes pessoas denominadas, como já dito, de reclamantes. O conselheiro/articulista é frequentemente um profissional especialista no assunto, ou uma personalidade de sua esfera de atuação. Diferentemente das revistas *Claudia* e *Nova*, nas quais o especialista é denominado de “conselheiro”, na revista *Veja*, o especialista é denominado de “articulista” e pertence ao quadro fixo dos profissionais da revista.

Dessa forma, podemos entender que a carta de conselhos pode ser enunciada por um médico, um escritor, um padre, um ator ou por qualquer outro profissional convidado, como nas revistas *Claudia* e *Nova*, ou por um articulista fixo da revista, como na revista *Veja*. Para melhor entender quem são esses profissionais que assumem a posição de autoria de conselheiros/articulistas, adaptamos as questões propostas por Rodrigues (2001, p. 137) para o estudo sobre a autoria no gênero *artigo assinado*, a citar: (a) quem é o profissional que responde às cartas? (b) de que lugar social esse profissional se enuncia? (c) qual o seu papel na

comunicação jornalística? (d) qual o papel da revista como uma posição de autoria em potencial?

Em relação a quem sejam os profissionais que escrevem as cartas, entendemos que nem sempre são especialistas no assunto tematizado pelo reclamante. Conforme explicações nas páginas virtuais das revistas, os conselheiros/articulistas podem ser padres, atores, escritores, psicólogos, dentre outros profissionais que são convidados a ler as cartas dos reclamantes e escrever a carta de conselhos. Além disso, os dados demonstram que há conselheiros/articulistas que são convidados a assumir a autoria desse gênero em outras revistas, mas não encontramos, nesta pesquisa, a publicação das mesmas cartas em revistas e datas de publicação diferentes. Portanto, um profissional que assume a autoria de conselheiro/articulista em uma determinada revista, pode, eventualmente, assumir essa autoria também em uma outra revista.

A partir da análise dos dados, na tabela abaixo, apresentamos informações sobre o profissional, isto é, sobre a “pessoa falante” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 390) que assume “a posição de autoria” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 389) de conselheiro/articulista no gênero *carta de conselhos*.

<i>Revista</i>	<i>A pessoa falante</i>	<i>Papel na hierarquia social (BAKHTIN, 2003[1979], p. 390).</i>
Claudia	Ana Cristina Canosa	Sexóloga
	Dulce Critteli	Terapeuta e professora de Filosofia na PUCSP
	Fábio de Melo	Padre
	Juliana Sampaio	Escritora
	Lana Harari	Psicoterapeuta
	Magali Moraes	Escritora
	Martha Medeiros	Escritora
	Mônica Martelli	Atriz
	Samanta Obadia	Psicoterapeuta e filósofa
	Suzana Pires	Atriz
	Paulo Gaudêncio	Psicólogo
Nova	Paulo Gaudêncio	Psicólogo
	Outros	Sem identificação
Veja	Betty Milan	Psicanalista

**Tabela 3:** Os profissionais que assumem a autoria de conselheiro/articulista no gênero *carta de conselhos*.

Na tabela acima, podemos visualizar os profissionais que assumem, na situação de interação mediada pelo gênero *carta de conselhos*, a postura de conselheiro/articulista. Com base nos dados, podemos afirmar que todas as cartas são assinadas, isto é, todas apresentam ao final a assinatura do conselheiro/articulista. Isso demonstra que há uma preocupação da revista em apresentar a assinatura do conselheiro/articulista na publicação da carta de conselhos que, juntamente com a publicação da sua foto (Cf. seção 5.2.2), reforça a ideia, ao leitor, de que “há, de fato, alguém que escreve a carta” e que é uma autoria legitimada para tal.

Os dados também nos levam a entender o lugar social de onde enuncia o profissional que assume a posição de conselheiro/articulista. As cartas são assinadas por conselheiro/articulistas das áreas das ciências psicológicas, da literatura, das artes cênicas e da religião. Entretanto, a maior incidência é de profissionais da área das ciências psicológicas, isto é, são psicólogos, psicanalistas ou psicoterapeutas que assumem a posição de autoria de conselheiros/articulistas. Vejamos exemplos de cartas assinadas por um profissional da área da psicanálise, da religião e da literatura, respectivamente.

**Ex.: 06 -** *Tenho 27 anos e meu namorado tem 34. Namoramos três anos e ficamos dois anos separados. Estamos juntos novamente há poucos meses. Ele tem pavor do casamento. Nunca foi casado , mas tem um filho de 14 anos. O pai dele morreu quando ele tinha 2 anos e a mãe teve um relacionamento conturbado com outro homem, o que o levou a morar sozinho aos 17. Primeiro, o nosso namoro acabou por eu deixar claro que queria me casar e não estava disposta a namorar longos anos. Agora, falo com muito cuidado sobre o assunto, ele gosta, mas quando vamos planejar, recua. Ele diz que quer ter uma família, mas não desenvolve o assunto. Eu , por minha vez , tenho uma família tradicional que “exige” o casamento. Não quero passar mais três anos namorando para depois não conseguir formar uma família. Se não casar com ele, vou começar do zero novamente aos quase 30 anos. Às vezes, acho que não vejo as coisas claramente. Que está claro para todo mundo, menos para mim, que ele não vai se casar*

**nunca. Socorro !!!** A mãe do seu namorado perdeu o marido quando o filho tinha dois anos. Se acaso foi feliz no casamento, a felicidade durou pouco. Depois, teve um relacionamento tão conturbado que o filho foi obrigado a sair de casa. Ou seja, foi novamente infeliz e o menino, que já havia crescido sem pai, foi obrigado a se separar precocemente da mãe. Só por aí já dá para entender que o seu namorado tenha horror ao casamento. Não sabe o que é uma vida de família boa. Por outro lado, aos 20 anos, ele teve um filho, ou seja, se tornou pai solteiro. A paternidade e o casamento para ele estão dissociados. Para você, que vem de uma família tradicional, um não existe sem o outro. Vocês dois não têm o mesmo ponto de vista. Seria bom saber o que o namorado quer dizer quando fala em fazer uma família. Ter mais um filho com você sem se casar? Você precisa correr o risco do esclarecimento e tomar uma decisão em função disso. Tanto pode ser se separar e ficar esperando casamento porque nada é mais importante para você do que isso ou ficar com o atual namorado para o que der e vier, aceitando-o como ele é. Agora, se você se separar, não faça isso porque a família “exige” o casamento, mas porque você quer assim. Obedecer à exigência da família não faz sentido porque a vida é sua, ou seja, quem paga pelos erros é você. (CRV#01)

**Ex. 07 - Tenho 34 anos e sonho em ter filhos, mas meu marido já tem três de outro relacionamento e não quer mais. Às vezes, penso em sabotar nosso método contraceptivo e dizer simplesmente que "falhou". Ele adora crianças e tenho certeza de que, depois, ficará tudo bem. É muito desleal da minha parte? Não faça isso. Filho não pode ser uma decisão solitária. A vida a dois é experiência de decisão compartilhada! Tenho certeza de que você não fica feliz quando ele toma decisões importantes sem a sua opinião. Jogue limpo. É o melhor jeito de ganhar. (CRC#04)**

**Ex.: 08 - Pela internet, me relacionei com um cara que se descrevia como "moreno, alto, sarado" e que, num encontro cara a cara, era baixinho, franzino e...bem, nem me animei a investigar se o corpo era sarado. Não disse nada, mas fiquei furiosa. Se topa com outro mentiroso na web, posso desancar o cara? A internet propicia essas falcatuas, faz**

*parte do jogo. Ele deve ter pensado que você reza pela cartilha do "mentiras sinceras me interessam" e que se surpreenderia ao descobrir que o baixinho franzino era um cara legal. Mas é uma frustração, reconheço. Só que não é caso de desancar ninguém é raro alguém se apresentar dizendo: "Eu ronco, tiro meleca do nariz, não abro a porta do carro, sou totalmente sem graça". Na hora de se autodescrever, o pessoal incrementa os dotes na maior cara-de-pau. Na próxima vez, saia de casa com uma boa reserva de humor e, se o sujeito for mesmo "moreno, alto e sarado", aleluia! (CRC#03)*

A carta CRV#01 é assinada pela psicanalista Betty Milan. Ao assumir a posição de autoria de conselheiro/articulista, a psicanalista traz, de seu lugar social de atuação profissional, vestígios discursivos de sua área de trabalho que se projetam em seu conselho. A resposta na carta CRV#01 é toda voltada à análise da situação-problema, dos envolvidos e dos conflitos reportados pela reclamante. O conselheiro/articulista apresenta seu conselho como se estivesse avaliando a situação do paciente em uma sessão de psicanálise.

A carta CRC#04 é assinada pelo Padre Fábio de Melo, enquanto que a carta CRN#03 é assinada pela escritora Martha Medeiros. Na carta respondida pelo padre, temos um direcionamento mais cauteloso e prudente, com certo "tom religioso". Segundo o padre, o reclamante tem que seguir um caminho "limpo" (puro) para se entender com o parceiro. Na carta CRC#03, por sua vez, assinada pela escritora Martha Medeiros, temos um conselho mais "extrovertido", com direcionamentos menos cautelosos e mais voltados à ideia "vá em frente e tente outra vez", diferentemente dos conselhos da psicanalista e do padre.

Cabe, nesse momento, retomarmos Rodrigues (2001) para explicar que, semelhante à situação de interação mediada pelo gênero *artigo assinado*, nas situações de interação nas quais os conselheiros/articulistas se enunciam, não se está diante de uma situação de comunicação própria da esfera desse profissional. O conselheiro/articulista fala à luz da sua esfera de atuação como um representante legitimado por ela, porém extrapola essa esfera, não se condicionando ao(s) discurso(s) desta. Em outras palavras, nas cartas de conselhos, não estamos não estamos diante de uma situação de consulta psicanalítica (CRV#01), de uma confissão ao padre (CRC#04) ou de uma leitura de um livro de autoajuda (CRC#03), embora elas sejam assinadas por um psicanalista, por um padre e por uma esritora,

respectivamente. Como explica a autora, estamos diante de uma situação de interação mediada pelo jornalismo (especificamente, em nosso caso, pelo jornalismo de revista *online*) e que se adapta às condições de produção dessa esfera. Em síntese, não é o médico, o padre ou a escritora quem assina a carta de conselhos, mas, o conselheiro/articulista que assume essa postura da autoria [de ser um “conselheiro”] a partir dos “papeis que representa na hierarquia social [ser um médico, um padre, um escritor]” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 390).

Quanto ao reconhecimento social e profissional, compreendemos que ainda há uma flutuação ou imprecisão terminológica para denominar essa autoria e que se enuncia na carta de conselhos em revistas. Há, nos termos de Rodrigues (2001), uma instabilidade semântica, haja vista as revistas ainda apresentarem denominações diferentes como “conselheiro” e “articulista”. Essa constatação pode conduzir-nos à compreensão de que não há ainda, na esfera do jornalismo, “um reconhecimento social da posição discursiva” dessa autoria no conjunto da comunicação jornalística. Em contrapartida, há sim certa credibilidade conferida pelos leitores da revista à fala do conselheiro/articulista, colocando-o como um “especialista no assunto”. Além disso, podemos considerar a revista como uma posição de autoria em potencial, isto é, a revista, enquanto espaço de publicação das cartas de conselhos não apenas, como já dito, legitima e autoriza o espaço de veiculação de cartas de conselhos, como também assina implicitamente a carta. Em outras palavras, a revista ideologicamente aprova e libera a publicação de cartas de conselhos, em espaços de ancoragem específicos (seções específicas), assim como, valorativamente, imprime sua marca (da revista) na carta. A carta de conselhos se enquadra na mesma projeção de valores da revista, refletindo ou refratando os modos de conceber e entender a realidade constitutivos dessa revista. Com isso, a carta de conselhos não apenas é assinada explicitamente por um conselheiro/articulista, mas ideologicamente, de forma potencial, pela revista em que é publicada. Assim sendo, podemos afirmar que o conselheiro/articulista é o autor das cartas de conselhos, um autor que se projeta e consubstancia seu discurso a partir das posições ideológico-valorativas da revista na qual as cartas que assina são publicadas. A posição de autoria do conselheiro/articulista está integrada à posição ideologicamente marcada da revista.

Em síntese, podemos entender que a carta de conselhos é escrita por diferentes profissionais que assumem, nessa situação de interação, a posição de autoria de conselheiro/articulista. Como vimos, os conselheiros/articulistas podem ser representantes de diferentes

hierarquias sociais: médicos, padres, escritores, professores e atores que, mesmo extrapolando sua esfera de atuação, enunciam com vestígios discursivos destas. Compreendemos, ao fim, que, como já dito, todo gênero tem sua posição de autoria e essa postura autoral não se refere a uma pessoa física, mas a uma “forma de autor” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 390) discursivamente inscrita no gênero. Em termos bakhtinianos, a posição de autoria refere-se a uma postura de autor e essa, por sua vez, é a “[...] forma como se revela a pessoa falante.” Além disso, como é a projeção de interlocutor e do seu fundo aperceptivo que orienta o autor, influenciando naquilo que é dito e como é dito, passamos, na próxima seção, a discutir o interlocutor previsto do gênero *carta de conselhos*.

#### 4.2.5 O interlocutor previsto

Como já dito, o interlocutor e seu fundo aperceptivo orientam o autor e influenciam naquilo que é dito e como é dito. De acordo com Bakhtin (2003[1979], p. 302),

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo de cultura da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele.

Nessa perspectiva, o autor do enunciado se orienta pela visão que projeta do seu interlocutor (destinatário). Além disso, tal como visto com a posição de autoria, cada gênero tem uma concepção de interlocutor. **O interlocutor previsto do gênero *carta de conselhos* constitui-se no leitor da revista em que o gênero é publicado.** Embora entendamos que, em função da intercalação da carta do reclamante na carta de conselhos, haja um certo “cronotopo encenado” e, neste, o reclamante assume a postura de interlocutor previsto, engendrado no suposto diálogo que se constrói entre o reclamante e o conselheiro/articulista (pergunta-resposta), compreendemos que, mesmo



com essa especificidade, o reclamante se enquadraria na projeção de interlocutor previsto da revista.

A partir dessas considerações, Sendo assim, inicialmente apresentamos o perfil do leitor das revistas pesquisadas, conforme consta em suas páginas virtuais:

<i>Revista</i>	<i>Classe</i>	<i>Público Femino</i>	<i>Público Mascu- lino</i>	<i>Idade do público feminino</i>	<i>Idade do público masculino</i>
Claudia	A, B, C	90%	10%	25 a 45	30 a 45
Nova	A, B, C	90%	10%	18 a 49	30 a 49
Veja	A, B, C	53%	47%	20 a 50	20 a 50

**Tabela 4:** Informações acerca do perfil do público-leitor da revistas *online Claudia*, *Nova* e *Veja*, conforme dados em suas páginas virtuais.

As três revistas atendem às classes A, B e C. As revistas *Claudia* e *Nova* são direcionadas ao público feminino (90% dos leitores), enquanto a *Veja*, embora com uma porcentagem maior de leitoras, ainda atende a 47% de leitores do sexo masculino. As revistas *Claudia* e *Nova* apresentam um perfil de leitor com idades entre 18 e 49 anos e a *Veja*, por sua vez, entre 20 e 50 anos.

Entendendo que todo gênero do discurso possui uma concepção de autor e interlocutor e que o gênero ao orientar-se para seu objeto de discurso inclui os participantes da interação e suas posições axiológicas face a esse objeto, procuramos, a partir do perfil do leitor das revistas, compreender o porquê do interesse dos leitores pelas cartas de conselhos, o que nos direciona mais especificamente para a concepção de interlocutor do gênero *carta de conselhos*.

Primeiramente, podemos dizer que as cartas são publicadas porque o jornalismo de revista *online* tem apostado no entretenimento e na espetacularização da vida (Cf. seção 4.1), isto é, tem buscado, cada vez mais, “transpor para as revistas” fatos e acontecimentos da vida particular. Assim, a revista “vende” problemas, dúvidas e anseios de outrem, porque é também de interesse dos leitores ler sobre “o que acontece na vida do outro”. Saber sobre o que acontece com quem namora alguém recém-separado (CRC#06), com alguém que tem relações sexuais com o chefe (CRN#06) ou saber sobre a vida sexual problemática de outrem (CRV#04) tem sido de interesse público. Há um interesse da revista em publicar, porque há um interesse previsto do leitor em ler.

Além disso, a revista acaba publicando cartas de conselhos que podem, por exemplo, “se encaixar” no problema pessoal do leitor. Em outras palavras, pode ocorrer um “concidência previsível”, isto é, a carta de conselhos publicada no dia pode estar apresentando uma direção (aconselhamento) para um problema que pode ser também problema de um dos leitores da revista. Ao publicar a carta de conselhos com “soluções” para “problemas” específicos, esse conselho pode repercutir e ser a solução para um problema de um leitor outro. Assim, a carta de conselhos pode servir como um “manual de auto-ajuda” (Cf. seção 5.7), e as revistas parecem “apostar” nessa estratégia de adesão (Cf. seção 5.3).

Com isso, podemos entender que o interesse em ler cartas de conselhos nas revistas está relacionado ao interesse público pela vida particular do outro. Como já dito (Cf. cap. 4), parece haver um crescente aumento de interesse do público leitor das revistas pela vida íntima do outro, pelos seus anseios e seus problemas pessoais. Dessa forma, podemos afirmar que o interlocutor previsto do gênero *carta de conselhos* é o leitor da revista em que o gênero é publicado, um leitor que tem interesse em saber sobre os problemas do outro, sobre seus anseios e indagações íntimo-pessoais. Em outras palavras, é um leitor que não quer apenas “olhar pelo buraco da fechadura”, mas deseja estar “do outro lado da porta”.

Como visto, na perspectiva dialógica todo gênero tem uma concepção de autor e de interlocutor. O autor sempre produz seu enunciado orientado pela visão que tem de seu destinatário. Assim, a carta de conselhos tem um leitor previsto: um sujeito interessado em ler sobre a vida pessoal de outrem, de “espiar” a vida de outrem, além de receber conselhos para seus problemas íntimo-pessoais, mesmo que esses conselhos sejam dados, em princípio, como respostas para os problemas particulares do outro.

Dadas as condições sócio-históricas e ideológicas da modernidade tardia, o leitor das cartas de conselhos segue uma caminho ideologicamente marcado pela ótica mercantilista. Como as cartas são publicadas diariamente nas revistas *online*, o leitor tem livre acesso a elas que, ao serem publicizadas em revistas públicas, podem ser comercializadas como produtos, *commodities*, como afirma Giddens (2002). Com isso, os problemas pessoais de outrem são colocados à disposição dos leitores, como se fossem meros produtos a serem comercializados. O leitor, ideologicamente atravessado por essa posição valorativa de publicação de relatos íntimos do outro, passa a representar o papel de consumidor dos problemas alheios. Como afirma Giddens

(2002), estamos em um momento que todas as relações interpessoais estão sendo tratadas pela ótica ideológica do mercado: tudo está à venda ou pode ser comercializado, inclusive a intimidade, como nas cartas de conselhos. Em síntese, temos, na situação de interação mediada pelas cartas de conselhos, um leitor interessado em saber mais sobre tudo que intimamente acontece com o outro e atravessado ideologicamente pelos valores e apreciações mercantilistas da revista (o que também justifica a ideia acima da revista como uma posição de autoria em potencial).

Até aqui, apresentamos os aspectos relativos à dimensão social do gênero *carta de conselhos*. A partir da análise apresentada, podemos entender que a situação de interação, no tempo-espço amplo e imediato, envolve todo o gênero. Ela é uma parte constitutiva dele. É sob essa perspectiva que apresentamos, no próximo capítulo, a análise da dimensão verbo-visual do gênero em estudo.



## CAPÍTULO 4

---

### 5 A DIMENSÃO VERBO-VISUAL DO GÊNERO *CARTA DE CONSELHOS*

Neste capítulo, tratamos dos aspectos da dimensão verbo-visual do gênero *carta de conselhos*. Partindo da dimensão social da carta de conselhos como uma situação particular de interação (Cf. Capítulo 3), isto é, um cronotopo específico do jornalismo de revista *online*, apresentamos, neste capítulo, a análise e a interpretação do funcionamento do gênero *carta de conselhos* a partir de sua dimensão verbo-visual. Procuramos, inicialmente, compreender o conteúdo temático desse gênero, focalizando seu objeto do discurso, sua finalidade discursiva e as relações dialógicas. Em seguida, apresentamos as estratégias estilístico-composicionais que materializam esse gênero para, por fim, propor o gênero *carta de conselhos* como um gênero jornalístico de revista *online* que se situa na fronteira entre o discurso de entretenimento e o discurso de autoajuda.

#### 5.1 O CONTEÚDO TEMÁTICO: OBJETO DO DISCURSO, FINALIDADE DISCURSIVA E RELAÇÕES DIALÓGICAS

Nessa seção, apresentamos o conteúdo temático do gênero *carta de conselhos*. Em outras palavras, procuramos entender do que trata a carta, ou seja, qual seu objeto do discurso, qual seu projeto discursivo e como se constitui sua orientação dialógica para esse objeto do discurso.

##### 5.1.1 O objeto do discurso e o projeto discursivo

O conteúdo temático do gênero do discurso não corresponde a um determinado conteúdo ou assunto apenas, mas é, antes de tudo, o todo semântico do enunciado e, por isso, inseparável da situação social de interação. (BAKHTIN, 1998[1975], p. 132). Assim, o conteúdo temático diz respeito ao modo como o gênero seleciona e trata discursivamente elementos da realidade.

A partir disso, compartilhamos com Rodrigues (2001) a ideia de que todo gênero tem um conteúdo temático, que corresponde ao objeto do discurso, à finalidade discursiva do gênero e a sua orientação de sentido específica para com esse objeto e com os participantes da interação. O objeto do discurso, dessa forma, é um dos elementos de constituição do conteúdo temático dos gêneros do discurso.

Nesta seção, tratamos do objeto do discurso e da finalidade discursiva da carta de conselhos. A partir das considerações tecidas no referencial teórico, podemos afirmar que **o objeto do discurso do gênero carta de conselhos é o reclamante e seu pedido de ajuda para seus problemas de ordem pessoal**. É sobre os problemas do reclamante que o conselheiro/articulista escreve a carta de conselhos, ou seja, a carta é uma reação-resposta do conselheiro/articulista, sua apreciação em relação às questões do reclamante.

Para chegar a esse resultado analítico, procuramos, conjuntamente com o estudo do objeto do discurso da carta de conselhos, identificar o objeto do discurso das cartas intercaladas dos reclamantes, a fim de entendermos a que e a quem o conselheiro/articulista responde; o que constitui o objeto do discurso do gênero em estudo e de quais discursos o conselheiro/articulista lança mão em sua contrapalavra na carta de conselhos.

Nas cartas do reclamante analisadas, identificamos diferentes objetos do discurso que orientam a reação responsiva do conselheiro/articulista. Primeiramente, encontramos cartas sobre *relacionamentos amorosos entre colegas de trabalho*, isto é, cartas cujo objeto do discurso se constrói acerca de problemas entre colegas que trabalham juntos e que acabam tendo um relacionamento amoroso. O reclamante geralmente solicita ajuda para saber como lidar com essa situação e com a reação dos outros sobre o relacionamento.

Além disso, o reclamante, nessas cartas, usualmente descreve o acontecimento gerador do problema, antes do próprio problema em questão. Vejamos exemplos:

**Ex.: 09 - Troquei beijos e carícias com um colega. Trabalhamos na mesma sala, somos sérios e discretos, mas sinto que algumas pessoas estão desconfiadas e tenho medo de que isso possa me prejudicar se chegar aos ouvidos do chefe. Caso ambos sejam solteiros e tenham trocado carícias fora do ambiente profissional, não creio que haja qualquer problema. Se tiver ocorrido dentro da empresa, mesmo que fora do horário de trabalho, os riscos de ambos serem julgados de forma**

*negativa são grandes. Não repita o comportamento e, se for questionada a respeito pela chefia, desculpe-se, garanta que foi a última vez e ponto final. (CRN#01).*

**Ex.: 10 -** *Pintou um clima entre mim e o meu chefe. Já nos beijamos. Ele é lindo, tem muita pegada, mas é casado. Não quero nada com ele, apenas adoro me sentir desejada. No entanto, não quero que o homem me procure só por sexo, gostaria também de um pouco de cumplicidade. É possível? Mesmo ele dando sinais de que só quer transar? Existe chance de ele se apaixonar por mim? Seja sincera consigo mesma: qual a sua intenção ao sair com esse homem? Você diz não querer nada com ele. No entanto, torce para que o moço se apaixone... Seu chefe é casado e dá sinais de que só quer transar. Não ignore esses sinais. Ele pode muito bem querer apenas uma aventura. Você talvez queira romance e, então, corre o risco de terminar desiludida. Acontece que, de acordo com o psiquiatra e colunista de NOVO Paulo Gaudêncio, só se desilude quem um dia se iludiu, concorda? Você, que está procurando romance, torce para que seu chefe queira o mesmo. O cara, que quer apenas sexo, pensa que você deseja uma transa e nada mais. Muita calma nessa hora. (CRN#05).*

Na carta CRN#01, a reclamante expõe que está trocando “carícias” com um colega de trabalho. Ambos trabalham na mesma sala e estão preocupados que colegas da mesma empresa estejam desconfiando do caso. Embora essa seja a explicação inicial, a questão, de fato, para a qual a reclamante procura por conselhos é o medo que a situação chegue “aos ouvidos do chefe”. É, portanto, para aconselhar a reclamante sobre sua relação com um colega de trabalho e o medo da reação de seu chefe que a carta de conselhos CRN#01 é publicada. O conselho do conselheiro/articulista se constrói à luz dessa questão/problema do reclamante: um relacionamento com colega de trabalho que pode gerar conflitos no ambiente profissional.

A carta CRN#05, semelhante à carta supracitada, expõe o mesmo problema: relações amorosas com colegas de trabalho. A reclamante explica que “pintou um clima” com seu colega de empresa. O colega é casado e, inicialmente, a reclamante afirma que não quer um relacionamento sério, mas “apenas se sentir desejada”. Entretanto, ao enunciar de forma explícita sua pergunta, ela se contradiz, à medida que

expõe ao conselheiro/articulista o desejo de que seu colega de trabalho se apaixone por ela. Dessa forma, o problema da reclamante gira em torno dessa contradição: desejar apenas um relacionamento sem compromissos, mas, ao mesmo tempo, insistir por cumplicidade e seriedade. A resposta do conselheiro/articulista se constrói a partir dessa contradição, inclusive o conselheiro/articulista solicita que a reclamante “*seja sincera consigo mesma*”, questionando-a sobre suas reais intenções.

Além de relacionamentos amorosos entre colegas de trabalho, o reclamante também envia cartas desejando soluções para seus *relacionamentos conjugais e familiares*, ou seja, cartas cujo objeto do discurso trata de problemas entre marido e mulher. O reclamante solicita ajuda, conselhos ou direcionamentos para saber como lidar com o seu cônjuge, principalmente em função da rotina do casamento. Vejamos:

**Ex.: 11 - Tenho 27 anos e meu namorado tem 34. Namoramos três anos e ficamos dois anos separados. Estamos juntos novamente há poucos meses. Ele tem pavor do casamento. Nunca foi casado, mas tem um filho de 14 anos. O pai dele morreu quando ele tinha 2 anos e a mãe teve um relacionamento conturbado com outro homem, o que o levou a morar sozinho aos 17. Primeiro, o nosso namoro acabou por eu deixar claro que queria me casar e não estava disposta a namorar longos anos. Agora, falo com muito cuidado sobre o assunto, ele gosta, mas quando vamos planejar, recua. Ele diz que quer ter uma família, mas não desenvolve o assunto. Eu, por minha vez, tenho uma família tradicional que “exige” o casamento. Não quero passar mais três anos namorando para depois não conseguir formar uma família. Se não casar com ele, vou começar do zero novamente aos quase 30 anos. Às vezes, acho que não vejo as coisas claramente. Que está claro para todo mundo, menos para mim, que ele não vai se casar nunca. Socorro !!! A mãe do meu namorado perdeu o marido quando o filho tinha dois anos. Se acaso foi feliz no casamento, a felicidade durou pouco. [...] Para você, que vem de uma família tradicional, um não existe sem o outro. Vocês dois não têm o mesmo ponto de vista. Seria bom saber o que o namorado quer dizer quando fala em fazer uma família. Ter mais um filho com você sem se casar? Você precisa correr o risco do esclarecimento e tomar uma decisão em função disso. Tanto**



*pode ser se separar e ficar esperando casamento porque nada é mais importante para você do que isso ou ficar com o atual namorado para o que der e vier, aceitando-o como ele é. Agora, se você se separar, não faça isso porque a família “exige” o casamento, mas porque você quer assim. Obedecer à exigência da família não faz sentido porque a vida é sua, ou seja, quem paga pelos erros é você. (CRV#01)*

**Ex.: 12 -** *Estou entrando em depressão! Meu namorado foi casado por muito tempo e a ex-mulher dele é linda, modelo, corpo perfeito. Eu sou bonita, mas normal. Estou até pensando em terminar, porque não consigo viver à sombra de tanta beleza. Como ele pode ter esquecido uma mulher tão maravilhosa quanto a ex? Me ajudem! Segundo o psiquiatra e colunista de NOVA Paulo Gaudêncio, você sofre exatamente do mesmo problema que o tímido. Enquanto ele, toda vez que abre a boca, sonha ser profundo e interessante, você talvez deseje ser uma combinação da atriz Angelina Jolie com a modelo Gisele Bündchen sempre que surge em público. [...] Quem coloca você para baixo é seu ego idealizado superexigente. Procure diminuir o alto nível de expectativa e aspiração, de censura e julgamento. E já parou para pensar no que significa ser atraente? Ser bonita é mais do que um conceito puramente estético. É ser também inteligente, competente. (CRN#10).*

Na carta CRV#01, a reclamante tem 27 anos e seu parceiro 34. O casal permaneceu juntos por cerca de 3 anos e separados por 2, mas voltaram a se relacionar após esse período de suposta separação. Segundo a reclamante, seu parceiro tem “*pavor de casamento*”, “*nunca foi casado*” e tem um filho de 14 anos. Dentre essas características que procuram descrever seu parceiro, a reclamante ainda explica que o pai de seu cônjuge morreu quando este tinha apenas 2 anos de idade. A reclamante expõe que tenta falar sobre o assunto, mas, quando ambos procuram planejar algo mais concreto, seu parceiro recua. Segundo a reclamante: “*ele diz que quer ter uma família, mas não desenvolve o assunto [...].*” (CRV#01). Além disso, a situação inicial apresentada é apenas um pano de fundo para o problema real: a família da reclamante. Assim, após ter exposto a vida pessoal de seu parceiro, a reclamante aborda questões sobre sua vida familiar, o problema “real” da carta: uma família tradicional que exige o casamento e a idade certa para se casar

(“*Se não casar com ele, vou começar do zero novamente aos quase 30 anos*”). Com isso, podemos entender que, de fato, o que motiva a resposta do conselheiro, sua apreciação, é a pressão da família da reclamante em relação ao casamento, e não a atitude do parceiro que não o [casamento] deseja.

Na carta CRN#10, por sua vez, a reclamante explica que o namorado foi casado por muito tempo com uma mulher considerada pela reclamante como “*linda, modelo, corpo perfeito*”, em relação a ela, que se considera “*bonita, mas normal*”. A reclamante, dessa forma, pede ajuda, pois se acha inferior à ex-mulher de seu companheiro. O conselheiro/articulista explica que o que tem colocado a reclamante para baixo é seu [dela] ego idealizado e superexigente. O conselheiro/articulista inclusive aconselha a reclamante a diminuir o alto nível de julgamento sobre si.

Ao lado de cartas com problemas conjugais, há também aquelas em que os reclamantes procuram conselhos para anseios de ordem *extraconjugal*, isto é, cartas cujo objeto do discurso se constrói acerca de problemas entre o marido, a mulher e o/a amante, como nas cartas CRC#05 e CRN#04:

**Ex.: 13 - *Estou desconfiada de que meu marido tem uma amante. Ele nega, mas estou cismada e quero que ele use camisinha comigo. Como posso exigir isso? A verdadeira questão não gira em torno de usar ou não o preservativo nem em torno de se há infidelidade ou não, mas, sim, de por que houve perda de confiança nessa relação. Quando isso for corajosamente discutido e analisado (a terapia de casal pode ser de grande ajuda), a proposta de usar preservativo pode ganhar a conotação de que existe o desejo de ficar juntos, e não de se afastar: a pessoa quer proteger a relação enquanto a confiança não é restabelecida. (CRC#05).***

**Ex.: 14 - *Estou com um cara casado há dois anos e meio. O problema é que às vezes não sei se o amo de verdade ou se continuo com ele por medo de não conseguir levar em frente um relacionamento normal. Nunca tive um namoro de verdade. Tenho receio de deixá-lo e nunca mais encontrar alguém. O que faço? Sua suspeita procede. Segundo a psicóloga Suzy Camacho, quem costuma enfrentar esse tipo de problema, em geral, sofre de baixa auto-estima. "São mulheres que cultivam sonhos irrealizáveis e alimentam a esperança de que o sujeito***

*abandone a esposa ou a namorada para ficar com elas", fala. "Inconscientemente, testam o tempo todo o próprio poder de sedução, já que disputam o amado com outra." Há ainda a hipótese de essa "sina" significar medo de se entregar a uma paixão e se machucar, o que parece ser o seu caso. Suzy aconselha, antes de tudo, investir na auto-estima, conscientizando-se de que tem qualidades, de que merece ser amada. "Também não deixe de dar uma chance aos solteiros que a cercam, mesmo àqueles que, num primeiro encontro, não se mostrem tão atraentes. Converse duas, três, quatro vezes e poderá descobrir afinidades e interesses comuns." (CRN#04).*

Na carta CRC#05, a reclamante procura por conselhos para sua dúvida/desconfiança de que seu marido a esteja traindo. Essa situação inicial leva ao problema real que a carta expõe: o medo que a reclamante tem de ter relações sexuais com o marido sem proteção. A reclamante procura saber como exigir do marido o uso do preservativo, como podemos entender em: *"Estou desconfiada de que meu marido tem uma amante. Ele nega, mas estou cismada e quero que ele use camisinha comigo. Como posso exigir isso?"* (CRC#05). A situação do medo da possibilidade de haver um relacionamento extraconjugal leva a reclamante a se apresentar preocupada com sua condição, fazendo-a refletir sobre questões de seu relacionamento sexual com o marido e o cuidado que deve tomar, caso a "traição" exista. O medo levou a reclamante à precaução. Para o conselheiro/articulista, a questão real não é o usar ou não camisinha, mas a razão real da perda de confiança no outro, seu companheiro.

O relacionamento extraconjugal também é tratado na carta CRN#04, na qual a reclamante expõe que está tendo um relacionamento com um homem casado por cerca de dois anos e meio. Essa situação tem levado a reclamante a refletir sobre sua própria condição de não saber se o ama de verdade ou se está com ele por ter medo de levar um relacionamento normal ou ainda de ficar sozinha após a separação. Novamente, temos a situação inicial como um pano de fundo para o problema real, nessa carta, o medo da solidão. O conselheiro/articulista aconselha a reclamante a investir em sua auto-estima.

De forma geral, nas cartas intercaladas do reclamante cujo objeto do discurso gira em torno de relacionamentos conjugais ou extraconjugais, a situação inicial apresenta-se como um condutor para a questão real: o medo de "ficar sozinho", sem um relacionamento e sem

“alguém ao lado”. Em síntese, nas cartas do reclamante cujo objeto do discurso gira em torno dos relacionamentos de ordem íntimo-sexual, os reais problemas dos reclamantes se apresentam circunscritos ao medo da solidão.

Dando continuidade ao estudo, observamos que além das relações conjugais e extraconjugais, o objeto do discurso das cartas dos reclamantes também engloba problemas relacionados às *finanças pessoais*, ou, mais precisamente, às *maneiras de lidar com o dinheiro e os seus reflexos na vida do reclamante*, como nas cartas a seguir:

**Ex.: 15 -** *Sou cuidadosa com meu dinheiro: nunca gasto mais do que ganho, programo viagens com antecedência para conseguir bons preços, não compro roupa por modismo. Minhas amigas dizem que sou prevenida demais e insinuam pão-durismo. Fico surpresa, porque considero a minha postura correta. E, no fundo, me sinto incomodada com os comentários. Lembra a fábula da formiga e da cigarra? No verão, a primeira trabalhou duro e armazenou mantimentos para o inverno. A segunda só se divertiu e, por isso, não teve o que comer no frio. Me parece que você é uma formiga, preocupada em manter a sua despensa sempre cheia — o que eu considero uma postura ajuizada. Como as cigarras não agem assim, sentem uma ponta de inveja na hora do aperto e a acusam de pão-durismo. Se você está tranqüila sendo como é, não se abale com as críticas. Sorria e pense: “Que pena, essa gente não sabe o que faz”. Tenho, porém, a impressão de que você guarda dentro de si uma cigarra meio reprimida. Não é à toa que, quando as pessoas a chamam de mão-de-vaca, acabam encontrando um cúmplice na sua própria cabeça. Analise se minha tese é verdadeira. Se for, respeite seu jeito formiga de ser, mas adote um pouco do espírito cigarra. Permita-se fazer algo sem juízo de vez em quando. (CRN#01).*

**Ex.: 16 -** *Adoraria possuir muitas roupas, sapatos e bolsas, mas não consigo. Ganho pouco e, como moro sozinha, banco todas as despesas da casa. Aí, fico com inveja das minhas amigas que estão sempre na moda. Vivo frustrada por não ter algo novo para vestir. Acho todo o meu armário feio e cafona! Com isso, minha vida social se torna monótona. Não vou a festas badaladas por falta do que usar, frequento sempre os*

***mesmos lugares, encontro as mesmas pessoas... O que fazer?***  
*Minha cara, será mesmo que o seu problema é ter um guarda-roupa, como você diz, feio e cafona? Sapatos, bolsas e acessórios da moda são suficientes para garantir uma vida social agitada? Vamos investigar. (CRN#02)*

Na carta CRN#01, a reclamante se descreve como extremamente cuidadosa com o seu dinheiro, mas atenta para o fato de que é rotulada pelas amigas como uma mulher “pão-dura”. Em relação a isso, a reclamante acredita estar certa da sua conduta em ser controladora e cuidadosa com o dinheiro e, por isso, acaba por ficar incomodada com os comentários dos outros. A reclamante pede ajuda, de fato, para lidar com as rotulações que as amigas têm dirigido a ela. O conselheiro/articulista aconselha a reclamante a continuar sendo cuidadosa, mas também a arriscar mais.

A reclamante da carta CRN#02, por sua vez, procura por conselhos para aprender a lidar com suas finanças pessoais para poder usufruir de compras e de lazer. A reclamante se descreve frustrada pela impossibilidade de gastar mais dinheiro consigo mesma e ter de reservar, quase que totalmente, sua renda para as despesas da casa. Além disso, a reclamante afirma que o seu “não-poder de compra” tem afetado sua relação conjugal, à medida que, por não ter dinheiro “sobrando”, não tem vida social e sua relação, por conseguinte, tem se tornado monótona. O conselheiro/articulista questiona a reclamante em vários aspectos, de modo que ela mesma se questione e, ao fim, apenas afirma: “*Vamos investigar!*”

Juntamente com as cartas sobre relacionamentos pessoais, conjugais, extraconjugais e sobre finanças, as cartas do reclamante também tratam de questões relacionadas ao *uso de drogas* e à *opção sexual*, ainda que em menor proporção. Nos dados da pesquisa, houve uma ocorrência de carta do reclamante cujo objeto do discurso trata de problemas com usuários de drogas na família (CRV#02) e outra que trata da opção sexual do reclamante (CRV#06).

Em síntese, nas cartas dos reclamantes analisadas, podemos observar que o objeto do discurso gira em torno de questões relacionadas aos seus anseios pessoais. Além disso, constatamos que as cartas apresentam, em sua maioria, certos *atravessamentos temáticos*, à medida que dialogam com diferentes objetos, como, por exemplo, a carta CRN#02 (acima citada), que ao tratar de questões sobre finanças pessoais acaba por trazer também questões sobre relacionamentos conjugais.

Nos dados analisados, observamos que há atravessamentos temáticos que tratam de, por exemplo, *relacionamento conjugal versus opção sexual*, como na carta na qual a reclamante solicita por conselhos para lidar com sua desconfiança de que seu parceiro possa a estar traindo com outra pessoa. Também pode ser a mulher que supõe que o marido não a procura mais, por estar se interessando por outro homem, ou o homem que acha que sua esposa está começando a se interessar por outras mulheres, como nas cartas CRC#02 e CRV#06. Há também cartas que tratam de *relacionamentos conjugais e finanças*, como na carta CRN#02, assim como a carta (CRV#02) que trata de um *relacionamento conjugal* e o *uso de drogas* por um dos parceiros.

A partir disso, procurando entender alguns dos porquês de as pessoas atualmente procurarem na voz de um conselheiro público as soluções para seus problemas que, como vimos, são de ordem pessoal ou íntima, encontramos em Giddens (1991; 1993; 1997; 2002) algumas diretrizes. Para o autor, as relações pessoais, como, por exemplo, os relacionamentos de igualdade sexual, os relacionamentos emocionais, os relacionamentos íntimos e os relacionamentos profissionais e suas múltiplas faces estão, cada vez mais, sendo construídas e reconstruídas sob a ordem do domínio público (GIDDENS, 2002). Como ele explica, “as sociedades modernas possuem uma história emocional secreta, mas prestes a ser revelada [...] como se fossem possibilidades radicalizadoras da transformação da intimidade.” (GIDDENS, 1993, p. 10-11). Segundo o autor,

Há uma conexão direta entre as tendências globalizantes da modernidade e o que devo chamar de transformação da intimidade nos contextos da vida cotidiana; que a **transformação da intimidade** pode ser analisada em termos de adição de mecanismos de confiança; e que as relações de confiança pessoal, nestas circunstâncias, estão intimamente relacionadas à situação na qual a construção do *eu* se torna um projeto reflexivo (GIDDENS, 1991, p. 116, grifos do autor).

Dessa forma, ao enviar cartas de pedido de conselhos às revistas, o reclamante parece não se importar com que seus problemas de âmbito privado sejam publicados em domínio público, ou seja, há, em termos giddensianos, um deslocamento do âmbito da segurança ontológica (circunstâncias estáveis do sujeito) à segurança em sistemas abstratos

(GIDDENS, 1991; 1993; 1997). Para o autor, “a confiança em sistemas abstratos é a condição do distanciamento tempo-espço e das grandes áreas de segurança na vida cotidiana que as instituições modernas [dentre elas, a jornalística] oferecem em comparação com o mundo tradicional.” (GIDDENS, 1991, p. 116). Giddens (1993; 2002) explica que a transformação atual da intimidade implica, por consequência, uma total democratização do domínio interpessoal, de certa maneira, conjunta à democratização de certas instituições públicas, como por exemplo, a suposta democratização do jornalismo (cf. seção 4.1). O advento das novas tecnologias, a ressignificação das práticas interpessoais, discursivas e sociais, como um todo, interferem demasiadamente na transformação da intimidade. Para o autor, “nossa existência interpessoal está sendo completamente transfigurada, envolvendo todos nós naquilo que chamarei de experiências sociais do cotidiano, com as quais as mudanças sociais mais amplas nos obrigam a nos enganar.” (GIDDENS, 1993, p. 18).

Além disso, o autor explica que a sociedade contemporânea parece estar enredada em uma incerteza fabricada. O conhecimento e o autoconhecimento não parecem ser mais suficientes para o sujeito, assim ele precisa do outro desconhecido (Cf. Cap. 4) para resolver seus problemas de ordem pessoal. As cartas de conselhos, ao que indica nossa análise, tematizam essa incerteza, à medida que, por meio delas, diferentes sujeitos procuram, de forma rápida e eficiente, respostas para seus problemas de ordem do pessoal.

Segundo Giddens (1997), a insegurança fabricada socialmente diz respeito à procura do sujeito por caminhos seguros a serem seguidos, isto é, para o autor, muitos aspectos de nossas vidas tornaram-se apenas suposições, e “em muitos momentos é difícil dizer que direção as coisas vão tomar.” (GIDDENS, 1997, p. 220). Dessa forma, parece que estamos em constante procura da segurança perdida em tempos pós-tradicionais.

Portanto, podemos entender que as cartas dos reclamantes intercaladas nas cartas de conselhos, ao discursivizarem assuntos da vida privada e serem publicadas em espaços sociais institucionalizados, fazem com que se desloquem de estatuto de tema privado e passem ao domínio público, valorado pela esfera jornalística, de modo particular, pelo jornalismo de revista *online*.

Baseados na análise e interpretação do objeto do discurso da carta do reclamante, direcionamos nosso estudo para a análise do objeto de discurso das cartas de conselhos. Como já dito, consideramos que **o objeto do discurso do gênero carta de conselhos é o reclamante e seu**

**pedido de ajuda para seus problemas de ordem pessoal.** Como vimos até o momento, os problemas do reclamante são, de fato, os motivadores do acontecimento do enunciado *carta de conselhos*. Os objetos do discurso abordados nas cartas do reclamante têm a característica, como vimos, de vincular-se a assuntos pessoais e íntimos. Esses objetos engendram-se no cronotopo da carta intercalada do reclamante e ancoram também o objeto do discurso da carta de conselhos, ou seja, a carta do reclamante e o objeto do discurso nela discursivizado penetram na carta de conselhos consubstanciando-a e, por conseguinte, sendo seu objeto discursivo. É, portanto, o reclamante e seu problema que “fornece[m] o terreno substancial à imagem-demonstração dos acontecimentos” na carta de conselhos. (BAKHTIN, 1998[1975], p. 355).

A partir dessas considerações, apresentamos a análise do objeto do discurso das cartas de conselhos.

Na carta CRN#01<sup>21</sup>, como podemos observar, o discurso do conselheiro/articulista orienta-se, em relação ao problema do reclamante, de forma condicional por meio de conselhos de ordem hipotético-reais: “*Caso ambos sejam solteiros [...].*”/ “*Se tiver ocorrido [...].*”/ “[...] *se for questionada [...].*” Nessa carta, o conselheiro/articulista se vale de hipóteses ao invés de apresentar conselhos mais diretos, o que o levaria a se posicionar de forma mais impositiva. As hipóteses marcam certo distanciamento de um conselho mais impositivo e apenas se circunscrevem axiologicamente a uma projeção de supostas possibilidades.

Na carta CRN#05, por sua vez, o conselheiro/articulista inicia sua resposta questionando a reclamante sobre seu problema. Ele explica que a reclamante deve ser sincera consigo mesma e que deveria se questionar sobre as reais intenções de sair com seu [da reclamante] chefe. Diferentemente da carta CRN#01, na qual o conselheiro/articulista constrói sua resposta à luz de hipóteses, na carta em questão, ele é direto e impositivo: “*Seu chefe é casado e dá sinais que só quer transar. Não ignore esses sinais.*” Para Bakhtin (2003[1979], p. 290), um dos meios de expressão da relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto da sua fala é a entonação expressiva. Entendemos que, com a forma imperativa (Cf. seção 5.2.1) “*Não ignore esses sinais*”, o conselheiro/articulista marca sua entonação expressiva de impositividade e de ordem, diferentemente,

---

<sup>21</sup> As cartas em análise já foram transcritas nessa seção.



por exemplo, da carta CRN#01, na qual ele responde ao reclamante apenas com respostas hipotéticas com efeitos atenuadores.

Na carta CRV#01, o conselheiro/articulista responde ao reclamante a partir de uma análise da situação-problema apresentada. Em outras palavras, nessa carta, o conselheiro/articulista não responde com hipóteses ou imposições, mas reage responsivamente com uma análise do problema que o reclamante lhe reporta; há uma diferença de posição valorativa da relação do conselheiro/articulista com seu objeto do discurso. Com isso, as cartas CRN#01 e CRN#05, por exemplo, são orientadas distintivamente porque a relação valorativa do conselheiro/articulista com o objeto de seu discurso é diferente.

Em relação à carta CRN#10, por exemplo, o conselheiro/articulista provoca inicialmente a reclamante a se questionar sobre ser uma “Angelina Jolie” ou uma “Gisele Bundchen”, posto que, para ele, o que deixa a reclamante triste é seu ego idealizado superexigente. Dessa forma, temos, nesse exemplo, uma carta de conselhos com uma apreciação distinta das cartas analisadas anteriormente, pois não é mais uma carta marcada por resposta hipotética, impositiva ou analítica, mas uma carta de conselhos com uma tonalidade comparativa.

Na carta CRC#05, o conselheiro/articulista novamente se posiciona de forma analítica em relação ao objeto do seu discurso, isto é, ele analisa a situação-problema, procurando apresentar à reclamante seu verdadeiro problema. O conselheiro/articulista constrói uma projeção temporal em relação ao problema da reclamante e é a partir dessa projeção que a aconselha: *“Quando isso for corajosamente discutido e analisado [...] a proposta de usar preservativo pode ganhar a conotação de que existe o desejo de ficar juntos e não se afastar [...]”*

Diferentemente das cartas acima, a carta CRN#04 é toda construída a partir da reenunciação do discurso de outrem sobre o mesmo objeto e que, ao final, determina todo o tom valorativo que o conselheiro/articulista apresenta em relação ao problema da reclamante. O conselheiro/articulista traz a voz de Suzy Camacho para construir discursivamente sua resposta, reenunciando o conselho dado pela psicóloga acerca da problemática exposta pela reclamante.

Já em relação à carta CRN#01, o conselheiro/articulista novamente se utiliza do enquadramento do discurso de outrem e da estratégia da comparação para responder ao reclamante. O conselheiro/articulista reenuncia parafrasticamente a fábula da formiga e da cigarra. Ao final, após o pequeno relato da fábula, apresenta seu conselho, comparando a reclamante com a formiga, personagem da

história: “[...] *respeite seu jeito formiga de ser, mas adote um pouco de espírito de cigarra.*” Por fim, na carta CRN#02, o conselheiro/articulista responde apenas com perguntas retóricas (Cf. seção 5.2.1) e, logo após, finaliza com a exclamação: “*Vamos investigar!*”

Podemos constatar, a partir da análise dos dados, que o conselheiro/articulista vai construindo seu objeto do discurso, tecendo seu ponto de vista, orientado pela sua apreciação dos diferentes problemas apresentados nas cartas intercaladas do reclamante. Em síntese, nas 30 (trinta) cartas de conselhos analisadas, os assuntos tratados a partir da carta do reclamante, foram os seguintes:

<i>Objetos do discurso das cartas de conselho</i>	<i>Incidência</i>
Relacionamentos amorosos entre colegas de trabalho	08
Relacionamentos conjugais e familiares	10
Relacionamentos extraconjugais	07
Finanças pessoais	03
Uso de drogas	01
Opção sexual	01

**Tabela 5:** Objeto do discurso das cartas de conselhos analisadas.

Em termos gerais, como podemos observar na análise apresentada, os assuntos, tomados como objeto do discurso, têm como característica a sua vinculação às questões de ordem privada dos reclamantes. As cartas de conselhos tratam principalmente de questões ligadas aos relacionamentos interpessoais e suas decorrências. Essa preferência discursiva, entendemos, é consequência da orientação das cartas no grande cronotopo da modernidade tardia (Cf. Cap. 4).

Entretanto, cabe ressaltar que as características de orientação para assuntos do campo das relações conjugais, extraconjugais e profissionais apresentam-se como grande tendência, mas não esgotam a possibilidade temática do gênero, pois, como vimos acima, o universo temático da carta também engloba, embora em proporções menores, objetos ligados ao sexo, às drogas e às finanças, como nas cartas CRC#02, CRV#02 e CRN#01, respectivamente.

Assim, consubstanciada à análise inicial do objeto do discurso da carta intercalada do reclamante, podemos afirmar, em síntese, que o objeto da carta de conselhos é o reclamante e seu dizer: problemas de

ordem íntima do reclamante que passam a serem expostos à procura de conselhos, explicações ou simples direcionamentos do conselheiro/articulista. Dessa forma, a carta de conselhos se constrói, portanto, como uma reação-resposta do conselheiro/articulista ao discurso já-dito do reclamante (sua carta de pedido de ajuda).

Além disso, partindo da análise do objeto do discurso da carta de conselhos e entendendo que, segundo Bakhtin (2003[1979]), há dois fatores que fazem com que um texto assuma o estatuto de enunciado: o projeto discursivo e a execução desse projeto, objetivamos, em conjunto com o estudo do objeto do discurso, analisar o projeto discursivo do gênero *carta de conselhos* e o que motiva a esfera jornalística a publicar esse gênero.

Primeiramente, podemos afirmar que o projeto discursivo do gênero *carta de conselhos* está intrinsecamente ligado ao objeto do discurso, que é o reclamante e seu dizer. Dessa forma, entendemos que **a finalidade discursiva do gênero *carta de conselhos* é a evidenciação do dizer do reclamante e a apreciação responsiva do conselheiro/articulista em relação a esse dizer.**

Em outras palavras, o projeto discursivo da carta de conselhos é publicar os problemas de ordem pessoal do reclamante e elaborar a reação-resposta do conselheiro/articulista frente a esses problemas (anseios, dúvidas, etc).

O conselheiro/articulista procura retomar o diálogo entre ele e o reclamante, à medida que, ao publicar a carta de conselhos, reenuncia a carta do reclamante intercalada a sua [conselheiro/articulista] carta. O leitor acaba por acompanhar o suposto diálogo representado entre os que procuram por conselhos e aqueles que respondem a essa procura. O leitor parece “penetrar” na vida íntima do reclamante, descobrindo seus problemas de ordem privada, e, além disso, sabendo qual o direcionamento que o conselheiro/articulista apresenta para tanto. Há um testemunho do leitor do suposto diálogo entre reclamante e conselheiro/articulista. Esse efeito de sentido se dá pela intercalação da carta do reclamante na carta de resposta do conselheiro/articulista.

Assim, o autor, tendo em vista seu projeto discursivo, procura “recriar” um suposto diálogo entre o reclamante e ele, projetando o leitor como a testemunha desse encontro. Podemos reafirmar essa explicação, posto que, ao analisar a materialidade linguística do enunciado é explícita a forma como a carta do reclamante orienta a reação-resposta valorativa do conselheiro/articulista. Mesmo em menor espaço na carta de conselhos, é a carta intercalada do reclamante que

orienta a apreciação axiológica do conselheiro/articulista. Contudo, como lembra Silva (2007), acerca do estudo do gênero jornalístico *entrevista pingue-pongue*, além do projeto discursivo do autor em sentido mais estrito do termo (referente à discussão acima), devemos também pensar em um projeto discursivo maior, o da esfera jornalística, isto é, “qual o objetivo da revista em publicar o gênero [...]?” (SILVA, 2007, p. 126).

Para discutir o projeto discursivo do gênero carta de conselhos, retomamos as ideias já discutidas no capítulo 3, acerca da tendência jornalística em publicar fatos e acontecimentos sobre a vida pessoal, constituindo-se como uma espécie de jornalismo especializado, especificamente de entretenimento (Cf. Cap. 4). Como já dito, tendência do jornalismo contemporâneo é a de converter a realidade em encenação, na medida em que, na busca por entretenimento, a vida pessoal passa a ser o roteiro de longas dramatizações do real. A revista abre espaço para a publicação da vida do outro, de seus anseios, de suas angústias e de suas preocupações. Há um espaço para o outro resolver seus problemas de ordem íntima aos olhos coletivos do público-leitor da revista. A revista é um *divã público*.

Partindo dessa análise, retomamos a posição de Bakhtin/Medvedev (1985[1928]) de que todo gênero é orientado para uma realidade específica, isto é, que os gêneros do discurso são modos específicos de significar e compreender uma dada (parte da) realidade. De acordo com os autores, “[...] nós pensamos e conceituamos o real em enunciados e esses enunciados seguem princípios genéricos [de gênero].” (BAKHTIN/MEDVEDEV, 1985[1928], p. 134). Assim, entendemos, como base na análise do objeto do discurso e do projeto discursivo do gênero, que a carta de conselhos medeia uma situação de interação típica a partir da qual os sujeitos, situados no tempo-espaço da modernidade tardia (Cf. cap. 4), expõem seus problemas de ordem íntimo-pessoais à procura do olhar apreciativo do outro.

Em outras palavras, conforme Bakhtin/Medvedev (1985[1928]) propõem, entendemos nossa realidade mediada por gêneros, isto é, à medida que aprendemos novos gêneros, aprendemos a ver de forma diferente e expandimos nosso repertório de visão, isto é, apreendemos “[...] novos aspectos da realidade visível.” (p. 135). Dessa forma, a carta de conselhos, ao tematizar diferentes anseios de cunho pessoal (problemas conjugais, extraconjugais, profissionais, por exemplo) em meio público, relativamente estabiliza um modo discursivo específico de conceptualizar e mediar aspectos determinados da realidade.

A carta de conselhos, portanto, projeta uma visão de mundo que gêneros outros não projetariam, dadas suas condições sócio-históricas de produção (cf. cap. 4) e a relação destas com o objeto do discurso e o projeto discursivo do gênero, uma vez que, “a atmosfera social do discurso que envolve o objeto faz brilhar as facetas de sua imagem.” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 87). Além disso, como afirmam Bakhtin/Medvedev (1985[1928], p. 131), dois gêneros vêem o mundo de forma diferente, de maneiras fundamentalmente incompatíveis. O autor “não pode assumir um gênero aonde ele não pode ir.” (p. 131). Os gêneros refletem e significam as mudanças na vida social e, como as mudanças levam a novas visões de mundo, os gêneros, por sua vez, medeiam novas situações de interação que se “abastecem” dessas mudanças. Assim sendo, com a análise do objeto do discurso e do projeto discursivo do gênero *carta de conselhos*, podemos entender que “o gênero, de fato, avalia a realidade e a realidade clarifica [por conseguinte], o gênero.” (BAKHTIN/MEDVEDEV, 1985[1928], p. 136).

Assim sendo, podemos dizer que a carta de conselhos, constituída no tempo-espaço da modernidade tardia (Cf. cap. 4) controla e significa certos aspectos definidos dessa realidade, discursivizados na reação-resposta do conselheiro/articulista. Os conselhos dados aos problemas do reclamante acabam por, assim dizer, expondo visões de mundo específicas do modo que outros gêneros não apreenderiam. Assim, ver o mundo com os olhos do gênero *carta de conselhos* é apreender e compreender uma realidade na qual o discurso privado, por meio das angústias e ansiedades existenciais do reclamante, é atravessado por dizeres públicos, conselhos e direcionamentos dados pelo conselheiro/articulista.

Ao fim, como entendemos que o discurso do conselheiro/articulista é orientado pelo dizer do reclamante, na próxima seção direcionamos nosso estudo para a análise da carta de pedido de ajuda do reclamante intercalada na carta de conselhos.

### **5.1.2 O enquadramento da carta do reclamante e a reação-resposta do conselheiro/articulista**

Como já dito, na carta de conselhos ocorre um processo de intercalação do enunciado do outro: as perguntas do reclamante são reenunciadas no interior da carta de conselhos. Além disso, esse

processo de intercalação também enquadra e valora a carta do reclamante. Com isso, podemos entender que a carta do reclamante e a carta de conselhos incorporam-se em cronotopos diferentes, mas também que se atravessam dialogicamente. A esse respeito, Bakhtin (1998[1975]) explica que o cronotopo pode incluir em si atravessamento dialógico de outros cronotopos, à medida que “os cronotopos podem se incorporar um ao outro, coexistir, se entrelaçar, permutar, confrontar-se, se opor ou se encontrar nas inter-relações mais complexas” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 357).

Com base nessas considerações prévias, nesta seção abordamos como esse *cronotopo encenado* a partir da intercalação da carta do reclamante se constrói discursivamente na carta de conselhos. Em outras palavras, objetivamos entender que sentidos se constroem no discurso do reclamante intercalado no discurso do conselheiro/articulista e como o conselheiro/articulista reage responsivamente a esse discurso intercalado.

A carta do reclamante intercalada na carta de conselhos é construída discursivamente por meio da exposição dos problemas pessoais do reclamante, marcados principalmente pela enunciação em 1ª pessoa. Essa enunciação em 1ª pessoa do singular constrói diferentes sentidos na carta de conselhos, a citar: (i) exposição da intimidade em domínio público; (ii) (auto)exposição mascarada; (iii) exposição individualizada; e (iii) encenação de diálogo.

**Ex.: 17- *Troquei beijos e carícias com um colega. Trabalhamos na mesma sala, somos sérios e discretos, mas sinto que algumas pessoas estão desconfiadas e tenho medo de que isso possa me prejudicar se chegar aos ouvidos do chefe. (CRC#01).***

**Ex.: 18 – *Tenho 27 anos e estou casada há três com um homem de 30 que nunca me procura. Sou bonita, ando bem arrumada e tenho certeza de que sou desejável. Ele também é vaidoso, pratica jiu-jítsu e sei que não me trai. Nossos amigos acham que ele é gay. Como fazê-lo confiar em mim e me contar o que se passa? Aliás, o que se passa? (CRC#02).***

**Ex.: 19 - *Tenho 33 anos, sou solteira e não tenho filhos. Moro com minha mãe e minha irmã mais velha. Faço tratamento de uma depressão que tive há um ano e que resultou de uma decepção amorosa. Na ocasião, tive alucinações e sentimentos de perseguição. Meu pai ficou muito afetado***

*com o que me aconteceu. Teve um enfarte há um ano e morreu de câncer há um mês. Por sorte, há três meses estou num emprego que foi a minha salvação para lidar com a depressão e com a perda do meu pai. Mostro quem sou no trabalho, me esforço, me dedico. (CRV#07).*

**Ex.: 20 -** *Há três anos eu namoro um rapaz que já foi casado e tem uma filha. No começo do relacionamento, a ex-mulher dele fez de tudo para perturbar a nossa relação. Hoje, eu às vezes sinto ódio, uma raiva incontrolável da tal mulher. Sou infeliz por não esquecer dela e transformo o namoro num verdadeiro inferno por causa de uma mulher que faz parte do passado dele e só. O pior é que eu já sabia, quando comecei a namorar, que ele havia sido casado. Como superar o problema? (CRV#10)*

**Ex.: 21-** *O passado do meu namorado me incomoda muito. Mexi nas coisas dele e encontrei várias fotos da ex, inclusive material picante. Peguei algumas no lixo, e só não fiz o mesmo com o resto porque fiquei com medo que ele descobrisse. O que posso fazer pra acabar com isso de vez? Não sei por que isso me deixa tão frustrada! (CRN#09).*

Nos exemplos supracitados, os reclamantes apresentam seus problemas a partir da enunciação na 1ª pessoa do singular, caracterizando o que podemos chamar de **exposição da intimidade em domínio público**. Sobre essa questão, compartilhamos com Giddens (1993; 2002) a ideia de que a vida social contemporânea tem se tornado um espaço constituído de novas demandas e valores, caracterizado, dentre outros aspectos, por envolver sujeitos em experiências pessoais (particulares e íntimas) em campos públicos. Para o autor, “a vida pessoal tornou-se um projeto aberto [...]” (GIDDENS, 1993, p. 18).

Além disso, quando observamos as cartas de conselhos, especificamente o enquadramento do enunciado do reclamante, percebemos o “compartilhamento público das experiências de ordem privada” (GIDDENS, 1993, p. 19-20), isto é, a enunciação em 1ª pessoa ratifica o que Giddens tem chamado de projeto aberto da vida pessoal (GIDDENS, 1993), à medida que traz à tona a socialização de questões privadas em espaços de dizeres coletivos.

Os problemas dos reclamantes constituem-se como janelas abertas às suas vidas pessoais, expondo anseios, angústias e desejos de

ordem íntima. A troca de carícias sexuais com um colega de trabalho (CRC#01), a insatisfação sexual em relação ao marido (CRC#02) ou o problema psicológico da depressão (CRV#07) demonstram como os reclamantes expõem literalmente seus problemas de cunho íntimo no espaço público das revistas virtuais. Além disso, a exposição da intimidade em domínio público apresenta certa natureza de “auto-informe-confissão” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 128), à medida que agrega, em sua constitutividade, traços de um discurso autobiográfico e de um discurso testemunhal. A esse respeito, Bakhtin (2003[1979], p. 140) explica que “só integra o auto-informe-confissão aquilo que eu mesmo posso dizer de mim mesmo (no essencial e não de fato, é claro) [...]”. É uma relação axiológica consigo mesmo [...]”. Contudo, o autor reitera que o auto-informe-confissão, por princípio, não pode ser concluído, pois a própria palavra sobre si mesmo (no caso em estudo, o discurso do reclamante) não pode ser essencialmente a última palavra, a que conclui, à medida que o outro vem a ser necessário (o discurso do conselheiro/articulista). O eu-para-mim nunca “[...] se desliga axiologicamente do mundo do outro” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 140).

Entendemos que a carta do reclamante é uma prática discursiva sustentada pelas experiências pessoais de um sujeito à procura de ajuda em face de eventos supostamente vividos/experienciados, motivadores do intento de dar a conhecer situações íntimo-privadas, por vezes, marcantes. Julgamos que, a carta intercalada do reclamante, constituída valorativamente a partir da exposição da intimidade em 1ª pessoa do singular, apresenta-se como um testemunho sobre si, à medida que o reclamante, na busca por ajuda, narra diversos acontecimentos da sua vida íntima, como podemos ver na carta CRV#03, na qual a reclamante narra algumas de suas experiências em torno da sua vida sexual problemática.

**Ex.: 22 -** *Há nove anos conheci meu atual marido, namoramos, fiquei grávida, casei e meu filho nasceu. Tudo isso no período de um ano. Eu era muito jovem e não estava preparada para uma mudança tão brusca. Gosto do meu marido, mas me sinto enganada. Quando éramos namorados, ele me disse que não podia ter filhos. E eu engravidei. Ele é um bom pai, eu amo o meu filho, mas não consigo me libertar da ideia de que poderia ter me casado com alguém bem melhor e com sucesso profissional. A maior parte das despesas da casa ficam por minha conta e isso me irrita. Já pensei em me separar só que não tenho coragem de distanciar pai e filho.*



*Será que vale a pena abrir mão de ser feliz com outra pessoa, para evitar o sofrimento do menino? Trabalho na empresa do meu pai e eu não tenho como crescer mais nela. Meu pai privilegia meu irmão. Repugno esta atitude e até sinto ódio. Desejo trabalhar em outro local, mas como posso fazer isso se meu marido não consegue sustentar a casa? Atualmente sou infeliz no casamento e no trabalho. Tenho medo de me separar e ficar sozinha. Você acha que devo manter o casamento? Ou devo conversar com meu pai ainda que isso possa levar a uma briga na família? Vivo com esses dois dilemas. O que fazer? Já tenho 31 anos, faço terapia e não consigo resolver essas questões. Será mesmo que o seu marido a enganou ou ele não sabia que era fértil? Seja como for, você não era obrigada a se casar. Você quis isso. Em relação ao seu pai, você chega a ter ódio dele, por considerar que ele privilegia seu irmão. Tanto na relação marital como na filial você se diz injustiçada. A sua posição subjetiva é a da mulher insatisfeita e este é o 'X' da questão. Ou você sai desta posição ou nada muda. Quero dizer que a mudança não passa necessariamente por um outro casamento ou por um outro emprego. Imaginar que basta mudar de cônjuge ou de patrão para mudar de vida é um engano. Você não consegue se libertar da ideia de que poderia ter se casado com alguém "bem melhor". Ou seja, é presa de uma fantasia inconsciente cuja razão precisa ser decifrada. [...] (CRV#03)*

Nesse testemunho íntimo-pessoal, instauram-se instabilidades provenientes do próprio lugar social de quem enuncia: um sujeito à procura de conselhos. Uma das volubilidades está no empenho do sujeito, a partir do testemunho de suas vivências, em ser entendido pelo outro. A outra, por sua vez, está no desejo de encontrar respostas. Assim, a carta do reclamante encerra sentidos conflitantes, mas que respondem ao desejo do reclamante de encontrar soluções para seus anseios de ordem pessoal a partir da exposição de sua intimidade no meio público da revista. Essa característica testemunhal pode ser entendida como um modo de expressar anseios e vivências íntimo-pessoais substancializadas pela construção do eu em busca de outrem, na qual se atravessam axiologicamente as vicissitudes da procura por respostas e a apresentação de conselhos. A carta do reclamante é, portanto, o espaço valorativo a partir do qual esse sujeito se revela axiologicamente para outro mediado pelo espaço público da revista.

Além disso, o reclamante se coloca no tempo-espaço da contemporaneidade (Cf. cap. 4) e testemunha suas experiências à luz desse cronotopo de enunciação. O reclamante se posiciona em seu lugar particular motivado por problemas íntimos axiologicamente definidos pelo olhar que lança sobre si mesmo. É o eu-para-mim à busca do olhar apreciativo do outro-para-mim (BAKHTIN, 2003[1979]). A carta do reclamante é o ato a partir do qual o sujeito procura materializar valorativamente (Cf. seção 2.5) suas vivências e transformá-las em pedidos de ajuda ao outro, mesmo que para isso tenha que expor sua intimidade em domínio público: *“Atualmente sou infeliz no casamento e no trabalho. Tenho medo de me separar e ficar sozinha. Você acha que devo manter o casamento? Ou devo conversar com meu pai ainda que isso possa levar a uma briga na família? Vivo com esses dois dilemas. O que fazer? Já tenho 31 anos, faço terapia e não consigo resolver essas questões.”*

A enunciação em 1ª pessoa também caracteriza o que podemos denominar de **(auto) exposição mascarada**, pois, mesmo enunciando em 1ª pessoa e abrindo espaço para problemas de ordem privada, os reclamantes permanecem no anonimato, à medida que suas identidades não são reveladas pelas revistas. Ao não apresentarem os nomes dos reclamantes, as revistas acabam por preservar a identidade dos envolvidos, mascarando os sujeitos reais envolvidos nas encenações da vida pessoal reportadas nos pedidos de ajuda. A enunciação em 1ª pessoa é, na realidade, uma enunciação encenada por sujeitos ocultos, aspecto que reforça a atitude do reclamante de expor seus problemas pessoais, posto que não será reconhecido ou julgado por outrem de seu campo familiar, profissional ou de amizades, por exemplo.

Assim, expor-se para o mundo é mais fácil do que se expor para a família, para os amigos ou para os colegas de trabalho. Em outras palavras, em casos de exposição mascarada, não há o perigo da opressão, da repressão ou, como explica Giddens (1993, p. 28), o perigo do “grande sermão” ou da “pregação religiosa”. Ao invés do confessionalário, o sujeito reclamante abre à revista seus segredos, suas indiscrições sexuais e seus desejos sem qualquer forma de reconhecimento, pois está protegido pela máscara de ser mais um entre os vários ali se expondo.

Além do mascaramento, a enunciação em 1ª pessoa também projeta um sentido de **exposição individualizada**, posto que a enunciação em 1ª pessoa marca uma projeção egocentralizada na exposição dos problemas, isto é, a marca linguística do “eu” reforça o que Giddens tem denominado de “marcas de ansiedade existencial”,

conforme discutido na seção acerca do cronotopo da modernidade tardia (GIDDENS, 2002, p. 38-39). De acordo com Giddens (2002, p. 39), “[...] todos os homens monitoram continuamente as circunstâncias de suas atividades como parte do fazer o que fazem, e esse monitoramento sempre tem características auto-reflexivas.”

Os reclamantes, em suas cartas reenunciadas pelo conselheiro/articulista, parecem expor seus problemas como reflexões sobre suas próprias ações, isto é, os problemas parecem constituir-se como autoavaliações, ou como define Giddens (2002, p. 39), “[...] um monitoramento reflexivo da ação [...]”. Esse monitoramento reflexivo é linguisticamente construído pelas enunciações em 1ª pessoa, como se fossem formas de demarcar e reiterar a “consciência reflexiva do eu frente a sua própria conduta” (GIDDENS, 2002, p. 40).

O reclamante é um sujeito que reflete sobre sua própria condição e os problemas apresentam-se como formas discursivas de expor esse monitoramento: problemas em namorar alguém já casado e sofrer com as perturbações da ex-mulher (CRV#10) ou problemas com o passado do namorado (CRN#09) passam a ser, dentre outras, “discursivizações resultantes da reflexão acerca da própria conduta individual” (GIDDENS, 2002, p. 40). Essas ansiedades existencial e reflexivo-individual são formas de procura por encaixes ou ajustes ao modo preexistente e definido como correto frente aos desencaixes da modernidade tardia. Como explica Giddens,

Existe um mundo universalmente experimentado da realidade exterior, mas ele não é diretamente refletido nos componentes significativos das convenções nas quais os atores organizam seu comportamento. O significado não é construído pelas descrições da realidade exterior, nem consiste em códigos semióticos ordenados independentemente de nossos encontros com essa realidade. Antes, “o que pode ser posto em palavras” [...] constitui a condição necessária do que pode ser dito e dos significados envolvidos na consciência prática. (GIDDENS, 2002, p. 45, grifos do autor).

Em síntese, a enunciação em 1ª pessoa marca uma projeção estilística explícita de individualização do reclamante, a partir do relato pessoal dos problemas que afligem sua vida social. Mesmo sendo uma projeção de exposição particular a outrem, reforçada linguisticamente

pela enunciação em 1ª pessoa, observamos que é evidente um mascaramento do sujeito em relação aos problemas que expõe, à medida que a revista preserva a identidade do reclamante, levando-o ao anonimato. Assim sendo, observamos que a enunciação em 1ª pessoa demarca um monitoramento reflexivo individual acerca das próprias condutas e a relação destas com as convenções sociais supostamente aceitáveis. A enunciação em 1ª pessoa marca a projeção da posição de autoria explícita do reclamante, assim como paradoxalmente seu mascaramento e seu anonimato.

Conjuntamente às marcas de enunciar a intimidade em domínio público, ao mascaramento e à individualização, a carta do reclamante intercalada na carta do conselheiro cria um efeito, como já dito, de **encenação de diálogo** entre o reclamante e o conselheiro/articulista, projetando o leitor como um espectador dessa conversa íntima. Em outras palavras, com a intercalação da carta do reclamante, constrói-se uma encenação entre os participantes: o leitor assiste ao testemunho pessoal de outrem (testemunho de sua vida íntima) à procura de ajuda por um suposto especialista, como nos exemplos abaixo:

**Ex.: 23 -** *Tenho 27 anos e estou casada há três com um homem de 30 que nunca me procura. Sou bonita, ando bem arrumada e tenho certeza de que sou desejável. Ele também é vaidoso, pratica jiu-jítsu e sei que não me trai. Nossos amigos acham que ele é gay. Como fazê-lo confiar em mim e me contar o que se passa? Aliás, o que se passa? Estranho mesmo. Vocês são casados há pouco tempo, era para a relação ainda estar dando um belo caldo. Mas vem cá... E quando namoravam? Era diferente? Ele era um übersexy com você ou já dava sinais de desinteresse? Bom, não há outra saída a não ser uma conversa franca. Dê a ele a certeza de que você o ouvirá deixando de lado sua porção "juíza" (que todas nós temos). Não o ameace, não o critique de antemão, apenas ouça. Se ele não destravar, sugira uma terapia. E, se nada disso funcionar, não se acomode, pense no seu futuro. Sexo não é algo desprezível numa relação, você sabe. (CRC#02)*

**Ex.: 24 -** *Adoraria possuir muitas roupas, sapatos e bolsas, mas não consigo. Ganho pouco e, como moro sozinha, banco todas as despesas da casa. Aí, fico com inveja das minhas amigas que estão sempre na moda. Vivo frustrada por não ter algo novo*

*para vestir. Acho todo o meu armário feio e cafona! Com isso, minha vida social se torna monótona. Não vou a festas badaladas por falta do que usar, freqüento sempre os mesmos lugares, encontro as mesmas pessoas... O que fazer? Minha cara, será mesmo que o seu problema é ter um guarda-roupa, como você diz, feio e cafona? Sapatos, bolsas e acessórios da moda são suficientes para garantir uma vida social agitada? Vamos investigar. (CRN#02)*

Como podemos ver, na carta CRC#02 a reclamante expõe que é casada com um marido que nunca a procura sexualmente. Além disso, ela explica que seus amigos acham que seu marido é homossexual, razão pela qual não mais tem relações sexuais com ela. A partir disso, a reclamante procura ajuda do conselheiro/articulista para entender o que passa em seu relacionamento conjugal, questionando-o: *“Como fazê-lo confiar em mim e me contar o que se passa? Aliás, o que se passa?”*. As perguntas, enunciadas em 1ª pessoa do singular, reforçam a ideia de diálogo, à medida que ratificam a suposta alternância de sujeitos falantes na carta, isto é, alternância de enunciados na encenação do diálogo entre reclamante e conselheiro/articulista.

Na carta CRN#02, por sua vez, a reclamante quer a ajuda do conselheiro/articulista para saber o que fazer para mudar seu estilo de vida. A reclamante relata que ganha pouco, mas gostaria de poder sair mais, gastar mais e ter uma vida menos monótona. Ao final questiona o conselheiro/articulista: *“O que fazer?”* A pergunta proposta pela reclamante, assim como na carta CRC#02, ratifica a ideia de encenação de diálogo, posto que ao terminar sua carta com a pergunta *O que fazer?*, a reclamante está passando a palavra ao conselheiro/articulista.

As marcas de encenação de diálogo são muito comuns na carta de conselhos e reforçam a ideia da busca pelo olhar apreciativo do outro (pela resposta do outro para os problemas do eu). Para Giddens (2002), na sociedade contemporânea, cada vez mais os sujeitos colocam-se à procura constante de respostas; respostas que possam conduzi-los a explicações para as questões existenciais que a vida lhes coloca. Segundo o autor, essa procura se caracteriza pela ansiedade. Ansiedade, porque o sujeito quer respostas rápidas, seguras e que possam, “[...] conduzi-lo a entender sua condição de estar-no-mundo.” (GIDDENS, 2002, p. 50). Na modernidade tardia, os sujeitos anseiam por explicações de todas as ordens, principalmente aquelas que refletem a transitoriedade das relações humanas como, por exemplo, as relações

conjugais ou o estilo de vida, tal como vimos nas cartas CRC#02 e CRN#02 em análise.

Nessa procura por respostas consubstanciadas pela encenação de diálogo, os reclamantes se expõem (ou, ainda, se “superexpõem”) procurando, no diálogo (encenado) com outro, um consolador, alguém que possa analisar seus problemas. Giddens (1993; 2002), a esse respeito, explica que para sustentar as ansiedades e procurar resolvê-las, os sujeitos necessitam das respostas do outro, como um olhar *outro* que possa vê-los e entendê-los, diferentemente de como eles próprios se vêem e se entendem. Em outras palavras, “[...] as respostas do outro são, de fato, necessárias na sustentação de um mundo que é observável e que responde a tudo.” (GIDDENS, 2002, p. 53). Em termos bakhtinianos, o conselheiro/articulista, ao olhar exotopicamente para o reclamante, a partir do suposto diálogo que se constrói discursivamente “acaba por vivenciar a imagem externa do outro”, a partir da imagem que o outro lança sobre si mesmo (BAKHTIN, 2003[1979], p. 25).

Bakhtin ainda explica que a imagem externa do outro não tem significação no contexto axiológico único e particular do outro, ou seja, o peso valorativo da própria imagem não existe, de fato, para o próprio sujeito, mas só adquire sentido apenas para outrem. Para o autor, todos os tons volitivo-emocionais só são possíveis em relação ao ser-existência do outro; só entendemos a própria imagem a partir da apreciação axiológica de outrem. “Em linhas gerais, o homem é uma equação do eu e do outro, um desvio em face das significações axiológicas” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 99).

Nesse diálogo encenado, portanto, podemos entender que o conselheiro/articulista contempla o reclamante e reage emotivo-volitivamente a partir da representação da imagem externa que ele expõe sobre si. Para Bakhtin (2003[1979]), todas as reações emotivo-volitivas que os sujeitos apreendem de outrem organizam a apreciação que constrói do outro (amor, admiração, pena, medo, etc) e estão sempre orientadas pela sua imagem externa. Assim, o conselheiro/articulista reage aos problemas do reclamante como um vivenciamento das fronteiras externas (Cf. seção 2.5) que o próprio reclamante constrói de si. A construção do conselho pelo conselheiro/articulista, a partir da alternância de dizeres no diálogo encenado, ascende da construção que o conselheiro/articulista faz do reclamante, a partir da imagem externa que este constrói de si.

Assim, respondida a primeira questão da seção – que sentidos valorativamente se constroem no discurso do reclamante intercalado no discurso do conselheiro/articulista – direcionamo-nos para a resposta da

segunda questão proposta: como o conselheiro/articulista reage ao discurso do reclamante, em sua [do conselheiro/articulista] carta de conselhos?

Segundo Bakhtin (2003[1979]), todo enunciado é, acima de tudo, uma orientação valorativa (Cf. seção 2.5), isto é, para o autor, não pode haver uma dissociação entre o significado referencial e a avaliação valorativa do enunciado. Toda vez que enunciamos, respondemos a algo já falado, já avaliado pelo outro, na rede de enunciados já-ditos sobre o objeto, ou seja, o nosso acesso ao objeto do discurso é mediado pelos discursos já-ditos. Além disso, recuperamos enunciados anteriores que se conjugam aos nossos. Em resumo, respondemos a algo já falado/discursivizado, mas sempre tomando uma posição valorativa a respeito, também mediada por esses enunciados já-ditos. Para Bakhtin (1998[1975]), é essa tomada de posição valorativa em relação ao já-dito pelo outro que molda o conteúdo, o estilo e a composição do nosso enunciado. Além disso, segundo o autor, todo falante percebe esses enunciados alheios no próprio objeto. Em nossos dados, a reação-resposta do conselheiro/articulista ao discurso do reclamante constrói diferentes sentidos.

Primeiramente, entendemos que a reação-resposta do conselheiro ao discurso do reclamante constrói uma **reação de concordância**, isto é, o conselheiro/articulista responde, concordando com as posições autoavaliativas que o reclamante relata/testemunha em sua carta.

**Ex.: 25 -** *Estou namorando um homem recém-separado. Sei que ele gosta de mim, mas tenho que aturar muitas coisas do falido casamento, como uma caneca cafona com a foto do casal. Ele não está pronto para outra ou só é preguiçoso? É preguiçoso! Homem não sabe fazer essas mudanças. A gente é que vai mudando, com jeitinho. Quando fui morar com meu primeiro marido, ele colocou uma foto da ex no escritório. Ele é fotógrafo e dizia que adorava o ângulo da foto. Eu não enxergava ângulo nenhum, só a cara dela. Aos poucos, fui trocando por fotos nossas, feitas por ele, ajudando-o a se desapegar. Quando as gavetas estiverem limpas e já com algumas coisinhas suas, quebre aquela caneca, mas compre uma surpresinha para ficar no lugar. Ele vai sacar que você estava incomodada, mas agiu de forma carinhosa. (CRC#06).*

**Ex.: 26 -** *Estou com um cara casado há dois anos e meio. O problema é que às vezes não sei se o amo de verdade ou se continuo*

*com ele por medo de não conseguir levar em frente um relacionamento normal. Nunca tive um namoro de verdade. Tenho receio de deixá-lo e nunca mais encontrar alguém. O que faço? Sua suspeita procede. Segundo a psicóloga Suzy Camacho, quem costuma enfrentar esse tipo de problema, em geral, sofre de baixa auto-estima. "São mulheres que cultivam sonhos irrealizáveis e alimentam a esperança de que o sujeito abandone a esposa ou a namorada para ficar com elas", fala. "Inconscientemente, testam o tempo todo o próprio poder de sedução, já que disputam o amado com outra." Há ainda a hipótese de essa "sina" significar medo de se entregar a uma paixão e se machucar, o que parece ser o seu caso. Suzy aconselha, antes de tudo, investir na auto-estima, conscientizando-se de que tem qualidades, de que merece ser amada. "Também não deixe de dar uma chance aos solteiros que a cercam, mesmo àqueles que, num primeiro encontro, não se mostrem tão atraentes. Converse duas, três, quatro vezes e poderá descobrir afinidades e interesses comuns." (CRN#04)*

Na carta CRC#06, a reclamante explica que está namorando um homem recém-separado. A reclamante afirma ter que enfrentar algumas questões ainda ligadas ao casamento anterior do seu parceiro, assim se questiona se seu namorado é, de fato, preguiçoso ou se não está preparado para um relacionamento novo. O conselheiro/articulista responde que, na verdade, ele é preguiçoso, posto que, para o conselheiro/articulista, nenhum homem sabe agir corretamente com essas mudanças. Com isso, a suposição da reclamante se confirma com a explicação do conselheiro/articulista.

Na carta CRN#04, a reclamante expõe que está num relacionamento com um homem casado há dois anos e meio, sem saber se o ama de verdade ou se está com ele apenas por medo de enfrentar um novo relacionamento. Para o conselheiro/articulista, a “*suspeita procede*”, isto é, o conselheiro/articulista concorda que, de fato, as pessoas que enfrentam esse tipo de problema, em geral, sofrem de baixa auto-estima, como no caso da reclamante.

Por outro lado, também observamos que a reação-resposta do conselheiro/articulista ao discurso do reclamante pode construir uma **reação de discordância**, isto é, o conselheiro/articulista responde discordando das posições autoavaliativas que o reclamante relata em sua carta.



**Ex.: 27 -** *Há seis anos namoro um rapaz dois anos mais novo que eu. Tenho 31 e ele 29. Nos conhecemos na faculdade, estamos noivos e com planos de nos casar em 2011. O meu dilema, desde o início do relacionamento, é que ele fuma maconha. No início, ao descobrir, me revoltei. Me perguntava como uma pessoa tão legal pode se deixar levar por esse tipo de coisa. Tentei convencê-lo a parar, mas foi inútil. Certo dia, experimentei um cigarro para conhecer a sensação. Hoje fumo com ele de vez em quando e até gosto, mas isso é algo que não me domina e de que não sinto falta. Já ele, precisa da maconha para ficar relaxado, alegre...Às vezes, penso que gosto mais dele quando está sob o efeito da maconha, pois fica menos sisudo. Ele tem muitos problemas familiares que o atrapalham e que ele não procura resolver. O que mais me preocupa é que fui criada para rejeitar este tipo de coisa. Sempre fui a filha certinha, a aluna “caxias”, a profissional responsável. Me pergunto como será quando nos casarmos e tivermos filhos. Qual a importância que a maconha terá em nossas vidas e como conseguiremos evitar que nossos filhos “experimentem”. Gostaria de saber sua opinião sobre isso. O problema não é a maconha, mas a dependência. Você fumou, gostou e não depende dela. O mesmo pode acontecer com os seus filhos se eles não estiverem predispostos ao vício. De acordo com o e-mail, seu namorado é dependente porque não procura resolver os problemas que tem, não encara os fatos. A origem da dependência, em geral, é o desejo de escapar à realidade da qual, aliás, o sujeito acaba se tornando vítima. Por isso, o recurso à droga é problemático. Entre os povos primitivos não era, graças à ritualização do consumo. As sociedades pré-colombianas utilizavam muitas plantas para os ritos religiosos. O tabaco, a coca e a maconha eram plantas sagradas, usadas pelos xamãs para atingir a dimensão espiritual da realidade e se comunicar com todos os seres. O consumo se dava em jejum e era acompanhado de luz e som, movimentos corporais repetidos a fim de chegar ao transe, que tornava visível o invisível e permitia entrar em contacto com os espíritos da natureza para agir sobre ela. Ao contrário do que acontece conosco, a droga estava a serviço da coletividade e encontrava nesta a sua razão de ser. Os povos primitivos também eram mais civilizados por não serem*

vítimas do individualismo e não fazerem um uso nocivo da droga. (CRV#02)

**Ex.: 28 -** *Fui criada ouvindo pai, mãe e tia dizerem que sexo era a parte mais suja do ser humano. Além de ser constantemente vigiada, só tive contato com o sexo masculino aos 15 anos, no colégio misto. Não namorei por medo de engravidar. Meu pai era machista e violento. Ameaçava me matar se eu engravidasse. Tomei horror a crianças. Ele me dizia que eu era responsável pela união da família dele e da minha mãe. Mas aos 16 anos, fui estuprada por um pai de santo, que teoricamente conseguiria resolver os problemas da família, e tomei horror aos homens. Aos 36 tive pela primeira vez uma relação sexual com meu primeiro namorado, que era tão incapaz de me dar carinho quanto meu pai e minha mãe. Sexo sem carinho eu não quero. Dá pra entender? Hoje, canto os homens e tento esquecer o carinho, mas, na hora H, minha vagina se fecha. Será que me tornei frígida ou tenho que fazer uma cirurgia para resolver esse problema? Será que devo contratar um garoto de programa? E o medo? Tornei-me médica para ver o corpo, o sexo e as pessoas de forma racional. Cuido da genitália masculina. Tenho poder sobre o pênis, mas prazer com ele eu não tenho, pois não consigo confiar no seu dono. Você escreve que “sexo sem carinho eu não quero”. E você me pergunta: “Dá pra entender?”. Eu entendi. Mas parece que não é o seu caso. Você não só teve um primeiro namorado incapaz de te dar carinho como também transa hoje com homens de quem você só se aproxima pelo sexo. Ou seja, faz o contrário do que quer, está em permanente contradição com você mesma e a vagina contraída é a expressão disso. Você diz “vem” para o outro se aproximar e não ter como chegar verdadeiramente. Sua conduta é sádica porque foi isso que você aprendeu com a sua família, que não teve por você o menor respeito. Emporcalhou o sexo com o discurso: “É a parte mais suja do ser humano” e a maternidade com a ameaça de morte. Óbvio que a solução não está na cirurgia e tampouco no garoto de programa. Ela está no discurso que você poderá reinventar se fizer análise [...]. (CRV#04).*

Nas cartas CRV#02 e CRV#04, é explícita a discordância do conselheiro/articulista em relação à posição valorativa das reclamante. Na carta CRV#02, o problema do reclamante gira em torno do uso de drogas pelo seu parceiro. Os dois têm um relacionamento há dois anos e meio e têm planos de se casarem, mas o dilema é que o parceiro é usuário de maconha. Em relação a esse problema, o conselheiro/articulista discorda que o problema real seja a maconha, e aponta que, na verdade, o problema gira em torno da dependência química: *“o problema não é a maconha, mas a dependência”*. Por meio do discurso bivocal, que retoma o discurso da reclamante (o problema é a maconha), o conselheiro/articulista enuncia seu ponto de vista (o problema é a dependência). Assim, a resposta do conselheiro/articulista se constrói como discordante em relação ao questionamento posto pela reclamante.

Em relação à carta CRV#04, há um relato/testemunho da vida sexual da reclamante e os conflitos que circundam suas relações. Ela expõe vários acontecimentos de sua vida pessoal e, ao final, questiona sobre seu medo de encarar a vida sexual atual. O conselheiro/articulista discorda da posição da reclamante, afirmando que ela se contradiz e que age de forma contrária ao que afirma procurar fazer. A discordância é marcada explicitamente pelo dizer do conselheiro: *“Mas parece que não é seu caso”*.

Além disso, podemos também observar que a reação de discordância entre conselheiro/articulista e o reclamante vem geralmente acompanhado de uma *crítica desvelada* e uma *busca de adesão* que o conselheiro/articulista apresenta em relação ao testemunho do reclamante, como nas cartas a seguir. Primeiramente, vejamos a crítica desvelada:

**Ex.: 29 -** *Há nove anos conheci meu atual marido, namoramos, fiquei grávida, casei e meu filho nasceu. Tudo isso no período de um ano. Eu era muito jovem e não estava preparada para uma mudança tão brusca. Gosto do meu marido, mas me sinto enganada. Quando éramos namorados, ele me disse que não podia ter filhos. E eu engravidei. Ele é um bom pai, eu amo o meu filho, mas não consigo me libertar da ideia de que poderia ter me casado com alguém bem melhor e com sucesso profissional. A maior parte das despesas da casa fica por minha conta e isso me irrita. Já pensei em me separar só que não tenho coragem de distanciar pai e filho. Será que vale a pena abrir mão de ser feliz com outra pessoa, para*

*evitar o sofrimento do menino? Trabalho na empresa do meu pai e eu não tenho como crescer mais nela. Meu pai privilegia meu irmão. Repugno esta atitude e até sinto ódio. Desejo trabalhar em outro local, mas como posso fazer isso se meu marido não consegue sustentar a casa? Atualmente sou infeliz no casamento e no trabalho. Tenho medo de me separar e ficar sozinha. Você acha que devo manter o casamento? Ou devo conversar com meu pai ainda que isso possa levar a uma briga na família? Vivo com esses dois dilemas. O que fazer? Já tenho 31 anos, faço terapia e não consigo resolver essas questões. Será mesmo que o seu marido a enganou ou ele não sabia que era fértil? Seja como for, você não era obrigada a se casar. Você quis isso. Em relação ao seu pai, você chega a ter ódio dele, por considerar que ele privilegia seu irmão. Tanto na relação marital como na filial você se diz injustiçada. A sua posição subjetiva é a da mulher insatisfeita e este é o 'X' da questão. Ou você sai desta posição ou nada muda. Quero dizer que a mudança não passa necessariamente por um outro casamento ou por um outro emprego. Imaginar que basta mudar de cônjuge ou de padrão para mudar de vida é um engano. Você não consegue se libertar da ideia de que poderia ter se casado com alguém "bem melhor". Ou seja, é presa de uma fantasia inconsciente cuja razão precisa ser decifrada. O primeiro passo é este. Mesmo porque a pessoa "bem melhor" com quem você seria feliz não apareceu e você não quer separar o pai do filho, e nisso tem toda razão. Claro que você deve conversar com seu pai. Se for um diálogo sem ódio, não há motivo para briga. Tudo dependerá do modo como você se colocar, do tom e das palavras. (CRV#03)*

**Ex.: 30 -** *Há mais de um ano, tenho uma grande amizade com um colega de trabalho, que me estendeu a mão quando fiquei muito mal por ter terminado a relação com meu ex-namorado. Embora eu seja discreto quanto ao fato de ser gay, me senti à vontade para compartilhar a minha dor com o colega. Ele não tem preconceito e me deu força nos momentos difíceis. Sou muito grato. Só que agora eu o desejo e fico imaginando mil estratégias para conquistá-lo. Sempre desisto porque ele é hetero, noivo inclusive. Estou entre "a cruz e a espada". Um lado meu quer seduzi-lo, um*

*outro teme estragar a relação de amizade. Me apaixonei pelo amigo. O que fazer? Tentar arrumar um novo namorado logo ou investir nele? Sei que esta seria a opção mais difícil e escrevi com o coração pulsando a mil. A relação entre amigos não envolve sexualidade e o seu sentimento não é o do amor verdadeiro. Porque, neste sentimento, o respeito pela liberdade do outro é fundamental e a liberdade envolve a vocação sexual da pessoa. Se o homem a quem você é tão grato é hétero e quer se casar, insistir na paixão é contrariar a vocação dele. A cada estratégia que você imagina, você o desrespeita. Sei bem que qualquer um pode se surpreender desejando um outro cujo sexo não é aquele para o qual pende habitualmente. Também sei que a sedução pode ser uma forma de violência, mas o que caracteriza a relação entre os verdadeiros amantes é a delicadeza. Você que sabe da gratidão é um homem delicado. Entendo que o seu coração pulsasse quando me escreveu, porque o ato de transgredir pode ser excitante. Só que isso não justifica ir em frente, fazer o possível e o impossível para seduzir quem não tem preconceito contra a homossexualidade, mas tem preferência por um parceiro de outro sexo. Melhor não correr o risco de atolar num beco sem saída. Sei de uma mulher que transou com outra pela internet imaginando que se tratasse de um homem. Ao descobrir que havia transado com pessoa do mesmo sexo, ficou frustradíssima, teve muito ódio e rompeu. Viver não é fácil e se torna mais difícil quando a contenção é impossível. (CRV#06).*

Na carta CRV#03, a reclamante expõe que está insatisfeita com seu casamento e com sua vida profissional. A reclamante explica que tem um marido que pouco ajuda nas despesas de casa e que ela trabalha na empresa do pai que, nas rotinas profissionais, privilegia seu irmão. O conselheiro/articulista avalia a carta e reage criticando a reclamante, afirmando que ela não era obrigada a se casar e, se o fez, é porque realmente assim o desejou. Além disso, o conselheiro/articulista explica que mudar essa situação não implica casar-se novamente ou conseguir um novo emprego, como supõe a reclamante, mas mudar sua visão de insatisfação com a vida.

Na carta CRV#06, o reclamante explica que se apaixonou pelo colega de trabalho, contudo este é heterossexual e o reclamante, homossexual. O problema gira em torno da dúvida em investir no colega

ou em encontrar outro namorado. O conselheiro/articulista critica o fato exposto pelo reclamante, afirmando que este supostamente tem um sentimento “falso” pelo colega, posto que, para o conselheiro/articulista, uma verdadeira amizade não envolve desejos sexuais.

O conselheiro/articulista, ao responder em discordância com discurso do reclamante, apresenta sua resposta apoiada também na *busca de adesão*, isto é, parece haver uma procura de aproximação (construção de elos íntimos) do conselheiro/articulista em relação ao reclamante antes de sua discordância, como nas cartas a seguir:

**Ex.: 31 - *Gostaria de uma simpatia para meu namorado parar de sair com os amigos e vir mais atrás de mim. Essa foi boa, amiga. Tal simpatia não existe... Mas por que deseja que seu namorado pare de sair com os amigos? Manter os próprios interesses faz bem à relação, desde que haja equilíbrio. Você mesma deve também ter sua vida, sair com a turma vez ou outra, fazer um curso, ir ao cinema sem ele. Isso só a tornará mais interessante aos olhos do moço, sabia? E aí, sim, ele virá atrás de você. (CRN#08)***

**Ex.: 32 - *Adoraria possuir muitas roupas, sapatos e bolsas, mas não consigo. Ganho pouco e, como moro sozinha, banco todas as despesas da casa. Aí, fico com inveja das minhas amigas que estão sempre na moda. Vivo frustrada por não ter algo novo para vestir. Acho todo o meu armário feio e cafona! Com isso, minha vida social se torna monótona. Não vou a festas badaladas por falta do que usar, frequento sempre os mesmos lugares, encontro as mesmas pessoas... O que fazer? Minha cara, será mesmo que o seu problema é ter um guarda-roupa, como você diz, feio e cafona? Sapatos, bolsas e acessórios da moda são suficientes para garantir uma vida social agitada? Vamos investigar. (CRN#02)***

Na carta CRC#04, o conselheiro/articulista se dirige à reclamante chamando-a de “amiga”, que junto com outros marcadores conversacionais (Cf. seção 5.2.1) marcam enunciativamente a proximidade que aquele tenta estabelecer, para depois discordar. O conselheiro/articulista busca responder à carta da reclamante com um tom de proximidade, como se estivesse procurando criar um “elo pessoal” com ela. A carta CRN#02, por sua vez, também traz uma busca de elos de adesão do conselheiro/articulista em relação à

reclamante. Ele se dirige à reclamante como “*minha cara*”, para, ao final, discordar do problema apresentando.

O que podemos entender é que o conselheiro/articulista visa construir elos mais pessoais/íntimos entre ele e o reclamante, para depois apresentar seu dizer discordante. Parece procurar por adesão e, com isso, reage de forma pessoal aos já-ditos do reclamante. Assim, como vimos nas cartas acima, a reação-resposta de discordância é ratificada pela crítica desvelada (CRV#03; CRV#06) e pela busca de elos de adesão (CRN#08; CRN#02).

Com base na análise das cartas acima, podemos compreender que nas reações-respostas de discordância apoiada na crítica desvelada e na busca por elos de adesão, o conselheiro/articulista apresenta-se sempre de forma impositiva como se, através das críticas, estivesse, também, impondo ordens. A crítica e a proximidade (adesão), por assim dizer, *mascaram* o direcionamento impositivo e, de certa forma, funcionam como um pano de fundo para a ordem do conselheiro/articulista, isto é, a crítica e a busca por proximidade são desveladas, mas a imposição é velada. Assim, entendemos que a reação de discordância apoiada na crítica desvelada e na busca por elos de adesão é mais enfática e mais impositiva, como se o conselheiro/articulista estivesse ordenando ou impondo uma determinada forma de agir. A reação-resposta de discordância apoiada na crítica desvelada e na procura por elos de proximidade, dessa forma, acaba por ser entendida como uma avaliação direta do conselheiro/articulista e um direcionamento impositivo para os problemas do reclamante.

Em termos gerais, ora o conselheiro/articulista concorda com o reclamante, ora discorda com as suspeitas deste. Contudo, constatamos que há uma maior ocorrência de cartas de conselhos que discordam da posição do reclamante. Assim sendo, compreendemos que o conselheiros/articulista acaba por, na maioria das vezes, discordar dos reclamantes como uma forma de reforçar sua autoridade, ou seja, ao discordar o conselheiro/articulista acaba por reiterar sua posição de especialista no assunto, desautorizando o reclamante a achar as respostas sozinho. É o conselheiro quem “pode” explicar a verdadeira razão do problema.

Ao discordar, o conselheiro/articulista se coloca como o *expert* no assunto, como o único a saber, dos motivos e das reais razões dos problemas dos reclamantes. A discordância reitera a posição de autoridade e reforça o *ethos* de credibilidade do conselheiro/articulista. Assim, nas cartas de conselhos é mais comum o conselheiro/articulista discordar do reclamante do que concordar com as explicações ou

autoavaliações que este faz de seus problemas. Em termos gerais, a reação-resposta ao já-dito do reclamante constitui-se como a orientação apreciativa do conselheiro/articulista, à medida que é através dessa relação dialógica que este vai construindo seu dizer, tecendo seu conselho, orientado para a reação-resposta de concordância ou discordância.

Além da relação dialógica para os já-ditos do reclamante, a carta de conselhos também se constrói orientada para as reações do público-leitor em geral da revista, haja vista que todo enunciado se encontra dirigido ao interlocutor e a sua resposta e, no caso da carta de conselhos, o leitor é também interlocutor desse gênero. Com isso, neste momento, perguntamo-nos: como o conselheiro/articulista, ao responder ao reclamante, se orienta também para os leitores da revista?

Entendemos que, enquanto na relação dialógica com os enunciados do reclamante tínhamos a presença de reações-respostas de concordância e de discordância, na orientação do conselheiro/articulista para o leitor-previsto da revista e sua contrapalavra (o que inclui a reação-resposta do reclamante como um leitor da revista), os enunciados pré-figurados, em termos bakhtinianos, temos reações que se constroem como uma projeção de *representação social*, isto é, o dizer do conselheiro/articulista se constrói a partir do dizer do reclamante, mas este, na revista, passa a funcionar como um representante social do leitor. Dessa forma, a resposta do conselheiro/articulista se orienta também para essa projeção do reclamante como um representante social do conjunto de leitores previstos da revista, pois, como explica Bakhtin (2003[1979], p. 302), “ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário [...]. Essa consideração irá determinar também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, [...] o estilo do enunciado.”

Nas cartas analisadas, não há nenhum direcionamento explícito ao leitor da revista *online*, mas ele está lá, como que representado pelo reclamante. Essa representação social constitui-se como resultado das próprias condições sociais de interação da carta de conselhos: a esfera jornalística, mais precisamente o jornalismo de revista *online*, como instituição que intermedeia a relação entre o reclamante, o conselheiro/articulista e o público-leitor em geral. Esse leitor funciona como uma platéia que assiste aos testemunhos do reclamante e aos conselhos dados pelo conselheiro/articulista.

Como já dito, o leitor se caracteriza como um telespectador do diálogo encenado entre o reclamante e o conselheiro/articulista. Ele não



está marcado linguisticamente na carta, mas sem dúvida está previsto na situação de interação. A partir disso, podemos entender que, além das relações dialógicas com os já-ditos do reclamante, o conselheiro/articulista também constrói o seu dizer orientado para os enunciados pré-figurados do público-leitor da revista, representado socialmente pelo reclamante. Em outras palavras, no caso do gênero *carta de conselhos*, o conselheiro/articulista responde ao reclamante, mas potencialmente ao público-leitor em geral da revista, à medida que a esfera jornalística medeia a situação de interação e o reclamante, portanto, atua como um representante do público-leitor previsto.

Assim, em termos gerais, a análise dos dados demonstrou que o discurso do reclamante projeta diferentes sentidos, como de exposição íntima em domínio público, de uma (auto)exposição mascarada e individualizada, além da construção encenada de um suposto diálogo entre reclamante e conselheiro/articulista. Além disso, o conselheiro/articulista ora reage em concordância, ora em discordância com a carta do reclamante.

Ainda, podemos dizer que ao responder ao reclamante, o conselheiro/articulista constrói seu dizer repleto de dizeres outros, à medida que, como afirma Bakhtin (1998[1975, p. 86, grifos do autor), “[...] entre o discurso e o objeto [deste discurso, neste caso, o reclamante e seu dizer], interpõe-se um meio flexível, frequentemente difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos ‘alheios’ sobre o mesmo objeto [...]”. A partir disso, na próxima seção, analisamos como o conselheiro/articulista elabora sua carta de conselhos “evocando” outros discursos já-ditos.

### **5.1.3 O enquadramento de discursos outros no enunciado do conselheiro/articulista: os já-ditos e os pré-figurados**

Para Bakhtin (2008a[1929]), como já discutido (Cf. seção 2.4), as relações com o enunciado do outro podem penetrar no âmago do enunciado, chocando-se dialogicamente duas vozes; podem se realizar na relação entre dialetos sociais, estilos de linguagem, desde que esta relação seja compreendida como certa cosmovisão da linguagem; e, por último, as relações dialógicas são possíveis na própria enunciação como um todo, com partes isoladas do todo ou com apenas uma palavra isolada nele (desde que represente o todo de um enunciado). Nesta seção, nossa discussão centra-se na reenunciação de discursos já-ditos e

de discursos pré-figurados nas respostas do conselheiro/articulista. Nosso foco, dessa forma, está nas relações entre enunciados integrais ou mesmo com partes isoladas (mas entendidas como enunciados integrais), procurando perceber onde se chocam dialogicamente duas posições semântico-valorativas. Sobre o enquadramento do discurso do outro, Bakhtin explica que

[...] por maior que seja a precisão com que é transmitido, o discurso de outrem incluído no contexto sempre está submetido a notáveis transformações de significado. O contexto que avoluma a palavra de outrem origina um fundo dialógico cuja influência pode ser muito grande. Recorrendo a procedimentos de enquadramentos apropriados, pode-se conseguir transformações notáveis de um enunciado alheio, citado de maneira exata. O polemista inescrupuloso e hábil sabe perfeitamente que fundo dialógico convém dar às palavras do adversário, citadas com fidelidade, a fim de lhes alterar o significado. [...] A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que o enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso (BAKHTIN, 1998[1975], p. 141).

Inicialmente, podemos dizer que é a carta do reclamante a primeira reenunciação e o primeiro enquadramento do discurso do outro na carta de conselhos (Cf. seção anterior). Contudo, além da intercalação da carta do reclamante, entendemos que **o conselheiro/articulista, a fim de validar seu ponto de vista, reenuncia outros discursos já-ditos, que funcionam como elos autorais**. Em outras palavras, o conselheiro/articulista interage com enunciados de outrem, como de médicos e cientistas ou de outros conselheiros/articulistas (que escrevem cartas na mesma revista) para validar seus conselhos e, a partir disso, compartilhar a autoria.

Com o discurso do outro em sua resposta, o conselheiro/articulista constrói uma imagem do outro como aliado, dividindo a responsabilidade de seu conselho, isto é, cria-se uma aliança ou, por assim dizer, um cooperativismo autoral: o conselheiro/articulista

não é o único a pensar dessa forma, mas também o outro citado assim pensa. Há um suporte do outro na validação da resposta. O outro acaba por participar como um co-autor, um parceiro na resposta dada ao reclamante.

Assim, ao se utilizar do discurso do outro para validar seu ponto de vista, o conselheiro/articulista investe nas estratégias de compartilhamento do conselho dado, à medida que procura um aliado no outro. O enquadramento do discurso já-dito de outrem como forma de validar os conselhos, portanto, ratifica a ideia de engajamento e de cooperação do outro na autoria (co-autoria discursiva) da carta de conselhos. O discurso já-dito do outro valida o ponto de vista do conselheiro/articulista e autoriza o outro a ser parceiro do conselheiro/articulista nesta empreitada de responder publicamente sobre problemas particulares do reclamante. Vejamos nas cartas a seguir:

**Ex.: 33 -** *Tenho um namorado maravilhoso, nosso relacionamento é excelente. Porém, ele me traiu. Confessou a traição, mas implorou para que eu continue com ele. Eu o amo muito, então resolvi dar uma chance, mas está sendo muito difícil aceitar tudo isso. O que vocês me dizem?. Para o psiquiatra e colunista de NOVA Paulo Gaudêncio, ele pode voltar a ser fiel, desde que tenha uma motivação. "O instinto sexual precisa de novidade. Sendo assim, ser monógamo frustra uma necessidade natural. E aí, para eu aceitar uma frustração, preciso ter uma compensação. Seu namorado mudará de atitude ao ver vantagem em não passar mais pelo castigo de ser descoberto, em agradar a mulher amada, em investir em uma relação..." O Dr. Gaudêncio acrescenta que o que faz homens comprometidos traírem com tanta facilidade é a certeza da impunidade. Você decidiu dar a ele uma segunda chance. [...] No mais, é importante que o casal avalie a situação e tome essa decisão em conjunto. "Então, o que tem a fazer é superar a história e seguir em frente", aconselha a psicoterapeuta Alina Discepolo Barone. (CRN#03).*

**Ex.: 34 -** *Como peço carinho e atenção ao meu marido? Temos uma ótima vida sexual, mas às vezes me sinto sozinha. Que tal admitir que precisa de carinho? Pare de perder tempo ficando na sua, só para não se mostrar frágil, quando está louca para receber uma massagem ou para deitar no colo do*

*seu amor. Segundo especialistas em relacionamentos, homens nasceram para ajudar — ou seja, se disser do que precisa, ele se prontificará a satisfazê-la. Além do mais, eles costumam demonstrar carinho com atitudes, e não com palavras. Então, repare no jeito dele de ser atencioso. Observe, por exemplo, se tenta animar você ao perceber que está estressada, se nunca se esquece de comprar aquilo de que gosta na ida ao supermercado. (CRN#07).*

**Ex.: 35 - Tornei-me uma pessoa que não acredita no amor. Talvez por nunca ter encontrado alguém que me amasse de verdade. Aprendi a me amar e amar os animais, mas, em relação aos homens, esse sentimento não brota mais. Já me apaixonei várias vezes e só sofri com isso. [...] Não corto a relação, não me liberto. Desejo ser livre, conhecer homens apenas para me divertir, sem compromisso, sem me apegar... Só que tenho medo de ficar sozinha. Como faço para realizar o desejo de ser livre? Ter se apaixonado não quer dizer ter amado. O mais provável é que você não tenha amado ninguém de verdade. [...] Um bom exemplo disso é o romance de Laclos, Ligações Perigosas. Você pode ler ou assistir ao filme - de tão bom, o texto teve mais de uma adaptação para o cinema. O libertino se envolve porque o amor é a nossa vocação primeira, a vocação dos mortais. Faz a eternidade soar e assim suspende a morte. Nada nos satisfaz mais. Daí talvez o poema de Drummond:**  
*Que pode uma criatura senão, entre criaturas, amar?*  
*Amar e esquecer, amar e malamar, amar, desamar, amar*  
*Sempre, e até de olhos vidrados, amar? (CRV#05).*

Na carta CRN#03, a reclamante procura por conselhos sobre a traição de seu parceiro. O parceiro trai, mas pede à reclamante para continuar o relacionamento. A reclamante pretende dar uma segunda chance, mas antes deseja receber conselhos de um “especialista”. O conselheiro/articulista, ao responder à remetente, reenuncia os enunciados do psiquiatra e columnista Paulo Gaudêncio (“O instinto sexual precisa de novidade. [...] O Dr. Gaudêncio acrescenta que o que faz homens comprometidos traírem com tanta facilidade é a certeza da impunidade.”), e da psicoterapeuta Alina Discepolo Barone. Assim sendo, Dr. Gaudêncio e Alina Barone compartilham com o conselheiro/articulista a responsabilidade pelo conselho dado a partir do

elo autoral, que se constrói com o enquadramento de suas vozes no discurso do conselheiro/articulista.

Na carta CRN#07, a reclamante solicita ajuda ao conselheiro/articulista para seu relacionamento conjugal e sua procura por carinho e atenção de seu cônjuge. O conselheiro/articulista valida seu ponto de vista introduzindo a voz de um especialista na área, explicando que, tradicionalmente, os homens nasceram para ajudar suas esposas: “*Segundo especialistas em relacionamentos, homens nasceram para ajudar — ou seja, se disser do que precisa, ele se prontificará a satisfazê-la.*” Com o enunciado do outro, o conselheiro/articulista valida seu ponto de vista e busca convencer a reclamante a aceitar suas conclusões a respeito do problema apresentado, legitimado por “especialistas” no assunto. Dessa forma, o conselheiro/articulista e os “*especialistas em relacionamentos*” trabalham discursivamente em conjunto na apresentação do conselho dado para a reclamante. As vozes dos “*especialistas em relacionamentos*” se conjugam à voz do conselheiro/articulista e todos trabalham colaborativamente.

A carta CRN#05 traz o problema da reclamante em não conseguir se apaixonar novamente. Ela diz que deseja apenas divertir-se sem relacionamentos sérios e duradouros. O conselheiro/articulista reenuncia o enunciado do outro na procura por convencer a reclamante com seus conselhos, validando-os com versos do poeta Carlos Drummond de Andrade. Com isso, o conselheiro/articulista e Drummond criam uma parceria autoral no conselho apresentado. O conselheiro/articulista reenuncia a voz de Drummond, não apenas validando seu ponto de vista em relação ao problema da reclamante, como, a partir desse enquadramento, constrói um elo de autoria entre seu discurso e o discurso do poeta.

A partir disso, podemos entender que a reenunciação do discurso do outro funciona como um cooperativismo autoral, à medida que o conselheiro/articulista procura, por meio da voz de outrem e seu já-dito, o reconhecimento de que seu conselho seja válido, como visa compartilhar a autoria do conselho. Há, de fato, uma busca por um discurso outro que se conjugue à autoridade discursiva do conselheiro/articulista. O outro compartilha, supostamente, com o conselheiro/articulista da mesma opinião em relação à questão proposta pelo reclamante e ambos, ao final, trabalham cooperativamente para convencer o reclamante.

Além disso, **o conselheiro/articulista, a fim de validar seu ponto de vista, enuncia e enquadra discursos pré-figurados (discursos possíveis) do reclamante, que, por sua vez, funcionam**

como encenações discursivas da (possível) reação-resposta do reclamante em relação ao seu próprio problema, isto é, o reclamante envia seu problema e o conselheiro/articulista responde, utilizando-se de enunciados pré-figurados do reclamante como uma possível forma desejável deste reagir ao problema exposto. Vejamos nas cartas a seguir:

**Ex.: 36 -** *Tenho 34 anos e sonho em ter filhos, mas meu marido já tem três de outro relacionamento e não quer mais. Às vezes, penso em sabotar nosso método contraceptivo e dizer simplesmente que "falhou". Ele adora crianças e tenho certeza de que, depois, ficará tudo bem. É muito desleal da minha parte? Claro que é desleal, né, amiga? A mesma deslealdade que seria se ele fizesse uma vasectomia sem nem consultá-la. Afinal, a vida reprodutiva de um casal é decisão... do casal. Mas, se você quer engravidar e já deixou claro, não tem por que continuar com essa onda de? nosso método?. Quem não quer é ele? Então ele que se cuide, ué. Sugiro avisá-lo: "Olha, querido, eu quero muito engravidar. Se você realmente não quer, fique à vontade, mas quem vai ter que se preocupar com isso agora é você". Não é mais justo? (CRC#04).*

**Ex.: 37 -** *Sou cuidadosa com meu dinheiro: nunca gasto mais do que ganho, programo viagens com antecedência para conseguir bons preços, não compro roupa por modismo. Minhas amigas dizem que sou prevenida demais e insinuem pão-durismo. Fico surpresa, porque considero a minha postura correta. E, no fundo, me sinto incomodada com os comentários. Lembra a fábula da formiga e da cigarra? No verão, a primeira trabalhou duro e armazenou mantimentos para o inverno. Sorria e pense: "Que pena, essa gente não sabe o que faz". Tenho, porém, a impressão de que você guarda dentro de si uma cigarra meio reprimida [...]. (CRN#01).*

No exemplo da carta CRC#04, temos a reclamante com problemas conjugais, especificamente em relação à (im)possibilidade de ter filhos. O caso é que o marido já possui filhos em outro casamento e não deseja ter mais. A reclamante tem pensado em sabotar os métodos contraceptivos e informar ao seu cônjuge que houve uma falha: *"Tenho 34 anos e sonho em ter filhos, mas meu marido já tem três de outro*

*relacionamento e não quer mais. Às vezes, penso em sabotar nosso método contraceptivo e dizer simplesmente que 'falhou'.*” O conselheiro/articulista projeta uma encenação discursiva da possível reação-resposta da reclamante frente ao seu problema: *Sugiro avisá-lo: "Olha, querido, eu quero muito engravidar [...]."* Em outras palavras, o conselheiro/articulista encena o que a reclamante deveria fazer em relação ao seu próprio problema, antecipando seu discurso de resposta, procurando convencê-la do conselho dado.

Já na carta CRN#01, a reclamante se diz cuidadosa com o seu dinheiro, mas se sente incomodada com os comentários das amigas em relação a sua atitude de extrema preocupação com as finanças. Para responder à questão, o conselheiro/articulista explica a inexistência de simpatias para o caso e sugere que a reclamante mantenha um equilíbrio entre os interesses particulares e os interesses do casal. Ao final de sua resposta, o conselheiro/articulista projeta a possível reação responsiva da reclamante em relação ao problema pessoal que relata, solicitando a ela que sorria e pense: “[...] *“Que pena, essa gente não sabe o que faz.”*”

O que podemos entender é que a enunciação do discurso pré-figurado do reclamante na carta de conselhos funciona como uma encenação do discurso do reclamante, isto é, o conselheiro/articulista visa antecipar a reação-resposta do reclamante em relação ao seu próprio problema por meio de projeções de sua [do reclamante] possível contrapalavra. Em outras palavras, na validação dos pontos de vista do conselheiro/articulista por meio da enunciação do discurso pré-figurado do reclamante, o conselheiro/articulista projeta encenações orientadas da reação-resposta deste para seu próprio problema, procurando convencê-lo do aconselhamento dado. Assim, ao procurar responder ao reclamante, orientando-o para o conselho visado, o conselheiro/articulista antecipa o discurso da reclamante, apresentando o direcionamentos do que dizer/fazer em relação ao que expõe.

Em termos gerais, observamos que na carta de conselhos, o conselheiro/articulista, com o objetivo de validar seu discurso, ora reenuncia discursos já-ditos, ora enuncia discursos pré-figurados. Com a reenunciação de discursos já-ditos, o conselheiro/articulista constrói elos autorais consubstanciados pela voz do outro. Por outro lado, com a enunciação do discurso pré-figurado do reclamante, constrói encenações discursivas de antecipação da reação-resposta do reclamante em relação ao seu próprio problema.

#### 5.1.4 Movimentos dialógicos de avaliação do conselheiro/articulista em relação ao discurso do reclamante

Nas seções anteriores, analisamos o discurso do reclamante intercalado na carta do conselheiro/articulista e a reação-resposta deste em relação aos problemas daquele. Além disso, procuramos entender como o conselheiro/articulista se utiliza de discursos outros em seus conselhos e que sentidos e ações esses discursos constroem na resposta do conselheiro/articulista. Nesta seção, por sua vez, objetivamos compreender como se constroem os movimentos dialógicos avaliativos do conselheiro/articulista em relação aos problemas do reclamante. Em outras palavras, desejamos responder a questão: considerando o que já discutimos nas seções anteriores, como o conselheiro/articulista avalia os problemas expostos pelo reclamante?

Nas cartas de conselhos encontramos diferentes tons avaliativos, que são construídos por movimentos dialógicos de reação ao enunciado do reclamante. Primeiramente, interpretamos que há um movimento dialógico de **avaliação por analogia**, ou seja, um tom avaliativo que se apresenta nas cartas por meio de comparações. Vejamos esse movimento por analogia nas cartas abaixo:

**Ex.: 38 -** *Sou cuidadosa com meu dinheiro: nunca gasto mais do que ganho, programo viagens com antecedência para conseguir bons preços, não compro roupa por modismo. Minhas amigas dizem que sou prevenida demais e insinuem pão-durismo. Fico surpresa, porque considero a minha postura correta. E, no fundo, me sinto incomodada com os comentários. Lembra a fábula da formiga e da cigarra? No verão, a primeira trabalhou duro e armazenou mantimentos para o inverno. A segunda só se divertiu e, por isso, não teve o que comer no frio. Me parece que você é uma formiga, preocupada em manter a sua despensa sempre cheia — o que eu considero uma postura ajuizada. Como as cigarras não agem assim, sentem uma ponta de inveja na hora do aperto e a acusam de pão-durismo. Se você está tranqüila sendo como é, não se abale com as críticas. Sorria e pense: “Que pena, essa gente não sabe o que faz”. Tenho, porém, a impressão de que você guarda dentro de si uma cigarra meio reprimida. Não é à toa que, quando as pessoas a chamam de mão-de-vaca, acabam encontrando um cúmplice na sua própria*



*cabeça. Analise se minha tese é verdadeira. Se for, respeite seu jeito formiga de ser, mas adote um pouco do espírito cigarra. Permita-se fazer algo sem juízo de vez em quando. (CRN#01)*

**Ex.: 39 - *Estou namorando um homem recém-separado. Sei que ele gosta de mim, mas tenho que aturar muitas coisas do falido casamento, como uma caneca cafona com a foto do casal. Ele não está pronto para outra ou só é preguiçoso? Comprar uma casa já usada é sempre um problema, pois trará detalhes do antigo morador. O importante é você ir fazendo a reforma aos poucos. A arquiteta é você, e o talento para realizar a melhoria não virá de outro lugar. Meu pai era construtor e dizia sempre que é melhor construir que reformar. Mas nada impede que a reforma valha a pena. Uma coisa é certa: vai dar trabalho. Aos poucos e com jeito você vai fazendo as suas mudanças. Se o pedreiro for preguiçoso, dê uma acelerada no andamento. A arquiteta pode exigir.* (CRC#06)**

Na carta CRN#01, o conselheiro/articulista se dirige à reclamante como “[...] *uma formiga preocupada em manter a sua despensa sempre cheia [...]*.” Ao invés de apresentar diretamente sua avaliação do problema exposto pela reclamante, o conselheiro/articulista se utiliza de procedimentos analógicos na avaliação. Por meio da analogia, avalia a reclamante a partir da relação entre dois universos discursivos: não ser uma “formiga” (cuidadosa demais), mas ser uma “cigarra” (desajuizada, às vezes). O conselheiro/articulista apresenta a analogia construída à luz do universo valorativo da fábula.

Já na carta CRC#06, semelhante à carta acima, o conselheiro/articulista se dirige à reclamante como uma suposta “arquiteta”, fazendo uma analogia entre a reforma da relação e a reforma de uma casa. A reclamante tem problemas com seu namorado recém-separado de outra relação e o conselheiro/articulista avalia a situação da reclamante por meio da analogia: a analogia da reclamante com uma “arquiteta” e seu namorado com um “pedreiro”, salientando que “[...] *se o pedreiro for preguiçoso, dê uma acelerada no andamento. A arquiteta pode exigir.*” Nessa carta, o conselheiro/articulista constrói a analogia a partir do universo discursivo da construção civil.

Podemos entender que na avaliação por analogia o conselheiro/articulista se utiliza da forma velada para aconselhar o reclamante. Ao invés de “ir direto ao ponto”, constrói seu enunciado

resposta por meio de analogias que, de certa forma, amenizam uma avaliação mais direta do problema e a proposição de uma resposta impositiva para esse problema.

Há, além da analogia, o movimento dialógico de **avaliação por convergência**. Esse movimento diz respeito à convergência entre autoavaliação do reclamante quanto ao seu problema e a resposta apreciativa do conselheiro/articulista, ou seja, o conselheiro/articulista avalia o problema do reclamante de forma convergente ao modo como o reclamante avalia seu próprio problema. Vejamos nas cartas a seguir:

**Ex.: 40 -** *Estou entrando em depressão! Meu namorado foi casado por muito tempo e a ex-mulher dele é linda, modelo, corpo perfeito. Eu sou bonita, mas normal. Estou até pensando em terminar, porque não consigo viver à sombra de tanta beleza. Como ele pode ter esquecido uma mulher tão maravilhosa quanto a ex? Me ajudem! Segundo o psiquiatra e colunista de NOVA Paulo Gaudencio, you sofre exatamente do mesmo problema que o tímido. Enquanto ele, toda vez que abre a boca, sonha ser profundo e interessante, você talvez deseje ser uma combinação da atriz Angelina Jolie com a modelo Gisele Bündchen sempre que surge em público. Cobra de si mesma a perfeição total. Provavelmente aprendeu na infância que, para merecer o amor de alguém, precisava ser excepcional. O resultado é que vive em busca desse ideal. Quem coloca você para baixo é seu ego idealizado superexigente. Procure diminuir o alto nível de expectativa e aspiração, de censura e julgamento. E já parou para pensar no que significa ser atraente? Ser bonita é mais do que um conceito puramente estético. É ser também inteligente, competente. (CRN#10)*

**Ex.: 41 -** *Pela internet, me relacionei com um cara que se descrevia como "moreno, alto, sarado" e que, num encontro cara a cara, era baixinho, franzino e...bem, nem me animei a investigar se o corpo era sarado. Não disse nada, mas fiquei furiosa. Se topa com outro mentiroso na web, posso desancar o cara? A internet propicia essas falcatuas, faz parte do jogo. Ele deve ter pensado que você reza pela cartilha do "mentiras sinceras me interessam" e que se surpreenderia ao descobrir que o baixinho franzino era um cara legal. Mas é uma frustração, reconheço. Só que não é*

*caso de desancar ninguém é raro alguém se apresentar dizendo: "Eu ronco, tiro meleca do nariz, não abro a porta do carro, sou totalmente sem graça". Na hora de se autodescrever, o pessoal incrementa os dotes na maior cara-de-pau. Na próxima vez, saia de casa com uma boa reserva de humor e, se o sujeito for mesmo "moreno, alto e sarado", aleluia! (CRC#03)*

**Ex.: 42 -** *Tenho 27 anos e estou casada há três com um homem de 30 que nunca me procura. Sou bonita, ando bem arrumada e tenho certeza de que sou desejável. Ele também é vaidoso, pratica jiu-jitsu e sei que não me trai. Nossos amigos acham que ele é gay. Como fazê-lo confiar em mim e me contar o que se passa? Aliás, o que se passa? Estranho mesmo. Vocês são casados há pouco tempo, era para a relação ainda estar dando um belo caldo. Mas vem cá... E quando namoravam? Era diferente? Ele era um übersexy com você ou já dava sinais de desinteresse? Bom, não há outra saída a não ser uma conversa franca. Dê a ele a certeza de que você o ouvirá deixando de lado sua porção "juíza" (que todas nós temos). Não o ameace, não o critique de antemão, apenas ouça. Se ele não destravar, sugira uma terapia. E, se nada disso funcionar, não se acomode, pense no seu futuro. Sexo não é algo desprezível numa relação, você sabe. (CRC#02)*

Na carta CRN#10, a reclamante relata que está entrando em depressão por não se achar tão linda e atraente quanto a ex-mulher de seu atual namorado. Ela inclusive afirma que está pensando em terminar o relacionamento, pois “[...] não consegu[e] viver à sombra de tanta beleza.” O conselheiro/articulista avalia o problema de forma convergente com o discurso da reclamante: “*Você sofre exatamente do mesmo problema que o tímido [...].*” Ao afirmar que a reclamante “sofre”, ele a está avaliando de maneira convergente com a própria autoavaliação dela: “*Estou entrando em depressão!*”

Já na carta CRC#03, a reclamante relata sua experiência em relacionar-se com “caras” pela internet. Ela relata estar frustrada por nunca encontrar homens que são fisicamente iguais ao modo como se descrevem na web. O conselheiro/articulista responde à reclamante (“*A internet propicia essas falcatuas, faz parte do jogo.*”) de forma convergente a sua constatação [da reclamante]: “topar com mentirosos na internet.”

No exemplo da carta CRC#02, a reclamante expõe que há três anos está casada com um homem que nunca a procura sexualmente: *“Tenho 27 anos e estou casada há três com um homem de 30 que nunca me procura.”* O conselheiro/articulista, ao responder a carta, constrói seu discurso de forma convergente com a avaliação que a reclamante faz de seu problema, declarando: *“Estranho mesmo.”*

Por outro lado, observamos que, além do movimento de avaliação por convergência, há na carta de conselhos um movimento dialógico de **avaliação por divergência**. Este se caracteriza como um movimento dialógico avaliativo a partir do qual o conselheiro/articulista avalia o problema do reclamante de forma divergente do modo como o próprio reclamante se autoavalia.

**Ex.: 43 -** *Tenho 34 anos e sonho em ter filhos, mas meu marido já tem três de outro relacionamento e não quer mais. Às vezes, penso em sabotar nosso método contraceptivo e dizer simplesmente que "falhou". Ele adora crianças e tenho certeza de que, depois, ficará tudo bem. É muito desleal da minha parte? Não faça isso. Filho não pode ser uma decisão solitária. A vida a dois é experiência de decisão partilhada! Tenho certeza de que você não fica feliz quando ele toma decisões importantes sem a sua opinião. Jogue limpo. É o melhor jeito de ganhar. (CRC#04).*

**Ex.: 44 -** *Namorei um rapaz dominado pela mãe. Chegamos a ponto de ela voltar tarde para casa só para ele tomar conta do irmão caçula e não sair comigo! Quando reclamei dela, ele terminou. Como lidar com alguém que não enxerga? Não queira se impor sobre o vínculo. Você vai perder. Freud já explicou tudo sobre isso. É o elo mais duradouro que trazemos na alma. É possível, porém, minimizar os poderes do vínculo, mas nunca batendo de frente. Seja ardilosa. Se com a mãe prevalece a prisão, ofereça um pouco de liberdade. Tenho certeza de que o prato que você lhe estenderá é bem mais saboroso. Mas não se engane: o trabalho será grande! (CRC#07)*

**Ex.: 45 -** *Tenho um namorado maravilhoso, nosso relacionamento é excelente. Porém, ele me traiu. Confessou a traição, mas implorou para que eu continue com ele. Eu o amo muito, então resolvi dar uma chance, mas está sendo muito difícil*

*aceitar tudo isso. O que vocês me dizem? Não é porque seu namorado não resistiu uma vez que está fadado a ser um eterno galinha. Para o psiquiatra e colunista de NOVA Paulo Gaudencio, ele pode voltar a ser fiel, desde que tenha uma motivação. "O instinto sexual precisa de novidade. Sendo assim, ser monógamo frustra uma necessidade natural. E aí, para eu aceitar uma frustração, preciso ter uma compensação. Seu namorado mudará de atitude ao ver vantagem em não passar mais pelo castigo de ser descoberto, em agradar a mulher amada, em investir em uma relação..." O dr. Gaudencio acrescenta que o que faz homens comprometidos traírem com tanta facilidade é a certeza da impunidade. Você decidiu dar a ele uma segunda chance. Disse ao rapaz que se vacilar novamente não terá seu perdão? Você ganha pontos se falar isso sem aquele tom agressivo, apenas com seriedade. No mais, é importante que o casal avalie a situação e tome essa decisão em conjunto. "Então, o que tem a fazer é superar a história e seguir em frente", aconselha a psicoterapeuta Alina Discepolo Barone. (CRN#03)*

Na carta CRC#04, a reclamante expõe que sonha em ter filhos, mas que o marido, que já tem três de outro relacionamento, não deseja mais. Frente a essa situação, ela diz ter pensado em sabotar o método contraceptivo e dizer ao marido que simplesmente “falhou”. O conselheiro/articulista, em um movimento avaliativo de divergência em relação ao discurso da reclamante, afirma: “*Não faça isso.*” A avaliação divergente é marcada enunciativamente pela forma imperativa negativa: “*não faça*”.

Na carta CRC#07, a reclamante relata que namorou um rapaz dominado pela mãe. Quando foi reclamar da sogra para o namorado, este resolveu terminar a relação. O conselheiro/articulista aconselha que a reclamante não se imponha sobre o vínculo materno, pois, segundo o conselheiro, ela irá perder. Com isso, ele responde de forma divergente em relação ao relato pessoal da reclamante.

Na carta CRN#03, a reclamante explica que tem um namorado excelente, porém que ele a traiu e confessou a traição. A reclamante resolveu dar uma chance ao namorado, mas expõe que está muito difícil aceitar a situação. O conselheiro/articulista inicia seu conselho afirmando: “*não é porque seu namorado não resistiu uma vez que está fadado a ser um eterno galinha.*” Em outras palavras, o

conselheiro/articulista antecipa, por assim dizer, a reação-resposta da reclamante em relação ao namorado e já responde de forma divergente, afirmando que o namorado não poder ser rotulado como um eterno galinha.

Na análise dos movimentos dialógicos de avaliação do problema do reclamante, podemos entender como o conselheiro/articulista reage responsivamente aos testemunhos e relatos das vivências e experiências pessoais do reclamante, por meio de diferentes formas de avaliação. No movimento dialógico de avaliação por analogias, o conselheiro/articulista procura responder ao reclamante avaliando os problemas deste por meio de comparações analógicas. Já no movimento dialógico de avaliação por convergência, o conselheiro/articula avalia os anseios íntimo-pessoais do reclamante de forma convergente à avaliação que este faz de seu próprio problema. Em contrapartida, no movimento dialógico de avaliação por divergência, o conselheiro/articulista avalia o problema do reclamante de forma divergente à avaliação que este faz do seu problema.

Como já dito, de acordo com Bakhtin (2010[1920/1924]), todo sujeito enuncia atitudes avaliativas sobre si e sobre o outro (Cf. seção 2.5). Enquanto sujeito singular e único, ele sempre entra em relações valorativas com o mundo. Sob essa perspectiva, o autor ainda esclarece que a ligação entre o conteúdo dos atos vivenciados e seu tom valorativo não são de ordem causal, mas entrelaçados na trama da história das experiências únicas desse sujeito. Com isso, podemos compreender que o tom emotivo-volitivo que o conselheiro/articulista enuncia em relação aos problemas expostos pelo reclamante não é ancorado estritamente no conteúdo da exposição (o testemunho íntimo-pessoal do reclamante), mas na sua correlação com a eventicidade do ato que o reclamante discursiviza em seu enunciado.

Em outras palavras, como a projeção de valor (avaliação) abarca e perpassa todo o existir-evento singular, o tom emotivo-volitivo do conselheiro/articulista constrói-se a partir dessa projeção das experiências únicas do sujeito em seu testemunho; constrói-se a partir do olhar exotópico do conselheiro/articulista para o ato volitivo-realizador do reclamante (Cf. seção 2.5). Como esclarece Bakhtin (2010[1920/1924], p. 87), “viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva.”

Além disso, todos os índices sociais de valor são ideologicamente constituídos, isto é, mesmo que enunciados por sujeitos em seus atos singulares e únicos, constituem-se como projeções de valor com

pretensões ao consenso social e “apenas em nome do consenso é que eles exteriorizam no material ideológico” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2006[1929], p. 46). Todo enunciado é marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado. Os signos são, dessa forma, determinados pelas formas de interação verbal; seu conteúdo é determinado pelas condições sociais de interação e pelos índices sociais de valor que, por sua vez, afetam todo o conteúdo. Compreendemos, a partir disso, que o conselheiro/articulista enuncia sua avaliação à luz de um determinado acento apreciativo ideologicamente constituído em relação ao reclamante. A valoração, portanto, juntamente com as demais instâncias da situação extraverbal, possibilitam a compreensão dos juízos de valor (das avaliações) que o conselheiro/articulista enuncia em relação aos problemas do reclamante.

Com isso, entendemos que o gênero *carta de conselhos* se estrutura no tempo e no espaço da modernidade tardia (Cf. capítulo 3) e se insere na ininterrupta cadeia da comunicação discursiva, relacionando-se e confrontando-se com enunciados do outro (Cf. seções acima). Um enunciado sempre responde a outro enunciado, seja a enunciados anteriores, os já-ditos, seja a enunciados pré-figurados, antecipando possíveis respostas. Na carta de conselhos, observamos que o conselheiro/articulista reage com concordância ou discordância em relação aos problemas do reclamante, além de avaliá-los de forma analógica, convergente ou divergente.

Portanto, a carta de conselhos, situada no tempo e no espaço de uma sociedade dita pós-moderna, envolta por um contexto histórico e cultural de exposição pública de questões íntimo-pessoais, responde aos anseios postos por sujeitos que procuram por respostas, por com(dis)cordâncias, por objeções, por uma atitude responsiva (BAKHTIN, 2003[1979]) do outro face a essas questões. Em síntese, nessa seção sobre o conteúdo temático do gênero *carta de conselhos*, procuramos analisar como o conselheiro/articulista responde ao discurso do reclamante, como avalia esse discurso e como, na escrita de sua carta, evoca discursos já-ditos e antecipa discursos pré-figurados outros, construindo dialogicamente um acontecimento enunciativo marcado por embates, contradições e desencaixes típicos da modernidade tardia. Assim, a análise do objeto do discurso, do projeto discursivo e das relações dialógicas nos mostrou que o gênero *carta de conselhos* se orienta por diferentes caminhos apreciativos, confirmando a ideia de que “[...] é impossível entender o enunciado concreto sem que se esteja familiarizado com seus valores, sem que se entenda a orientação de suas

apreciações (BAKHTIN, 1998[1975], p. 121) situadas no tempo e no espaço.

Partindo dessas considerações, passamos à discussão, na próxima seção, das projeções estilístico-composicionais do gênero *carta de conselhos*.

## 5.2 AS PROJEÇÕES ESTILÍSTICO-COMPOSICIONAIS

A partir da discussão do conteúdo temático do gênero *carta de conselhos*, nesta seção vamos analisar os aspectos estilísticos e composicionais desse gênero, lembrando que a composição dos participantes da interação e a intercalação da carta do reclamante na carta de conselhos já foram analisadas nas seções 4.2.4, 4.2.5 e 5.2.1. Dessa forma, na presente seção, circunscrevemos nossa discussão para o estudo do estilo e da intercalação da fotografia do conselheiro/articulista, considerada, tal como a intercalação da carta do reclamante, como um dos aspectos da composição do gênero.

Esta seção se organiza em duas subseções temáticas: (i) projeções de estilo, na qual procuramos entender as marcas enunciativas que materializam o estilo do discurso do conselheiro/articulista e (ii) o papel da fotografia intercalada na carta, na qual buscamos entender o sentido da fotografia do conselheiro/articulista inserida e valorada na carta de conselhos.

### 5.2.1 Projeções de estilo

Nesta seção, apresentamos nossa análise das projeções de estilo do gênero *carta de conselhos*. Primeiramente, observamos que há, nas respostas do conselheiro, o uso de **verbos de introdução do discurso de outrem**, “[...] que além de indicarem a presença de um outro discurso, dão-lhe uma orientação apreciativa.” (RODRIGUES, 2001, p. 174). Os verbos *dicendi* projetam explicitamente a introdução e o enquadramento do discurso do outro no discurso do conselheiro/articulista, demarcando e valorando os discursos já-ditos (Cf. seção 5.1.3) como podemos observar nos exemplos a seguir:



Ex.: 46 - [...] O Dr. Gaudencio acrescenta que o que faz homens comprometidos traírem com tanta facilidade é a certeza da impunidade. [...] "Então, o que tem a fazer é superar a história e seguir em frente", aconselha a psicoterapeuta Alina Discepolo Barone. (CRN#03)

Ex.: 47 - [...] Segundo a psicóloga Suzy Camacho, quem costuma enfrentar esse tipo de problema, em geral, sofre de baixa auto-estima. "São mulheres que cultivam sonhos irrealizáveis e alimentam a esperança de que o sujeito abandone a esposa ou a namorada para ficar com elas", fala. Há ainda a hipótese de essa "sina" significar medo de se entregar a uma paixão e se machucar, o que parece ser o seu caso. Suzy aconselha, antes de tudo, investir na auto-estima, conscientizando-se de que tem qualidades, de que merece ser amada. (CRN#04).

Na carta CRN#03, o enunciado do Dr. Gaudêncio é introduzido e avaliado no enunciado do conselheiro/articulista pelo verbo “acrescentar”, enquanto que a voz da psicoterapeuta Alina é balizada e avaliada pelo verbo “aconselhar”. Na carta CRN#04, por sua vez, o enunciado da psicóloga Suzy Camacho é introduzido no discurso do conselheiro/articulista também pelo verbo “aconselhar”. Como podemos observar, os verbos de introdução do discurso do outro funcionam como marcadores da alternância dos sujeitos do discurso e de seus enunciados, delimitando os espaços discursivos das vozes que se interceptam no discurso do conselheiro/articulista. A análise indicou que as vozes são introduzidas e avaliadas no enunciado do conselheiro/articulista frequentemente pelos seguintes verbos:

<i>Verbos de introdução do discurso do outro, demarcando a renúncia dos já-ditos no discurso do conselheiro/articulista</i>	<i>Aconselhar</i> <i>Pensar</i> <i>Acrescentar</i> <i>Falar</i> <i>Afirmar</i> <i>Confirmar</i> <i>Dizer</i>
---	--

**Tabela 6:** Verbos de introdução do discurso do outro na carta de conselhos.

A partir da análise dos verbos que sinalizam/demarcam a alternância de vozes no discurso, podemos também compreender as posições enunciativas desse discurso reenunciado. Como podemos observar na tabela abaixo, na carta de conselhos, o discurso já-dito do outro reenunciado no enunciado do conselheiro/articulista vem de diferentes posições enunciativas: médicos, psicólogos, cientistas/teóricos ou outros conselheiros/articulistas.

<i>Posições enunciativas</i>	<i>Médico</i> <i>Psicólogo</i> <i>Cientista/teórico</i> <i>Colega conselheiro/articulista</i>
------------------------------	--

**Tabela 7:** Posições enunciativas de onde ascendem os discursos outros no discurso do conselheiro/articulista.

Ainda, com a análise dessa projeção estilística foi possível entender a relação entre os verbos de introdução do discurso do outro e as posições enunciativas a partir das quais esses verbos axiologicamente são reenunciados. Vejamos a tabela abaixo:

<i>Posições enunciativas</i>	<i>Verbos de introdução do discurso de outrem</i>
Médico	Aconselhar
Psicólogo	Pensar; acrescentar; aconselhar; falar
Cientista/ Teórico	Afirmar; confirmar; dizer; falar
Colega conselheiro	Dizer; falar

**Tabela 8:** As posições enunciativas e os verbos de introdução do discurso de outrem.

Podemos observar que os verbos normalmente seguem determinadas orientações valorativas dependentes do papel enunciativo que o sujeito ocupa no discurso e que, por conseguinte, dá o tom a sua posição de autoridade no gênero (Cf. seção 4.2.4). Ou seja, na carta de conselhos, os verbos de introdução do discurso do outro não são usados pelo conselheiro/articulista aleatoriamente, mas seguem orientações semântico-valorativas: o médico não “fala” ou “diz”, mas “aconselha”; o psicólogo, por sua vez, “pensa”, “fala” e “aconselha” e o cientista “afirma” e “confirma”.

Por essa razão, observamos que além de marcar a alternância entre diferentes enunciados, esses verbos marcam a posição semântica que o autor da carta de conselhos dá a esses enunciados citados e qual a relação com seu discurso-resposta para o reclamante. O conselho do conselheiro/articulista apóia-se na voz de autoridade emanada pelos enunciados citados. Assim, ele aconselha, mas amparado pelo discurso do outro: dito de outro modo, o conselheiro/articulista emite dado ponto de vista porque médicos, psicólogos e cientistas também aconselham dessa forma.

Assim, compreendemos que os verbos de introdução do discurso do outro marcam a alternância de vozes no discurso do conselheiro/articulista bem como “orquestram” dialogicamente essas vozes no seu projeto discursivo: validam seu ponto de vista, antecipam as reações respostas do reclamante, reagem com concordância, com discordância ou ainda avaliam os problemas pessoais do outro (o reclamante) de formas convergente ou divergente. Portanto, os verbos de introdução do discurso do outro se manifestam pela orientação apreciativa (valorativa) do discurso do conselheiro/articulista em relação ao enunciado do reclamante.

Além dos verbos de introdução do discurso do outro, há o uso de **modalizadores** pelo conselheiro/articulista. Diferentes estudos têm procurado compreender a modalização. Em nossa pesquisa, retomamos as discussões de Castilho e Castilho (1993), Koch (2004) e Nascimento (2009).

De acordo com Castilho e Castilho (1993), a modalização sempre expressa o julgamento do falante sobre o conteúdo de seu enunciado. Os autores ainda explicam que a modalização movimenta diversos recursos da língua, como a prosódia, os modos verbais, os verbos auxiliares, os adjetivos, os advérbios, dentre outros. Em conjunto à explicação dos autores, Koch (2004) afirma que, a partir da modalização, o falante manifesta suas intenções e atitudes face ao enunciado que produz. Nascimento (2009), por sua vez, trata o fenômeno da modalização como uma estratégia argumentativa que se faz presente nos diversos textos em uso.

Baseado nos estudos dos autores, para conduzirmos o estudo dos modalizadores no gênero *carta de conselhos*, reenunciamos abaixo as posições de Castilho e Castilho (1993), Koch (2004) e Nascimento (2009) quanto ao funcionamento da modalização:

<i>Tipos de modalização</i>	<i>Posição de Castilho e Castilho (1993)</i>	<i>Posição de Koch (2004)</i>	<i>Posição de Nascimento (2009)</i>
Epistêmica	Ocorre quando o falante assinala sua avaliação sobre o valor de verdade do enunciado.	Ocorre quando o falante assinala o valor de comprometimento ou engajamento com relação ao enunciado. É o grau de certeza do enunciado.	Ocorre quando o falante assinala sua avaliação sobre o caráter de verdade do enunciado.
Deôntica	Ocorre quando o falante considera o conteúdo do enunciado como algo que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente.	Ocorre quando o falante assinala o grau de imperatividade e ou de facultatividade e ao seu enunciado.	Ocorre quando o falante assinala uma avaliação sobre o caráter facultativo ou de obrigatoriedade.
Alética		Ocorre quando o falante assinala a possibilidade ou necessidade da própria	

	existência dos estados das coisas do mundo.		
Afetiva/Axiológica/Avaliativa	Ocorre quando o falante verbaliza suas reações emotivas face ao conteúdo do enunciado, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deontico.	Ocorre quando o falante expressa uma avaliação dos eventos a que seu enunciado faz menção.	Ocorre e quando o falante expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo sem qualquer caráter epistêmico ou deontico.

**Tabela 9:** A modalização, com base em Castilho e Castilho (1993), Koch (2004) e Nascimento (2009).

Conforme o quadro, Castilho e Castilho (1993), Koch (2004) e Nascimento (2009) têm concordado com o teor avaliativo da modalização. Para os autores, a modalização epistêmica, em termos gerais, ocorre quando o falante assinala em seu enunciado uma avaliação quanto ao caráter de verdade ou o grau de certeza do que enuncia. A modalização deontica ocorre quando o falante expressa uma avaliação quanto ao caráter de imperatividade, facultatividade ou obrigatoriedade do seu enunciado. A modalização afetiva/axiológica/avaliativa, por sua vez, ocorre quando o falante assinala em seu enunciado reações emotivas que não têm caráter nem epistêmico nem deontico. Nesse contexto, Koch (2004) ainda faz menção à modalização alética, diferentemente de Castilho e Castilho (1993) e de Nascimento (2009), que não a mencionam em seus estudos.

Como podemos observar, por se tratar de um fenômeno complexo, a modalização tem sido investigada por diferentes autores. Observamos que os autores mencionados acima entendem a

modalização a partir da posição que o falante toma face ao seu enunciado. Além disso, constatamos que os autores concordam com o valor avaliativo da modalização, o que vai ao encontro da análise dos nossos dados. Em nossos dados, a modalização funciona como um recurso estilístico que orienta a reação-resposta do conselheiro/articulista em relação aos problemas do reclamante. Essa orientação apreciativa balizada pela modalização segue três perspectivas semântico-axiológicas na resposta do conselheiro/articulista, a saber:

1. A modalização epistêmica funciona com o sentido de orientar o conselheiro/articulista quanto ao caráter de veracidade dos problemas que o reclamante expõe. Em outras palavras, o conselheiro/articulista usa a modalização epistêmica para questionar o reclamante acerca do caráter de veracidade ou de certeza daquilo que ele relata.
2. A modalização deontica funciona com o sentido de orientar o reclamante quanto ao grau de necessidade ou obrigatoriedade de aceitar o conselho dado. Dito de outra forma, a modalização deontica ratifica a posição discursiva de imperatividade e de imposibilidade dos conselhos dados pelo conselheiro/articulista.
3. A modalização avaliativa/axiológica/afetiva funciona com o sentido de assinalar/expressar reações emotivas do conselheiro/articulista face aos problemas do reclamante.

Vejamos a modalização nas cartas a seguir:

**Ex.: 48 -** *Estou desconfiada de que meu marido tem uma amante. Ele nega, mas estou cismada e quero que ele use camisinha comigo. Como posso exigir isso? Se até então vocês não usavam camisinha, acredito que é porque havia plena confiança. Deixando de haver... Agora, francamente, mais do que exigir o uso da camisinha, é você que precisa rever seus valores. Posso entender que está dizendo que, se ele usar camisinha, tudo bem continuar a ter uma amante? (CRC#05)*

**Ex.: 49 -** *Namoro um rapaz há dois anos. De uns tempos para cá, ele tem se esquecido de me dar atenção e se dedicado muito ao trabalho e à mãe dele! Não sei o que fazer, pois o amo muito, mas não consigo dividi-lo com ninguém. O que devo fazer? Não é porque formam um casal que devem fazer tudo sem desgredar um do outro. Talvez ele esteja em uma fase em*

*que precise se dedicar um pouco mais ao trabalho. Infelizmente, nesse caso, o melhor a fazer é entender e aproveitar os momentos que não está com ele para curtir sua individualidade. Vale encontrar as amigas, passar o sábado no cabeleireiro... Agora, se a dedicação dele ao trabalho e à mãe já passou dos limites, hora de ter uma conversa franca e dizer que sente falta dele. Agora, procure não fazer drama. Em vez disso, dê exemplos de situações em que desejaria estar mais perto dele. (CRN#06)*

No exemplo da carta CRC#05, temos a reafirmação da posição avaliativa do conselheiro/articulista em relação ao problema da reclamante por meio das expressões modalizadoras epistêmicas “*acredito que*” e “*posso entender que*” e da expressão modalizadora deontica “*é você que precisa*”. Além disso, temos a expressão modalizadora avaliativa “*francamente*”. Com o uso dos modalizadores epistêmicos, o conselheiro/articulista expressa sua avaliação quanto ao grau de veracidade do enunciado da reclamante, direcionando-a para a compreensão que ele tem do fato relatado (“*Se até então vocês não usavam camisinha, acredito que é porque havia plena confiança.*”) e do valor de certeza em poder acreditar no que a reclamante expõe: “*Posso entender que está dizendo que, se ele usar camisinha, tudo bem continuar a ter uma amante?*”. Dessa forma, as duas expressões modalizadoras epistêmicas que o conselheiro/articulista se utiliza na carta CRC#05 funcionam no sentido de orientar o conselheiro/articulista quanto ao grau de veracidade e de credibilidade do relato da reclamante.

Em contra partida, ao se utilizar da expressão modalizadora deontica “*é você que precisa*”, o conselheiro/articulista assinala o grau de necessidade do conselho dado, isto é, com a modalização deontica, como já dito, o conselheiro/articulista procura orientar a reclamante seja da necessidade em aceitar do conselho dado, seja da obrigatoriedade em segui-lo. Ao afirmar que a reclamante “*precisa rever seus valores*”, o conselheiro/articulista está, de forma impositiva, orientando-a para seu conselho. Na mesma carta, o conselheiro/articulista ainda se utiliza do modalizador avaliativo “*francamente*” que, como já vimos, assinala as reações emotivas do conselheiro/articulista face aos problemas da reclamante.

Na carta CRN#06, o conselheiro/articulista procura direcionar a reclamante a determinadas posições de valor quanto ao seu relacionamento conjugal. As expressões modais deonticas “*devem*”, “*talvez*”, “*precise*”, “*o melhor a fazer é*”, “*hora de ter*” projetam no

enunciado do conselheiro/articulista orientações para a reclamante valorativamente impositivas: “[...] nesse caso, o melhor a fazer é entender e aproveitar os momentos que não está com ele para curtir sua individualidade”, ou seja, ratifica a posição discursiva de imperatividade e de impositividade dos conselhos dados pelo conselheiro/articulista à reclamante.

Nos exemplos abaixo, as expressões modalizadoras epistêmicas funcionam no sentido de orientar o conselheiro/articulista quanto ao caráter de veracidade dos problemas que o reclamante expõe, ou seja, a partir do uso dos modalizadores epistêmicos, o conselheiro/articulista expressa sua avaliação sobre o valor de verdade ou do grau de certeza daquilo que o reclamante relata. Vejamos:

**Ex.: 50 -** *Sou cuidadosa com meu dinheiro: nunca gasto mais do que ganho, programo viagens com antecedência para conseguir bons preços, não compro roupa por modismo. Minhas amigas dizem que sou prevenida demais e insinuem pão-durismo. Fico surpresa, porque considero a minha postura correta. E, no fundo, me sinto incomodada com os comentários. Lembra a fábula da formiga e da cigarra? No verão, a primeira trabalhou duro e armazenou mantimentos para o inverno. A segunda só se divertiu e, por isso, não teve o que comer no frio. Me parece que você é uma formiga, preocupada em manter a sua despensa sempre cheia — o que eu considero uma postura ajuizada. Como as cigarras não agem assim, sentem uma ponta de inveja na hora do aperto e a acusam de pão-durismo. Se você está tranqüila sendo como é, não se abale com as críticas. Sorria e pense: “Que pena, essa gente não sabe o que faz”. Tenho, porém, a impressão de que você guarda dentro de si uma cigarra meio reprimida. Não é à toa que, quando as pessoas a chamam de mão-de-vaca, acabam encontrando um cúmplice na sua própria cabeça [...] (CRN#01).*

**Ex.: 51 -** *Aos 36 tive pela primeira vez uma relação sexual com meu primeiro namorado, que era tão incapaz de me dar carinho quanto meu pai e minha mãe. Sexo sem carinho eu não quero. Dá pra entender? Hoje, canto os homens e tento esquecer o carinho mas, na hora H, minha vagina se fecha. Será que me tornei frígida ou tenho que fazer uma cirurgia para resolver esse problema? Será que devo contratar um*



*garoto de programa? E o medo? Tornei-me médica para ver o corpo, o sexo e as pessoas de forma racional. Cuido da genitália masculina. Tenho poder sobre o pênis, mas prazer com ele eu não tenho, pois não consigo confiar no seu dono. Você escreve que “sexo sem carinho eu não quero”. E você me pergunta: “Dá pra entender?”. Eu entendi. Mas parece que não é o seu caso. Você não só teve um primeiro namorado incapaz de te dar carinho como também transa hoje com homens de quem você só se aproxima pelo sexo. Ou seja, faz o contrário do que quer, está em permanente contradição com você mesma e a vagina contraída é a expressão disso. Você diz “vem” para o outro se aproximar e não ter como chegar verdadeiramente. (CRV#04).*

**Ex.: 52 -** *Pintou um clima entre mim e o meu chefe. Já nos beijamos. Ele é lindo, tem muita pegada, mas é casado. Não quero nada com ele, apenas adoro me sentir desejada. No entanto, não quero que o homem me procure só por sexo, gostaria também de um pouco de cumplicidade. É possível? Mesmo ele dando sinais de que só quer transar? Existe chance de ele se apaixonar por mim? Seja sincera consigo mesma: qual a sua intenção ao sair com esse homem? Você diz não querer nada com ele. No entanto, torce para que o moço se apaixone... Seu chefe é casado e dá sinais de que só quer transar. Não ignore esses sinais. Talvez seja melhor você rever seus conceitos. Ele pode muito bem querer apenas uma aventura. Você talvez queira romance e, então, corre o risco de terminar desiludida. (CRN#05)*

Como podemos observar, há, portanto, na carta de conselhos, uma preocupação evidente em apresentar conselhos de forma “modalizada”, marcada por expressões modalizadoras epistêmicas, deonticas e avaliativas. Em outras palavras, o conselheiro/articulista ao responder ao pedido de ajuda do reclamante, se utiliza dos modalizadores como uma estratégia que (i) avalia a veracidade dos problemas que o reclamante expõe; (ii) reforça o convencimento de que seus conselhos são “necessários” e “obrigatórios” e (iii) avalia afetivamente os problemas relatados.

Em linhas gerais, podemos observar que o uso de expressões modalizadoras funciona como uma orientação avaliativa que o conselheiro/articulista assinala/expressa face aos problemas relatados do

reclamante, isto é, os modalizadores procuram orientar a atitude responsiva ativa do conselheiro/articulista em relação ao enunciado já-dito do reclamante.

Além dos modalizadores, a resposta do conselheiro/articulista à carta do reclamante também se materializa por meio de **marcadores conversacionais**. Para Koch (2004, p. 123), “os marcadores conversacionais são elementos discursivos extremamente freqüentes nos textos falados, que fornecem pistas importantes para os interlocutores, visto que eles como que pontuam o texto.”

Marcuschi (2008) explica que os marcadores organizam a fala em turnos e podem ser compreendidos sob três âmbitos: verbais, não-verbais e supra-segmentais. Os marcadores verbais são expressos por palavras ou expressões estereotipadas de grande ocorrência. Os não-verbais, por sua vez, compreendem as expressões faciais, a gesticulação ou determinadas posturas físicas, ou seja, são traços paralinguísticos. Os marcadores suprasegmentais são de natureza linguística, porém não de caráter verbal, como as pausas e o próprio tom da voz. São vários os sinais conversacionais verbais expostos, tanto pelo falante, como pelo ouvinte.

Na carta de conselhos, os marcadores conversacionais funcionam como marcas ou sinais explícitos de procura de adesão do reclamante pelo conselheiro/articulista. Sob o ponto de vista do conselheiro/articulista, os marcadores conversacionais funcionam como operadores utilizados para ‘criar elos’ de adesão e convencimento. A partir desses marcadores se constrói um suposto diálogo entre conselheiro/articulista e reclamante e, por conseguinte, um efeito de aproximação, isto é, os marcadores conversacionais materializam a ideia de encenação da suposta conversa face a face entre o conselheiro/articulista e o reclamante.

**Ex.: 53 -** *Namoro um rapaz há dois anos. De uns tempos para cá, ele tem se esquecido de me dar atenção e se dedicado muito ao trabalho e à mãe dele! Não sei o que fazer, pois o amo muito, mas não consigo dividi-lo com ninguém. O que devo fazer? Não é porque formam um casal que devem fazer tudo sem desgrudar um do outro. [...] Vale encontrar as amigas, passar o sábado no cabeleireiro... Agora, se a dedicação dele ao trabalho e à mãe já passou dos limites, hora de ter uma conversa franca e dizer que sente falta dele. Agora, procure não fazer drama. Em vez disso, dê exemplos de situações em que desejaria estar mais perto dele. (CRN#06)*

**Ex.: 54 -** *Tenho 27 anos e estou casada há três com um homem de 30 que nunca me procura. Sou bonita, ando bem arrumada e tenho certeza de que sou desejável. Ele também é vaidoso, pratica jiu-jitsu e sei que não me trai. Nossos amigos acham que ele é gay. Como fazê-lo confiar em mim e me contar o que se passa? Aliás, o que se passa? Estranho mesmo. Vocês são casados há pouco tempo, era para a relação ainda estar dando um belo caldo. Mas vem cá... E quando namoravam? Era diferente? Ele era um übersexy com você ou já dava sinais de desinteresse? Bom, não há outra saída a não ser uma conversa franca. [...] Sexo não é algo desprezível numa relação, você sabe. (CRC#02)*

**Ex.: 55 -** *Tenho 34 anos e sonho em ter filhos, mas meu marido já tem três de outro relacionamento e não quer mais. Às vezes, penso em sabotar nosso método contraceptivo e dizer simplesmente que "falhou". Ele adora crianças e tenho certeza de que, depois, ficará tudo bem. É muito desleal da minha parte? Claro que é desleal, né, amiga? A mesma deslealdade que seria se ele fizesse uma vasectomia sem nem consultá-la. Afinal, a vida reprodutiva de um casal é decisão... do casal. Mas, se você quer engravidar e já deixou claro, não tem por que continuar com essa onda de nosso método?. Quem não quer é ele? Então ele que se cuide, ué. Sugiro avisá-lo: "Olha, querido, eu quero muito engravidar. Se você realmente não quer, fique à vontade, mas quem vai ter que se preocupar com isso agora é você". Não é mais justo? (CRC#04)*

Na carta CRN#06, o uso do marcador conversacional “agora” marca certa pausa na resposta, direcionando diretamente o reclamante para o conselho do especialista: ... Agora, se a dedicação dele ao trabalho [...]. Agora, procure não fazer drama. O marcador constrói um elo pessoal entre o reclamante e o conselheiro/articulista, isto é, o “agora” apresenta-se como uma expressão de proximidade, porque materializa um suposto diálogo entre as partes.

Ao usar um marcador conversacional, o conselheiro/articulista se aproxima do reclamante, convencendo-o, de forma mais pessoal, de seu conselho. Conjuntamente ao marcador “agora”, na carta CRN#06, temos a presença constante de “você”, seja de forma explícita, seja

marcada pela desinência verbal, projetando, assim como o marcador “agora”, um suposto diálogo entre conselheiro/articulista e reclamante.

Por meio dos marcadores conversacionais, o conselheiro/articulista acaba “investindo” na ideia de um “diálogo”, de uma “conversa entre amigos”. Nos exemplos CRC#02 e CRC#04, o uso das expressões conversacionais também está a serviço da criação de elos pessoais entre a reclamante e o conselheiro/articulista. Ao usar, por exemplo, as expressões informais “*mas vem cá*”, “*né*” e “*ué*”, assim como “*você*” ou “*vocês*”, o conselheiro/articulista está procurando chamar a atenção do reclamante para seu conselho, procurando, dessa forma, investir nessa “conversa particular” com a reclamante.

O que percebemos é que os marcadores conversacionais são usados na carta de conselhos como uma forma de o conselheiro/articulista se aproximar do reclamante. Mesmo sendo um recurso mais recorrente nas interações verbais orais (KOCH, 2004; MARCUSCHI, 2008), observamos que também se apresenta frequentemente nas cartas de conselhos. Essa recorrência se dá, como vimos, em função da própria composicionalidade textual da carta (o enquadramento da carta do reclamante, conforme seção 5.1.2) que, além de propiciar a construção do movimento pergunta-resposta, também contribui para a construção da encenação de conversa íntima entre o conselheiro/articulista e o reclamante.

Outra característica de estilo da carta de conselhos é o uso de **perguntas retóricas**. O conselheiro/articulista se utiliza enunciativamente de perguntas retóricas com o objetivo de construir uma *afirmação induzida*, isto é, com o objetivo de criar um movimento discursivo para convencer o reclamante do ponto de vista apresentado, reagindo ao seu já-dito (do reclamante) com questionamentos que o “induzem” a aceitar mais facilmente o conselho dado.

Além disso, concordamos com Rodrigues (2001) que as perguntas retóricas apresentam-se como ricas estratégias persuasivas que, em determinados gêneros, como no artigo assinado e, neste estudo, na carta de conselhos, projetam uma perspectiva de interação típica do diálogo face a face. No caso do gênero *carta de conselhos*, as perguntas retóricas são frequentemente usadas como forma de induzir o reclamante a refletir sobre seu problema (como se ele fizesse esse questionamento) e se encaminhar à aceitação do conselho dado, que é a reação-resposta desejada pelo conselheiro/articulista.

**Ex.: 56 -** *Gostaria de uma simpatia para meu namorado parar de sair com os amigos e vir mais atrás de mim. Essa foi boa. Tal*

*simpatia não existe... Mas por que deseja que seu namorado pare de sair com os amigos? Manter os próprios interesses faz bem à relação, desde que haja equilíbrio. Você mesma deve também ter sua vida, sair com a turma vez ou outra, fazer um curso, ir ao cinema sem ele. Isso só a tornará mais interessante aos olhos do moço, sabia? E aí, sim, ele virá atrás de você. (CRN#08).*

**Ex.: 57 -** ***Troquei beijos e carícias com um colega. Trabalhamos na mesma sala, somos sérios e discretos, mas sinto que algumas pessoas estão desconfiadas e tenho medo de que isso possa me prejudicar se chegar aos ouvidos do chefe. Atração, interesse e afeto são difíceis de esconder. Não tem jeito. O que é preciso esclarecer é o que há entre vocês. Por que tem de esconder dos outros o relacionamento? É só uma aventura? Um de vocês é casado? É filosofia da empresa não ter casais entre os funcionários? Prestem atenção no que há de fato entre vocês e, se for para valer, enfrentem o chefe ou decidam quem vai procurar outro emprego. (CRC#01).***

**Ex.: 58 -** ***Tenho 27 anos e meu namorado tem 34. Namoramos três anos e ficamos dois anos separados. Estamos juntos novamente há poucos meses. Ele tem pavor do casamento. Nunca foi casado, mas tem um filho de 14 anos. O pai dele morreu quando ele tinha 2 anos e a mãe teve um relacionamento conturbado com outro homem, o que o levou a morar sozinho aos 17. Por outro lado, aos 20 anos, ele teve um filho, ou seja, se tornou pai solteiro. A paternidade e o casamento para ele estão dissociados. Para você, que vem de uma família tradicional, um não existe sem o outro. Vocês dois não têm o mesmo ponto de vista. Seria bom saber o que o namorado quer dizer quando fala em fazer uma família. Ter mais um filho com você sem se casar?*** (CRV#01)

Na carta CRN#08, na parte da resposta “Mas por que deseja que seu namorado pare de sair com os amigos? Manter os próprios interesses faz bem à relação, desde que haja equilíbrio. Você mesma deve também ter sua vida, sair com a turma vez ou outra, fazer um curso, ir ao cinema sem ele. Isso só a tornará mais interessante aos olhos do moço, sabia? E aí, sim, ele virá atrás de você”, o

conselheiro/articulista se utiliza da pergunta retórica: “*Mas por que deseja que seu namorado pare de sair com os amigos?*” não apenas como forma de questionar a reclamante, mas principalmente como uma forma de induzi-la a uma determinada resposta: “*Manter os próprios interesses faz bem à relação, desde que haja equilíbrio*”.

Assim, nesse exemplo, a pergunta retórica funciona como uma indução para a reação-resposta da reclamante, buscando convencê-la das conclusões ou direcionamentos apresentados pelo conselheiro/articulista.

Na carta CRC#01, “*Por que tem de esconder dos outros o relacionamento? É só uma aventura? Um de vocês é casado? É filosofia da empresa não ter casais entre os funcionários? Prestem atenção no que há de fato entre vocês e, se for para valer, enfrentem o chefe ou decidam quem vai procurar outro emprego*”, as perguntas retóricas funcionam como questionamentos que direcionam a reclamante a autoquestionar-se: “*qual a verdadeira relação entre vocês?*”, à medida que as perguntas que se sucedem induzem a reclamante a “aceitar” persuasivamente a resposta dada pelo conselheiro. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que o conselheiro apresenta os questionamentos acerca do problema da reclamante, ele mesmo já os responde.

Em relação ao exemplo da carta CRV#01, “*Seria bom saber o que o namorado quer dizer quando fala em fazer uma família. Ter mais um filho com você sem se casar?*”, a pergunta retórica induz a reclamante a se perguntar sobre a validade de ter um filho com seu namorado sem casar-se. O conselheiro questiona a reclamante ao final da carta, deixando a pergunta sem uma resposta, levando-a a pensar, de fato, sobre a questão.

Outra regularidade de estilo observada na carta de conselhos é a presença de **marcadores avaliativos**. De acordo com Koch (2004), os marcadores avaliativos projetam uma avaliação do locutor diante dos enunciados que produz, ou seja, eles materializam “[...] uma atitude subjetiva do locutor em face de seu enunciado, produzindo uma avaliação ou valoração dos fatos [...]” (KOCH, 2004, p. 53). No gênero *carta de conselhos*, os marcadores avaliativos são expressões enunciativas que projetam a posição axiológica do conselheiro/articulista face aos problemas do reclamante, como nas cartas abaixo:

**Ex.: 59 - *Tenho 27 anos e estou casada há três com um homem de 30 que nunca me procura. Sou bonita, ando bem arrumada e tenho certeza de que sou desejável. Ele também é vaidoso,***

*pratica jiu-jitsu e sei que não me trai. Nossos amigos acham que ele é gay. Como fazê-lo confiar em mim e me contar o que se passa? Aliás, o que se passa? Estranho mesmo. Vocês são casados há pouco tempo, era para a relação ainda estar dando um belo caldo. Mas vem cá... E quando namoravam? Era diferente? Ele era um übersexy com você ou já dava sinais de desinteresse? Bom, não há outra saída a não ser uma conversa franca. Dê a ele a certeza de que você o ouvirá deixando de lado sua porção "juíza" (que todas nós temos). Não o ameace, não o critique de antemão, apenas ouça. Se ele não destravar, sugira uma terapia. E, se nada disso funcionar, não se acomode, pense no seu futuro. Sexo não é algo desprezível numa relação, você sabe. (CRC#02)*

**Ex.: 60 -** *Tenho 27 anos e meu namorado tem 34. Namoramos três anos e ficamos dois anos separados. Estamos juntos novamente há poucos meses. Ele tem pavor do casamento. Nunca foi casado, mas tem um filho de 14 anos. O pai dele morreu quando ele tinha 2 anos e a mãe teve um relacionamento conturbado com outro homem, o que o levou a morar sozinho aos 17. Primeiro, o nosso namoro acabou por eu deixar claro que queria me casar e não estava disposta a namorar longos anos. Agora, falo com muito cuidado sobre o assunto, ele gosta, mas quando vamos planejar, recua. Ele diz que quer ter uma família, mas não desenvolve o assunto. Eu, por minha vez, tenho uma família tradicional que "exige" o casamento. Não quero passar mais três anos namorando para depois não conseguir formar uma família. Se não casar com ele, vou começar do zero novamente aos quase 30 anos. Às vezes, acho que não vejo as coisas claramente. Que está claro para todo mundo, menos para mim, que ele não vai se casar nunca. Socorro !!! A mãe do meu namorado perdeu o marido quando o filho tinha dois anos. Se acaso foi feliz no casamento, a felicidade durou pouco. Depois, teve um relacionamento tão conturbado que o filho foi obrigado a sair de casa. Ou seja, foi novamente infeliz e o menino, que já havia crescido sem pai, foi obrigado a se separar precocemente da mãe. Só por aí já dá para entender que o seu namorado tenha horror ao casamento. Não sabe o que é uma vida de família boa. Por outro lado, aos 20 anos, ele*

*teve um filho, ou seja, se tornou pai solteiro. A paternidade e o casamento para ele estão dissociados. Para você, que vem de uma família tradicional, um não existe sem o outro. Vocês dois não têm o mesmo ponto de vista. Seria bom saber o que o namorado quer dizer quando fala em fazer uma família. Ter mais um filho com você sem se casar? Você precisa correr o risco do esclarecimento e tomar uma decisão em função disso. Tanto pode ser se separar e ficar esperando casamento porque nada é mais importante para você do que isso ou ficar com o atual namorado para o que der e vier, aceitando-o como ele é. Agora, se você se separar, não faça isso porque a família “exige” o casamento, mas porque você quer assim. Obedecer à exigência da família não faz sentido porque a vida é sua, ou seja, quem paga pelos erros é você.(CRV#01)*

Nas cartas acima, o conselheiro/articulista avalia a situação das reclamantes e, para tanto, utiliza-se de vários marcadores avaliativos. Por exemplo, de adjetivações (“*um belo caldo*”, “*conversa franca*”) e afirmações conclusivas, (“*estranho mesmo*” e “*sexo não é algo desprezível*”) na carta CRC#02. Já na carta CRV#01, o conselheiro/articulista se utiliza de marcadores avaliativos como “*tão conturbado*”, “*novamente infeliz*” e “*família tradicional*”, que trabalham em conjunto para a construção das avaliações que ele projeta e enuncia para os problemas do reclamante.

Outro recurso estilístico recorrente e que marca a reação-resposta do conselheiro/articulista é **o uso de verbos na forma imperativa**. Para responder ao reclamante, principalmente para marcar a reação de discordância e de crítica desvelada, o conselheiro/articulista se utiliza de verbos no imperativo, demarcando certa imposição de ponto de vista e de direcionamento da resposta do reclamante, como nos exemplos a seguir:

**Ex.: 61 -** *Namoro um rapaz há dois anos. De uns tempos para cá, ele tem se esquecido de me dar atenção e se dedicado muito ao trabalho e à mãe dele! Não sei o que fazer, pois o amo muito, mas não consigo dividi-lo com ninguém. O que devo fazer? Não é porque formam um casal que devem fazer tudo sem desgredar um do outro. Talvez ele esteja em uma fase em que precise se dedicar um pouco mais ao trabalho. E, nesse caso, o melhor a fazer é entender e aproveitar os momentos que não está com ele para curtir sua individualidade. Vale*



*encontrar as amigas, passar o sábado no cabeleireiro... Agora, se a dedicação dele ao trabalho e à mãe já passou dos limites, hora de ter uma conversa franca e dizer que sente falta dele. Agora, procure não fazer drama. Em vez disso, dê exemplos de situações em que desejaria estar mais perto dele. (CRC#06).*

**Ex.: 62 -** *Tenho 33 anos, sou solteira e não tenho filhos. Moro com minha mãe e minha irmã mais velha. Faço tratamento de uma depressão que tive há um ano e que resultou de uma decepção amorosa. Na ocasião, tive alucinações e sentimentos de perseguição. Meu pai ficou muito afetado com o que me aconteceu. Teve um enfarte há um ano e morreu de câncer há um mês. Por sorte, há três meses estou num emprego que foi a minha salvação para lidar com a depressão e com a perda do meu pai. Mostro quem sou no trabalho, me esforço, me dedico. O problema é que sou muito fechada[ ...]. Não sei o que fazer para conquistar as pessoas, mas sei que tenho talento para elas e não quero desperdiçá-lo. Preciso deixar quem se interessa por mim se aproximar ao invés de descartar a pessoa. Por onde começar? Como disse Vinícius de Moraes: “a pior solidão é do homem que se fecha na sua torre inalcançável...”. Não quero mais ser assim. Não quero sofrer por antecipação. Quero viver. Você pode me ajudar? Há torres e torres. Existe, por exemplo, a torre onde Montaigne se fechou no século XVI para escrever Os Ensaaios, livro precursor da obra de Freud porque o escritor ousou se debruçar sobre a própria vida, tomando-a como a matéria do livro. [...] Você pode encontrar quem estenda o fio a fim de que você consiga usar o seu talento para conquistar as pessoas. Procure a sua Ariadne. (CRV#07).*

Como podemos observar nos exemplos, o verbo no imperativo marca certa ordem, que consubstancia a avaliação do conselheiro/articulista frente à questão do reclamante. Como já dito, geralmente o uso do imperativo ocorre quando o conselheiro/articulista reage com discordância ou com uma crítica desvelada. Como forma de convencer o reclamante, as posições discursivas do conselheiro/articulista se utilizam frequentemente de verbos no imperativo, característica da injunção, com a ideia de ordem, de um

direcionamento, de certa forma, impositivo. Ao expor e impor seus pontos de vista discursivos, o conselheiro/articulista reforça uma orientação do “fazer agir” e o uso dos verbos no imperativo corrobora essa ideia.

É recorrente também o uso de verbos conjugados na 1ª pessoa do singular e do plural, na resposta do conselheiro/articulista, como podemos observar nas cartas a seguir:

**Ex.: 63 -** *Estou desconfiada de que meu marido tem uma amante. Ele nega, mas estou cismada e quero que ele use camisinha comigo. Como posso exigir isso? Se até então vocês não usavam camisinha, acredito que é porque havia plena confiança. Deixando de haver... Agora, francamente, mais do que exigir o uso da camisinha, é você que precisa rever seus valores. Posso entender que está dizendo que, se ele usar camisinha, tudo bem continuar a ter uma amante? (CRC#05).*

**Ex.: 64 -** *Estou namorando um homem recém-separado. Sei que ele gosta de mim, mas tenho que aturar muitas coisas do falido casamento, como uma caneca cafona com a foto do casal. Ele não está pronto para outra ou só é preguiçoso? É preguiçoso. Homem não sabe fazer essas mudanças. A gente é que vai mudando, com jeitinho. Quando fui morar com meu primeiro marido, ele colocou uma foto da ex no escritório. Ele é fotógrafo e dizia que adorava o ângulo da foto. Eu não enxergava ângulo nenhum, só a cara dela. Aos poucos, fui trocando por fotos nossas, feitas por ele, ajudando-o a se desapegar. Quando as gavetas estiverem limpas e já com algumas coisinhas suas, quebre aquela caneca, mas compre uma surpresinha para ficar no lugar. Ele vai sacar que você estava incomodada, mas agiu de forma carinhosa. (CRC#06)*

**Ex.: 65 -** *Adoraria possuir muitas roupas, sapatos e bolsas, mas não consigo. Ganho pouco e, como moro sozinha, banco todas as despesas da casa. Aí, fico com inveja das minhas amigas que estão sempre na moda. Vivo frustrada por não ter algo novo para vestir. Acho todo o meu armário feio e cafona! Com isso, minha vida social se torna monótona. Não vou a festas badaladas por falta do que usar, frequento sempre os mesmos lugares, encontro as mesmas pessoas... O que fazer? Minha cara, será mesmo que o seu problema é ter um guarda-*

*roupa, como você diz, feio e cafona? Sapatos, bolsas e acessórios da moda são suficientes para garantir uma vida social agitada? Vamos investigar.*

Observamos que essa estratégia estilística compartilha com a carta do reclamante a ideia de confessorário. Em outras palavras, o uso da 1ª pessoa do singular reforça a posição de suposta confissão, um direcionamento íntimo do conselheiro/articulista para com os problemas íntimos do reclamante, isto é, o conselheiro/articulista deseja seguir o mesmo caminho confessional do reclamante. É uma espécie de desabafo, de compartilhamento de anseios, e sentimentos pessoais sobre a questão posta. É mais fácil convencer o reclamante quando o conselheiro/articulista a ele se iguala: “você confessa, eu confesso também”.

Em relação ao uso da 1ª pessoa do plural, esta estratégia reforça a busca por proximidade entre o reclamante e o conselheiro/articulista. Diferente de outras situações em que o nós pode funcionar com o sentido de exclusão, o “nós” na carta de conselhos é sempre de tom inclusivo: é o conselheiro/articulista (“eu”) que se conjuga ao reclamante (“você”), na busca conjunta por soluções. Além disso, essa estratégia estilística situa o discurso de confissão em um tom de informalidade, o que se ajusta à intenção de criar elos de proximidade do conselheiro/articulista com o reclamante.

A partir disso, retomamos o estudo de Bakhtin (2004[1960]) sobre a análise estilística das formas gramaticais. Segundo o autor, não se pode estudar formas gramaticais sem constantemente considerar sua orientação estilística. Cada forma gramatical, para o autor, é, ao mesmo tempo, um meio linguístico e um meio de representar a realidade. Assim, cada forma gramatical deve também ser considerada sob a ordem dialógica de sua potencialidade representativa e expressiva.

Bakhtin (2004[1960], p. 13) explica que a escolha de formas gramaticais ou léxico-gramaticais para a interação não é determinada linguisticamente (circunscrita à língua enquanto sistema), mas, acima de tudo, estilisticamente, isto é, determinada por critérios de representação e expressão estilísticos (vinculados à situação de interação). A análise dos elementos linguísticos no gênero *carta de conselhos* demonstra a importância da orientação estilística para o estudo das formas léxico-gramaticais, à medida que, a partir do estudo dos recursos estilísticos, procuramos entender de que formas linguísticas o conselheiro/articulista se ocupa para alcançar seu projeto discursivo.

Em síntese, os recursos estilísticos usados pelo conselheiro/articulista para escrever sua carta de conselhos nos levam a entender que:

1. Os **verbos de introdução do discurso de outrem** marcam enunciativamente a alternância de enunciados no discurso do conselheiro/articulista, bem como indicam o modo como ele valora esses enunciados.
2. Os **modalizadores** orientam axiologicamente a atitude responsiva do conselheiro/articulista em relação ao discurso já-dito do reclamante, reforçando avaliações discursivas acerca da veracidade dos problemas do reclamante, da necessidade e obrigatoriedade dos conselhos dados, além de expressar a reação de afetividade do conselheiro/articulista face aos problemas do reclamante.
3. Os **marcadores conversacionais** ratificam o efeito de suposto diálogo entre conselheiro/articulista e reclamante, como meio de reforçar os elos de adesão entre os interlocutores da carta de conselhos.
4. As **perguntas retóricas** funcionam com o objetivo de criar um movimento discursivo para convencer o reclamante do ponto de vista apresentado, reagindo ao seu já-dito (do reclamante) com questionamentos que o “induzem” a aceitar mais facilmente o conselho dado.
5. Os **marcadores avaliativos** funcionam como expressões enunciativas que marcam a posição do conselheiro/articulista face aos problemas do reclamante.
6. Os **verbos no modo imperativo** demarcam as ordens veladas ou desveladas do conselheiro/articulista para o reclamante.
7. Os **verbos conjugados na 1ª pessoa do singular e do plural** reforçam a ideia de confissão e de conversa íntima do conselheiro/articulista com reclamante como o objetivo de reforçar elos pessoais/íntimos entre as partes.

Entendemos que o enquadramento do enunciado de outrem, a reação-resposta e os tons avaliativos do conselheiro/articulista em relação aos já-ditos do reclamante constroem determinados sentidos, e para tanto, se utilizam de determinados recursos linguístico-enunciativos, tal como os acima analisados. Como vimos, entender esses recursos linguísticos-enunciativos não demandada análise lógico-formal, “mas orientação estilística” (BAKHTIN, 2004[1960, p. 12]).

### 5.2.2 O papel da fotografia do conselheiro/articulista

Ao entender que, para Bakhtin (2003[1979], p. 300-301), a composicionalidade do gênero corresponde aos procedimentos de disposição, orquestração e acabamento do gênero, além da mobilização dos participantes da comunicação discursiva, nesta seção analisamos a fotografia do conselheiro/articulista como uma estratégia composicional do gênero *carta de conselhos*. Como parte da análise da composição do gênero já foi apresentada em seções anteriores (a mobilização dos participantes da situação de interação nas seções 4.2.4 e 4.2.5 e a intercalação da carta do reclamante, na seção 5.1.2), nesta seção vamos nos dedicar a um elemento da composição ainda não discutido, a fotografia do conselheiro/articulista e o papel que ela desempenha nesse gênero.

Como já visto, na carta de conselhos temos, juntamente com a resposta do conselheiro/articulista, a carta do reclamante intercalada (Cf. seção 5.1.2). Entretanto, além da carta do reclamante, a fotografia do conselheiro/articulista também é intercalada na carta de conselhos. A respeito da intercalação de enunciados e seus gêneros, compartilhamos com Rodrigues (2001) a posição de que os gêneros intercalados são modos de introdução do discurso de outrem. Em outras palavras, a intercalação de gêneros refere-se à capacidade que muitos gêneros possuem de “absorver” e “implantar” diferentes gêneros no seu funcionamento.

Para Bakhtin (1998[1975], p. 74-75), os gêneros intercalados são unidades básicas de composição do discurso. “[...] ele[s] admite[m] uma variedade de vozes sociais e de diferentes ligações e correlações (sempre dialogizadas em maior ou menor grau).” Bakhtin (1998[1975]) explica especificamente o papel dos gêneros intercalados no gênero *romance*. Contudo, podemos relacionar seus esclarecimentos a discursos e gêneros de outras esferas, pois o processo de intercalação de gêneros não é restrito ao romance. O autor esclarece que

Os gêneros [intercalados] conservam habitualmente a sua elasticidade estrutural, a sua autonomia e a sua originalidade linguística e estilística. [...] Cada um desses gêneros possui suas formas semântico-verbais para assimilar os

diferentes aspectos da realidade. [...] Os gêneros intercalados podem ser diretamente intencionais ou totalmente objetivos, ou seja, desprovidos inteiramente das intenções do autor. [...] enfim, os gêneros intercalados ou enquadrados são as formas fundamentais para introduzir e organizar o plurilinguismo no romance. (BAKHTIN, 1998[1975], p. 124-125).

Nas cartas de conselhos, observamos a intercalação e o enquadramento da fotografia do conselheiro/articulista que responde ao reclamante. Assim, além da carta do reclamante, a fotografia é outro enunciado que se intercala na carta de conselhos *online*, como podemos ver nos exemplos abaixo:

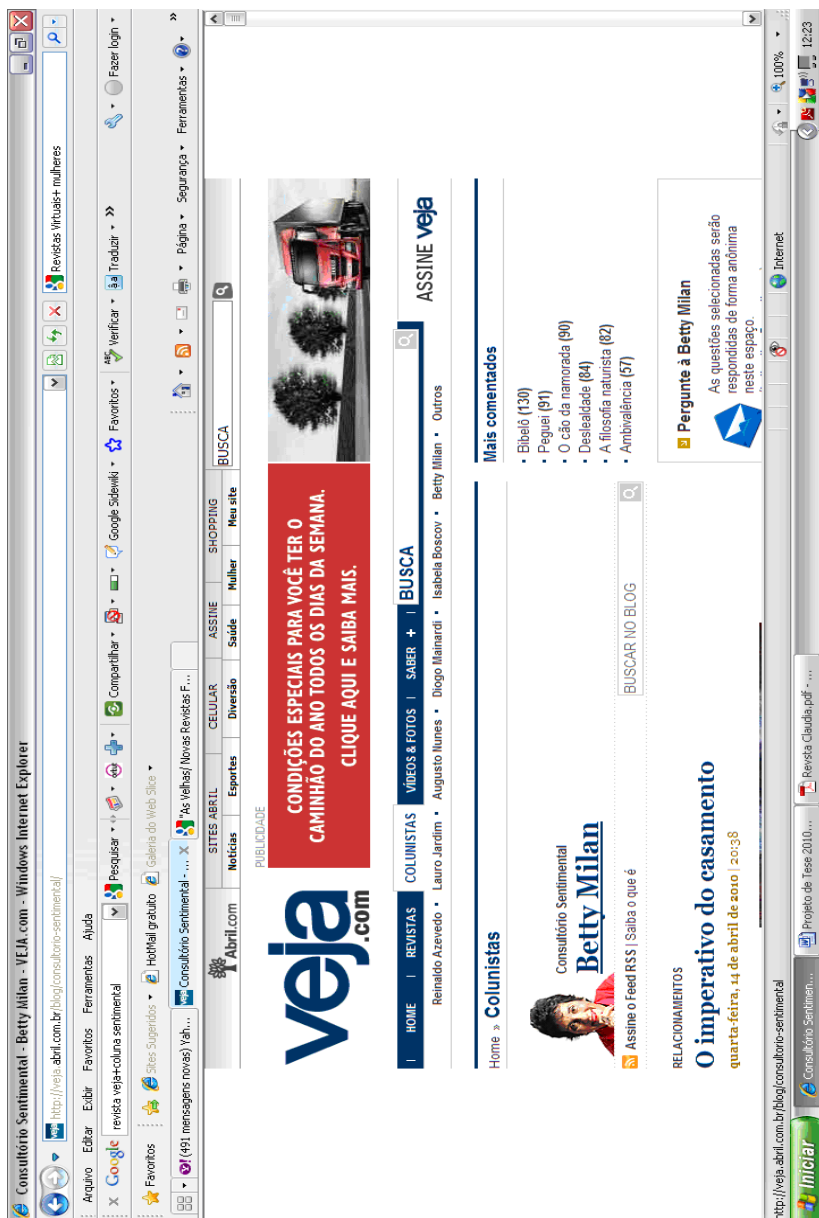


Figura 27: A fotografia do conselheiro/articulista intercalada na carta de conselhos da revista *Veja* online.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/>. Acesso: 05 jun. 2011.

The screenshot shows the website of Claudia magazine. At the top, there's a navigation bar with links like "Pergunte ao Psicólogo - CLAU" and "http://www.google.com.br/". Below this, a sidebar on the left lists categories: AMOR E SEXO, MODA, BELEZA, SAÚDE, COMIDA & BEBIDA, FÓRUMS CLAUDIA, TRABALHO, ATUALIDADES, CAUSAS FEMININAS, PAIS E FILHOS, DANUZA LEÃO, and CLAUDIA BEBÊ. The main content area features an article titled "VOCÊ EM CLAUDIA: PERGUNTE AO PSICÓLOGO" with a sub-header "Eu e meu marido temos muita diferença cultural e acabei me envolvendo com outro homem. Devo me separar?". The article is by Ruy Fernando Barboza, a clinical psychologist and supervisor at the Federal University of São Paulo. To the right of the article is a large photo of Ruy Fernando Barboza. Below the photo, there's a section "ENVIAR SUA PERGUNTA" and "JÁ FALAMOS SOBRE:" with topics like Casamento and Amor. At the bottom, there's a "Calendário Lunar" and a "TESTES" section with links to "ASTRAL E ORÁCULOS", "CLAUDIA RESPONDE", "CLUBE DA LEITORA", "BLOGS", and "PROMOÇÕES". On the right side of the page, there's a "Vitrine de Ofertas" section with various advertisements: Beleza Groupalia (Carboxiterapia), Loja do Bebê (Assento de carro), Anhanguera (Cursos a partir de R\$199), Netshoes (Reebok c/ Frete Grátis), ShopLuxe.com.br (Perfume Idole d'Amman), and Pet Shop Online (Biscoito Royal). At the very bottom, there's a status bar showing "Aguardando barraassine.abril.com.br..." and a taskbar with icons for "Iniciar", "Pergunte ao Psicólogo...", "Tela de versão 56...", "Valor 36", and "16:01".

Figura 28: A fotografia do conselheiro/articulista intercalada na carta de conselhos da revista *Claudia* online.

Fonte: <<http://claudia.abril.com.br/>>. Acesso: 05 jun. 2011.





**Figura 29:** A fotografia do conselheiro/articulista intercalada na carta de conselhos da revista *Nova online*.

**Fonte:** <<http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>>. Acesso: 05 jun. 2011.

As fotografias dos conselheiros/articulistas intercaladas nas cartas de conselhos apresentam-se como enunciados que, de certa forma, reiteram o *ethos* do especialista que responde às cartas. Por isso, elas criam *efeitos de credibilidade e validação* das soluções apresentadas, à medida que, integradas ao enunciado do conselheiro, reforçam a posição de validade dos aconselhamentos.

Conjuntamente aos efeitos de credibilidade e validação e à criação de elos pessoais, entendemos que a fotografia do conselheiro também se apresenta como um *recurso de legitimação*, à medida que, com a intercalação da fotografia do especialista, parece surgir um efeito de “assinatura” das informações apresentadas. Em outras palavras, a fotografia do conselheiro reforça a legitimação dos conselhos sugeridos, pois a imagem do rosto do conselheiro cria a representação de um discurso legítimo, legal, validado e verdadeiro, a ideia de que – “existe alguém que realmente responde”. Em síntese, entendemos que a fotografia do conselheiro intercalada à carta apresenta-se como uma das regularidades do gênero *carta de conselhos* na esfera do jornalismo de revista *online*.

A partir disso, constatamos que além de ser um recursos composicional que reforça a posição de credibilidade, legitimidade e validação do discurso do conselheiro/articulista, a fotografia do autor é também uma estratégia argumentativa, pois, intercalada na carta de conselhos, ratifica a autoridade discursiva do conselheiro/articulista. Como um enunciado citado na carta de conselhos, a fotografia do conselheiro/articulista, portanto, colabora para o projeto discursivo do gênero. Assim sendo, concordamos com Silva (2007, p. 181) que a escolha da fotografia “[...] ajuda a compor a dimensão [multis]semiótica do gênero.”

Observamos que a análise da intercalação da fotografia mostrou que esse enunciado citado no gênero *carta de conselhos* apresenta-se como um elemento essencial para a constituição e funcionamento do gênero, contribuindo, como já dito, para o seu projeto discursivo: convencer o reclamante dos conselhos apresentados.

Na próxima seção, objetivamos percorrer e interpretar os resultados da pesquisa a fim de apresentar uma conceituação do gênero *carta de conselhos*.

### 5.3 NAS FRONTEIRAS DO JORNALISMO ESPECIALIZADO: ENTRE O DISCURSO DO ENTRETENIMENTO E O DISCURSO DA AUTOAJUDA

Saber sobre a vida particular de outrem, conhecer seus problemas íntimo-pessoais, além de procurar entender o que acontece com o outro tem cada vez mais encontrado espaço no jornalismo de revista, especialmente no que se tem denominado de jornalismo especializado (PENA, 2007). De acordo com Pena (2007), no palco do jornalismo contemporâneo, o espetáculo é a vida do outro, caracterizando o que podemos denominar (Cf. seção 4.1) de **jornalismo de entretenimento**. Pena (2007) explica que, com o jornalismo de entretenimento, a tendência atual é de converter a realidade em encenação: as relações pessoais, os rompimentos conjugais, as traições, dentre outras particularidades da vida íntima de outrem passam a tematizar os mais diversos gêneros (notícia, reportagem, entrevista, carta de conselhos, por exemplo) do jornalismo de entretenimento. Como já dito, na busca pelo jornalismo por entretenimento, a vida pessoal do outro passa a ser o roteiro de dramatizações do real. Tal como já dito na seção 4.1.1, “Não se trata apenas de olhar pelo buraco da fechadura, mas de estar do outro lado da porta. Não se trata apenas de ver o filme, mas de ser o próprio filme. A vida é o veículo.” (PENA, 2007, p. 88).

No jornalismo de entretenimento, especificamente no que se refere ao jornalismo especializado na vida particular do outro, aspectos antes considerados pessoais e íntimos passam a ser publicados em espaços públicos de jornais e revistas. As mídias transformam-se em palcos, espetacularizando eventos da vida do outro. “A espetacularização da vida toma o lugar das tradicionais formas de entretenimento. Cada acontecimento em torno de um indivíduo é superdimensionado, transformado em capítulo e consumido como um filme.” (PENA, 2007, p. 88). Há o que Pena (2007) e Gabler (1999) chamam de supervalorização dos acontecimentos individuais da vida do outro, isto é, dos acontecimentos que se desenrolam com ele. É como se a informação sobre a vida do outro estivesse sido transformada em mercadoria e pudesse ser vendida com a revista.

Giddens (2002) entende que, ao popularizar a vida de outrem nas publicações diversas, a venda dos fatos particulares da vida de alguém tem caracterizado o que o autor denomina de comodificação discursiva, isto é, a vida íntima de outrem passa a ser um *comodity* (um produto, uma mercadoria) a ser comercializado pelo jornalismo. Ao ser publicada

por revistas *online*, o gênero *carta de conselhos* expõe fatos, experiências e problemas particulares de pessoas que buscam, na voz de outro, nesse caso o conselheiro/articulista, um direcionamento, uma solução ou um conselho. Uma vez que essa resposta é publicada por meio da revista, também o leitor tem acesso aos acontecimentos da vida de outrem: problemas conjugais, extraconjugais, profissionais, sexuais, familiares, dentre outros. O leitor entretém-se com a carta de conselhos e a revista investe nesse entretenimento comodificado, no qual o produto à venda para a diversão dos leitores é a vida particular de outrem.

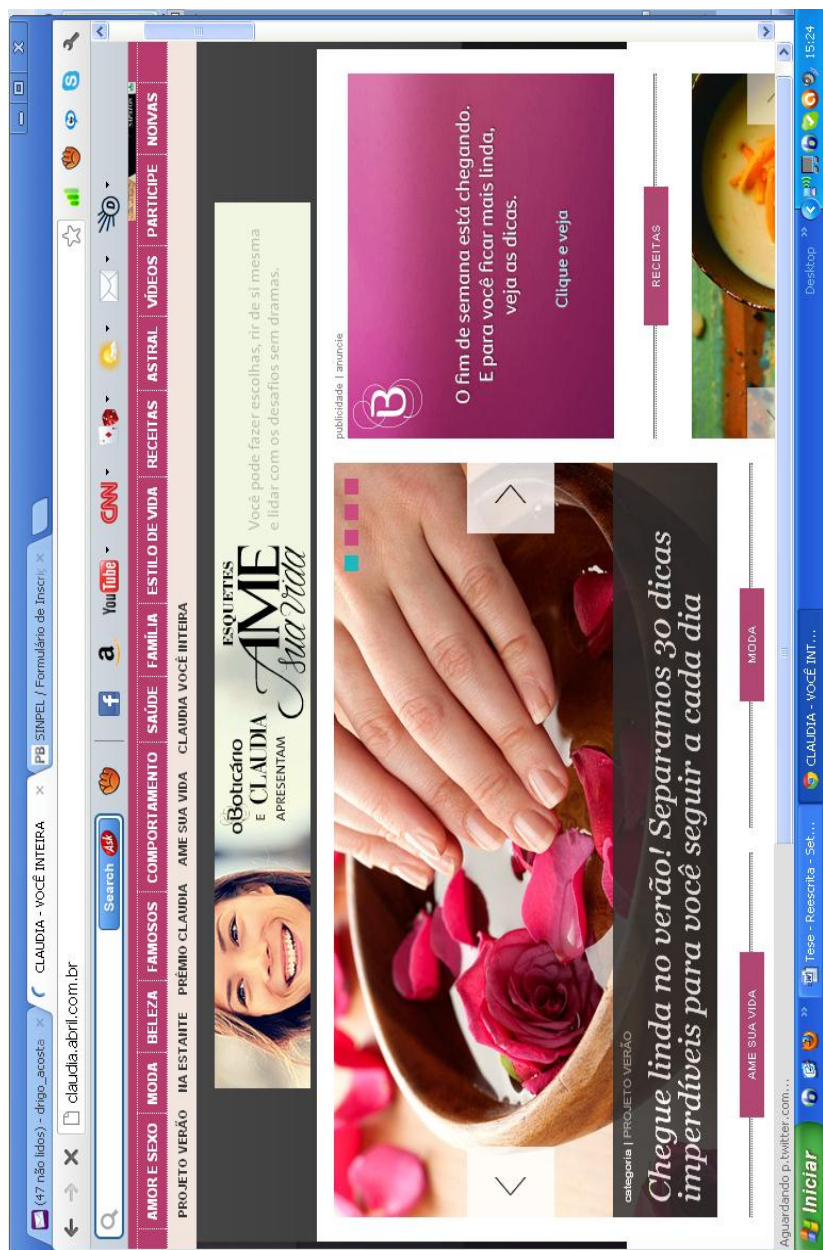
Por esse interesse na vida privada do outro, os conselhos para problema íntimos também passam a ganhar destaque no meio das publicações. Com o intuito de ditar regras e normas sobre determinadas formas de viver melhor e de se comportar no mundo, as revistas têm investido no discurso aconselhativo e instrutivo. Essa tendência tem sido denominada de **jornalismo prescritivo ou de autoajuda** (PENA, 2007).

Segundo Brunelli (2004), na Antiguidade Clássica, Sócrates, com a máxima *Conhece-te a ti mesmo*, já possibilitava a discussão sobre o autoconhecimento e a autoajuda. Contudo, é somente em 1859 que se tem oficialmente o lançamento do primeiro livro de autoajuda, *Self-help*, do inglês Samuel Smiles. No decorrer da história, na década de 1930, especificamente, temos a publicação dos livros *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, de Dale Carnegie e a obra *O poder do pensamento positivo*, de Norman Vincent. Desde então, o discurso da autoajuda ganha diversos desdobramentos. Iniciando com os romances e os guias profissionais, o mercado da autoajuda emerge no Brasil aproximadamente na década de 1990, com diversas publicações sobre práticas profissionais, reconstrução das relações pessoais, religiosas e familiares. Logo em seguida, o discurso de autoajuda, nas suas mais diversas formas típicas de enunciação, chega ao jornalismo de jornal e de revista (BRUNELLI, 2010).

O jornalismo de jornal tem ainda resistido à penetrabilidade do discurso de autoajuda. Entretanto, as revistas têm cada vez mais possibilitado espaços diversos para a emergência desse discurso. As revistas, especialmente as *online*, têm procurado contemporaneamente dirigirem-se para os acontecimentos pessoais que permeiam a vida social de seus leitores.

A partir disso, como já dito, no contexto midiático contemporâneo, o jornalismo de entretenimento e especialmente o jornalismo de autoajuda vêm assumindo certo horizonte apreciativo prescritivo sobre os leitores: apresentam e ditam “as formas corretas” de

se vestir, de se portar, de se relacionar ou do que comprar. São as “formas apropriadas” de como namorar, de como conseguir um(a) namorado(a), de como e do que se alimentar, dentre outras questões relativas à vida social privada. Com isso, no cenário contemporâneo, o jornalismo, especificamente o de revista, tem colocado em discussão questões que cercam os leitores quanto a sua autonomia no mundo, a sua relação com a realidade, com o outro e a construção de sua singularidade, por meio de um discurso de soluções prescritivas do “como fazer tudo de forma correta”. O jornalismo de revista parece se comportar como um “perito” na vida de seus leitores. Vejamos, como exemplo, a página inicial da revista *Claudia online*, do dia 27/09/12, na qual há uma chamada de capa: “*Chegue linda no verão! Separamos 30 dicas imperdíveis para você seguir a cada dia.*”



**Figura 30:** Revista *Claudia* online. Página inicial no dia 27/09/2012.

**Fonte:** <http://claudia.abril.com.br/>. Acesso: 27 set. 2012.



**Figura 31:** A revista na busca de prescrição de normas

**Fonte:** <<http://claudia.abril.com.br/>>. Acesso em 27 set. 2012.

É perceptível como as revistas têm investido na prescrição de normas a serem seguidas. Como na página inicial da revista *Claudia online* acima, as leitoras podem encontrar no discurso da revista 30 dicas para ficarem lindas no próximo verão, que é um discurso que tenta apagar a pluralidade dos pontos de vista sobre o mundo, sobre o outro e sobre si mesmo, que tenta impor *uma dada concepção de mundo como a concepção de mundo*.

Assim sendo, entendemos que o gênero *carta de conselhos* apresenta-se, na contemporaneidade, como um dos diversos meios interativos de as pessoas procurarem por aconselhamentos de como agir, de como se comportar e do que fazer em relação aos seus problemas íntimo-pessoais, já balizados por um dado horizonte apreciativo dominante. De certa forma, esse gênero potencializa a abertura do jornalismo, neste caso, do jornalismo de revista *online* para a divulgação do discurso privado em meio público, consubstanciando uma relação de diálogo paradoxal. Giddens (1991) entende esse paradoxo como uma transformação da confiança nas relações pessoais, intrinsecamente relacionado com a transformação da intimidade nas práticas sociais (cf. Cap. 4). Para o autor, na contemporaneidade, o desenvolvimento das instituições sociais modernas tem criado possibilidades para as pessoas gozarem de uma existência segura de forma totalmente diferente de qualquer tipo de sistema pré-moderno. Assim, segundo o autor, parece haver uma reapropriação ou remodelação das relações sociais desencaixadas da esfera íntima em direção ao âmbito da esfera institucionalizada,

Compreendemos, assim, que o jornalismo de revista, contemporaneamente constituindo-se como um jornalismo especializado, tem se tornado, aos olhos dos leitores, um perito em assuntos da vida pessoal. As revistas passam a representar o papel do(a)

amigo(a) do (a) leitor, seu(sua) confidente, seu(sua) conselheiro(a) e a apresentar respostas mais confiáveis do que as do outro ao seu lado. Giddens (1991) entende que essa questão da confiança em sistemas peritos não é apenas um comportamento com o intuito de gerar uma sensação de segurança a respeito de um universo de problemas e anseios pessoais, mas, de fato, “uma questão de cálculo de vantagem e risco em circunstâncias onde o conhecimento perito simplesmente não proporciona esse cálculo, mas, na verdade, cria o universo de eventos, como resultado da contínua implementação reflexiva desse próprio conhecimento.” (GIDDENS, 1991, p. 88).

Na revista *Nova*, por exemplo, os conselheiros/articulistas, sujeitos autorizados a responder aos reclamantes, já são apresentados na página inicial da revista *online*, com fácil acesso pelo leitor:



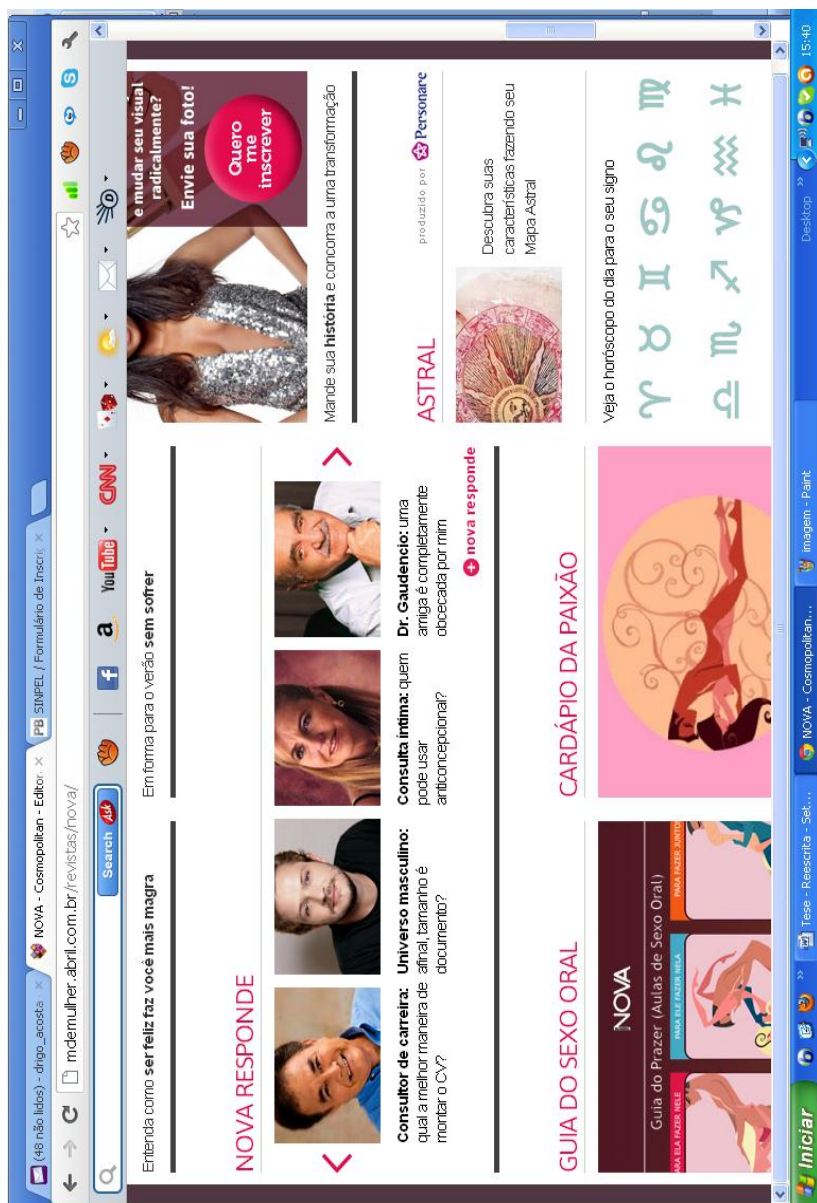


Figura 32: A página inicial da revista *Nova online* em 27/09/12.

Fonte: <<http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>>. Acesso: 27 set. 2012.

## NOVA RESPONDE



**Consultor de carreira:** qual a melhor maneira de montar o CV?

**Universo masculino:** afinal, tamanho é documento?

**Consulta íntima:** quem pode usar anticoncepcional?

**Dr. Gaudencio:** uma amiga é completamente obcecada por mim

**+ nova responde**

**Figura 33:** Destaque para a seção Nova Responde na página inicial da revista *Nova online*.

**Fonte:** <<http://mdemulher.abril.com.br/revistas/nova/>>. Acesso: 27 set. 2012.

Com base na explicação do autor, podemos entender que, para o reclamante das cartas de conselhos, é mais vantajoso confiar nas soluções do conselheiro/articulista, na conjugação do seu *ethos* ao *ethos* da revista, do que na dos familiares ou amigos mais próximos. Para Giddens (1991), em termos de confiança no outro, a verdadeira confiabilidade está no sistema perito, em nosso estudo, especificamente, na revista enquanto instituição, e não nos indivíduos, que em contextos múltiplos, o representam. Ainda segundo o autor, a postura do indivíduo que representa o sistema perito é construída por meio da postura de confiança, geralmente materializada na apresentação de fotos do rosto: “os compromissos com o rosto tendem a ser imensamente dependentes do que pode ser chamado de postura dos representantes ou operadores do sistema.” (GIDDENS, 1991, p. 89). Como já discutido, a foto do conselheiro/articulista é publicada na carta de conselhos e atende exatamente essa questão discutida por Giddens.

Podemos também relacionar as questões anteriormente discutidas com a questão sobre a busca da apreciação do outro sobre o agir. Segundo Giddens (2002, p. 45), na modernidade tardia (cf. Cap. 4), estamos à procura “[...] de conhecer a realidade não a partir da percepção dela como ela é”, mas a partir dos olhos e interpretações do outro. Ao procurar por respostas, o reclamante visa à apreciação do outro, ao olhar do outro sobre ele. Como explica Bakhtin (2010[1920-

1924], p. 115), “Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro e eu-para-o-outro.”

Dessa forma, o conselheiro/articulista, situado em seu lugar exterior, à luz de seu excedente de visão e de seu horizonte apreciativo, responde ao reclamante, dando-lhe sugestões sob a ordem de certa posição de autoridade, legitimada pelas empresas que editam as revistas, à medida que, ao se posicionar como um “especialista na área”, incorpora o *ethos* da credibilidade, apresentando para o reclamante conselhos considerados como “os verdadeiros direcionamentos para o problema”. Para tanto, o conselheiro/articulista evoca em seu discurso vozes outras que, introduzidas em seu enunciado, ora funcionam como validação das informações dadas, ora como efeito de antecipação do enunciado pré-figurado do reclamante (Cf. Seção 5.1.3).

Como, em termos bakhtinianos, toda enunciação é ideologicamente constituída, as reações verbalizadas do conselheiro/articulista para os problemas do reclamante se constroem no “complexo ambiente social em que se desenvolve a conversa [...] no complexo conjunto das inter-relações sociais.” (BAKHTIN, 2004[1924], p. 79). Para Bakhtin, para compreender esse cenário é indispensável reestabelecer as complexas relações sociais das quais uma dada enunciação é a interpretação ideológica.

Com isso, ao analisarmos a carta de conselhos, entendemos que a resposta do conselheiro/articulista (Cf. seções anteriores) se apresenta como uma complexa reação-resposta verbalizada face ao problema do reclamante e, nessa reação responsiva, reflete-se a dinâmica social dessa relação entre o que procura por respostas e o que é institucionalmente autorizado a respondê-las. O reclamante, por assim dizer, “assimila” a palavra do conselheiro/articulista, como se a palavra deste “[...] se apresentasse não mais na qualidade de informações, indicações, regras, modelos, etc.[...], mas como bases da atitude ideológica em relação ao mundo e ao outro” (BAKHTIN, 1998[1975], p. 142). A resposta do conselheiro/articulista constitui-se, nessa situação de interação mediada pela carta de conselhos, como discurso avaliativo (Cf. Seção 5.1.4).

O conselheiro/articulista, ao responder ao reclamante, avalia o problema deste a partir de diferentes movimentos dialógicos de avaliação. Primeiramente, podemos entender que o conselheiro/articulista avalia o problema do reclamante por analogias, geralmente circunscritas a outros universos discursivos (das fábulas, da vida cotidiana, etc.). As comparações sempre envolvem os reclamantes como um dos elos comparativos. Além disso, o conselheiro/articulista

também avalia o problema do outro, o reclamante, de forma convergente ou divergente, isto é, ora apresenta avaliações que convergem com a (auto) avaliação que o reclamante apresenta de seu próprio problema, ora que divergem desse posicionamento avaliativo do reclamante.

Nesse contexto, consideramos que a carta de conselhos se apresenta como um gênero híbrido que se localiza entre o jornalismo de entretenimento e o de auto-ajuda. A carta de conselhos insere-se no jornalismo de entretenimento, porque entretém o leitor, expondo publicamente os problemas particulares do outro e as soluções que o conselheiro/articulista apresenta. O leitor se coloca como um espectador do diálogo que o reclamante tem com o conselheiro/articulista e “diverte-se” ao saber dos anseios mais íntimos que o reclamante relata publicamente.

Além disso, a carta de conselhos insere-se também no jornalismo de autoajuda, à medida que os conselhos dados ao reclamante podem ser levados por este e pelos demais leitores da revista como “o” caminho certo a ser seguido. Dessa forma, os aconselhamentos publicados nas cartas podem servir como ajuda, soluções e consolos não apenas para o reclamante, mas potencialmente para todos os que lêem as revistas. Assim, ao ler sobre o problema do outro, o leitor pode virtualmente encontrar soluções para seus próprios problemas.

A partir de todas essas considerações, podemos definir o gênero *carta de conselhos* como um enunciado relativamente estável que se constitui e funciona na confluência entre o jornalismo de entretenimento e o jornalismo da autoajuda perspassado, pelas condições sócio-históricas da modernidade tardia. O objeto do discurso desse gênero se constrói sob a ótica do reclamante e de seu dizer, isto é, a carta de conselhos trata dos problemas íntimos dos reclamantes e sua procura por conselhos para esses problemas.

Dado o objeto do discurso, o projeto discursivo da carta de conselhos, por sua vez, é a evidenciação do discurso do reclamante e a reação-resposta do conselheiro/articulista a esse dizer. Em outras palavras, a finalidade discursiva da carta de conselhos é publicar os problemas particulares do reclamante e elaborar a reação-resposta do conselheiro/articulista frente a esses problemas (anseios, dúvidas, vivências, experiências, etc).

Ao responder para o reclamante, o conselheiro/articulista reage e avalia o problema daquele sob diferentes ângulos valorativos: reage com concordância ou discordância ao dizer do reclamante, reenuncia já-ditos de discursos outros, antecipa enunciados do reclamante e avalia os problemas do reclamante por meio de movimentos dialógicos

avaliativos construídos a partir de analogias, convergências e divergências.

Semelhante ao efeito de um raio, a atmosfera social do discurso que envolve o objeto do discurso da carta de conselhos faz brilhar as facetas de sua imagem: ora dizeres que se constituem no ângulo axiológico do “aconselhar”, ora dizeres que afloram no matiz valorativo do “entreter”. Em conclusão, reiteramos que o gênero *carta de conselhos* constitui-se de modo híbrido, na fronteira entre o discurso do entretenimento e o discurso da autoajuda.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa de doutoramento procurou responder a seguinte questão: como se constitui e funciona o gênero *carta de conselhos* em revistas *online*? Para tanto, analisamos a dimensão social e a dimensão verbo-visual desse gênero à luz dos estudos do Círculo de Bakhtin e das pesquisas no campo da Análise Dialógica de Discurso, dos estudos da área de comunicação virtual e das pesquisas atuais no domínio da sociologia giddensiana. A respeito dos procedimentos metodológicos, para fins teórico-metodológicos, separamos a análise das dimensões social e verbo-visual, embora saibamos que ambas se integram no acabamento arquitetônico do gênero. Outra questão é o porquê do diálogo dos escritos do Círculo com as pesquisas contemporâneas na área da comunicação virtual e da sociologia giddensiana: procurarmos construir elos epistemológicos transdisciplinares que pudessem contribuir com nossa pesquisa, não apenas a partir de posições ideológicas distintas, mas, sobretudo, por meio da multiplicidade de olhares para o nosso objeto de estudo, o gênero *carta de conselhos*.

Em relação à **dimensão social do gênero**, em um primeiro momento, analisamos a esfera social do jornalismo, especificamente compreendendo as características do jornalismo de revista *online*. Percorremos o caminho histórico da consolidação do jornalismo de revista e, após essa rota, nos encaminhamos para o estudo do jornalismo de revista *online*, visando entender sua emergência e consolidação. Além disso, nesse capítulo sobre o jornalismo, apresentamos uma discussão sobre a internet, espaço no qual funcionam as revistas *online*, onde é veiculado o gênero *carta de conselhos*. Em um segundo momento, traçamos uma discussão sobre o cronotopo da carta de conselhos, na qual analisamos as condições sócio-históricas de constituição do gênero *carta de conselhos*, a modernidade tardia, e, a partir disso, analisamos a situação de interação mais imediata, com especial atenção para as posições de autor e interlocutor previstos.

Quanto à **dimensão verbo-visual**, analisamos, primeiramente, o objeto do discurso da carta de conselhos e as relações dialógicas que envolvem esse objeto. Entendemos primeiramente que o objeto do discurso do gênero *carta de conselhos* é o reclamante e seu dizer, isto é, o objeto do discurso da carta de conselhos refere-se aos problemas pessoais do reclamante, respondidas por conselheiros/articulistas de diferentes esferas sociais de atuação. Ao longo da análise dos dados, foi possível também verificar que o objeto de discurso do gênero reflete e

refrata comportamentos, atitudes e problemas pessoais do sujeito na contemporaneidade: assuntos como relações conjugais, extraconjugais, drogas, sexo e trabalho são tematizados regularmente no gênero. Em conjunto com a análise do objeto do discurso, analisamos o projeto discursivo do gênero, entendendo-o como a evidenciação do dizer do reclamante e a apreciação responsiva desse dizer pelo conselheiro/articulista. Em outras palavras, foi possível compreender que a finalidade do gênero carta de conselhos é evidenciar o discurso do reclamante e a reação-responsiva axiológica do conselheiro/articulista sobre esse dizer.

Em continuidade à análise, realizamos o estudo do enquadramento do enunciado do reclamante na carta de conselhos. Evidenciamos que, ao citar a carta de pedidos de ajuda do reclamante em sua carta de conselhos, o conselheiro/articulista reage responsivamente a ela sob dois ângulos axiológicos diferentes: ora reage com concordância, ora com discordância.

Em termos gerais, o conselheiro/articulista ou responde ao reclamante concordando com as posições autoavaliativas que o reclamante relata sobre si em sua carta ou, por outro lado, responde discordando. Ainda, constatamos que a reação responsiva de discordância vem geralmente acompanhada pela busca da adesão pessoal e da crítica desvelada.

Conjuntamente ao discurso do reclamante, analisamos o enquadramento de discursos outros na carta de conselhos, além dos movimentos dialógicos de avaliação do conselheiro/articulista em relação à carta do reclamante. Em relação ao enquadramento dos discursos outros no discurso do conselheiro/articulista, entendemos que este reenuncia o discurso já-dito de outrem e enuncia o discurso pré-figurado do reclamante com o intuito de validar seus pontos de vista e de antecipar possíveis respostas do reclamante sobre seus problemas íntimos.

Quanto aos movimentos dialógicos de avaliação, o conselheiro/articulista avalia os problemas do reclamante por analogia, por convergência e por divergência. Por analogia, quando faz comparações do reclamante com sujeitos de universos discursivos outros. As avaliações se constroem por convergência, quando o conselheiro/articulista avalia o reclamante de forma convergente à autoavaliação que este apresenta sobre si, ao passo que, de forma divergente, quando se dá o oposto.

Verificamos também que a carta de conselhos apresenta regularidades de estilo, como: (i) verbos de introdução do discurso de



outrem, que marcam discursivamente a alternância de vozes no discurso do conselheiro/articulista; (ii) modalizadores, que orientam axiologicamente a atitude responsiva do conselheiro/articulista em relação ao já-dito do reclamante; (iii) marcadores conversacionais, que ratificam o efeito de diálogo entre conselheiro/articulista e reclamante; (iv) perguntas retóricas, que funcionam como marcas de autoafirmação induzida; (v) marcadores avaliativos, que funcionam como expressões enunciativas que marcam a posição do conselheiro/articulista face aos problemas do reclamante; (vi) verbos no modo imperativo, que demarcam as ordens veladas ou desveladas do conselheiro/articulista para o reclamante e (vii) verbos conjugados na 1ª pessoa do singular e do plural, que reforçam a ideia de confissão e de conversa íntima do conselheiro/articulista.

Ainda, para dialogar com a análise composicional dos participantes da interação (Cf. seções 4.2.4 e 4.2.5) e com a composicionalidade textual do gênero (Cf. seção 5.2.1), analisamos a intercalação da carta do reclamante e da fotografia na carta de conselhos. Constatamos que a fotografia é uma regularidade discursiva da carta, pois em todos os dados há a fotografia do conselheiro/articulista intercalada. Além disso, evidenciamos que a fotografia ratifica a posição de autoridade e credibilidade do conselheiro/articulista, além de constituir-se como um recurso de aproximação entre o conselheiro/articulista e o reclamante.

Ao final da pesquisa, voltamos nosso olhar para a constituição e funcionamento da carta de conselhos, que entendemos como situada na fronteira entre o jornalismo de entretenimento e o jornalismo de autoajuda. A partir disso, consideramos que o gênero *carta de conselhos* é um gênero híbrido que “vive” no entremeio discursivo do “entretêr” e do “aconselhar”. E isso porque a análise realizada nos levou a compreender que esse gênero se constitui e funciona na esfera do jornalismo de revista *online*, perspassado por matizes do entretenimento e da autoajuda e materializado enunciativamente por diferentes regularidades (acima listadas), que tornam a carta de conselhos um enunciado relativamente estável.

Nessas considerações finais procuramos, em um olhar retrospectivo, retomar nossos resultados da análise do gênero *carta de conselhos*. Afirmamos, nesse momento, que com a pesquisa não procuramos esgotar as possibilidades de análise, mas apresentar um caminho inicial frente às diversas possibilidades de se compreender “a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 262).



## REFERÊNCIAS

ACOSTA-PEREIRA, R. Gêneros do discurso: experiências psicossociais tipificadas. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Letra Magna*. Ano 7, n. 14, 2008. [www.letramagna.com].

\_\_\_\_\_. & RODRIGUES, R. Perspectivas Atuais sobre Gêneros do Discurso no campo da Linguística. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Letra Magna*. Ano 8, n. 16, 2009. [www.letramagna.com].

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. De J.J. Moura Ramos. Lisboa: Martins Fontes, 1974 [1970].

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. P. 95-115.

ARAÚJO, J.C.R. de. A conversa na Web: o estudo da transmutação em um gênero textual. In: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A.C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 91-110.

AUGUSTI, A. *Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja*. Dissertação – UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2005.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSCHINOV, V. N. *Discurso na Vida e Discurso na Arte (sobre a poética sociológica)*. Trad. De Carlos Alberto Faraco & Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo, 1926.

BAKHTIN, M. M./MEDVEDEV, P. N. *The formal method in literary scholarship*. A critical introduction to sociological poetics. Cambridge: H.U.P, 1985 [1928].

BAKHTIN, M. M. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 4ª ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 1998 [1975].

\_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

\_\_\_\_\_. Dialogic Origin and Dialogic Pedagogy of Grammar: Stylistics in Teaching Russian Language in Secondary School. *Journal of Russian and East European Psychology*. vol. 42. no 6. 2004 [1960]. p. 12-49.

\_\_\_\_\_. *O Freudismo: um esboço crítico*. Trad. Do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1924].

\_\_\_\_\_. (Volochninov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F.Vieira. 12º ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

\_\_\_\_\_. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a [1929].

\_\_\_\_\_. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008b [1965].

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010 [1920/1924].

BALTAR, M. Letramentos e gêneros textuais midiático-escolares. *Revista Letras*. Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 163-176, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford/Cambridge: Blackwell. 1994.

BARROS, D. L. P. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: \_\_\_\_\_ ; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 2001. p. 13-27.

BAYNHAM, Mike. *Literacy practices*: investigating literacy in social contexts. London: Longman, 1995.

BAZERMAN, C; A. P. DIONÍSIO; J. C. HOFFNAGEL. (Orgs.). *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Gêneros, Agência e Escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Escrita, Gênero e Interação Social*. São Paulo: Cortez, 2007.

BHATIA, V. K. Análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G; BIASI-RODRIGUES, B; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Gêneros e seqüências textuais*. Recife: Edupe, 2009, p. 159-195.

BRAIT, B. PCN, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. IN: ROJO, R. *Prática de Linguagem em sala de aula*: praticando os PCN. São Paulo: Mercado de Letras, 2002. p. 12-23.

\_\_\_\_\_. *Bakhtin*: Dialogismo e Construção de Sentido. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Bakhtin*: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Bakhtin*: outros Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009.

BOLTER, J. D. *Writing Space. The Computer, Hypertext, and the History of writing*. Hillsdale: LEA, 1991.

BRAGA, D. B. A comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: \_\_\_\_\_. ; XAVIER, A. C. (ORGS.) *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 47-59.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BRUNELLI, A. F. *O sucesso está em suas mãos: análise do discurso de autoajuda*. Campinas, 2004. 149p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R (Org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v. II.

CARETTA, A. A. *A canção e a cidade: estudo dialógico-discursivo da canção popular brasileira e seu papel na constituição do imaginário da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX*. Tese. (Doutorado em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

CELANI, M.A.A. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*. Mercado das Letras, 1998. p. 33-47.

CHARAUDEAU, P. *Visadas Discursivas, Gêneros Situacionais e Construção Textual*. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 23-37.

CRISTÓVÃO, V. L.L.. *Gêneros e ensino de leitura em LE: os modelos didáticos de gêneros na construção e avaliação de material didático*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. et al. *Cartas de pedido de conselho: da descrição de uma prática de linguagem a um objeto de ensino*. Linguagem & Ensino, Vol. 9, No. 1, 2006, p.41-76.

FARACO, C.A. *Linguagem e diálogo: as ideias do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006.

FERRARI, P. (orgs.). *Hipertexto, Hipermídia: as novas ferramentas da Comunicação Digital*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto, 2008.

GALLI, F.C.S. Linguagem da internet: um meio de comunicação global. In: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A.C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 91-110.

GEE, P. J. New Times and new literacies: themes for a changing world. In: BALL, A. F; FREEDMAN, S. W. (orgs.) *Bakhtinian perspectives on language, literacy and learning*. Cambridge: CUP, 2004 p. 279-306.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIDDENS, A. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002.

GIDDENS, A. & LASH, S. *Modernidade reflexiva: política, tradição estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GRILLO, S. V.C. A noção de ‘tema do gênero’ na obra do Círculo de Bakhtin. *Estudos Lingüísticos XXXV*, v. 1, 2006, p. 1825-1834.

HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez. 2009.

HEBERLE, Viviane M. Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias? *Linguagem em (Dis)curso*, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão: Ed. Unisul, v.4, n.esp, 2005, p. 85-112.

JOHNS, Ann M. *et al.* Crossing the boundaries of genre studies: commentaries by experts. *Journal of Second Language Writing*, n. 1, , 2006, p. 234-249

KARWOSKI, A.M; GAYDECZKA, B; BRITO, K.S. (Orgs.) *Gêneros Textuais: Reflexões e Ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê. 2005.

KATZ, E. Os acontecimentos midiáticos: o sentido da ocasião. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993. p. 52-60.

KLEIMAN, A. B. (orgs.). A interface de questões éticas e metodológicas na pesquisa em lingüística aplicada. In: SILVA, D; VIEIRA, J. (Orgs.) *Análise do Discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras; Editora Plano, 2001, p. 45-66.

KOCH, I. G. V. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Inter-Ação pela Linguagem*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_ & CUNHA-LIMA, M. L.. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: Mussalim, F. & Bentes, A. C. *Introdução à Lingüística: Fundamentos Epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999/2007a.

\_\_\_\_\_. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996/2007b.

HEIMAS, B. & BIASI-RODRIGUES, B. A Proposta Sócio-retórica de John Swales para o estudo dos gêneros textuais. In: MEURER, J.L.;



BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 108-129.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: *Gêneros: teorias, métodos e debates*. J.L. MEURER, A. BONINI & D.A. MOTTA-ROTH, D. (orgs.), 2005. p. 179-194.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R. & SALGADO, L. (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45-66.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (Orgs.) *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna. 2002, p.19-36.

\_\_\_\_\_. Gêneros Textuais: Configuração, Dinamicidade e Circulação. In: A. M. KARWOSKI; B. GAYDECZKA; K. S. BRITO. (Orgs.) *Gêneros Textuais: Reflexões e Ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê. 2005. p. 17-34.

\_\_\_\_\_. *Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro : Lucerna, 2007.

\_\_\_\_\_. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEURER, J. L.; BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: Teorias, Métodos e Debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MEURER, J. L. Gêneros Textuais na Análise Crítica de Fairclough. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-107.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 81-106.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOITA LOPES, L.P. (org.) *Discursos de Identidade: discurso como espaço de construção do gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: mercado de Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MOTTA-ROTH, D. Questões de Metodologia em Análise de Gêneros. In: KARWOSKI, A. M; GAYDECZKA, B; BRITO, K. S. *Gêneros Textuais: Reflexões e Ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005. p. 179-202.

\_\_\_\_\_. O Ensino de Produção Textual com base em Atividades Sociais e Gêneros Textuais. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 6, número 3, set./dez. Florianópolis, 2006.

MORAIS, A. A.F ; PROCÓPIO, M. R. SILVA, R. K. Revisa Claudia e o Conceito de Independência Feminina. *Anais do Intercom Júnior do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2006.

MORSON, G. S; EMERSON, C. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

NASCIMENTO, E. P. do. *Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

OLIVEIRA, M. S; KLEIMAN, A. B. (orgs.) *Letramento múltiplos: agentes, práticas, representações*. Natal/RN: EDUFRN, 2008.

PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2007.

PONTES, C. *Leituras de Notícias*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2009.

PRIOR, P. From Bakhtin to mediated multimodal genre systems. *Anais do IV SIGET*. Tubarão, SC: UNISUL, 2007.

REIS, S. C. *Do discurso à prática: textualização de pesquisas sobre o ensino de inglês mediado por computador*. Tese (Doutorado em Letras – Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM). Santa Maria: UFSM, 2010.

RODRIGUES, N. C. *O discurso do professor de língua portuguesa no processo de reestruturação curricular: uma construção dialógica*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RODRIGUES, R. H. *A Constituição e Funcionamento do Gênero Jornalístico Artigo: Cronotopo e Dialogismo*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL – PUCSP). São Paulo: PUCSP, 2001.

\_\_\_\_\_. Análise de Gêneros do Discurso na Teoria Bakhtiniana: Algumas Questões Teóricas e Metodológicas. *Revista Linguagem em Dis(curso)*. V. 4, nº 2, jan. jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Dialógica da Linguagem: A Abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

\_\_\_\_\_. A Teoria dos Gêneros do Discurso de Bakhtin no Horizonte dos Estudos da Linguística. *Anais do IV SIGET*, Tubarão, SC: UNISUL, 2007.

RICOUER, P. *Interpretação e Ideologias*. Trad. H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ROJO, R. Concepção de leitor e produtor de textos nos PCNs: Ler é melhor do que estudar. In: \_\_\_\_\_. *Leitura e Escrita na Formação de Professores*. São Paulo: Editora Musa, 2002. p. 31-52.

\_\_\_\_\_. Gêneros do Discurso e Gêneros Textuais: Questões Teóricas e Aplicadas. IN: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial. 2005. p. 184-207.

\_\_\_\_\_. Fazer Lingüística Aplicada em Perspectiva Sócio-histórica: Privação Sofrida e Leveza de Pensamento. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 253-274.

\_\_\_\_\_. Gêneros do discurso no Círculo de Bakhtin – ferramentas para análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas. *Anais do IV SIGET*, Tubarão, SC: UNISUL, 2007.

SILVA, N. R. *O Gênero Entrevista Pingue-Pongue: Reenunciação, Enquadramento e Valoração do Discurso do Outro*. Dissertação de Mestrado. PGL. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Gênero Entrevista Pingue-Pongue: Reenunciação, Enquadramento e Valoração do Discurso do Outro*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

SCALZO, M. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros Orais e Escritos na Escola*. Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

SIGNORINI, I. CAVALCANTI, M. (Orgs.). *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SIGNORINI, I. *Gêneros Catalisadores: Letramento e Formação do Professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_. *Situar a linguagem*. São Paulo: Parábola, 2008.

SOBRAL, A. U. *Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda*. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

\_\_\_\_\_. Ato/atividade e evento. In BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitoschave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 11-36.

STREET, B. *Literacy: theory and practice*. Cambridge: CUP, 1984.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2001.

TINOCO, G. A. Mundos de letramento de professores em formação no agreste norterriograndense. In: OLIVEIRA, M.S.; KLEIMAN, Â. *Letramentos múltiplos*. Natal: EDUFRN, 2008. p 63 – 92.

VILAS BOAS, S. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

XAVIER, A.C.S. *Hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital*. Tese (Doutorado) em Lingüística. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas (SP): /s.n./, 2002.

\_\_\_\_\_. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A.C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 91-110.